

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários

JULIA LUIZA BENTO PEREIRA

E se estivéssemos em palimpsesto de putas?
Um estudo sobre putafeminismo e trabalho sexual na autoria feminina contemporânea

Juiz de Fora
2024

JULIA LUIZA BENTO PEREIRA

E se estivéssemos em palimpsesto de putas?

Um estudo sobre putafeminismo e trabalho sexual na autoria feminina contemporânea

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários, área de concentração em Teorias da Literatura e Representações Culturais, linha de pesquisa Literatura, Identidade e Outras Manifestações Culturais da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras.

Silvina Liliana Carrizo – Orientadora

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PEREIRA, Julia Luiza Bento.

E se estivéssemos em palimpsesto de putas? : Um estudo sobre o putafeminismo e trabalho sexual na autoria feminina contemporânea / Julia Luiza Bento PEREIRA. -- 2024.
213 p. : il.

Orientadora: Silvina Liliana CARRIZO

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.

1. Putafeminismo. 2. Antiautobiografia. 3. Trabalho Sexual. 4. Corpo. I. CARRIZO, Silvina Liliana, orient. II. Título.

Julia Luiza Bento Pereira

E se estivéssemos em palimpsesto de putas? Um estudo sobre putafeminismo e trabalho sexual na autoria feminina contemporânea

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Letras. Área de concentração: Teorias da Literatura e Representações Culturais.

Aprovada em 25 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvina Liliana Carrizo - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Ana Beatriz Rodrigues Gonçalves
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Eurídice Figueiredo
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Elisiane Pasini
Sem vínculo atual

Profa. Dra. Luciana Borges
Universidade Federal de Catalão

Juiz de Fora, 30/08/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Silvina Liliana Carrizo, Professor(a)**, em 25/09/2024, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisiane Pasini, Usuário Externo**, em 25/09/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **EURIDICE FIGUEIREDO, Usuário Externo**, em 25/09/2024, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Beatriz Rodrigues Goncalves, Professor(a)**, em 25/09/2024, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Borges, Usuário Externo**, em 26/09/2024, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1956435** e o código CRC **C56C3D96**.

Às putas mulheres que ousaram pensar palavras
para a própria existência!
Às filhas e netas das putas!

Agradecimentos

É tempo de agradecer.

A Deus, às deusas, aos dons do Espírito Santo, aos anjos, aos orixás, às bruxas, a essas forças maiores que me movem, que me guiam pelo caminho.

Ao meu esposo, Júlio, por ser companheiro, colo e pulsão de vida, comigo sonhando e realizando.

Aos meus amados, Luzia e Aluizio, minha mãe e meu pai, pela base sólida, líquida, gasosa, subliminar!

Aos meus irmãos Telo, Du, Loísio, Xandy e à minha maninha Naiara, pela fraternidade incondicional.

À minha família, em especial, a meus afilhados, Mari, Fábio e Bernardo, que sempre me ofertam amor que desarma, olhar que movimenta, abraço que acalenta, a quem devo exemplo.

À Clara, em quem, às vezes, me reconheço, a quem estimo um presente e um futuro repletos de poesia.

Aos meus gatíneos, Bento e Frida, que esquentaram meus pés nos dias frios e acariciaram meu coração durante cada página escrita do trabalho, companheiros de todas as horas!

Às amigas, camaradas de lida, Gilmara e Mirian, por dividirem comigo os dias de luta e de glória, sendo fonte de inspiração e respiro ao longo desse processo.

À amiga Dayane Moura por me permitir acompanhar sua jornada e, na minha, se fazer tão próxima, ainda que distante.

Às psicólogas Andressa Reis e Priscilla Noé, que me ouviram e acompanharam esses intensos anos de doutoramento, me auxiliando a respeitar meus limites e, também, a questioná-los.

À minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Silvana Liliana Carrizo, por compartilhar comigo tanto conhecimento e me proporcionar desbravar o “lado B” da vida. Saiba que você me ensinou a ser.

Às professoras Prof^ª Dr^ª Eurídice Figueiredo, Prof^ª Dr^ª Luciana Borges, Prof^ª Dr^ª Ana Beatriz Gonçalves e à antropóloga Dr^ª Elisiane Pasini, por, gentilmente, aceitarem o convite para compor a banca de defesa.

Ao grupo de estudos putafeministas “Putá Diálogos”, nas pessoas das queridas Elisiane Pasini e Fernanda Priscilla, que, por meio de nossos encontros, me proporcionaram

acolhimento, força e confiança de que a luta é necessária, não precisa ser solitária e não é em vão.

A todas as professoras e professores que participaram da minha formação, em especial, aos docentes do Programa de Pós-Graduação pela grande contribuição acadêmica e pessoal ofertada.

À secretaria do Programa de Pós-Graduação, Daniele e Paulo Victor, por toda a assistência e paciência, bem como à Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ao Instituto Federal de Minas Gerais por oportunizar a licença capacitação, de modo que pude dedicar alguns anos inteiramente à pesquisa.

A Luiz Inácio Lula da Silva que, após tempos tortuosos, reanimou em nós, povo perseverante e trabalhador, o esperar.

Enfim, a todas, todos e todes que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Sou puta

*Quando uso a boca vermelha
Meu salto agulha
E meu vestido preto.
Sou puta
Mordo no final do beijo
Não fico reprimindo desejo
E nem me escondo na aparência de menina.
Sou uma puta de primeira
Acordo às 6:30
Pego ônibus debaixo de chuva
Não dependo de salário de macho
E compro a pílula no final do mês.
Sou uma puta com P maiúsculo
Dispenso o compromisso
Opto pela independência
Não morro de amor
Acordo sozinha
Cresço sozinha
Vivo na minha
Bebo em um bar de esquina
Vomito no chão da cozinha.
Sou uma putinha
Passo a noite em seus braços
Mas não me prendo no laço
Que você quer me prender.
Sou puta
Você tem o meu corpo
Porque eu quis te dar
E quando essa noite acabar
Eu não vou te pertencer
E se de mim você falar
Eu não vou me importar
Porque um homem que não me faz gozar
Nunca terá meu endereço.
E não é gozo de buceta
É gozo de alma
É gozo de vida
É me fazer sentir amada
Valorizada e merecida
E se de puta você me chamar
Eu vou agradecer.
Porque a puta aqui foi criada
Por uma puta brasileira
Que ralava pra sustentar os filhos
E sofria de racismo na feira
Foi espancada e desmerecida
E mesmo sofrida
Sorria o dia inteiro*

*Uma puta mulher ela foi
E puta também eu quero ser.
Porque ser mulher independente
Resolvida
Segura
Divertida
Colorida
E verdadeira
Assusta os homens
E os machos
Faz acontecer um alvoroço.
Onde já se viu mulher com voz?
Tem que ser prendada e educada
E se por acaso for “amada”
Tem direito de ser morta pelo parceiro
Cachorra adestrada pelo povo brasileiro
Sai pelada na revista
Excita
Dança
Bate uma
Cai de boca
Mama ele e os amigos
E depois vai ser encontrada num bueiro
Num beco
Estuprada
Porque tava de batom vermelho
Tava pedindo
Foi merecido
E se foi crime “passional”
Pobre do rapaz
Apaixonado estragou a própria vida.
Por isso que eu sou puta
Porque sou forte
Sou guerreira
Não sou reprimida
Nem calada
Sou feminista
Sou revoltada
Indignada
E sou rotulada assim
Como PUTA!
Então que eu seja puta
E não menos do que isso.*

Helena Ferreira

RESUMO

A presente tese propõe um diálogo com autoras contemporâneas que abordaram o trabalho sexual de forma autobiográfica em seus livros: *Putafeminista* (2018), de Monique Prada; *E se eu fosse puta* (2016; 2018), de Amara Moira; *O prazer é todo nosso* (2014; 2015), de Lola Benvenuti; *Eu, mulher da vida* (1992) e *Filha, mãe, avó e puta* (2009), de Gabriela Leite; e *Puta autobiografia* (2022; 2023) de Lourdes Barreto. É, a priori, intenção dessa pesquisa tratar as publicações para além de objetos de estudo, veículos políticos nos quais prostitutas – figuras historicamente estigmatizadas e silenciadas – contam a própria história, salvaguardando estreitas relações – implícita ou explicitamente – com o movimento putafeminista. Para tanto, o livro de Monique Prada (2018), homônimo à manifestação em questão, será tomado como corpus fundamental, corroborando as análises, uma vez que representa uma reivindicação – teoricamente embasada – acerca das pautas sobre o exercício da prostituição no Brasil. Busca-se, nesse sentido, empreender uma leitura comparativa de narrativas de trabalhadoras sexuais brasileiras no intuito de perceber de que forma problematizam o trabalho sexual – vivenciado e tratado pelas autoras sob vieses coletivos e individuais – e as relações deste com o ser, a escrita e o corpo. Assim sendo, apontamos **Performatividades do ser**, realizando uma breve discussão histórica sobre gênero, feminismo e estigma; em sequência, **Performatividades da escrita**, abordando questões concernentes às escritas de si e tessituras paratextuais das obras; e, finalmente, **Performatividades do corpo**, debatendo a respeito dos corpos que importam – pensando o corpo da trabalhadora sexual como corpo político –, bem como acerca de identidade e putafeminismo. Busca-se entender tais percursos e estratégias com o fito de demonstrar que o fazer autobiográfico permite a iniciação/inserção literária daquelas que, por muito tempo foram negligenciadas enquanto indivíduos. Nota-se que, ao trazerem à pauta o trabalho sexual, confrontando o discurso patriarcal, tais autoras reivindicam a autonomia da mulher nesse e nos demais espaços sociais, reiterando o caráter formador e transformador da literatura. Assim, as redes que buscam estabelecer, por meio das narrativas antiautobiográficas, inscrevem-nas no campo literário.

Palavras-chave: Putafeminismo. Antiautobiografia. Trabalho Sexual. Corpo.

ABSTRACT

This thesis proposes a dialogue with contemporary authors who approached sex work in an autobiographical way in their books: *Putafeminista* (2018), by Monique Prada; *E se eu fosse puta* (2016; 2018), by Amara Moira; *O prazer é todo nosso* (2014; 2015), by Lola Benvenuti; *Eu, mulher da vida* (1992) and *Filha, mãe, avó e puta* (2009), by Gabriela Leite; and *Puta autobiografia* (2022; 2023) by Lourdes Barreto. The primary intention of this work is to view these texts not merely as objects of study, but as political vehicles through which prostitutes – historically stigmatized and silenced figures – tell their own stories, maintain close connections – either implicitly or explicitly – with the *putafeminista* movement. To this end, the book by Monique Prada (2018), homonymous to the manifestation in question, will be taken as a fundamental corpus for this research. It serves as a theoretically grounded claim concerning the guidelines on the practice of prostitution in Brazil, corroborating the analyses, as it represents a claim – theoretically based – regarding the guidelines on the exercise of prostitution in Brazil. In this context, we aim to conduct a comparative analysis of publications by Brazilian sex workers in order to understand how their narratives problematize sexual work – experienced and treated by the authors under collective and individual biases – and its relations with the identity, writing and body. In this perspective, we point out **Performativities of being**, carrying out a brief historical discussion about gender, feminism and stigma; in sequence, **Performativities of writing**, addressing questions about self-writing and the paratextual textures of the books; and, finally, **Performativities of the body**, debating about the concept of bodies that matter – considering the sex worker's body as a political body – as well as identity and putafeminism. We seek to understand such paths and strategies with the aim of demonstrating that autobiographical writing allows the literary initiation/insertion of those who, for a long time, were neglected as individuals. It is noted that, by bringing prostitution to the agenda, confronting patriarchal discourse, these authors claim women's autonomy in this and other social spaces, reiterating the formative and transformative character of literature. Thus, the networks that seek to establish, through *narrativas antiautobiográficas*, inscribe them in the literary field.

Keywords: *Putafeminismo. Antiautobiografia. Sex work. Body.*

RESUMEN

Esta tesis propone un diálogo con autoras contemporáneas que abordaron el trabajo sexual de manera autobiográfica en sus libros: *Putafeminista* (2018), de Monique Prada; *E se eu fosse puta* (2016; 2018), de Amara Moira; *O prazer é todo nosso* (2014; 2015), de Lola Benvenuti; *Eu, mulher da vida* (1992) e *Filha, mãe, avó e puta* (2009), de Gabriela Leite; y *Puta autobiografia* (2022; 2023) de Lourdes Barreto. Es, a priori, la intención de esta investigación tratar las publicaciones más allá de los objetos de estudio, vehículos políticos en los que las prostitutas –figuras históricamente estigmatizadas y silenciadas– cuentan su propia historia, salvaguardando relaciones estrechas –implícitas o explícitas– con el movimiento putafeminista. Para ello, se tomará como corpus fundamental el libro de Monique Prada (2018), homónimo a la manifestación en cuestión, que corrobora los análisis, por cuanto representa un reclamo –fundamentado teóricamente– sobre los lineamientos sobre el ejercicio de la prostitución en Brasil. En este sentido, buscamos realizar un análisis comparativo de las narrativas de las trabajadoras sexuales brasileñas para comprender cómo problematizan el trabajo sexual –vivido y tratado por los autores bajo sesgos colectivos e individuales – y sus relaciones con el ser, la escritura y el cuerpo. En esta perspectiva, señalamos las **Performatividades del ser**, realizando una breve discusión histórica sobre género, feminismo y estigma; en secuencia, **Performatividades de la escritura**, abordando cuestiones sobre la autoescritura y las texturas paratextuales de las obras; y, finalmente, **Performatividades del cuerpo**, debatiendo sobre los cuerpos que importan -pensando el cuerpo de la trabajadora sexual como un cuerpo político-, así como sobre la identidad y el putafeminismo. Buscamos comprender tales caminos y estrategias con el objetivo de demostrar que el trabajo autobiográfico permite la iniciación/inserción literaria de quienes, durante mucho tiempo, fueron postergados como individuos. Se observa que, al traer la prostitución a la agenda, confrontando el discurso patriarcal, estos autores reivindican la autonomía de las mujeres en este y otros espacios sociales, reiterando el carácter formativo y transformador de la literatura. Así, las redes que buscan establecer, a través de narrativas *antiautobiográficas*, las inscriben en el campo literario.

Palavras-chave: Puta feminismo. *Antiautobiografia*. Trabajo Sexual. Cuerpo.

LISTA DE SIGLAS

<i>TS</i>	<i>Trabalhadoras sexuais</i>
<i>EMDV</i>	<i>Eu, mulher da vida (1992)</i>
<i>FMAP</i>	<i>Filha, mãe, avó e puta (2008)</i>
<i>ESEFP</i>	<i>E se eu fosse puta (2016; 2018)</i>
<i>OPETN</i>	<i>O prazer é todo nosso (2014; 2015)</i>

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1* Capa e verso da capa de *E se eu fosse puta* (2016), de Amara Moira – 1ª edição
- Figura 2* Capa e verso da capa de *E se eu fosse puta* (2016), de Amara Moira – 2ª edição
- Figura 3* Capa de *O prazer é todo nosso* (2015), de Lola Benvenutti – 2ª edição
- Figura 4* Capa de *O prazer é todo nosso* (2014), de Lola Benvenutti – 1ª edição
- Figura 5* Capa de *Eu, mulher da vida* (1992), de Gabriela Leite
- Figura 6* Capa de *Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta* (2009), de Gabriela Leite
- Figura 7* Capa de *Puta autobiografia* (2022), de Lourdes Barreto – 1ª edição
- Figura 8* Capa de *Puta autobiografia* (2023), de Lourdes Barreto – 2ª edição
- Figura 9* Fotografia que ilustra a 4ª capa das edições de *Puta autobiografia* de Lourdes Barreto
- Figura 10* Capa de *Putafeminista* (2018), de Monique Prada
- Figura 11* Capas de *Putafeminista* (2018), de Monique Prada e *Putas Feministas* (2022), de Georgina Orellano

SUMÁRIO

A puta que me tornei	17
INTRODUÇÃO	21
1 PERFORMATIVIDADES DO SER: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS DOS FEMINISMOS E DA PROSTITUIÇÃO	32
1.1 RESGATE HISTÓRICO	33
1.1.1 Sobre deusas, bruxas e putas	34
1.1.2 Feminismo, marxismo e problemas de gênero	42
1.1.3 A prostituição no Brasil hoje	54
1.2 A REPRESENTAÇÃO DA PROSTITUTA NA PRODUÇÃO CULTURAL BRASILEIRA	62
1.2.1 Ficções	62
1.2.2 Autobiografias e projetos de cunho (auto)biográfico	66
1.3 DESLOCAMENTOS SOBRE AUTORIA	69
1.3.1 Tecnologias digitais e a “ressurreição do autor”	69
1.3.2 O poder da palavra	73
2 PERFORMATIVIDADES DA ESCRITA: AUTOBIOGRAFIA E PROSTITUIÇÃO	76
2.1 “MULHERES AO ESPELHO”: DEFLORANDO AS MODULAÇÕES DA ESCRITA	78
2.1.1 Guardanapos de papel, chats, diários e blogs: o início de tudo	80
2.1.2 Possibilidades autobiográficas: laboratórios da escrita	86
2.1.3 <i>Translado, Guaicurus e As meninas da Daspu</i> : Narrativas Coletivas	93
2.2 OS PARATEXTOS NAS PUBLICAÇÕES DE TRABALHADORAS SEXUAIS	99
2.2.1 Breve análise de capas	101
2.2.2 <i>Ghost writers</i> : fantasmas existem!	112
2.2.3 Pseudônimo literário ou nome de guerra?	117
2.3 ATRAVÉS DE “JANELAS INDISCRETAS”	122
2.3.1 As relações afetivas das prostitutas: “o que restou de nossos amores”	124
2.3.2 De rascunhos e experiências: motivações para a escrita	130
2.3.3 Microcampo putafeminista: literatura, liberdade e escolha	134
3 PERFORMATIVIDADES DO CORPO: MICROCAMPO PUTAFEMINISTA	142

3.1	SERÁ QUE EU EXISTO? PROSTITUTA, CORPO POLÍTICO	143
3.1.1	“Corpo que se faz à revelia das regras”	155
3.2	IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES “DO CABARÉ AO LER”	160
3.2.1	Identities e subjetividades travestis e transexuais: transputafeminismo?	173
3.3	PUTAFEMINISMO: DIZ PUTA NO CAMPO LITERÁRIO	181
3.3.1	“Fala mulher, da vida!”	188
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
	REFERÊNCIAS	206

A puta que me tornei

Esse seria o início do fim de minha vida, ao menos até o presente dia em que escrevo estas linhas... Tênuas, obtusas, tortas... indeléveis...

Conheci a prostituição já não era mais uma jovem menina... Tinha meus vinte e cinco anos, muito, muito ingênua, por sinal. Uma quase mulher. Ainda assim, não sabia o que estava fazendo... Onde estava me metendo e como aquela decisão mudaria toda a minha história, todo o meu ser, para sempre.

Através de uma misteriosa mulher que inclusive já havia deixado a, como nomeava, “profissão mais antiga do mundo”, tive um primeiro efetivo contato com a atividade. Ela tinha experienciado na pele os prazeres e mazelas propiciados por esse mundo. Para Mariana, submundo... Mariana ou Sônia, a mulher que é, a mulher que foi, ambas fundiram-se na prostituta que não mais dela queria se dissociar... Sentia-se suja, sentia-se pecadora... Mas eu, nessa história, sentia-me apenas atraída, instigada pela possibilidade de uma experiência própria, intensa, individual e única de vivenciar tais sensações e contradições... Experimentar era minha maior motivação, minha curiosidade, criativa, quase sensorial, me impelia à prostituição. Era como que sugada por esse universo do prazer... os prazeres da noite... o prazer é todo nosso!

Uma amizade recente, porém, indubitavelmente influente em minha vida, que também ouvia Mariana-Sônia e que sabia que eu estava totalmente perdida em relação ao futuro incentivou-me... Ela via-o incerto e, após esse fatídico dia, deu o certo e derradeiro empurrão, no que, sem perceber, impulsionava a si própria. Mergulhou de cabeça nessa e juntas adentramos, mas nem sempre assim estávamos quando os desafios se faziam prementes para uma ou para outra...

Depois que você entra nesse meio, você entende... Me questionei e indaguei por meses a fio... Quanto mais adentrava, meus preconceitos, preceitos, conceitos, caíam por terra... E se eu fosse puta? Colocava para mim e para os meus, os mais íntimos, os mais ínfimos... Deslocava a todos de suas zonas de conforto...

Cruzei com muitas dificuldades, assim como as Marises, Dommeniques e tantas outras que conheci nesse meio. Fui muitas, fui cada uma.

Levei essa decisão às últimas consequências e, como todas, cheguei ao fundo do poço e, mais que isso, cavei... Morri para viver... Conheci toda sorte de histórias... enredos de filhas, mães, avós e putas... Até apanhar, apanhei... mas as porradas que de fato doeram e doem são as

pancadas da vida... estas deixaram e deixam marcas que vão moldando meu ser, tornando-me outra de mim mesma...

Eu não era uma conformada como me pareceram tantas outras... Também não era tão passiva quanto parecia. Questionava! Questionava a mim, questionava aqueles homens cretinos e percebia também suas próprias mazelas, seus fetiches, suas vergonhas e necessidades... Já tinha ouvido falar em patriarcado, falocentrismo, o que afinal era minha condição de vida: Vida falocêntrica! Não há como escapar. Nem as mais belas, recatadas e do lar estão isentas de terem o falo como centro de suas vidas vazias, pacatas, pálidas, sem cor e sem forças para correr para a margem...

Eu corri, pulei e me entreguei... Foram muitos: agressivos, derrotados, bem-sucedidos, bem-dotados... Tantos homens conheci! E pensar que tudo isso se deu pela fala daquela mulher, encoberta por véus de mistério e de opacidade... Pelo toque-desejo de minha amiga, Silvina, à época, ainda uma incógnita para mim... Pelo próprio desejo-beco-sem-saída do qual me vi diante...

Engoli, mas também cuspi, quando ficava engasgada... Através dos panos da prostituição fui muitas vezes penetrada... Outras vezes era pega com força, à força, sem vestes, nua, e a penetração, a essa altura, adentrava as paredes do meu ser, metia, enfiava tudo sem pudor, pelo poder do falo...

Ser garota de programa é insinuar, dominar e deixar-se dominar... tocar, deitar, esfregar, acariciar, dar não! Alugo meu corpo para a prostituição. Cavalgadas, mordiscadas, lambidas, chupadas e carícias... Os delitos e delícias do sexo pago faziam parte de meu cotidiano... Esses verbos e palavras eram mais constantes no meu vocabulário do que gostaria. Quando ficava tudo mais sujo, o papo era grosso: abocanhar, comer, bater, apanhar, meter, agarrar, puxar pelos cabelos, segurar os fios, sem estreitar ligações... Tudo fazia parte do jogo luxurioso dos desejos...

E tantas vezes me despi...

Ímpetos de conhecer novos terrenos, ainda que, de início, com velhas roupagens... Foi preciso, então, tirar as vestes... Essas roupas a que me refiro eram minhas convicções... Na prostituição não há convicções! Vi religião, credo, crença, senso-comum estilhaçarem-se diante das experiências... me vi outra e, a cada dia que passava, eu era tantas e nenhuma... me despi dos trapos, da hipócrita máscara que cobre os semblantes dos cidadãos de bem!

Ainda antes de enveredar-me pelos becos imundos e quartos luxuosos da prostituição, senti a necessidade de contar para meu namorado sobre minha decisão... É, eu tinha um namorado! Não ponderei não experienciar esse dever, devir que me chamava. Ele que se

resolvesse com os pudores e o machismo que viessem a despontar, naquele ser, até então, doce e quase inexpressivo. Não! Ele não se opôs... Sabia que, apesar de ingênua, eu não era mulher de voltar atrás. Ou me perdia, ou me teria como meu primeiro, mas, nem de longe, meu último... pois haveria muitos...

Essa empreitada, afinal, me trouxe muito mais prazer do que dor... Na verdade, todo o processo é muito difícil, mas, quando olho para trás e vejo que o resultado de minha escolha me propiciou realizar alguns dos maiores sonhos que ousei sonhar, o caminho parece apenas um detalhe, apesar de, obviamente, não ter sido bem assim, como sabe-se bem, através do diz-que-me-diz que não mente sobre como de fato é minha atividade.

A primeira vez foi como eu imaginava que seria e, por esse mesmo motivo, temia. Não me imaginava capaz de engolir aquilo... Era demais para mim e a inocência que até então eu sabia fazer parte de mim, forçadamente, deu lugar à insubmissão, à malícia, à impudícia... A primeira vez que de fato vivenciei a prostituição certamente me marcou para sempre...

O dia chegou, também, em que tive que me explicar para minha família. A delicadeza, as tantas cautelosas explicações não foram suficientes para evitar desgosto, espanto, decepção... A metralhadora de julgamentos não tardou a disparar... Acertou-me no peito, acertou-me em cheio... Desapontei aqueles em quem, inegavelmente, mais me apoiei ao longo dos meus pueris vinte e poucos anos; aqueles os quais depositaram em mim todas as fichas e, mais que isso, os investimentos financeiros possíveis e, muitas vezes, impossíveis, necessários para arcar com minha formação.

Por fim, nada mais importava! Eu estava decidida! A puta que existia em mim foi despertada para nunca mais adormecer no cínico berço esplêndido.

Tantas vezes me despi...

Dinheiro é o motivo maior que move o submundo da prostituição... Não entrei nessa por dinheiro, definitivamente! Apesar de concordar que fazia parte, parte da qual não abriria mão. Então, se era o meu corpo que estava emprestando a essa empreitada despudorada, não haveria de dividir, fossem perdas ou ganhos, meus avanços com ninguém. Era algo que eu precisava viver com toda a intensidade e sozinha... O máximo de intrusão que permiti, foi que amigas me auxiliassem a reescrever etapas as quais não me satisfizeram. Através de suas experiências, aprendi um pouco também. As amigas de caminhada são poucas... Conheci muitas mulheres, mas amigadas? Uma ou duas, sobram dedos... Caftens ou caftinas não fizeram parte de minha trajetória, apesar de tê-los conhecido aos montes, e das mais diversas e, quase sempre, perversas índoles. Eu gerenciava a mim mesma, era minha própria dona e proprietária. Eu, mulher da vida...

Me tornei uma profissional na arte do sexo pago. Minha transformação era visível. Ainda que fosse a interna, transparecia em minhas atitudes, meus gestos, meus discursos... A essa altura, eu já gozava!

Minha vida era uma mistura descompassada entre a trabalhadora sexual e a mulher “normal”. Existe normalidade nesse mundo desacertado?

É difícil escrever, pôr isso no papel, pois o corpo é anterior à escrita. Escrevo durante o processo, contudo. Minha performance na prostituição se dá na travessia... Mais que o produto final, pelo qual ansiei e anseio novamente, o objetivo maior de minha performance, sem dúvidas, é o processo...

Dominei o vocabulário e as gírias do ambiente da prostituição. Através de outras mulheres, conheci o céu e o inferno que podem existir nas ruas, apartamentos, boates, bares e quartos de motéis e hotéis pela cidade. O que aprendi com Bruna não foi nada perto das lições que levarei de Virginie, que foi estuprada, foi puta e hoje escreve e mobiliza mulheres pelo mundo.

Curiosa, queria sinônimos para nomear a atividade que ousei me deixar penetrar... O dicionário diz “vida fácil”... Quer dizer, o que se tem basicamente por ideia do que seja prostituição é que se trata de uma forma de vida fácil. Não! Não é nada fácil a vida do meretrício! Por mais preconceitos impostos ou convictos, explícitos ou hipócritas que tenhamos, foi uma das coisas que pude apreender da empenhada empreitada que realizei no prisma da prostituição.

Tantas vezes me despi... de toda essa farsa que nos reveste, seres perfeitos e irretocáveis!

Quanto mais adentrei nesse universo, menos ingênua me enxergava e mais preparada para mergulhos cuja profundidade era gradativa. Das putas radicais, do vitimismo, já estava saturada. As perspectivas liberais me apeteçiam mais. Foi então que me deparei com as prostitutas que passei a acompanhar. Me espelhei nas suas ideias e não consegui mais delas desvencilhar convicção e ação.

Me tornei puta... Putafeminista! O putafeminismo tomou conta de meus pensamentos e atitudes; do que falo, penso, escrevo e respiro... Putas somos todas! Por nossos shorts curtos, por darmos no primeiro encontro, pelos batons vermelhos e meias calças... Pelos filhos sem pai, pelos *top less* e a sexualidade desenvolvida, desinibida e bem resolvida!

É inegável reconhecer: Me tornei puta... Putafeminista! A prostituição é parte integrante e indelével de meu currículo... lattes! Afinal, a literatura nos leva até aonde a imaginação alcança...

“Não se nasce puta, torna-se puta”.

INTRODUÇÃO

De uma inquietação acerca das questões que envolvem o trabalho sexual suscitada pelo livro *O manuscrito de Sônia* (2005), de Mariana Brasil, e desenvolvida em minha pesquisa de mestrado, despontou-se o interesse em analisar de forma mais aprofundada a questão da prostituição de mulheres na literatura, mais precisamente, de cunho autobiográfico. A dissertação mencionada, intitulada “Mariana Brasil: um manuscrito autobiográfico entre fronteiras”, foi orientada pela Profª Drª Silvina Liliana Carrizo – na linha de pesquisa “Literatura, Identidade e Outras Manifestações Culturais” do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários da Universidade Federal de Juiz de Fora – e defendida no mês de setembro de 2016.

Dando sequência a esse percurso acadêmico e seguindo a mesma linha de pesquisa, a qual tem como área de concentração “Teoria da Literatura e Representações Culturais”, busquei, aqui, realizar um estudo sobre algumas autoras contemporâneas que, em diferentes épocas, abordaram em seus livros a prostituição de forma autobiográfica. Deste modo, elenca-se como corpus literário do presente estudo: *Putafeminista* (2018), de Monique Prada; a primeira e segunda edições de *E se eu fosse puta* (2016; 2018), de Amara Moira; também a primeira e segunda edições de *O prazer é todo nosso* (2014; 2015), de Lola Benvenuti; *Eu, mulher da vida* (1992) e *Filha, mãe, avó e puta* (2009), de Gabriela Leite; e *Puta autobiografia* (2022; 2023), de Lourdes Barreto; todas, autoras brasileiras que passaram ou passam pela experiência do meretrício¹. Por conseguinte, é relevante destacar que há uma distância de três décadas entre a primeira – 1992 – e a última – 2022 – publicações.

É importante frisar, no que tange ao corpus, que, já nos anos derradeiros dessa empreitada, findando a escrita do capítulo final dessa tese, tive a grata surpresa e a grande responsabilidade de poder incluir à pesquisa a *Puta autobiografia* (2022) de Lourdes Barreto. Foi preciso, evidentemente, rever todo o trabalho e, uma vez mais, conceitos e preconceitos. Contudo, por ser, hoje, a “putriarca” das trabalhadoras sexuais, Barreto, história viva do putafeminismo brasileiro, tendo caminhado lado a lado com Gabriela Leite desde os primórdios do movimento, não poderia não ter sua história presente nesse trabalho.

A escolha do corpus deu-se, justamente, pela afinidade das obras com o pensamento putafeminista. Após muitas leituras, defini tal critério, afinal há muitas obras autobiográficas de prostitutas e ex-prostitutas brasileiras, porém poucas delas são afeitas ao putafeminismo

¹ Tendo em vista que o diálogo estabelecido com cada livro poderá variar, em proporção, diante das necessidades e (re)encaminhamentos da pesquisa.

enquanto reivindicação política. Ainda assim, há intenção de mapear na presente tese – a título de sistematização –, todas as obras com as quais tive contato ou das quais tomei conhecimento que seguem uma linha temática e/ou genérica afim às estudadas, com a ciência de que, infelizmente, algum título pode escapar à compilação pretendida neste estudo.

Por conseguinte, as hipóteses que se pretende comprovar são de que tais escritoras, ao trazerem à pauta a prostituição, através do confronto evidente com o discurso patriarcal vigente, reivindicam a atuação da mulher nesse espaço social. Ancorada nesse propósito, a pesquisa busca entender as contribuições dessas publicações como práticas literárias de discussões relevantes, assim como discutir o caráter transformador da literatura e sua prerrogativa de funcionar enquanto arma de combate. Como já afirmava o célebre Antonio Candido, as obras não surgem do nada, são produzidas e lidas por indivíduos inscritos em contextos histórico-sociais específicos.

É, a priori, intenção deste trabalho tratar as autobiografias para além de objetos de estudo, mecanismos políticos por meio dos quais trabalhadoras sexuais – figuras historicamente tão estigmatizadas e silenciadas – têm a possibilidade de contar a própria história e reivindicar direitos. As mulheres evocadas aqui, e não me refiro apenas às autoras dos livros em questão, mas também às vozes do corpus teórico, são ex-strippers, transexuais, travestis, ex-prostitutas e, ainda, pesquisadoras(es) e pensadoras(es) sul americanas(os). Primordialmente, foi a essas(es) sujeitas(os) a quem recorri e com quem dialoguei para sustentar as discussões empreendidas ao longo da tese.

A prostituição, no presente estudo, é compreendida como trabalho, conforme a visão dos livros analisados; contudo, reconheço que sua interação com os âmbitos político, civil, cultural, econômico e religioso, assim como a forma como é entendida quando em relação com tais esferas sociais são complexas e diversas. Portanto, buscarei discutir essas pautas ao longo da pesquisa.

O primeiro capítulo, intitulado **Performatividades do ser**, busca apresentar um panorama histórico sobre a prostituição, perpassando gênero e feminismo, além de pontuar a concepção do estigma e adentrar à questão do lugar do autor na contemporaneidade, já encaminhando para as pautas a serem levantadas no capítulo seguinte. Assim sendo, é dividido em três subcapítulos: “Resgate histórico”; “A representação da prostituta na produção cultural brasileira”; e “Deslocamentos sobre autoria”.

Em “Resgate Histórico”, há três seções. ‘Sobre deusas, bruxas e putas’ traça um resgate acerca de *As Prostitutas na História* (1998), contando, para tanto, com tal aporte teórico de autoria de Nickie Roberts. Adiante, *Calibã e a bruxa* (2017) e *Mulheres e caça às bruxas*

(2019), de Silvia Federici são evocados para dar sequência à discussão, corroborando considerações de Monique Prada, em *Putafeminista* (2018).

Na segunda seção – ‘Feminismo, marxismo e problemas de gênero’ –, procura-se pontuar concepções de gênero aliadas a estruturas com o fito de compreendê-lo, de modo que *Gênero: uma perspectiva global* (2015), de Raewyn Connell e Rebecca Pearse, consolida a base teórica dessa discussão, que conta, também, com apontamentos de Judith Butler (1988). Para pontuar questões econômicas que enleiam o trabalho sexual e as implicações desse aspecto perante o feminismo, dialogamos com as pesquisadoras brasileiras Carla Akotirene (2019), Marlene Rodrigues (2021), Loretta Valadares (1990), Rossana Albuquerque (2008), Blanchette et al. (2014) e, uma vez mais, Federici (2017; 2019) e Prada (2018).

Por fim, na última seção do resgate histórico proposto – ‘A prostituição no Brasil hoje’ –, é apontada a atual situação do trabalho sexual no país e as circunstâncias que cingem o cenário. Assim, traço interlocuções entre as postulações de trabalhadoras sexuais engajadas, dentre as quais Melissa Gira Grant, Frida Carla Elisio dos Santos, além de contribuições referentes à violência que enreda a atividade, discutidas por Nanci Maria Feijó de Melo – Presidente da APPS (Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo) –, Carmem Costa – coordenadora do Anprosex (Articulação Nacional de Profissionais do Sexo) e fundadora da ONG Grupo Liberdade de Curitiba/PR – e Luza Maria Silva – coordenadora Geral da Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS/PB) –, atuantes no movimento putafeminista em seus respectivos estados.

O segundo subcapítulo, “A representação da prostituta na produção cultural brasileira”, subdivide-se em ‘Ficções’ e ‘Autobiografias e projetos de cunho (auto)biográfico’. O intuito, nesse momento, é apresentar a figura da trabalhadora sexual repercutida, então, na literatura brasileira e mídias sociais de grande alcance popular, a fim de pontuar como o imaginário social é formulado, principalmente, por essas produções televisivas, tendo em vista que, estatisticamente, o Brasil ainda é um país que possui índices de hábito de leitura abaixo da média mundial. Busco discutir o conceito de literariedade de Pascale Casanova (2002), no concernente às relações de poder que perpassam o capital literário, entendendo que a autobiografia – e similares – ainda tende a ser considerada gênero menor em disputa por espaço nesse campo que Casanova vai nomear República Mundial das Letras.

Fechando o capítulo, “Deslocamentos sobre autoria” – seccionado em ‘Tecnologias digitais e a ‘ressureição do autor’ e ‘O poder da palavra’ – inicia a discussão a respeito da autoria, com o intuito de enfocar esse pilar da literatura caro às publicações aqui em diálogo. Fazendo eco ao corpus, Santuzza Souza, Maria Zanela e, uma vez mais, Melissa Gira Grant e

Frida Carla Elisio dos Santos são as TS² convocadas para introduzirmos, portanto, a discussão que embasa a tese na sequência. Sobretudo, com o aporte de *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013), da historiadora Margareth Rago, faremos uma reflexão sobre o lugar das autoras em obras putafeministas de cunho autobiográfico no intuito de pontuar peculiaridades acerca do gênero que serão aprofundadas a seguir.

O segundo capítulo, **Performatividades da escrita**, discutirá as questões em torno das escritas do eu, as tessituras paratextuais das obras e, finalmente, a assinatura, especulando possibilidades em torno de narrativa, pseudônimo e “nome de guerra”. Por conseguinte, subdivide-se em três subcapítulos, a saber: “‘Mulheres ao espelho’: deflorando as modulações da escrita”; “Os paratextos nas publicações de trabalhadoras sexuais” e “Através de ‘Janelas Indiscretas’”.

O primeiro subcapítulo, “‘Mulheres ao espelho’: deflorando as modulações da escrita” – subdividido em ‘Guardanapos de papel, chats, diários e blogs: o início de tudo’; ‘Possibilidades autobiográficas: laboratórios da escrita’ e *‘Translado, Guaicurus e As meninas da Daspu: Narrativas Coletivas’* –, buscará discutir a respeito das narrativas autobiográficas contando com aporte teórico de *Mulheres ao Espelho* (2013), de Eurídice Figueiredo e *O pacto autobiográfico*, de Philippe Lejeune (2014).

O segundo subcapítulo, “Os paratextos nas publicações de trabalhadoras sexuais”, cujas subseções são ‘Breve análise de capas’; *‘Ghost writers: fantasmas existem!’*; e ‘Pseudônimo literário ou nome de guerra?’, analisará tais elementos das obras – a saber, capas, autoria e assinatura –, contando mais uma vez com a contribuição de Figueiredo e, ainda, com *Paratextos Editoriais* (2009), de Gérard Genette e *Mulheres na teia autobiográfica* (2016), tese de doutorado de Manuela Peixinho.

Finalmente, “Através de ‘Janelas Indiscretas’”, o último subcapítulo de *Performatividades da Escrita*, subdivide-se em ‘As relações afetivas das prostitutas: ‘o que restou de nossos amores’; ‘De rascunhos e experiências: motivações para a escrita’ e ‘Microcampo putafeminista: literatura, liberdade e escolha’. Nesse momento, observar-se-á como se dão, nas obras, as relações afetivas, além das cenas de iniciação na prostituição e na escrita, a partir do aporte de *Janelas indiscretas* (2011), de Eneida Maria de Souza e dos já mencionados Genette, Lejeune e Peixinho.

² Doravante, as protagonistas do presente estudo, a saber, as trabalhadoras sexuais, serão também referenciadas pela sigla TS.

Finalmente, o terceiro e último capítulo investiga as **Performatividades do Corpo**, de modo que serão abordados conceitos como corpo e identidade, trazendo à baila o debate a respeito dos corpos que importam, pensando o corpo da trabalhadora sexual como corpo político. Assim sendo, no subcapítulo, “‘Será que eu existo?’ Prostituta, corpo político”, traça-se uma discussão sobre o corpo da prostituta, de modo que a subseção ‘Corpo que se faz à revelia das regras’ dedica-se a fazê-lo no tocante aos corpos gênero-dissidentes, travestis e transexuais. Em um primeiro momento, contando, principalmente, com o aporte de *Foucault, Feminismo e Subjetividade* (2016), de Margaret A. McLaren levanto o debate a respeito de, na prostituição, atrelada ao corpo, estar a sexualidade. Para tanto, dialogo com as contribuições de estudiosas brasileiras da temática da prostituição, como a antropóloga Elisiane Pasini cujos conceitos de “corpo-afeto” e “corpo-mercadoria” auxiliam a compreender agenciamentos corporais engendrados pelas TS nos trânsitos sociais. Além dela, novamente Frida Carla Elisio dos Santos suplementa as análises empreendidas, que encerro com apontamentos acerca do “mito da beleza”, subsidiada em Naomi Wolf.

Em seguida, secciono a discussão sobre corpo, direcionando-me às TS travestis e transexuais. Neste contexto, para dialogar com o corpus, elenco a autobiografia de Luiza Marilac – *Eu, Travesti* (2020) – e Indianarae Siqueira, no prefácio de *ESEFP*³. Aliada à de Moira, a leitura de ambas desperta questões para as quais encontramos aprofundamento crítico em *Transfeminismo* (2021), de Letícia Nascimento; *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho* (2018), de Olívia Paixão; e “Na noite nem todos os gatos são pardos – Notas sobre a prostituição travesti” (2005), de Larissa Pelúcio.

Em “Identidades e subjetividades do cabaré ao ler”, semelhante ao subcapítulo anterior, traça-se uma discussão, agora, sobre identidades da prostituta, e, assim como no primeiro, dedica-se uma subseção – ‘Identidades e subjetividades travestis e transexuais: transputafeminismo?’ – a realizá-la no âmbito do protagonismo de corpos gênero-dissidentes, travestis e transexuais. Em primeira instância, segue-se a análise baseada em McLaren, aliada à Monique Prada (2018) e Stuart Hall (2000). Seguidamente, ao discorrer sobre a proposta feminista decolonial, me baseio em Ferrara e Carrizo (2021) e, adiante, em Ostetto e Bernardes (2015), para alinhar narratividades e subjetividades.

‘Identidades e subjetividades travestis e transexuais: transputafeminismo?’ aborda o processo identitário por que passam as TS gênero-dissidentes, com amparo nas mesmas bibliografias literárias e teóricas selecionadas para a seção anterior, em adendo de depoimentos

³ Doravante, a obra *E se eu fosse pura* será referenciada também pela sigla *ESEFP*.

de *Translado* (2018) e das contribuições teóricas, a saber: o artigo ““Senhora, essa identidade não é sua!”: reflexões sobre a transnomeação” (2013), de Guaranha e Lomando; a dissertação *Travestis em contexto de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta* de Maria Zanela; breve passagem de *O Parque das irmãs magníficas* (2021), da autora argentina Camila Sosa Villada; e o relato pessoal da pedagoga Maria Clara Araújo dos Passos, “Meu manifesto pela igualdade: sobre ser travesti e ter sido aprovada em uma universidade federal” (2022).

Por fim, “Putafeminismo: Diz puta no campo literário” é o tópico que fecha o estudo, debruçando-se sobre o movimento putafeminista ancorado no fazer literário, político e acadêmico. Aqui, *Putafeminista* (2018), de Monique Prada impõe-se como corpus basilar, inicialmente, discutido em sua epígrafe, de Dolores Juliano – demandando a postulação de estigma, de modo a evocar Erving Goffman (1963) –, e, posteriormente, em sua apresentação, assinada por Adriana Piscitelli. Adiante, é apreciado em leitura comparada ao homônimo *Putafeminista: Historias de uma trabajadora sexual* (2022), da TS e ativista argentina Georgina Orellano. Enfim, o diálogo putafeminista que se delineia entre as obras do corpus é o mote dessa última subseção.

A propósito, cabe, aqui, apresentar brevemente os livros que protagonizam esse estudo: *Putafeminista* (2018), de Monique Prada; é, das elencadas, a obra que analisa os desdobramentos e postula conceituações acerca do movimento de trabalhadoras sexuais, interseccional ao feminismo. A experiência no trabalho sexual é impulsionadora das discussões empenhadas pela autora, em um formato que podemos afirmar ensaístico, o qual se sobressai à narrativa autobiográfica. O título, publicado pela editora Veneta, é partícipe da coleção Baderna, cujo próprio nome instiga a proposta transgressora do volume.

Subdividida em nove capítulos, a obra é a primeira do Brasil a contextualizar o Putafeminismo enquanto movimento articulado das TS. Como dito, não se trata de uma narrativa autobiográfica, possibilidade que a própria Prada descarta – tomando como parâmetro *ESEFP* –, logo no primeiro capítulo: “Quem sabe um dia também eu me atreva, então, a trilhar esse caminho tão esperado pelo público [...]? Mas não ainda, não dessa vez. Dessa vez aceitei o desafio de escrever sobre feminismo, política, prostituição, militância, puta ativismo. Putativismo. Putafeminismo” (PRADA, 2018, p. 31). Em virtude desse fato, cabe pontuar que somente o capítulo oito, intitulado “Do começo”, é composto de relatos de si. Ao longo do livro, em geral, ainda que haja fragmentos narrativos de experiências pessoais, estes corroboram articulações sobre as pautas arroladas.

E se eu fosse puta (2016; 2018), de Amara Moira em sua primeira e segunda edições foi publicado pela Hoo Editora. Na reedição, há alterações significativas, desde o nome da obra, que passa a intitular-se *E se eu fosse pura* (2018), de forma que a letra “r” sobrepõe-se à letra “t” da palavra “puta”, modificando-a, assim como o sentido do enunciado. Essa troca é esclarecida em paratexto inicial, nomeado “A título de justificativa”, que, entre outros apontamentos, destaca reclamações por parte do público e roubos do livro aparentemente motivados pela vergonha de adquiri-lo: “Dois títulos, e fica a seu critério escolher por qual dos dois chamá-lo” (MOIRA, 2018, p. 7). Em detrimento dessa mudança, ambas apresentam encadernação similar, estampada por uma fotografia de Amara Moira. Ademais, o enunciado no verso da capa do segundo exemplar – “Edição revista e atualizada” – assinala que, também no texto, há inserções e cortes – de cunho revisional, muitas das vezes, mas, em algumas, mais expressivos⁴.

Quando comecei a redigir a tese, me inclinei a partir do capítulo dois, porque abrangeria a temática com a qual eu possuía mais proximidade. Naquele momento, dispunha apenas da primeira edição de *ESEFP*, portanto, os trechos selecionados e usados foram os da publicação de 2016. Como visto, Amara Moira, à exigência da editora, muda o nome de seu livro, e, não apenas ele, altera significativamente o texto. Dessarte, me questionei sobre por que não transcrever as passagens revisitadas, já que estamos falando de um palimpsesto de putas? Entre algumas mudanças consideráveis e outras meramente ortográficas, optei por respeitar a reescrita de Moira.

Assim sendo, justifico a escolha pela segunda edição de *E se eu fosse puta* – o renomeado *E se eu fosse pura* (2018) – ao invés da primeira, o que corrobora, ainda, os conceitos de autobiografia⁵ e de antiautobiografia⁶ a serem discutidos no percurso deste estudo⁷. Para o momento, cabe ressaltar que, segundo Lejeune, “Uma entrada de diário é o que foi escrito

⁴ Os quais, nessa conjuntura, serão apontados e explorados, caso necessário.

⁵ “AUTOBIOGRAFIA: (...) obra literária, romance, poema, tratado filosófico, etc., cujo autor teve a intenção, secreta ou confessa, de contar sua vida, de expor seus pensamentos ou de expressar seus sentimentos” (VAPEREAU, 1876, apud LEJEUNE, 2014a, p. 62); “num sentido mais amplo, ‘autobiografia’ pode designar também qualquer texto em que o autor *parece* expressar sua vida ou seus sentimentos, quaisquer que sejam a forma do texto e o contrato proposto por ele” (LEJEUNE, 2014a, p. 62 – grifo do autor).

⁶ Conceito de Magareth Rago. Ver: *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

⁷ Sumamente, Amara Moira, na edição selecionada, faz ajustes ao texto primário, o que corrobora o proposto por Philippe Lejeune sobre autobiografia; no tocante à antiautobiografia, adiantamos que se trata de uma narrativa que contraria a perspectiva tradicional a qual enxerga, na produção de um texto autobiográfico, um exame de consciência baseado, a priori, em um desejo de purificação, penitência e reconciliação consigo mesmo e perante o outro.

num certo momento, na mais absoluta ignorância quanto ao futuro, e cujo conteúdo não foi com certeza modificado.” (LEJEUNE, 2014, p. 300).

Moira escreve seu livro resgatando passagens diarísticas de momentos anteriores de sua vida, inclusive antes de assumir-se travesti; no entanto, mescla a esses registros, uma narrativa da experiência no trabalho sexual, aparentemente formulada para publicação, na qual, inclusive, conversa diretamente com os leitores, chamando-os por “vocês”. Diante dessas peculiaridades, soa pertinente ler sua obra, resguardando a heterogeneidade apontada, de uma perspectiva genérica autobiográfica: “Um diário mais tarde modificado ou podado talvez ganhe algum valor literário, mas terá perdido o essencial: a autenticidade do momento. Quando soa meia-noite, não posso mais fazer modificações. Se o fizer, abandono o diário para cair na autobiografia” (LEJEUNE, 2014, p. 300).

ESEFP trata-se de uma narrativa em prosa, subdividida em quarenta e quatro capítulos que trazem diversas experiências da autora na prostituição, à exceção de um deles, destinado a poemas autorais – “Além de fazer putaria, a travesti ainda inventa de escrever poema”⁸. As primeiras páginas apresentam tirinhas da cartunista Laerte Coutinho sob o título “Muriel em dias de ‘e se eu fosse...’”, alternadas com passagens de sua autoria que estabelecem um diálogo com a obra, finalizadas pelo seguinte enunciado acompanhado de sua assinatura: “Fico feliz que esses quadrinhos tenham se encaixado neste livro, ao lado do texto cheio de alegria da Amara!” (COUTINHO in MOIRA, 2018, p. 19). Por fim, ressaltamos que o livro está em sua terceira edição, a qual não foi contemplada aqui devido ao adiantado da pesquisa, quando desta publicação que é recente⁹.

A redação da primeira edição de *O prazer é todo nosso* (2015) – pela editora MosArte – é à exceção de uma revisão textual, a mesma da segunda (2016) – pela Rosa dos Tempos. Lola Benvenutti publica aos vinte e dois anos essa que é uma obra de cunho erótico, deslindando programas sexuais nos quais realiza as mais diversas fantasias e desejos seus e dos clientes. Diferentemente do critério estabelecido para a leitura de *ESEFP*, os trechos de Benvenutti extraídos para o diálogo são da primeira edição do livro, devido à dificuldade de aquisição do exemplar da segunda edição no princípio da pesquisa, comercializado, à época da procura,

⁸ Na primeira edição a ordem dos verbos é inversa: “Além de escrever putaria, a travesti ainda inventa de fazer poema”; ademais, há apenas um poema, diferentemente da segunda, em que, além deste, são incluídos outros dois, alteração que também é sinalizada na justificativa inicial: “acréscimo de uns dois poeminhas marotos” (MOIRA, 2018, p. 7).

⁹ Na terceira edição, lançada pela N-1 Edições, em agosto de 2023, o novo título foi mantido e a foto de capa alterada.

apenas em Portugal. No entanto, de posse das duas publicações, notou-se a manutenção integral do texto sem acréscimos ou supressões.

Eu, mulher da vida (1992), é publicado pela editora Rosa dos Tempos. Gabriela Leite é estimada como a grande predecessora do movimento de trabalhadoras sexuais no Brasil, ao lado de Lourdes Barreto, e sua autobiografia é pioneira no país na abordagem do trabalho sexual de uma perspectiva regulamentarista. Foi uma putafeminista – ainda que não tenha sido contemporânea do termo na sua compreensão atual, pois faleceu em 2013 – responsável por organizar a classe na luta por direitos e prevenção, criando, mobilizando e colaborando em projetos importantes e na fundação de associações e coletivos, que progressivamente foram instituindo-se por todo o país.

Seu segundo livro, *Filha, mãe, avó e puta* (2009), apesar de publicado dezessete anos após o primeiro, possui, em relação a ele, uma tônica muito semelhante, como se o ampliasse e incorporasse os novos fatos vividos ao longo desse tempo. A esta altura, Leite já alçara certa notoriedade, o que reverbera em convites para entrevistas em emissoras da TV aberta brasileira – participando, por exemplo, do programa Roda Viva – e, portanto, em uma maior repercussão de sua publicação.

Distintamente das autobiografias de Moira e Benvenuti, o maior foco da narrativa não são os programas, mas sim, o percurso pessoal de Leite, desde sua iniciação na prostituição até o ativismo político que exerceu em benefício do trabalho sexual. *FMAP*¹⁰ é subdividido em possíveis capítulos e subcapítulos, não sumarizados ao início do exemplar, mas destacados em páginas de fundo preto e letras em cinza e branco, cujos títulos, a despeito de algumas exceções, remetem aos mandamentos bíblicos, de forma que constam dez mandamentos da puta, integrando um total de quatorze aparentes capítulos; os outros quatro, à exceção do primeiro – “A grande lição”, composto por um texto de uma lauda, em tom característico de uma apresentação – designam-se por frases de Ana Cristina Cesar, Carlos Drummond de Andrade e Fernando Pessoa.

A *Puta autobiografia* de Lourdes Barreto foi publicada por duas editoras – Paka-Tatu (2022) e Claraboia (2023) – tendo em vista a tiragem menor da primeira impressão, realizada através de recursos de emendas parlamentares. Ambas as edições apresentam, em tese, o mesmo conteúdo textual, compreendido por seis capítulos, os quais são denominados “ondas”. Assim como Leite, Barreto empenha-se em narrar sua trajetória em prol do trabalho sexual, em

¹⁰ Doravante, a obra *Filha, mãe, avó e puta* será referenciada também pela sigla *FMAP*.

detrimento dos detalhes dos atendimentos, intercalada a fotografias que registram momentos relevantes pessoais e coletivos.

Cabe observar, contudo, que devido às diferenças na formatação e diagramação, passagens que, na primeira edição, apresentam um recuo e parecem funcionar como aforismos ao longo do texto, na segunda edição, estão dispostas de forma a serem entendidas como subtítulo ou subcapítulo, alterando, em maior ou menor grau, a percepção leitora. Assim, os sumários de ambas divergem em relação a subtítulos, na medida em que alguns estão incorporados à narrativa; em outros momentos, há pequenos trechos suprimidos de um exemplar para outro.

Além dessas, outras publicações de cunho autobiográfico confluentes à proposta putafeminista serão apresentadas no decurso da pesquisa, entre obras coletivas, estudos acadêmicos e narrativas autorais, como apontado no detalhamento dos capítulos, supramencionado. Então, antes de tudo, entender o putafeminismo é substancial para o debate que, aqui, pretende-se empreender. Este, no entendimento de Monique Prada, autora de *Putafeminista* (2018), descreve-se, de maneira concisa, como um movimento que permite que mulheres trabalhadoras sexuais tenham o direito de ser feministas – sem sentirem-se intimidadas por seu ofício ou abdicarem dele – e combatam o estigma que pesa sobre a atividade, disputando pela legitimação de suas pautas. Outrossim, conforme Prada, conceitualmente, tal feminismo oportuniza disputar narrativas, dado que propicia rever estruturalmente a prostituição, de modo a identificar e confrontar as opressões nela estabelecidas.

Portanto, o putafeminismo nada mais é que um movimento feminista interseccional protagonizado pelas TS. E por que a trabalhadora sexual não poderia ser feminista, se o mesmo sistema que a oprime e subjuga é o que tolhe a existência de toda mulher? É o que pretendem contestar as interlocutoras Prada, Moira, Benvenuti, Leite e Barreto, autoras desse pretenso palimpsesto de putas – título inspirado no livro de Elvira Vigna, escritora brasileira, o premiado, *Como se estivéssemos em palimpsesto de putas* (2016), que traz de forma ficcional a temática da prostituição, abordando-a de maneira crítica, fugindo ao senso comum.

No Brasil, são inúmeras as alcunhas usadas para designar a sujeita que se prostitui, dentre as quais, a famigerada “puta”, logo, não há uma definição consensual sobre qual termo seria mais apropriado. Tendo em vista que o livro norteador da discussão pretendida na presente tese é *Putafeminista* (2018), baseamo-nos nele para a adoção prioritária da expressão

trabalhadora sexual¹¹. De toda forma, usarei ainda as palavras prostituta e puta, reivindicadas pelas autoras em questão e, também, os sinônimos profissão, atividade, função, ofício, para me referir ao trabalho sexual.

Aprendi, ao ler a tese e assistir à defesa de uma amiga, que é preciso pluralizar as vozes, prerrogativa a qual as narrativas e redes alinhavadas pelas trabalhadoras sexuais só vieram a corroborar. Portanto, daqui em diante, o eu dará lugar ao nós e a pesquisa dividirá o palco com as performatividades dessas mulheres multifacetadas.

¹¹ Prada considera que tal expressão demarca um locus político, na medida em que reafirma a percepção da atividade como trabalho, ademais, é um termo que engloba várias atuações dentro do campo. Discutiremos com profundidade a questão no terceiro capítulo deste estudo.

1. PERFORMATIVIDADES DO SER: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS DOS FEMINISMOS E DA PROSTITUIÇÃO

Da Antiguidade aos dias de hoje, a puta ora é vista como sacerdotisa, detentora de saberes divinos, ora como mulher perdida, desprezível, desqualificada. Dos bordéis estatais de Sólon, na misógina Grécia Antiga, à prostituição massiva como única alternativa para a subsistência das mulheres em períodos de escassez; da prostituição de luxo em bordéis ditos secretos à sedução e os perigos das esquinas; dos anúncios de jornal e adesivos em telefones públicos à internet e à prostituição exclusivamente virtual dos portais onde homens, mulheres e casais se exibem em webcams, as transformações são facilmente perceptíveis. E isso não impede que modos mais tradicionais e “respeitáveis” de prostituição, como o casamento por conveniência financeira e os sugar daddies com suas discretas babies (que podemos descrever como uma versão moderna do “tio que ajuda a pagar os estudos”), ainda sejam bastante presentes.

Monique Prada

Para melhor entender o presente e vislumbrar o futuro, é preciso visitar o passado. Partindo dessa premissa, no capítulo que se inicia e abre o presente estudo, pretende-se traçar um panorama histórico-social das performances do ser prostituta, a fim de elucubrar o processo ao longo do qual a percepção da figura puta transmutou-se de deusa a “vagabunda” – um dos muitos sinônimos depreciativos encontrados nos dicionários –; no Brasil, bem como em muitos outros países, seguramente, dos vocábulos mais pejorativos do código linguístico.

O objetivo desse resgate se dá pela necessidade de, adiante, lançarmos mão de repertório suficiente para entender conceitos como estigma, puta imaginada, putafeminismo, além de balizarmos contextos econômicos, sociais e culturais para as discussões e diálogos que, aqui, pretende-se desenvolver. Nesse sentido, não apenas a literatura, mas a música, o cinema, a televisão, enfim, as mídias e as artes serão contempladas na medida em que se entende que a confluência de todas elas formula um imaginário acerca da trabalhadora sexual.

Sendo assim, pretendemos buscar respostas para perguntas tais como: De onde vem a aversão à puta nas sociedades? Quem foram e são os porta-vozes dessa figura nos mais diversos discursos – científicos, médicos, políticos – e manifestações – artísticas, culturais, sociais? A

partir de quais perspectivas e abordagens elabora-se a representação da prostituta na contemporaneidade?

Para tanto, em um primeiro momento, resgataremos a prostituição por um viés histórico, que, conseqüentemente abarca, dentre muitas outras, premissas religiosas, políticas, econômicas, identitárias. Em seguida, nos proporemos a demonstrar como esse imaginário coletivo acerca da puta pode ser ressonado pelas diversas plataformas midiáticas e artísticas reforçando estereótipos, uma vez que produzido e reproduzido por vozes não representativas dessas sujeitas.

Por fim, e para estabelecer o diálogo propriamente dito com as produções literárias e teóricas selecionadas, buscaremos entender a posição de autoria das próprias trabalhadoras sexuais, a partir de suas produções, que rompem/ampliam/dissonam/reforçam, mas, principalmente, buscam questionar toda uma construção elaborada sobre elas, porém, até então, não, por elas. Além do corpus principal, lançaremos mão dos relatos orais de outras três TS brasileiras, Nanci Maria Feijó de Melo, Carmem Costa e Luza Maria Silva – registrados na *live Trabalhadoras Sexuais e o enfrentamento das violências* (2022).

1.1 RESGATE HISTÓRICO

Tudo o que eu havia lido sobre a prostituição e as prostitutas parecia ter sido escrito por homens – a classe dos clientes – em sua maioria acadêmicos que reivindicavam objetividade intelectual. Ocorreu-me o pensamento de que se a prostituição é realmente a profissão mais antiga do mundo, os homens que escrevem sobre ela compõem certamente a segunda profissão mais antiga. Desde que a tinta foi inventada, parece que os escritores homens estiveram obcecados pelas prostitutas. Bem, quem pode culpá-los? As prostitutas eram e são mulheres interessantes – foram as primeiras a dizer “Não” ao domínio patriarcal.

Nickie Roberts

Tendo em vista as reviravoltas históricas sucedidas em relação à figura da prostituta, ainda nos dias de hoje, esta é vista como um sujeito emblemático e retratada de forma controversa. O imaginário ao redor dessa personagem quase mítica é (re)elaborado, ao longo

dos séculos, conforme os discursos de instituições de poder e controle como igreja, mídia e estado.

Contudo, antes de tratarmos, aqui, propriamente sobre a prostituição feminina e, de modo específico, sobre o putafeminismo, é preciso traçar um resgate da produção teórico-crítica a respeito do feminismo, ou, como podemos nomear, hoje, diante da abordagem interseccional, os feminismos – em que pese o fato, por exemplo, de que muitas feministas não se veriam representadas no movimento supracitado, bem como mulheres negras não se viram em pautas preambulares do feminismo.

Logo, traçaremos, na primeira sessão deste balanço histórico, um fio que entrelaçará precedentes “sobre deusas, bruxas e putas”. Tomando como ponto de partida a obra *As Prostitutas na História* (1998), da escritora e ex-stripper, Nickie Roberts, discutiremos sobre a prostituta-sacerdotisa, uma narrativa oculta(da) das antecessoras das protagonistas deste estudo. Em seguida, contamos com *Mulheres e Caça às Bruxas* (2019), de Silvia Federici, para discutir acerca das mulheres do século XVIII condenadas à fogueira por práticas, as quais muitas se assemelham as realizadas pelas sacerdotisas nos tempos primitivos e pelas trabalhadoras sexuais nos dias de hoje. Destas últimas, finalmente, ocupar-nos-emos à luz dos estudos da historiadora Margareth Rago.

Sentimos, aqui, mais que a necessidade, a obrigatoriedade de tratar sobre as relações entre feminismo e marxismo – uma vez que estamos discutindo a respeito de uma atividade, antes de tudo, remunerada, um contrato de serviços entre duas ou mais pessoas. Diante disso, em um segundo momento, é crucial entender a partir de qual perspectiva algumas das feministas, cujas obras alicerçarão o presente estudo, se fundamentam e se posicionam ideológica e politicamente.

Por fim, traremos algumas discussões sobre a prostituição no Brasil hoje. O escopo literário e teórico de *Putafeminista* perpassará todo esse trabalho.

1.1.1 Sobre deusas, bruxas e putas

*nós
nós somos as netas
das bruxas*

as filhas das putas

*nós somos as irmãs
das estupradas*

*mal faladas
excluídas
insubmissas*

*nós somos as parideiras
aborteiras*

*nós vamos à luta
nós somos livres*

*olhe bem nos nossos olhos:
no fundo de cada menina ainda
arde a tua fogueira!*

*olhe bem nos nossos olhos:
nós somos a mais pura fonte
da humanidade inteira.*

nanda barreto

Na cultura hodierna – e, aqui, damos ênfase à brasileira –, a puta é julgada como pecadora, imoral e desonesta, entretanto, em eras pretéritas, já foi vista com grande adoração, como divindade e, ainda, sinônimo de refinamento. *As prostitutas na história* (1998), livro de Nickie Roberts, uma ex-stripper inglesa, nos revela essa história pouco contada, ressaltando o “status elevado das prostitutas-sacerdotisas do passado” (ROBERTS, 1998, p. 18). Trazendo como provas evidências da arte em eras primitivas, ela comprova a centralidade da mulher ao longo de mais de vinte e cinco mil anos: “[...] no período do tempo que os homens rotularam de ‘pré-história’ (pré-patriarcado, para sermos mais precisas), a mulher é que era considerada a criadora da força da vida. Ela era adorada como a Grande Deusa e como tal estava no centro de toda a atividade social” (ROBERTS, 1998, p. 19).

Ocupando tal posição de poder, as mulheres controlavam, conseqüentemente, sua sexualidade, elemento que era intrínseco à cultura e religião. Atribuía-se uma enlevada aliança entre o sexo e a pulsão vital, ademais, por meio dos ritos sexuais, o povo acessava o poder da Deusa:

A Grande Deusa, conhecida inicialmente como Inanna e mais tarde como Ishtar, deteve o poder durante todo o nascimento e o berço da civilização do antigo Oriente Médio, desde o início da história, até cerca de 3000 a.C.; e onde ela era adorada, a prostituição sagrada era um ponto focal do ritual religioso. Com a própria Ishtar identificada como uma prostituta, e com as prostitutas-sacerdotisas sendo membros dos templos que ainda eram o centro do poder religioso, político e econômico na Mesopotâmia, o status das prostitutas era elevado (ROBERTS, 1998, p. 23).

Como evoca Roberts, a Deusa era adorada nos templos mediante antigos rituais de sexo com as sacerdotisas do lugar, concomitantemente sagradas e prostitutas, as primeiras da história (ROBERTS, 1998, p. 22-23). Para corroborar tal assertiva, a autora elenca o *Épico de Gilgamesh*, um dos primeiros poemas registrados no mundo, segundo ela: “escrito na Suméria (sul da Mesopotâmia) em torno de 2000 a.C., supostamente extraído de uma fonte oral muito mais antiga, mostra como estas primeiras prostitutas estavam longe de ser estigmatizadas, como são hoje” (ROBERTS, 1998, p. 23). Deste texto secular – em que a divindade Innana inspirava os dotes da cultura e representava as artes (música, dança, poesia) e habilidades com relacionamentos humanos e cura – interpreta-se que as prostitutas-sacerdotisas personificavam tal legado através da comunhão sexual-espiritual.

Às representantes da Deusa, portanto, eram ofertados vinhos, comidas, azeites e bens diversos. Antes das cerimônias sexuais, as pessoas depositavam tais oferendas a seus pés. Roberts descreve a hierarquia das prostitutas – “que refletia uma ampla e variada extensão de funções e especialidade, nem todas claras nas evidências disponíveis” (ROBERTS, 1998, p. 26) – na qual, na posição mais elevada, se encontravam as sacerdotisas *entu* e as *naditu*; em sequência, estavam as *qadishtu* e as *ishtaritu*, muitas delas, especialistas em canto, instrumento e dança; e, por fim, as *harimtu* que transitavam o interior e exterior dos templos:

As *harimtu* que trabalhavam fora dos templos foram as primeiras prostitutas de rua, operando independentemente e em uma base comercial; mesmo assim, a conexão entre sexo e religião persistia, pois as prostitutas de rua continuavam a ser consideradas mulheres sagradas, protegidas por Ishtar, e seus proventos vinham sob a forma de oferendas em nome da deusa. Em um texto da época, a deusa é citada dizendo: “Quando me sento na entrada da taverna, eu, Ishtar, sou uma amorosa *harimtu*” (ROBERTS, 1998, p. 26).

Ainda que em níveis diferentes, as meretrizes de todas as classes representavam a divindade e enriqueciam os templos por meio das riquezas ofertadas à deusa personificada em suas figuras.

Contudo, novos governantes, homens, passaram a travar lutas nesses locais, atacando a influente religião da Deusa, a fim de promover seus deuses e instaurar novas tradições, por fim, controlando e explorando as mulheres do templo. Assim, as prostitutas-sacerdotisas, ainda que buscassem a manutenção de suas práticas e tradições locais, à base de resistência de sua parte e de seus adoradores, foram perdendo poder, “rebaixadas de seus antigos papéis de elevada posição para aqueles de dançarinas e instrumentistas” (ROBERTS, 1998, p. 26). Despejadas dos templos, acabaram formando companhias profissionais, percorrendo os circuitos de

festividades religiosas e sociais, dispostas a entreter e proporcionar sexo ritualístico, atividades que desde sempre realizavam nas celebrações.

“Como a profissão da prostituição, a divisão das mulheres em esposas e prostitutas é tão antiga quanto a história (patriarcal). Foi na antiga Suméria, em torno de 2000 a.C., que surgiram as primeiras leis segregando as duas” (ROBERTS, 1998, p. 27). O que acabou por aprofundar o abismo entre as esposas e prostitutas, conforme Roberts, foi o progresso e sequente instauração das instituições religiosas e políticas patriarcais de casamento, que preconizavam o marido como dono da esposa e filhos; concomitante a isso, as leis que segregavam as prostitutas se impuseram opressivas:

Em 1100 a.C. os assírios lançaram as primeiras prescrições legais aos códigos para os trajes das prostitutas; elas foram instruídas a usar jaquetas de couro especiais, “para atrair a atenção”, e foi promulgado um alegre decreto segundo o qual elas não deviam de modo algum usar o véu, que era reservado como uma marca da submissão da esposa ao seu marido (ROBERTS, 1998, p. 27-28).

Como se pode notar, em mais de três mil anos, alguns hábitos seguem instaurados sem mudanças significativas: o véu, desde 1100 a.C. até os dias atuais, em muitas culturas, perpetua uma divisão das mulheres perante a sociedade. É muito comum encontrar, na “literatura da prostituição”, passagens que refletem a respeito do que seriam os trajes da puta, vistos como impróprios. Inclusive, é recorrente no Brasil, um país arraigado por uma cultura patriarcal e comportamentos misóginos, que se sustente o argumento atroz de que a roupa usada por uma mulher pode justificar um abuso sexual. Para além disso, o fato de uma mulher exercer a prostituição, ou ainda, estar sozinha na rua de madrugada – escusa para pressupor que se trata de uma trabalhadora sexual –, seria álibi aceitável para agredi-la ou violentá-la. Em 2007, uma empregada doméstica foi roubada e espancada por cinco criminosos de classe média no Rio de Janeiro. Alegando ter confundido a vítima com uma prostituta, os agressores “justificaram” o ataque.¹²

Volvendo à lacuna criada entre “boas” e “más” mulheres, que era cada vez mais reforçada e estabelecida por religiosos e governantes, temos, ainda em Nickie Roberts que, ao passo que as esposas eram controladas e sexualmente abusadas, os homens não abriram mão da liberdade de recorrer a relações sexuais com prostitutas que, por sua vez, conseguiram manter uma autonomia sexual e econômica resistindo à domesticação, apesar da imposição de leis cada vez mais duras e punitivas (ROBERTS, 1998, p. 28):

¹² Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/jovens-roubam-agridem-domestica-afirmam-que-confundiram-com-prostituta-682356.html>. Acesso em: 13 set. 2022.

Sua sexualidade rebelde e não dependência de um dono era uma ameaça óbvia à autoridade patriarcal – como tem sido desde então. E durante toda a história da Mesopotâmia e do antigo Egito, o sexo era ainda considerado, em grande extensão, sagrado, e, apesar das leis, não havia moralidade puritana para estigmatizar as mulheres que decidiam se sustentar vendendo sexo. Para as elites masculinas decisivamente derrubarem o poder das prostitutas, teriam que inventar um sistema de moralidade repressiva ao sexo que fosse suficientemente negativo para transformar as mulheres sagradas em párias sociais (ROBERTS, 1998, p. 28).

Para alcançarem seus objetivos, Igreja e Estado deturparam indiscriminadamente a religião da deusa, empregando, além de táticas severas e inequívocas, propagandas implacáveis – desprezo explícito e desdém em relação a mulheres que não fossem virgens ou casadas –; contudo, encontraram dificuldades para instaurar as novas crenças em detrimento das anteriores e controlar a vida sexual de seu povo. A instituição da moralidade sexual foi mote para a estigmatização da prostituição – que não contemplava apenas a prostituta em si, mas atos ligados àqueles costumes e cultura matriarcal, “sempre se referiam aos ‘ritos medonhos’ da adoração à deusa como ‘prostituição’, nesse novo sentido pejorativo recém-criado da palavra” (ROBERTS, 1998, p. 29).

Esta nova doutrina passou, portanto, a vigiar a conduta feminina, taxando como “prostituição” comportamentos considerados inadequados: possuir amantes, escolher “inapropriadamente” o que vestir, adorar a deusa ou viver a própria vida sem depender dos homens e do conceito, então estabelecido, de moralidade. Dessa forma, o patriarcado foi institucionalizando-se progressivamente.

Os trechos destacados na seguinte passagem de Roberts nos remetem a livros das autoras elencadas ao longo deste estudo:

Entretanto, no que se refere às próprias prostitutas, nunca houve nenhuma questão de estigma ligada a sua profissão. Elas continuavam ligadas às suas tradições de adoração à deusa e afirmavam ardorosamente seu desejo de viver independentemente do “homem”, *escolhendo* a prostituição como sua carreira. **E não havia escassez de clientes, pois os homens – como sempre** – não tinham a intenção de se confinarem a si mesmos em seus próprios casamentos, apesar das exortações dos sacerdotes. (ROBERTS, 1998, p. 30, grifo da autora/grifo nosso).

Dois pontos nos chamam atenção no parágrafo acima: a questão da escolha e o fato da profusão infindável de clientes. Sabemos e veremos que, ao longo de séculos, muitas mulheres, travestis e transexuais entraram na prostituição quase que compulsoriamente; contudo, a seleção de obras discutida nesse estudo tem como um dos critérios justamente a reivindicação

de uma escolha pelo trabalho sexual¹³. Sobre os clientes, na fortuna crítica acerca da prostituição, em geral, é colocado o fato da não responsabilização dos mesmos pela manutenção do trabalho sexual – enquanto consumidores assíduos –, que é imputada, em geral, unicamente às profissionais e, além, critica-se a naturalização do que seria uma necessidade masculina de variação de parceiras e de um discurso que sugere um instintivo descontrole sexual por parte dos mesmos, “como necessidade orgânica natural”¹⁴ (RAGO, 2008, p. 203).

Roberts observa que os esforços dispensados na negação do poder das mulheres na humanidade foram bem-sucedidos. Caminhando mais adiante no tempo, século V a.C., na Grécia clássica, as mulheres se encontravam sob o controle dos homens na esfera privada. Em particular, Sólon, governador de Atenas neste período, foi responsável por estabelecer e institucionalizar o papel da mulher na sociedade grega. Já na epígrafe que abre este subcapítulo, Monique Prada faz referência ao legislador, remetendo à misoginia instaurada por intermédio de suas estratégias de divisão e regulamentação dos direitos e deveres femininos naquela localidade.

“Sólon introduziu um abrangente programa de leis que foi designado para regulamentar o lugar de todas as mulheres na sociedade ateniense e ao mesmo tempo continuar a tradição patriarcal de dividi-las em ‘boas’ mulheres e o resto” (ROBERTS, 1998, p. 33). Para ele, que era respeitado e admirado pelas figuras influentes da época, era inequívoco que ou as mulheres eram esposas ou prostitutas e, na segunda categoria, se encaixavam mulheres escravizadas que trabalhavam fora do ambiente doméstico, pobres, estrangeiras e qualquer uma que buscasse ou necessitasse se manter independente.

“O estigma tem sido uma das estratégias mais eficazes de dominação patriarcal” (PRADA, 2018, p. 35). Com efeito, a divisão das mulheres entre esposas e putas perpetua-se até os dias de hoje em muitas culturas, inclusive a brasileira. É uma discussão atual e que muito tem sido debatida pelas putafeministas e pesquisadoras da temática: “Ainda que as mulheres possam ocupar, na sociedade contemporânea, outros espaços que não o de esposa ou prostituta, podendo exercer uma série de outras atividades, vamos perceber que essa linha tênue que nos separa entre ‘boas’ e ‘más’ segue existindo” (PRADA, 2018, p. 77).

Posteriormente, saltando algumas centenas de anos no tempo, nos deparamos com a bruxa. A caça às bruxas dos séculos XVI e XVII levou muitas mulheres a disputas sangrentas,

¹³ Que será discutida de forma mais aprofundada no terceiro capítulo deste estudo.

¹⁴ No subcapítulo de *Os prazeres da noite* (2008), “A cultural do bordel”, a historiadora Margareth Rago pontua que prostituição exercia um papel “civilizador” na sociedade de meados do século XX, na medida em que iniciava sexualmente os rapazes e saciava instintos inerentes aos homens.

câmaras de tortura e fogueiras. Silvia Federici – filósofa e professora emérita da Universidade Hofstra, em Nova Iorque – traça uma análise histórica da caça às bruxas¹⁵, relacionando-a à perseguição ao feminino e sua subjugação ao masculino para fins de consolidação do sistema capitalista. Ela assinala que “A ‘bruxa’ era uma mulher de má reputação, que na juventude apresentara comportamento ‘libertino’, ‘promíscuo’” (FEDERICI, 2019, p. 53):

Muitas vezes, tinha crianças fora do casamento e sua conduta contradizia o modelo de feminilidade que, por meio do direito, do púlpito e da reorganização familiar, fora imposto à população feminina da Europa durante esse período. [...] Na figura da bruxa as autoridades puniam, ao mesmo tempo, a investida contra a propriedade privada, a insubordinação social, a propagação de crenças mágicas, que pressupunham a presença de poderes que não podiam controlar, e o desvio da norma sexual que, naquele momento, colocava o comportamento sexual e a procriação sob domínio do Estado (FEDERICI, 2019, 53-54).

É possível depreender que a bruxa, tal qual a prostituta, era, às vistas das instituições de poder, insubordinada, sexualmente livre e independente. Na passagem acima, ainda identificamos a repressão de cultos – assim como perpetrado contra a religião da deusa, muitos séculos antes. Nessa esteira, Federici alega que há uma “relação entre o movimento de caça às bruxas e o crescente cerceamento do corpo feminino por meio da ampliação do controle estatal sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres” (FEDERICI, 2019, p. 22). Na medida em que “[...] pobreza e transgressão sexual eram aspectos comuns de vida de muitas mulheres condenadas como bruxas” (FEDERICI, 2019, p. 22), a autora conclui que esses fatores foram determinantes para a imposição de meios de controle ainda mais rígidos, que se impunham sobre as mulheres de forma geral. Outro aspecto coincidente sobre a realidade de putas e bruxas, para além da perseguição, é o apagamento histórico, sendo tanto aquela quanto este negados por parte das instâncias opressoras.

Ainda sobre a segregação engendrada entre as mulheres, retornando à Grécia antiga, conclui-se que, ao passo que as atenienses que não se tornavam esposas não tinham muitas outras opções além da prostituição, esta atividade veio a crescer. Destarte, ao avaliar os lucros angariados pelas prostitutas, Sólon apressou-se em organizar a atividade que em pouco tempo lhe rendeu grandes riquezas, proporcionou aos homens de Atenas acesso irrestrito a bordéis oficiais do Estado e o tornou ovacionado por escritores ao longo dos séculos. Em contrapartida, as mulheres que eram escravizadas para o trabalho sexual nestes locais “viviam em condições pavorosas, em moradias apertadas e insalubres, parecendo celas; e, da mesma forma que as

¹⁵ Em *Calibã e a bruxa* (2017) e *Mulheres e caça às bruxas* (2019).

‘boas’ esposas de Atenas, não tinham controle nenhum sobre suas vidas” (ROBERTS, 1998, p. 36):

No interesse da precisão, descrever as operárias do bordel como prostitutas é inadequado: elas eram *escravas* do sexo. Em certo sentido, representavam o outro lado da moeda do casamento, pois ambos os grupos de mulheres eram inteiramente sujeitas aos papéis e às condições que Sólon havia estabelecido para elas. [...] Quem pode dizer qual delas tinha a existência mais miserável? (ROBERTS, 1998, p. 36, grifo da autora).

Uma vez mais, Nickie Roberts trata de um tema que é amplamente questionado pelas trabalhadoras sexuais até os dias de hoje: a oposição casamento/prostituição, que, a seu ver, são muito mais próximos que opostos. Nas autoras aqui elencadas – Monique Prada, Gabriela Leite, Lourdes Barreto, Amara Moira e Lola Benvenutti – e em outras, ainda, como Virginie Despentes, por exemplo – é possível se deparar com indagações bem similares a de Roberts, acima:

O desafio na prostituição é não se submeter ao desejo alheio.

Também é importante reconhecer que esse desafio não é exclusividade das relações do trabalho sexual. Ele se faz presente em todas, às vezes de forma até mais pesada nas relações amorosas. Ao menos em tese, a prostituta pode estabelecer seus limites ainda antes de aceitar o contrato, coisa que não ocorre nas relações amorosas. A namorada, a noiva, a esposa não têm limites. Ao contrário: quanto mais cede, mais “comprova” o seu amor. E quanto mais cede, mais acaba tendo que ceder para seguir comprovando.

Ainda assim, as relações não pagas são infinitamente mais respeitadas nesta sociedade do que aquelas em que se troca sexo por dinheiro abertamente. O modo como nossa sociedade lida com sexo e dinheiro é contraditório: são dois bens venerados e perseguidos ao extremo, mas a ideia de que possam andar juntos assusta. Assim, o princípio de que a mulher que cobra por sexo deve se submeter às ordens do cliente sem jamais contestá-lo se faz presente o tempo todo, ainda que isso não corresponda a uma realidade reta.

Parece que esquecemos que o dinheiro não é a única moeda de troca possível quando se fala da submissão feminina ao desejo alheio (PRADA, 2018, p. 75).

É sintomático que o envolvimento da remuneração financeira – a partir da consolidação da estrutura de classes – mude o aspecto moral do trâmite sexual aos olhos da sociedade. A mesma sociedade que – como aludido por Monique Prada, acima e na epígrafe que abre este subcapítulo – dá outro peso e medida para casamentos por interesse e relações baseadas na compensação financeira – desde que com um parceiro fixo, por exemplo, “modos mais tradicionais e ‘respeitáveis’ de prostituição” – é a que estigmatiza o trabalho sexual e se vê resguardada, até mesmo, em usar, como justificativa para um espancamento, a suposição de que a violentada fosse uma prostituta. Essa controvérsia, portanto, é mote para a discussão que empreenderemos a seguir. Acerca dessas questões fundamentais para a manutenção do

imaginário que envolve a prostituta, trataremos sobre a influência da retribuição financeira na definição de sexo.

1.1.2 Feminismo, marxismo e problemas de gênero

Sexo e Dinheiro

*Sexo e dinheiro são
Metro do nosso egoísmo
Embora os dois tenham
Bem pouco mais em comum
Veja os que dizem ser
Guias espirituais
Usam nosso temor
Para ter um ou outro ou os dois
Dinheiro e sexo são
Mera ilusão para tais
Cães*

*Dinheiro e sexo são
Espíritos desiguais
Mas desempenham funções
Nos limites finais
No meio a vida se dá
Entre as coisas reais
Dinheiro e sexo não
Podem cruzar-se jamais
Sexo e dinheiro são
Formas de libertação
Mas...*

*Dinheiro é uma abstração
Sexo é uma concreção: luz
Instância díspar sem
Denominador comum
Mas ambos fazem-nos ser
Seres de base igual
Um no começo
E outro no fim: ninguém é normal
Cantemos seus nomes
E nos livremos do seu
Mal*

Caetano Veloso

Raewyn Connell, socióloga transexual australiana, com a colaboração de Rebecca Pearse, pesquisadora na Universidade de Sidney, publica a terceira edição, revisada e ampliada, de *Gênero: uma perspectiva global* (2015). Tal obra oferece uma espécie de panorama das

concepções e percepções de gênero aliadas a estruturas como estado, igreja, discurso e representação, buscando compreendê-lo, no mundo contemporâneo, da esfera pessoal à política.

No início da discussão empreendida, as autoras lembram que, cotidianamente, organizamos afazeres e relações em torno da distinção de gênero, lidando com ele como algo dado, em arranjos tão enraizados que parecem fazer parte de uma suposta natureza preestabelecida: “Como homens e mulheres, escolhemos apertar os pés em diferentes tipos de sapatos, abotoar a camisa em lados opostos, cortar o cabelo com profissionais distintos, comprar calças em lojas separadas e abaixá-las em banheiros separados” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 37).

Não obstante, ainda que se queira e busque incessantemente provar o contrário, hoje se tem ciência de que sexualidade e gênero não são estados predeterminados: “É um tornar-se; é uma condição ativamente em construção” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 38). Levando isso em conta,

A identidade inclui nossas ideias sobre esse pertencimento e o que este significa, ou seja, que tipo de pessoa somos, como consequência de sermos mulher ou homem. Essas ideias não nos são apresentadas quando bebês como um pacote fechado no início da vida. Desenvolvem-se (há controvérsias sobre exatamente em que momento) e vão sendo detalhadas ao longo dos anos enquanto crescemos (CONNELL; PEARSE, 2019, p. 38).

Paralelamente a essa perspectiva, Butler¹⁶ (1988) argumenta que a identidade é performativamente instituída, como teremos a oportunidade de aprofundar adiante. “Esses esforços para manter ideias essencialistas sobre a inflexibilidade do ser mulher e do ser homem são uma evidência forte de que suas fronteiras não são lá muito estáveis” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 41), o que nos leva a perceber o interesse político que incide sobre a manutenção da perspectiva de gênero enquanto algo engessado e natural, como elucidado há pouco.

A manutenção de padrões amplamente difundidos entre relações sociais é o que a teoria social chama de “estrutura”. Nesse sentido, o gênero deve ser entendido como uma estrutura social. Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 47).

¹⁶ No ensaio *Os atos performativos e a constituição do gênero* (1988).

Deste modo, Connell e Pearse defendem, ao longo dos primeiros capítulos da obra, contando com estudos e pesquisas que corroboram suas assertivas, que a “metanálise” – procedimento estatístico introduzido nas pesquisas sobre diferenças de gênero nos anos oitenta –, ainda que não tenha revolucionado totalmente os estudos sobre diferenças de gênero, demonstra a raridade das diferenças marcadas de gênero. Diante disso, predomina a similaridade ampla entre mulheres e homens: “Assim podemos obter uma imagem das diferenças psicológicas de gênero e de suas similaridades não como fixas e tão antigas quanto a espécie humana, mas como produtos mutantes de respostas ativas dadas pelas pessoas em relação a um mundo social complexo e igualmente mutante” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 110). Em outros termos, as autoras não negam as práticas de gênero, mas reiteram que não há cientificamente padrões a que devam se limitar, uma vez que “a realidade segue escapando das categorias ortodoxas” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 66).

No ensaio *Os atos performativos e a constituição do gênero* (1988), a filósofa estadunidense Judith Butler apresenta a ideia de performatividade de gênero, a qual desenvolve de modo mais aprofundado na obra basilar *Problemas de gênero*, de 1990. Na ocasião, Butler traça discussões sobre esse binarismo – confrontado por Connell e Pearse –, instaurado por uma estrutura e questiona tais divisões entre os gêneros¹⁷.

Enfim, a política de gênero, ou seja, a possibilidade de mudança nas relações de gênero por meio de ações sociais e movimentos para alterar sua ordem ou resistir a alterações é passível de enfrentamento: “Historicamente, o movimento mais importante na política de gênero tem sido o feminismo” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 182). Ainda assim, as autoras recordam que “nem todos os movimentos políticos de mulheres são feministas” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 182).

A nível nacional, podemos pensar como exemplo o mistério que unificou à pasta de Direitos Humanos, secretarias de políticas de Promoção da Igualdade Racial e para Mulheres, que foi, no governo Bolsonaro, renomeado para Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. Três anos conduzido por Damares Alves – pastora evangélica, repreensora do feminismo, conhecida por uma postura neoconservadora e ações controversas, cuja atuação, portanto, se amparou em fundamentalismo religioso e valores tradicionalistas, para não dizer moralistas –, o ministério foi palco de retrocessos e ataques às pautas as quais, em tese, deveria assistir. Daí, ter em mente que: “Os processos coletivos de estabelecer uma comunidade, uma

¹⁷ Em minha dissertação de mestrado, empreendo uma discussão mais aprofundada da obra *Problemas de gênero* de Butler. Cf. PEREIRA, Julia Luiza Bento. *Mariana Brasil: um manuscrito autobiográfico entre fronteiras* (2016). Disponível em: <https://repositorio.uff.br/jspui/handle/uff/3185>. Acesso em: 21 jul. 2018.

identidade na cultura e de estabelecer a presença na vida política e econômica – todos dependem de processos individuais” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 183). O que nos lembra o célebre slogan feminista “O pessoal é político”.

Mesmo dentro do feminismo, há disputas, tendo em consideração a pluralidade de pautas, vertentes e ideologias – veja-se, por exemplo, a discussão acerca do trabalho sexual –, o que nos remete ao conceito contemporâneo de feminismo interseccional: “A interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (AKOTIRENE, 2020, p. 37-38).

Em relação à prostituição, as feministas adotam posicionamentos distintos, que podemos sintetizar de modo muito abreviado, em duas perspectivas opoentes: abolicionista e regulamentarista. A prostituição, para a primeira, “se constitui como uma violência sexista e, portanto, é uma exploração sexual. Nesse contexto, a prostituição não pode nunca ser definida como trabalho, pois é um exercício abusivo de poder, em que a mulher não tem poder algum sobre seus clientes ou possibilidade de escolha” (RODRIGUES, 2021, p. 173-174). Esse pressuposto, entretanto, é rebatido nas autobiografias, aqui elencadas, e problematizado por trabalhadoras sexuais ativistas, como é o caso de Monique Prada:

Um feminismo que nos vitimiza e que pretende nos resgatar, negando nossa autonomia e nossa capacidade de escolha, e rechaçando violentamente a possibilidade de diálogo com aquelas de nós que não desejam a salvação oferecida e que discordam claramente da ideia, tão propagada, de que esse feminismo seria “contra a prostituição e a favor das prostitutas”. Contesto esse argumento: não vejo como seria possível uma pessoa se posicionar simultaneamente contra a prostituição e a favor das mulheres que a exercem, a não ser por um erro de interpretação das nossas necessidades reais, nascido da completa falta de diálogo conosco, ou seja, as pessoas que supostamente pretendem defender. Primeiramente, pelo motivo óbvio de que não existimos – nós, as prostitutas – sem a prostituição (PRADA, 2018, p. 33).

Na contramão desse ideal (utópico distópico, no entendimento de Prada), que a autora classifica como higienista, estaria o feminismo de autodeterminação e regulamentação, ao lado do ativismo putafeminista:

[...] o (que temos chamado de) putafeminismo pode ser descrito, basicamente, como um movimento que nasce a partir da ideia de que nós, mulheres trabalhadoras sexuais, podemos também ser feministas, combatendo o estigma sobre nós e fortalecendo nossa luta por direitos, sem que para isso precisemos abrir mão de nosso trabalho ou nos envergonhar dele. Mas o putafeminismo pode também ser visto como uma possibilidade de repensar toda a estrutura da prostituição, identificando e combatendo as opressões que existem nela (PRADA, 2018, p. 37).

Esse seria, portanto, o conceito de putafeminismo: a luta das trabalhadoras sexuais por direitos, inclusive pelo direito de serem feministas, nesse sentido, as regulamentaristas são aliadas das TS. Segundo Prada, “a última coisa que se espera de uma prostituta é que ela possa impor seus limites e assegurar seus direitos. Isso não deveria incomodar ou assustar ninguém, a não ser os opressores” (PRADA, 2018, p. 38). Aqui, ela tece uma crítica às abolicionistas, que se igualam aos opressores, na medida em que, enquanto feministas, deveriam prezar sobretudo pela segurança e direitos das trabalhadoras sexuais, a despeito da atividade desempenhada por elas.

Perante o exposto, entendemos que é importante discutir o capitalismo, uma vez que é nítida a motivação da atividade em pauta em função desse modelo de produção e que, certamente, sua engrenagem corrobora a incompatibilidade de discursos sobre a mesma dentro do feminismo.

Loretta Valadares, professora e grande líder do movimento emancipacionista no Brasil do século XX, discute acerca do que denomina controvérsia feminismo e marxismo¹⁸. No tocante a essa questão, a autora preconiza que, ao reivindicarem um olhar mais acurado à questão da mulher na filosofia marxista, algumas feministas acabam limitando a proposta de Karl Marx a soluções majoritariamente econômicas e reduzindo a pauta a uma demanda acessória.

Nesse viés, Valadares encontra no feminismo emancipacionista um caminho do meio, na medida em que formula o materialismo histórico sobre a questão da opressão à mulher; assim sendo, trata “a especificidade da mulher como fruto da perda da liberdade de produzir e confinamento à esfera privada, com consequentes derrotas no plano político-jurídico” (VALADARES, 1990, p. 47). Destarte, a autora assevera que esse movimento entende que tal opressão possui íntima relação com o processo de surgimento de propriedade privada, assim, a própria mulher é transformada em propriedade do homem.

Logo, como resgatado na primeira seção, as mudanças de sistemas de subsistência se estabeleceram por meio do modelo patriarcal de organização social. A consolidação do capitalismo, portanto, deu-se pela demarcação das diferenças sexuais, a partir de quando o masculino se impôs forçosamente como superior ao feminino, redesignando as funções sociais que lhe competiam. Silvia Federici, feminista-marxista, é uma autora que compartilha da visão

¹⁸ No artigo “A controvérsia Feminismo x Marxismo”. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/18/cat/2013/a-controv%C3%A9rsia-feminismo-x-marxismo.html>. Acesso em: 02 mar. 2021.

explicitada por Valadares. A expropriação de terras com consequente destruição de relações comunitárias e acentuação da exploração do corpo e mão de obra das mulheres, enquanto novos meios de acumulação de capital, são, para Federici, as raízes da profusão de violências que sobre elas incide: “Em outras palavras, *a nova violência contra as mulheres tem sua raiz nas tendências estruturais constitutivas do desenvolvimento capitalista e do poder estatal em todas as épocas*” (FEDERICI, 2019, p. 91, grifo da autora).

Aqui, relembremos Sólon, que instituiu, na Grécia de 13 a.C., um regime econômico dispar do estabelecido até então baseado, sumamente, em designar ao homem o espaço público, profissional – remunerado – e à mulher, o privado, doméstico – não remunerado. Por conseguinte, as novas ocupações femininas destituíam as mulheres de todo e qualquer poder, enquanto as masculinas, até porque garantiam proventos, asseguravam-no aos homens, inclusive exercido sobre as mulheres.

A subordinação das mulheres estava atrelada, portanto, ao exercício coercitivo de trabalhos assalariados e à propagação de um pressuposto falacioso de que eram subalternas aos homens. Ademais, “a sexualidade feminina foi vista, ao mesmo tempo, como ameaça social e, quando direcionada apropriadamente, como poderosa força econômica” (FEDERICI, 2019, p. 66).

Nessa perspectiva, Federici reitera seu apoio ao reconhecimento do trabalho doméstico e do trabalho sexual. Afinal, ao observar o capitalismo pelas lentes do trabalho assalariado, percebe os muitos mecanismos de exclusão. Para a autora, Marx não abarca em sua produção o trabalho reprodutivo, assalariado, inegavelmente importante e necessário para o capitalismo. Assim, por trás da caça às bruxas, bem como dos demais processos de estatização do patriarcado, há uma apropriação da força de trabalho das mulheres. Ao analisar o capitalismo a partir da reprodução da vida e da força de trabalho, a autora repensa todo o processo de formação desse sistema. Em sua dissertação de mestrado¹⁹, Rossana Maria Marinho Albuquerque discute os valores infundidos perante a instauração patriarcal das formas de acumulação de capital:

Em uma sociedade que dividiu os indivíduos humanos em vários aspectos, a sexualidade também foi dividida. É nesta base material que surgem os valores morais que opõem a sexualidade voltada para a procriação (mãe, família) e a sexualidade voltada para satisfazer os impulsos dos homens (a prostituta, a rua). A família representa o vínculo; a prostituição torna-se o efêmero. Vale lembrar o fundamento que apontamos anteriormente em relação às formações ideais. Dizíamos que, seguindo o entendimento de Marx, é sempre a partir da base material que se constroem

¹⁹ *Para além da tensão entre moral e economia – reflexões sobre a regulamentação da prostituição no Brasil*. (2008). Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/977>. Acesso em: 20 set. 2022.

as ideias. No caso específico aqui tratado, as relações sociais de antagonismos entre os próprios indivíduos humanos fizeram surgir novos valores correspondentes a uma sociabilidade que, na sua raiz, baseia-se na separação do homem a respeito do homem. Aqui encontramos também a chave que nos interessa para compreender a dualidade existente até hoje entre a figura da esposa e da prostituta – e o estigma enfrentado por esta última (ALBUQUERQUE, 2008, p. 28).

Tendo em vista que a sociabilidade, desde então, tem como cerne a soberania do homem – detentor do capital –, compreende-se que “no capitalismo, o sexo só pode existir como força produtiva a serviço da procriação e da regeneração do trabalhador assalariado/masculino e como meio de pacificação e compensação social pela miséria da existência cotidiana” (FEDERICI, 2019, p. 68). Diante disso, evidencia-se o processo violento de inclusão das mulheres na economia: “A necessidade das mulheres de sair de casa, emigrar e levar seu trabalho reprodutivo para as ruas (como vendedoras, comerciantes, trabalhadoras do sexo) a fim de sustentar sua família também dá origem a novas formas de violência contra elas” (FEDERICI, 2019, p. 68).

Todas essas mudanças de paradigmas contribuem para que a dicotomia prostituta/esposa se consolide na sociedade regida pelos valores da economia patriarcal.

[...] a limitação da sexualidade feminina ao casamento e à procriação, bem como a obediência incondicional da esposa, foram instituídas em todos os países – independentemente do credo religioso – como pilar da moralidade social e da estabilidade política. E, de fato, as “bruxas” não foram acusadas com tanta frequência de nenhum crime quanto foram denunciadas por “comportamento libertino”, geralmente associado ao infanticídio e a uma hostilidade inerente em relação à reprodução da vida.

Fora desses parâmetros, fora do casamento, da procriação e do controle masculino/institucional, também para capitalistas, a sexualidade feminina foi historicamente representada como perigo social, ameaça à disciplina do trabalho, poder sobre as outras pessoas e obstáculo à manutenção das hierarquias sociais e às relações de classe (FEDERICI, 2019, p. 68-69).

Daqui em diante, podemos compreender como se institui o tabu ainda existente em relação às (in)compreensões que envolvem sexo e sexualidade e o estigma sustentado, até hoje, sobre o trabalho sexual.

O medo da sexualidade descontrolada das mulheres explica a popularidade, nas demonologias, do mito de Circe, a lendária feiticeira que, com suas artes mágicas, transformava em animais os homens que a cobiçavam. E isso também explica as numerosas especulações, pelas mesmas demonologias, referentes ao poder das mulheres de moverem os homens com seus olhos sem tocá-los, simplesmente com a força de seu “charme” e seu “encantamento”. Além disso, o “pacto” que as bruxas foram acusadas de fazer com o diabo, em geral envolvendo uma troca monetária, revela uma preocupação com a habilidade de as mulheres obterem dinheiro dos homens – e isso se faz presente na condenação por prostituição.

Dessa forma, não foram poupados esforços para retratar a sexualidade feminina como algo perigoso para os homens e humilhante para as mulheres, de modo a reprimir seu desejo de usar o próprio corpo para atraí-los. Nunca, ao longo da história, as mulheres foram submetidas a tão grande agressão, organizada internacionalmente, aprovada pelas leis, abençoada pelas religiões (FEDERICI, 2019, p. 69-70).

Federici aponta ideias e práticas instituídas que perpassam os séculos e se perpetuam até o presente, como a crença de que se deve tratar a prostituta a fim de regenerá-la, uma vez que é vista como desonesta e degenerada – em oposição à esposa, “recatada e do lar”²⁰. A discussão realizada por ela sobre essas demonologias do passado associadas às relações baseadas em trocas monetárias, dialoga com o presente, apontado por Prada, em primeira pessoa:

[...] a demonização das relações do sexo pago muitas vezes acaba nos impedindo de perceber as delicadas nuances que elas contêm. Não nos permite vê-las como objeto de consensualidade. Ao mesmo tempo, existe algo que nos leva a considerar consensuais, adultas, saudáveis e prazerosas todas as relações que não envolvem o dinheiro como mediador, ao menos não declaradamente (PRADA, 2018, p. 41).

Tais construções, perpetuadas, portanto, ao longo dos séculos, motivam as questões levantadas em sequência: “Mas o que torna a mulher que declaradamente cobra por sexo tão diferente ou, em certo sentido, pior do que a mulher que não cobra? Por que o fato de sabermos que uma mulher cobra por sexo a transforma, repentinamente, num ser execrável e digno de nosso ódio, de nossa pena ou de ambos?” (PRADA, 2018, p. 41). Prada entende que a manutenção dessa estigmatização da prostituta responde ao interesse em criar uma segregação entre as mulheres.

Simone de Beauvoir coloca que a única diferença entre as pessoas que se vendem pela prostituição e as que se vendem pelo casamento consiste no preço e na duração do contrato. Esse trecho é usado constantemente num contexto de hierarquização das mulheres. Ainda temos ali, invisível mas presente, a “mulher honesta”: estando tanto a esposa interesseira quanto a prostituta no mesmo patamar de desonestidade, delas se diferencia aquela que não se vende (a não ser, talvez, pelo mito do amor romântico) (PRADA, 2018, p. 41).

No subtítulo “Pensando um marco conceitual: trabalho sexual é trabalho”, do primeiro capítulo de *Putafeminista*, Prada conceitua prostituição: “De modo reto e descomplicado, podemos dizer que prostituição consiste no ato, por pessoas adultas e em condições de consentir, de trocar sexo por dinheiro ou outros bens, de modo regular ou ocasional. É

²⁰ Ver: “O fantasma da prostituição” In: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 42-48.

basicamente uma prestação de serviço” (PRADA, 2018, p. 50). Tendo em vista essa perspectiva, num regime de governo capitalista e ainda patriarcal e misógino, muitas variantes contribuem no estabelecimento de valores morais.

As pessoas – homens ou mulheres cisgêneras ou transgêneras – podem se envolver em trabalho sexual por diversos motivos. Seja por necessidade financeira, pela curiosidade, pela liberdade de horário que esse tipo de trabalho proporciona, ou pela remuneração que oferece, maior que a de outras atividades que elas poderiam exercer: hoje em dia, basta ter acesso à internet ou coragem para entrar em um dos muitos locais destinados ao exercício da atividade. A seleção não é exatamente rigorosa, e o meio aceita bem a diversidade de corpos, ainda que num contexto fetichista (PRADA, 2018, p. 50).

Nesse ínterim, os debates desenvolvidos por Prada, em *Putafeminista*, permitem entender as pautas que atravessam sua narrativa e as das autoras elencadas. Entre outras reivindicações, elas defendem que, no que tange o conflito abolicionismo/regulamentarismo, é mister enfocá-lo do ponto de vista da parte mais afetada, logo, mais interessada por ele: quem exerce o trabalho sexual. Sobre esse impasse, no mesmo livro, com destaque para o subcapítulo “Vocação para Puta”, Monique Prada tece considerações a respeito da economia do sexo, mesclando sua experiência pessoal à discussão sobre prostituição, aliando prática e teoria, pessoal e político.

E ainda que algumas de nós, de fato, desejemos mudar de atividade – é bastante comum que o trabalho sexual seja apenas um atalho na busca de ocupação melhor –, o modo como essas pessoas colocam a questão é violento, preconceituoso e, por que não dizer, estigmatizante. Na tentativa de evitar que mais mulheres passem a exercer a prostituição, elas reforçam o estigma propositadamente, declaradamente, numa estratégia semelhante à das igrejas, do machismo, do patriarcado (PRADA, 2018, p. 34).

Para Prada, a proposta de erradicação reforça a estigmatização. Ela prossegue:

A ideia de erradicar a prostituição é uma utopia distópica. E se uso essa expressão em vez de simplesmente “distopia” é porque considero até certo ponto válida a utopia de acabar com a prostituição na luta por um mundo com mais igualdade de gênero. Mas é bastante óbvio que a busca dessa utopia pela implementação de políticas abolicionistas ao redor do mundo resultou, por exemplo, em grandes prejuízos às mulheres que exercem trabalho sexual, empurrando-as para a clandestinidade ou mesmo para o cárcere. A defesa do ideal higienista por algumas mulheres resulta na perda, por outras mulheres, do direito de sustentar a si mesmas e suas famílias. É interessante notar que a utopia dita feminista de erradicar a prostituição tem imenso apoio do Estado, dos governos, da Igreja e da sociedade em geral, enquanto outras lutas feministas, como a legalização do aborto ou a equiparação salarial entre homens e mulheres, são duramente combatidas por essas mesmas forças (PRADA, 2018, p. 34, grifo nosso).

É preciso encarar, ainda segundo a putafeminista brasileira, as diferentes faces do trabalho sexual, entendendo cada uma delas em suas peculiaridades, como elucida no trecho reproduzido na epígrafe da primeira seção desse resgate histórico, que busca, de fato, recuperar a ancestralidade matriarcal recontando histórias silenciadas, propositada e literalmente queimadas.

Quase sempre o que se fala sobre esse trabalho e as pessoas que o exercem é permeado por algum tipo de moralismo. É interessante perceber que mesmo Virginie Despentes, em seu *Teoria King Kong*, verá uma questão no trabalho sexual: segundo ela, o problema da prostituição é como o problema das drogas. Uma vez tendo exercido a atividade, você não consegue abandoná-la, pois se acostuma a ganhar dinheiro de modo rápido e relativamente fácil. O trabalho se torna um tipo de vício. Eu acredito que nosso “vício” mesmo, nós que exercemos esse trabalho de modo rotineiro, é em pagar nossas contas e sustentar nossas famílias, de preferência com algum conforto. Amaldiçoar esse dinheiro é uma atitude bastante moralista. Ninguém diz que publicitários, médicos e secretárias trabalham porque são viciados em seu salário, e tampouco alguém ousaria condenar qualquer um que troque seu trabalho por outro em que receba pagamento melhor – a não ser que esse outro trabalho seja trabalho sexual (PRADA, 2018, p. 50-51).

Virginie Despentes é uma escritora e ex-prostituta francesa que ganhou notoriedade ao discutir, de maneira despudorada, temáticas de gênero, sexualidade e prostituição. Nesse extrato, contudo, Monique Prada destaca a adoção de um posicionamento moralista por parte de Despentes. Prada contrapõe a reflexão da autora francesa no intuito de problematizar a ideia – muito difundida até mesmo nas autobiografias de trabalhadoras sexuais – de que a dificuldade em deixar o trabalho sexual – decisão que, a princípio, parece responder sobretudo a um repúdio estrutural e social que o estigmatiza em meio a outras atividades – perpassa a dificuldade em encontrar uma profissão “digna” cuja remuneração financeira se equipare à recebida na execução dele.

Virginie exerceu o trabalho sexual por cerca de um ano, na França. **E ela é uma boa prova de que não basta ser prostituta para estar livre desse tipo de pensamento. Muitas de nós consideramos nosso dinheiro maldito, porque ele parece voar de nossas mãos:** gastamos boa parte em roupas, lingerie, maquiagem, tratamentos estéticos e perfumes, essenciais ao exercício dessa atividade afinal. E muitas vezes nos culpamos por isso, como se estivéssemos jogando dinheiro fora. É possível que a condição de informalidade, aliada à ideia de que trabalho sexual não é um trabalho verdadeiro, nos impeça de perceber que esses custos são um investimento necessário para que nossa “firma” siga funcionando e dando um bom lucro, apenas isso. Um tipo de investimento, e não um modo de desperdiçar o que se ganha (PRADA, 2018, p. 51, grifo nosso).

Destacamos a afirmação de Prada por se tratar de uma percepção assumida por boa parte das TS²¹, como discutido, pelo grande estigma que cerca o trabalho sexual: o dinheiro recebido pela atividade seria, para elas, volátil e desonesto. No entanto, Prada reformula a percepção dos gastos das prostitutas enquanto investimento.

Diferentemente, no discurso de Leite, Barreto e Benvenuti, há uma relação menos controversa com o dinheiro, mais desprendida e utilitarista: “[...] não dou a mínima para guardar dinheiro. Gosto muito dele, mas para gastar com o que gosto e pagar as contas do dia-a-dia” (LEITE, 2009, p. 124); “Eu ganhei muito dinheiro, gastei tudo, curti muito, viajei muito. Fiz muitas coisas! Criei quatro filhos [...]” (BARRETO, 2022, p. 55); “Não que eu seja única, longe disso! Mas encontrar uma garota de programa que seja bem resolvida consigo, [...] que zela pelas relações humanas e não apenas pelo dinheiro e, principalmente, que gosta de verdade do que faz, bom, profissionais assim eu ainda conheço poucas [...]” (BENVENUTTI, 2014, p. 100).

Já a realidade na prostituição travesti e transexual é diferente²². Em Moira, em muitos momentos, é destacada uma desvalorização financeira da atividade, demonstrada na descrição de inúmeras tentativas de negociação dos clientes: “[...] esse processo da barganha ia consumindo a minha autoestima” (MOIRA, 2016, p. 36); “Bati o pé, ‘não faço por menos de trinta’, dez a mais, grande diferença” (MOIRA, 2016, p. 37); “‘faz dez, não pago mais que dez’ e depois solta um ‘tem troco pra vinte?’” (MOIRA, 2016, p. 45); “‘não faz por vinte?’ É deixar abrirem a boca e dá nisso. Bom, melhor vinte no meu que no teu, isso vocês já sabem, medo de perder o pouco que me apareceu, então podem imaginar o que eu respondi” (MOIRA, 2016, p. 71).

Quantas mulheres, na prostituição, têm condições de se recusar a atender um cliente desagradável, por exemplo? Quantas podem dizer que nunca se submeteram a cumprir uma tarefa desagradável por causa do valor oferecido, que poderia suprir alguma necessidade imediata ou ser financeiramente compensador?

Do mesmo modo, quantas são as mulheres de fora da famigerada indústria do sexo que podem se desvencilhar de um chefe assediador sem o risco real de perder o emprego, ou sair de um relacionamento abusivo sem precisar pesar a questão financeira? (PRADA, 2018, p. 74).

²¹ Em autobiografias de TS brasileiras, essa queixa está presente de maneira recorrente, principalmente, em narrativas que compactuam da percepção desse trabalho como indigno, desonesto, pecaminoso, o que não é o caso dos livros que compõem o corpus dessa pesquisa, que, justamente, convergem por pautarem-se nos princípios putafeministas.

²² Discussão que será aprofundada no último capítulo deste trabalho.

Esse exemplo de Prada, muito pertinente com a realidade feminina no âmbito profissional, nos remete a um estudo realizado por Thaddeus Gregory Blanchette, Ana Paula da Silva e Gustavo Camargo (2014), quando, entre Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo – e Estados Unidos – Bourbon Street, bairro de Nova Orleans –, coletaram dados etnográficos a respeito da objetificação da mulher em diferentes funções e espaços de trabalho. Consoante os autores: “[...] o (ab)uso do conceito de objetificação dentro do debate sobre trabalho sexual tem contribuído para uma situação em que a transformação do indivíduo em objeto está geralmente visível somente no contexto dos trabalhos estigmatizados, como a prostituição [...]” (BLANCHETTE et al., 2014, p. 147 in SIMÕES et al, 2014). Nesse sentido, elucidam que um trabalho em *fast-food* pode envolver uma objetificação do indivíduo física e psicologicamente maior do que a que envolve o trabalho de uma *stripper*: “[...] como Marx, Durkheim e Simmel (entre muitos outros sociólogos) reconheceram, a divisão de trabalho, a monetarização da sociedade e a urbanização tendem a objetificar o trabalho em geral e, através disso, instrumentalizar as relações sociais” (BLANCHETTE et al., 2014, p. 147 in SIMÕES et al, 2014). Destarte, os pesquisadores argumentam que, tendo isso em vista, o trabalho sexual pode ser cogitado como opção razoável, suscetível de melhores condições laborais e mais agência individual do que outros.

Segundo Blanchette et. al, no contexto brasileiro, é recorrente que suas entrevistadas mencionem trabalhos como caixa de supermercado ou trabalhadora doméstica como funções particularmente degradantes (BLANCHETTE et al., 2014, p. 147 in SIMÕES et al, 2014). No âmbito norte-americano, eles transcrevem a resposta de Tiffany, uma dançarina de casa de strip, quando questionada se, quando executava sua performance, se sentia objetificada pelos fregueses:

Olha, fazer *striptease* pode ser uma merda, cara, mas eu ganho muito bem. E não é tão ruim quantos [sic] outros empregos que eu já tive. De fato, interajo muito mais com os fregueses neste aqui e tenho muito mais chance de influenciá-los do que quando eu trabalhava como garçone. E nem quero imaginar como deve ser trabalhar numa loja Quartz [uma marca de fast-food local, popular em Nova Orleans]. Uma das coisas legais aqui, por incrível que pareça, é que não sou alvo de tanto assédio sexual quanto nos restaurantes. Os clientes me tocam, é claro, mas só quando eu quero. E os chefes daqui me deixam em paz. Quando trabalhava como garçone, esse não era o caso (BLANCHETTE et al., 2014, p. 152 in SIMÕES et al, 2014).

Por meio desse relato podemos perceber que, no caso, strippers possuem uma certa liberdade na atividade desempenhada que inexiste ou não é exercida na mesma proporção em outras funções menos estigmatizadas.

Em consonância com a linha de raciocínio traçada, que busca entender os abusos vivenciados no trabalho em termos de equidistância, seja no âmbito sexual ou em atividades precárias/precarizadas de maneira geral, Prada desmistifica a ideia de que exista uma “vocação para puta” – como provoca o título de seu capítulo: “Não comecei na prostituição por vocação e, por minha vivência, não acredito que exista, na sociedade em que vivemos, algo que se possa chamar de vocação para a prostituição. [...] Mas, numa sociedade como a nossa, vira puta quem precisa” (PRADA, 2018, p. 41). Ela esclarece que, como em qualquer outra profissão há horários e metas a cumprir, bem como profissionais que gostam ou desgostam do que fazem e têm ou não talento para tal. Ou seja, diferente do imaginário difundido em torno da atividade, está muito mais próxima, em prós e contras, de trabalhos regularizados, socialmente considerados normais, honestos e dignos.

Os motivos geralmente são necessidade financeira, aliada com frequência à curiosidade e à praticidade de um trabalho que não exige formação e remunera relativamente bem. É bem verdade que algumas têm o dom da comunicação e da venda [...]. Mas não posso deixar de perceber que poderiam ter direcionado esse dom para qualquer outra atividade. E muitas direcionaram mesmo. Encontrei algumas, anos mais tarde, atuando como ótimas advogadas. Outras cumpriram metas consideradas difíceis e ambiciosas em concessionárias de veículos ou no ramo imobiliário. Outras, ainda, tentaram a sorte no que convenciamos chamar de bons casamentos, e tiveram habilidade para construir relações sólidas e belas famílias. Vocês se lembram de quando, umas páginas atrás, falei de sobre o trabalho sexual como um atalho para atividades menos precárias? Pois é. Vejam: nenhuma vocação específica para a prostituição (PRADA, 2018, p. 43).

Portanto, cabe, uma vez mais, pontuar que das deusas às bruxas, das bruxas às putas, das putas às esposas, a inserção e manutenção da estrutura patriarcal nas sociedades permanece oprimindo e dominando o corpo feminino.

1.1.3 A prostituição no Brasil hoje

E se eu fosse pura?

Nascida, batizada, catequizada. Todas as rezas decoradas, até o CREDO.

Convertida, repreendida, protestante. Todos os hinos da arpa decorada, boa retórica, boas orações.

Aprendi cedo que vim da costela de alguém, que alguma parecida comigo cometeu um pecado que envolvia maçã, cobra e serpente (coisa doida).

Aprendi desde cedo a obedecer, silenciar e nunca, ser como aquela que caiu em tentação. Deveria ser a virgem, virgem Maria... vixxi Maria. As pernas se abriram uma semente no meu ventre, da vida? Não,

do pecado. Entregue, fraca, puta? As pernas se abrem novamente e sai algo, alguém e me chamam de Mãe, não mãe Santa, mãe safada, humilhada, agredida (pq queria lógico). Com uma criança e sem pureza, sem culto, sem harpa, sem credo, sem missa, sem grupo de jovens, sem moral. Santa Maria inatingível... Ex pura, agora tá mais pra puta... Puta? Profissional que cobra por sexo? não, não, eu era garçõnete.

Puta que se entrega a qualquer um? Não, não, eu era puritana tempos atrás.

Puta que abandonou sua cria ou que era puta pra sustentar? Não, não, fiquei com cria, com fome, com problemas. Mas mãe santa é mãe casada, eu era puta.

Medo de ser chamada de puta, de sentir prazer pq isso era coisa de puta, de sair pra um sexo casual pq era coisa de puta... Solidão sem liturgia, sem amparo e a agonia para não ser vista como uma puta... eu queria ser pura...

Virei puta... Uma puta mulher que transita na imensidão de rótulos e letras. Sem medo e sempre reparando na pureza de ser uma mulher, mulher dessas... Dessas sabe, da serpente, do pecado. Virei puta e pura, dialeticamente... Transcendi...

Bruna Santiago

Opostamente às prostitutas sacerdotisas, as trabalhadoras sexuais, hoje, são demonizadas socialmente, vigiadas, agredidas, controladas e reprimidas. E este fato é o ponto de partida da discussão de Melissa Gira Grant: refletir a respeito de como se desencadeiam o policiamento, a violência e a brutalidade contra prostitutas – perpetradas com a justificativa de resgatá-las do comércio sexual – no intuito de reformular o modo como o trabalho sexual é entendido pelo senso comum.

Melissa Gira Grant, jornalista e escritora que exerceu o trabalho sexual, autora do livro *Playing the Whore*, criou o conceito da “puta imaginada” para se referir a essa imagem estereotipada da prostituta: aquela que é, ao mesmo tempo, a trapaceira, a enganadora, a traficada, a oprimida, a louca, a andarilha, a cortesã e a dominatrix. Nunca uma mulher como as outras. Essa imagem acaba sendo usada para manter as mulheres, as outras mulheres, todas as mulheres, na linha: “não aja como uma puta se não quiser parecer uma puta” (PRADA, 2018, p. 35).

O livro citado por Prada, hoje traduzido no Brasil sob o título *Dando uma de puta: a luta de classes das profissionais do sexo* (2021), nos auxiliará a entender muitas questões em torno

do trabalho sexual, antecipadas no sumário, por meio dos títulos dos capítulos, por exemplo: I – A polícia; II – A prostituta; III – A profissão; IV – O debate; V – A indústria.

O conceito da “puta imaginada” criado por Grant e evocado por Prada, no excerto acima, contribui para ler e analisar certas obras e personagens da nossa literatura que corroboram a estigmatização da prostituta – na medida em que sua composição perpassa as alcunhas de trapaceira, enganadora, traficada, oprimida, louca, andarilha, cortesã, dominatrix, como resgatado pela escritora.

Já no prefácio da versão traduzida da obra em questão, a professora Ana Paula da Silva convida a refletir sobre a situação da prostituição em alguns países, como Estados Unidos e Suécia, antes de chegar à realidade brasileira. Segundo ela, no concernente ao mercado sexual, o modelo estadunidense, proibicionista, está entre os mais restritivos do mundo; o sueco, entende que a “solução para a prostituição” está na criminalização do consumidor, o que não gera diminuição significativa da mesma; por fim, Silva aborda o modelo abolicionista adotado pelo Brasil, onde a atividade não é configurada crime pelo Código Penal: “[...] as prostitutas não são consideradas criminosas de forma direta. Nossas leis, porém, criminalizam aqueles que se valem da renda da exploração sexual de outrem: supostamente o famoso ‘cafetão’, mas, na realidade, qualquer um que se relaciona com pessoas que vendem sexo” (SILVA in GRANT, 2021, p. 11). A professora lembra ainda que “cafetão” e “exploração sexual” não possuem definição clara na jurisprudência brasileira o que dá abertura a inúmeras interpretações jurídicas:

Também são consideradas ilegais as casas de prostituição no Brasil – e, no entanto, existem mais de duzentas dessas só na cidade do Rio de Janeiro, quase todas com participação de parceiros policiais ou de oficiais eleitos, além da famosa milícia. O “Modelo Brasileiro” previne que as prostitutas sejam presas ou sofram violência policial? Não. Nossas leis são propositalmente dúbias e não deixam muito claro como separar a prostituta daquele que supostamente a explora. Quase sempre as prostitutas, quando presas, são acusadas de serem “cafetinas” ou de “manterem prostíbulos”. Isso quando a polícia não se vale do estigma da profissão e imputa outros crimes à prostituta, como indução de menores ou tráfico de drogas (SILVA in GRANT, 2021, p. 12).

Tais fatos elucidam como a legislação ambígua desfavorece a trabalhadora sexual em detrimento de outras instâncias – como os agentes da segurança ou lei – deixando-a à mercê das interpretações e autuações desses. Para ponderar essas contrariedades, citaremos e exemplificaremos alguns casos extremos de abuso de poder. Muito recorrente, é a imputação do crime de tráfico de drogas à TS, sendo que, muitas vezes, os entorpecentes são premeditadamente implantados nos objetos da vítima para a efetuação do flagrante; também

frequentes são o assédio moral e sexual, os quais trataremos a partir dos relatos registrados na *live Trabalhadoras Sexuais e o enfrentamento das violências* (2022), realizada pela ECOS Comunicação em Sexualidade – uma organização não governamental, coordenada por Juny Kraiczky, que foi também a moderadora da conversa –, junto ao fundo Brasil de Direitos Humanos e em parceria com três importantes redes brasileiras de prostitutas ANPROSEX – Articulação Nacional de Profissionais do Sexo, CUTS – Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais e RBP – Rede Brasileira de Prostitutas.

As trabalhadoras sexuais convidadas para a discussão – Nanci Maria Feijó de Melo, Carmem Costa e Luza Maria Silva – relatam diversas formas de violência impetradas contra as TS, muitas delas, bem conhecidas em seus relatos orais e escritos. Trabalhadora sexual negra, graduada em Ciências Contábeis, integrante da CUTS e Coordenadora Geral da APROS/PB – Associação das Prostitutas da Paraíba, Luza Maria Silva recorda as primeiras visitas realizadas às zonas de prostituição locais, quando tomava conhecimento de experiências de abusos vivenciados e presenciados por companheiras de profissão a respeito de casos de violência policial. Segundo Silva, tais autoridades enquadravam as TS, tomavam seus pertences, coagiam-nas a fazer sexo consigo e a faxinar as dependências da delegacia, como condições para liberá-las. Essas agressões, para ela, foram um dos motes que suscitaram a necessidade de criarem as associações de prostitutas, a fim de monitorar e denunciar tais abusos.

Com indignação, a trabalhadora sexual denuncia um caso de violência policial impetrado no Pavilhão do Chá, centro de João Pessoa, no mês de janeiro de 2022 – comparando-o aos abusos de poder exercidos na década de oitenta – quando forçaram as garotas a mostrarem os seios, despirem-se, encostarem na parede e levantarem os braços, deixando-as vulneráveis. Diante do ocorrido, a associação acionou o Ministério Público, solicitando uma reunião com o intuito de se manifestarem e validarem os direitos das TS, que muitas vezes se recusam a denunciar dado inúmeras questões, dentre as quais exposição, medo, insegurança, ameaças e desinformação.

Além da violência policial, Luza Maria Silva delata a violência doméstica sofrida pelas prostitutas e pelas mulheres, em geral. A coordenadora da APROS/PB conta que foi realizado, em 2016, pela associação, com financiamento do Ministério da Saúde, um projeto de acessoria jurídica, que traçou um mapeamento da violência por meio de questionários aplicados a cento e vinte TS da capital pessoense, que, massivamente, registraram conviver com violências e abusos no âmbito doméstico com maior constância do que as sofridas no exercício da atividade sexual.

Ao tomar a palavra, Nanci Maria Feijó de Melo, prostituta negra e feminista, cofundadora da APPS – Associação Pernambucana das Profissionais do Sexo, integrante do fórum LGBT de Pernambuco, do fórum de mulheres de Pernambuco e da RBP concede relatos pessoais. Melo conta que chegou ao Recife e passou a atuar na prostituição nos anos finais da Ditadura Militar Brasileira, período em que mulheres eram proibidas de estar nas vias públicas a partir de determinados horários. Quando a polícia flagrava as TS no ponto de prostituição, levavam-nas no camburão à delegacia, onde Nanci Melo conta ter apanhado de palmatória, além de ter sido abusada, forçada a fazer sexo, faxina e até lavar cadáveres: “A gente não tinha ninguém para pedir socorro” (MELO, 2022, 20’33”). A TS lembra o fato de que, à época, não havia a quem recorrer e não existiam associações. Foi quando tomou conhecimento de um grupo de mulheres, encabeçado por Fátima Vieira, historiadora, do qual passou a participar, reunindo-se em bares e pensões. Vieira assegurava que elas possuíam direitos e deveres, prerrogativa em que, inicialmente, Melo confessa não ter acreditado devido aos abusos constantemente sofridos. Posteriormente, interessou-se, fez amizades, viajou a fim de conhecer outras associações e juntamente com suas companheiras organizaram-se fundando a APPS, em outubro de 2002. Ela diz da importância da associação em sua vida e ressalta o fator adverso de parte das trabalhadoras sexuais não se identificarem como “putas” – que, como discutido, se deve ao estigma que cinge a profissão – e, portanto, não desempenharem participação ativa no grupo.

Ainda de posse da fala, Nanci Melo narra um episódio de agressões sucessivas sofridas em Olinda, um dos locais onde trabalhou. Um cliente e amigo – gerente de empresa e ótima pessoa – que a tratava como rainha, segundo ela, sempre contratando seus serviços, muitas vezes, não com finalidade sexual, mas apenas para conversar e usar drogas, irreconhecível e desequilibrado, a espancou. Ao ir para delegacia prestar queixa, ouviu do delegado “Vá tomar um banho que puta é assim mesmo!” (MELO, 2022, 24’49”), no que revidou mencionando a associação que reivindicava seus direitos. À época, com o apoio de uma delegada de Recife, Marluce Coelho, Melo foi indenizada e seu agressor, preso; sobretudo, reforça que esse ganho judicial só foi possível pelo intermédio da APPS e porque ela, diferentemente de grande parte das trabalhadoras sexuais, não tinha problemas em se identificar publicamente como prostituta – uma questão ainda controversa, vinte anos depois. Dessa forma, a TS ressalta o respaldo da associação que, antes do ocorrido, já havia buscado atuar junto à polícia civil e militar, a fim de orientar e humanizar a abordagem dos policiais para com as prostitutas, que, na maioria dos casos, se fazia abusiva e desrespeitosa, como relatado por ela e por muitas trabalhadoras sexuais a nível global. Mesmo diante das agressões sofridas, Melo se considera uma mulher de sorte

por ter sua atividade respeitada no âmbito familiar e nunca ter sofrido violência doméstica, “apenas” na rua.

Em sequência, a palavra é passada a Carmem Costa, prostituta, coordenadora do Grupo Liberdade (Curitiba) e da Anprosex, que delata além do familiar, do policial e do cliente, mais um agente de violência, o cidadão civil, e mais uma vítima, o familiar da prostituta. A CUTS e a articulação que coordena distribuíram informes sobre a violência no Brasil e diante disso, ouviu muitos relatos das colegas de profissão. Assim sendo, narra dois chocantes episódios contados por TS de sua região.

No primeiro caso, o filho da trabalhadora sexual reclamou apanhar do vizinho e quando questionado disse à mãe que a justificativa do homem foi o fato de ela trabalhar na praça. O menino apanhou mais de uma vez e quando a mãe viu os hematomas, foi até o vizinho e o ameaçou de morte, caso agredisse seu filho novamente. Certa noite, estava trabalhando e teve o ímpeto de voltar mais cedo para casa, quando encontrou seu filho com o olho roxo e precisando ser levado ao hospital. Movida pelo ódio, foi até à casa do vizinho e o esfaqueou, matando-o. Se entregou à polícia e sofreu pena de oito anos pelo homicídio. Infortunadamente, um dos agentes do presídio era irmão do agressor assassinado que, por este motivo, torturou a TS durante a reclusão, cometendo afogamentos e os mais diversos abusos. Ao sair da cadeia, ela voltou ao endereço antigo e foi perseguida pelo agente, se mudou e a perseguição se manteve. Diante disso, procurou a justiça para prestar queixa e solicitar providências em relação aos assédios cometidos pelo agente, ameaçando matá-lo e se matar caso as autoridades não agissem.

A segunda atrocidade denunciada por Costa ocorreu no Paraná, envolvendo diversas questões – entre elas, fome, desamparo social, racismo, violência policial, estigma, machismo – intensificadas devido a vítima trabalhar como prostituta. A TS lhe relatou que, sem dinheiro para alimentar os filhos, pedira ao mais velho que fosse à praça, durante seu expediente, para buscar o valor que tivesse conseguido, a fim de comprar comida para ele e os irmãos. Havia começado um tumulto no local de trabalho da mãe no momento em que ele foi até lá. Emocionada, Carmem Costa ressalta que ele era “moreno” e que o policial o deteve, alegando que ele estava na briga. Quando se desvencilhou e correu para os braços da mãe, o policial disparou dois tiros, matando-o. A mulher desesperada, chorava e dizia a ele que o menino era seu filho, que retrucou: “Por que você está chorando? Prostituta não tem filho, não tem nem direito de ter filho!” (COSTA, 2022, 36’05”). Ela buscou ajuda, nada foi feito e o agente continua circulando no local onde a TS atua.

“Enquanto a profissão não for regulamentada, as pessoas não verão nosso trabalho como um trabalho” (SILVA, 2022, 47’27’’). Luza Maria Silva defende que, uma vez irregularizado o trabalho sexual, as TS permanecerão sendo lesadas por Estado e sociedade. Destarte, acredita que a criação de leis de amparo às prostitutas seria um dos caminhos para efetivar visibilização e respeito para com as trabalhadoras sexuais. No entanto, Nanci Maria Feijó de Melo, conjectura que os engavetamentos das propostas de regularização do trabalho sexual no Brasil são interessantes para o patriarcalismo seguir gerenciando os corpos das mulheres, prostitutas ou não.

Trazer à baila as discussões tecidas na *live Trabalhadoras Sexuais e o enfrentamento das violências* foi uma forma de apresentarmos, aqui, informações recentes e fornecidas pelas próprias profissionais no que diz respeito ao status atual da prostituição no Brasil em relação aos quesitos direitos e deveres. A violência e os abusos impetrados impunemente contra as TS hoje, como elas mesmas ressaltaram, muito se relacionam à deficiência na legislação concernente à atividade e à dubiedade na interpretação das leis brasileiras; além de tudo, devido à estigmatização do trabalho sexual, parte considerável dessas mulheres deixa de assumir-se como trabalhadora sexual e recorrer à justiça em situações de assédio e violações nas mais diversas conjunturas.

A advogada e TS Frida Carla Elisio dos Santos, mestra em Estudo de Linguagens pela UNEB, divulgou em seu perfil pessoal de acesso irrestrito, na plataforma Instagram, um caso que elucida esses conflitos. Ela disserta sobre direitos, sob o título “Mulher perde a guarda dos filhos por ser prostituta?”. Nessa pequena exposição, explica a seus seguidores e leitores, com base no Código Civil, de que forma a lei entenderia a autoridade da TS sobre a tutela de sua prole:

O Código Civil, em seu art. 1.638, diz: Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: Inciso III- praticar atos contrários à moral e aos bons costumes; Mesmo sendo a “profissão mais antiga do mundo”, a prostituição não é uma atividade profissional regulamentada, e essencialmente, por utilizar o sexo, ato tido como sagrado e sustentáculo da estrutura familiar, como instrumento de renda, sem dúvidas a prostituta é vista como uma ameaça que desestabiliza a moral social. E o inciso III descrito acima, serve de amparo legal para os argumentos dos conservadores de plantão (SANTOS, 2021, não paginado).

Por mais que pareça uma pauta óbvia, afinal, uma mãe não deveria temer perder a guarda dos filhos em virtude da profissão exercida, Santos demonstra que o direito familiar dessa mulher pode ser contestado com base no estigma social estabelecido em torno da figura da TS

e na variabilidade interpretativa da legislação nacional. Essa discussão sobre a estigmatização da mãe prostituta também foi abordada na *live* apresentada anteriormente.

Ainda sobre as agressões cometidas contra trabalhadoras sexuais, voltando ao prefácio de *Dando uma de puta*, Ana Paula da Silva destaca a passagem em que Grant descreve o caso de Gary Leon Ridgway, um psicopata que assassinava prostitutas justificando os homicídios com argumentos higienistas, alegando que seriam a escória, mulheres com quem a sociedade não se importava²³; crime que muito se aproxima do já discutido nesse capítulo do trabalho, ocorrido no Brasil²⁴. Devido à rejeição social e moral causada pela existência da prostituta, em ambos os casos, conforme os criminosos, a violência de suas ações seria justificável, pois, para eles, estão corroborando um interesse comum ao eliminarem sujeitos abjetos, com os quais não é desejável conviver ou dividir os espaços.

Assim como Prada, Grant – que também exerceu o trabalho sexual e possui mais de dez anos de investigações e produções jornalísticas sobre a temática – argumenta que é prejudicial às trabalhadoras sexuais a imposição legislativa que insiste em desassociar a atividade da economia. No tocante a essa reivindicação, corrobora a assertiva da argentina Jorgelina Albano, especialista em Marketing, em seu livro *Sapatos vermelhos são de puta* (2020): “O desenvolvimento profissional das mulheres não está isento do patriarcado, e é uma das faces visíveis da desigualdade. O contexto no qual uma mulher se insere e o modo como seus superiores a valorizam serão fundamentais para seu desenvolvimento” (ALBANO, 2020, p. 35). Frequentemente relegadas e infringidas, buscou-se destacar as demandas das TS, portanto, por sua própria voz e, seja por meio de livros, *lives* ou redes sociais, essas reiteram o interesse de que a prostituição seja regulamentada como trabalho, a fim de que os direitos da classe estejam legalmente garantidos.

À guisa de considerações para o momento, depreendemos que Monique Prada e Melissa Gira Grant delineiam, em suas publicações, uma contra-narrativa validada por seu lugar de fala²⁵ – enquanto mulheres que exerceram e vivenciaram a experiência do trabalho sexual –

²³ No capítulo X, “O movimento”, Grant direciona a atenção do leitor para esse episódio, ocorrido nos Estados Unidos: “Escolhi prostitutas para serem minhas vítimas porque eu odeio a maioria delas e não queria ter que pagar para transar com elas. Eu as escolhi também porque era fácil pegá-las sem ser percebido. Eu sabia que elas não seriam classificadas como desaparecidas imediatamente, talvez nunca seriam. Escolhi prostitutas porque achei que poderia matar tantas quanto eu quisesse sem ser pego [...]. Achei que estava ajudando vocês, matando prostitutas. Vocês não conseguem controlá-las, mas eu consigo” (RIDGWAY in GRANT, 2021, p. 155).

²⁴ Na seção “1.1.1 Sobre deusas, bruxas e putas”, página 37.

²⁵ Diante desse conceito, nos termos da filósofa brasileira Djamila Ribeiro, que parte do feminismo negro, “Os saberes produzidos pelos indivíduos de grupos historicamente discriminados, para além de serem contra discursos importantes, são lugares de potência e configuração do mundo por outros olhares e geografias” (2017, p. 75). Retomaremos essa discussão no capítulo três. Ver: *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

que, ainda assim, não deixa de ser questionada, principalmente pela estigmatização da prostituta²⁶.

1.2 A REPRESENTAÇÃO DA PROSTITUTA NA PRODUÇÃO CULTURAL BRASILEIRA

*É claro que ela já sonhou em se casar um dia
Não estava nos planos ser vergonha pra família
Cada um que passou levou um pouco da sua vida
E o resto que sobrou, ela vende na esquina*

Marília Mendonça

Aqui, partimos da realidade da prostituição no Brasil para formatos de representação desta na cultura nacional – música, cinema, televisão e literatura. É também intuito do presente trabalho catalogar textos – literatura da prostituição –, de forma geral, a fim de corroborar a, ainda tímida, fortuna crítica dessa escrita literária específica. Desta forma, buscaremos apresentar, ao longo das discussões empreendidas, obras outras – para além do corpus selecionado – que, mesmo que não sejam notoriamente afeitas ao putafeminismo, de algum modo, contribuíram para a formação dessa que nomearemos, aqui, como *Literatura Contemporânea Brasileira da Prostituição* – entendendo a pertinência e necessidade de delimitar essa produção literária em constante projeção, cunhamos tal epíteto.

Pretendemos, também, destacar livros de ficção, elaborados ao longo do processo de formação e consolidação da literatura brasileira, que apresentam personagens identificadas como prostitutas nas narrativas. Faremos esse resgate a fim de agregar no que diz respeito às formas de representação dessa personagem na literatura nacional dos últimos séculos e, também, no intuito de enriquecer a compilação de obras que abarcam a temática abordada no presente estudo.

1.2.1 Ficções

*Ele tirou do bolso algumas moedas de ouro, sobre
as quais me precipitei, pedindo-lhe de joelhos que,
mais desse para salvar minha mãe; mas senti os
seus lábios que me tocavam, e fugi. Oh! Não posso
contar-lhe que luta foi a minha: três vezes corri
espavorida até à casa, e diante daquela agonia*

²⁶ Discussão a ser aprofundada no terceiro capítulo deste estudo.

sentia renascer a coragem, e voltava. Não sabia o que queria esse homem; ignorava então o que é a honra e a virtude da mulher, o que se revoltava em mim era o pudor ofendido. Desde que os meus véus se despedaçavam, cuidei que morria; não senti nada mais, nada, senão o contato frio das moedas de ouro que eu cerrava na minha mão crispada. O meu pensamento estava junto do leito de dor, onde gemia tudo o que eu amava neste mundo.

José de Alencar

A epígrafe acima – diálogo de *Lucíola*²⁷ de José de Alencar – é a confissão da protagonista a Paulo Dias – narrador da obra e enamorado da cortesã – de sua iniciação na prostituição. Reiterando alguns estigmas em torno da figura, Alencar atribui a Lucíola uma autopercepção de mulher indigna cujo dinheiro recebido não passava de uma recompensa escusa.

A prostituição e a prostituta na literatura brasileira dos séculos XIX e XX foram representadas por homens. Na prosa, a supracitada cortesã Lucíola, que protagoniza o clássico de José de Alencar; Leonie, em *O cortiço* (1890), de Aluizio de Azevedo; Sueli, em *Beco da Fome* (1978) de Orígenes Lessa; Maria Machado e suas meninas, em *Gabriela, Cravo e Canela* (1958) e Tereza, em *Tereza Batista Cansada de Guerra* (1972), de Jorge Amado, são alguns exemplos dessas personagens escritas por autores renomados da nossa literatura. Ritinha, Doroteia e outras, no teatro de Nelson Rodrigues, que, assim como Amado, teve obras adaptadas à televisão. Até na poesia, Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, retratou a

²⁷ No site de busca Wikipédia, há o seguinte resumo da obra: “Seduzida ainda jovem por um homem devasso em um momento de dificuldades e revés em que precisava de dinheiro para salvar os familiares doentes, Maria é expulsa de casa pelo próprio pai, trocando então seu nome de Maria da Glória para Lúcia. Lúcia começa a viver como uma prostituta caprichosa, explorando seus ricos amantes, por quem manifesta um claro desprezo. Um dia conhece Paulo da Silva, um jovem pernambucano que chega ao Rio de Janeiro e se apaixona por ela. Esse afeto sincero faz com que a verdadeira natureza de Lúcia venha à tona. E essa luta entre a força regeneradora do amor puro e uma vida de pecados e devassidão que José de Alencar focaliza com muito vigor. Dedicando-se de corpo e alma ao amor de Paulo, que foi capaz de compreender e perdoar seu passado, Lúcia encontra pela primeira vez na vida a tão almejada paz de espírito. Mas, vitimada por uma doença fatal, vem a falecer na flor da idade, cercada pelos carinhos de Paulo, a quem encarrega de cuidar - como marido - de sua irmã mais nova, Ana”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Luc%C3%ADola>. Acesso em: 30 nov. 2022. Ainda em uma pesquisa rápida no site de buscas Google, encontra-se, constantemente, este resumo: “*Lucíola* é um romance urbano, em que Alencar transforma a cortesã em heroína, esta purifica sua alma com o amor de Paulo. Ela não se permite amar, por seu corpo ser sujo e vergonhoso, e ao fim da vida, quando admite seu amor, declara-se pertencente a Paulo. É a submissão do amor romântico, onde a castidade valorizada [sic]”. Disponível em: <https://www.google.com/search?sxsrf=ALiCzsY6MrUNKmDNoIBOvB8tjeo1C7MHTw:1672424624707&q=Luc%C3%ADola+resumo&sa=X&ved=2ahUKEwizg62d-6H8AhVCLlkGHeGrBigQ1QJ6BAGmEAE&cshid=1672424713063378&biw=1745&bih=881&dpr=1.1>. Acesso em: 30 nov. 2022. Ambos os resumos reforçam a percepção comum da prostituição por meio dos predicados pecado, devassidão, sujo, vergonhoso.

temática com a poesia “A puta” (1945), citada por Gabriela Leite em dado momento de seu segundo livro, *Filha, mãe, avó e puta* (2009), quando resgata o Primeiro Encontro de Prostitutas do Nordeste, em 1988, evento em que foi lançado o jornal Beijo da Rua, que reproduzia o poema em questão²⁸.

No processo de formação educacional em nosso país, quando oferecida a disciplina de literatura, apenas esses livros que encerram a temática da prostituição – não por esse motivo, mas pela consagração destes escritores no cânone literário nacional – são apresentados aos estudantes e, muitas das vezes, não se debruça criticamente sobre a representação dessa personagem.

Já no século XXI, novas obras escritas então por mulheres surgem no cenário literário, sumamente, trazendo as prostitutas como figuras complexas e subjetivas. *Como se estivéssemos em palimpsesto de putas* (2016), de Elvira Vigna – que, inclusive, inspira o título da presente tese –, *O voo da guará vermelha* (2014), de Maria Valéria Rezende, “Duzu Querença”, conto pertencente ao livro *Olhos D’água* (2014) de Conceição Evaristo, *Tudo é Rio* (2021), de Carla Madeira, sucesso editorial, são alguns exemplos dessas publicações. Na obra de Vigna, as prostitutas não nominadas são retratadas pela voz de um personagem masculino; na de Rezende, Irene – hora fazendo as vezes de narradora – tem voz, bem como Duzu, em Evaristo e Lucy, em Madeira; essas três personagens protagonizam as narrativas em terceira pessoa.

No cenário televisivo brasileiro, a prostituta e a cortesã se fizeram presentes nas telenovelas. Quem não se lembra da famosa Capitu, interpretada pela atriz Giovanna Antonelli em uma clássica novela das nove, *Laços de Família* (2000), escrita por Manoel Carlos, e produzida e exibida pela Rede Globo, emissora de TV de maior audiência no país. Ou ainda, de Bebel, vivida por Camila Pitanga em *Paraíso Tropical* (2008), outra trama do horário nobre, dos também consagrados autores de telenovelas brasileiras, Gilberto Braga e Ricardo Linhares, indicada ao Emmy na categoria de melhor novela. Não coincidentemente, ao fim de ambos os enredos, os desfechos dessas personagens perpassam o casamento – como símbolo de redenção – e consequente afastamento do trabalho sexual.

No concernente ao cinema, Bruna Surfistinha, filme de 2011, retrata o percurso de Raquel Pacheco, interpretada por Deborah Secco. A adaptação da autobiografia *O doce veneno do escorpião* (2005) foi recordista de público, atingindo meio milhão de espectadores na semana de estreia. No longa-metragem, o desfecho da protagonista se assemelha ao das personagens da teledramaturgia uma vez que um homem com quem se envolveu a procura

²⁸ Ver LEITE, 2009, p. 157.

disposto a “salvá-la”, iniciando um relacionamento a dois, como propôs em outros momentos da trama.

Em 2014, Tatiany Leite, neta de Gabriela Leite, iniciou a produção do documentário *Filhas de Gabriela*, em memória da avó, ainda sem lançamento. O tributo à importante figura do movimento putafeminista tem sido realizado pela Maquinna Produtora, juntamente com o jornalista Cléverson Santana, e contará com entrevistas de trabalhadoras sexuais, militantes e amigos, como a cartunista Laerte Coutinho e o ex-deputado Jean Wyllys, apoiador da causa das TS na Câmara Nacional²⁹.

Por sua vez, séries brasileiras contemporâneas, de repercussão internacional, tratam, em maior ou menor escala, a temática. Entre elas, *O negócio* (2013-2018), de Luca Paiva Mello e Rodrigo Castilho; *Verdades secretas* (2015-2021), de Walcyr Carrasco; *Rua Augusta* (2018), escrita por Ana Reber, Jaqueline Vargas e Julia Furrer. Nesses conteúdos, a prostituição é apresentada em mais camadas e perspectivas – não é um tema secundário, como nas novelas supracitadas. Ademais, os seriados possuem desfechos diversos que, não necessariamente, perpassam a ideia de redenção. A história de Raquel Pacheco, mencionada há pouco, foi posteriormente ao filme, adaptada para o formato de seriado sob o título *Me chama de Bruna* (2016-2020).

Por fim, cabe apontar algumas composições populares que, cada uma à sua época, foram sucesso nas paradas musicais. *Eu vou tirar você desse lugar* (1972), de Odair José, apresenta o seguinte refrão “Eu vou tirar você desse lugar / Eu vou levar você pra ficar comigo / E não me interessa o que os outros vão pensar” (JOSÉ, 1992). A canção do início da década de 70 gerou grande polêmica pela temática envolvendo a prostituição e a inserção da prostituta socialmente, ocupando o lugar de cônjuge. Contudo, se por um lado desafia o estigma, por outro reforça a ideia de salvação e redenção da trabalhadora sexual, uma vez que o eu-lírico assegura que irá resgatar a mulher do lugar inominável, da promiscuidade, tornando-a sua parceira ainda que isso gere reprovação social.

Em se tratando de uma música mais recente, de autoria feminina, *Troca de calçada* (2021) de Marília Mendonça – aludida na epígrafe deste subcapítulo – narra a história de uma

²⁹ Jean Wyllys, em 2012, apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 4.211/2012, nomeado Gabriela Leite, em homenagem à putafeminista, cujo propósito de regulamentar o trabalho sexual no Brasil. Antes deste, houve outros projetos apresentados, a saber: PL 3437/97, do ex-deputado Wigberto Tartuce, o PL 98/2003, do ex-deputado Fernando Gabeira, o PL 4244/2004, do ex-deputado Eduardo Valverde. Cf.: SANTOS, Gabriel.; OLIVEIRA, Adriana Vida de. Regulamentação da prostituição no Brasil: analisando o problema da prostituição como forma de dominação masculina e a necessidade de garantir direitos às prostitutas. In: *XXIV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da PUC-Rio*. Rio de Janeiro, set. 2016. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Gabriel_Santos.pdf. Acesso em 4 ago. 2024.

mulher que recorre à prostituição após sofrer várias decepções amorosas. Ao passo que a canção sugere o não julgamento, o não apedrejamento – referência bíblica – da prostituta, reitera pressupostos misóginos – como o sonho do casamento – e estereótipos relacionados às ideias de venda do corpo, vergonha e desalento. Ainda assim, é a própria trabalhadora que protagoniza a letra, com refrão narrado em primeira pessoa.

O que podemos depreender, nesse breve compilado, é que a representação da prostituta, não apenas no contexto literário nacional, mas, também, nas mídias audiovisuais e musicais brasileiras, ao longo do tempo, alcança novos ângulos no que diz respeito à autoria, veiculação, circulação e, essencialmente, no tocante à composição dessa personagem. De perspectivas patriarcais a propostas mais insubordinadas, é possível capturar camadas outras que a configuram como indivíduo: da passividade à atividade, do ser narrada ao narrar-se, de vítima e pecadora à sujeita consciente e/ou agente de sua história. Nesse ínterim, é corroborada uma das hipóteses do presente estudo: a capacidade da literatura – e, sob uma ótica intermediática, da televisão, cinema e música – de produzir um imaginário a respeito de determinado tema, de gerar e in(tro)duzir conceitos, de mobilizar pensamento crítico e, mais, de modificá-lo.

Da ficção à autobiografia, essa representação ganha contornos que promovem e aprofundam as discussões que enredam a temática da prostituição, como teremos a oportunidade de demonstrar na sequência.

1.2.2 Autobiografias e projetos de cunho (auto)biográfico

Comecei por safadeza mesmo, assumo, carência brutal, vontade que me desejassem, pegassem, pagassem por mim, mas rapidinho eu vi que não era assim bom como eu sonhava e aí escrever sobre, poder escrever sobre, começou a ser razão de eu continuar. Hoje já nem sei mais se me prostituo para escrever ou se escrevo pra me prostituir, essa é a verdade. Quanto vocês saberiam da vida por trás dos panos da profissão mais malfalada do mundo não fosse por mim?

Amara Moira

O interesse contemporâneo pela escrita autobiográfica também alcança as produções de prostitutas. Ao contrário do que pareceu ser o caso das obras ficcionais – literárias, televisivas, fílmicas, cinematográficas e musicais – apontadas, se levarmos em conta as narrativas de

trabalhadoras sexuais brasileiras que conseguimos catalogar, é possível perceber que os relatos com vieses conservadores nem sempre anteciparam aqueles com conteúdo mais progressista, se observadas as décadas de que datam as primeiras produções. *Eu, mulher da vida*, de Gabriela Leite, por exemplo, é publicado em 1992, enquanto *Entre as Fronteiras*, primeira edição de *O manuscrito de Sônia*, de Mariana Brasil, data de 2003. Enquanto, em Leite, a protagonista busca ressignificar a palavra puta e a atividade por meio do apelo à regulamentação, no livro de Brasil, Mariana entende o trabalho sexual como um pecado, empenhando-se a se desvencilhar de sua condição.

O campo literário, território sempre em disputa, em nosso país, ainda é subjugado por forças conservadoras. Não podemos negar a dominação de um estatuto do que é considerado literatura e, partindo dessa pressuposta hierarquização, as autobiografias de trabalhadoras sexuais ocupam um lugar menor, de menos prestígio.

No tocante a essa questão, Pascale Casanova (2002)³⁰ trata o conceito de literariedade, juntamente com as relações de poder que perpassam o capital literário. A autora diz da existência de crenças, concomitantemente concretas e abstratas, que motivam a engrenagem de todo o universo literário, traçando, com isso, os lugares de destaque e cânone. Entretanto, ela acredita que, por mais consagrados que se apresentassem, em algum momento, todos os espaços literários foram dominados. Assim, afirma que, ainda que existam hierarquias e distribuições desiguais dos recursos literários induzindo a relações de dominação unívocas e duráveis, estes não são uma estrutura fixa e imutável (CASANOVA, 2002, p. 217), e sim, “local de lutas incessantes, de contestações da autoridade e da legitimidade, de rebeliões, de insubmissões e até de revoluções literárias que conseguem modificar as relações de força e provocar reviravoltas nas hierarquias” (CASANOVA, 2002, p. 217).

Nesse sentido, as postulações a respeito do que Casanova conceitua sobre as literaturas e campos literários – o que denomina, portanto, República Mundial das Letras – nos levam a perceber a escrita autobiográfica da prostituição como reivindicadora de seu lugar na hierarquia literária. Sendo assim, citando Kafka, a autora designa as pequenas literaturas: universos literários a priori politizados, cuja existência só se dá em sua relação estrutural e desigual com as “grandes literaturas”. Ela diz, retomando o escritor, que tais literaturas possuem caráter político e nacional que auxiliam na compreensão de sua natureza, interesses e mecanismos que as geram (CASANOVA, 2002, p. 217). Assim como Casanova, Deleuze e Guattari, também retomando Kafka, propõem que uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas a feita

³⁰ Em *A República Mundial das Letras* (2002).

por uma minoria em uma língua maior (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 25). Em diálogo com essa perspectiva o presente estudo pretende tratar os livros que compõem seu corpus literário.

Os livros catalogados³¹ no decorrer desta pesquisa³² abordam alguns pontos recorrentes no que concerne à temática da prostituição e à proposta da narrativa autobiográfica: são narrados em primeira pessoa; o nome da protagonista coincide com o pseudônimo (nome de guerra) da autora; em geral, tratam sobre as relações com clientes, outras TS, cafetinas e

³¹ A saber: *Eu, mulher da vida* (Rosa dos ventos, 1992) e *Filha, mãe, avó e puta* (Objetiva, 2009), de Gabriela Leite; *A difícil vida fácil - a prostituta e sua condição* (Vozes, 1984), de Amara Lúcia; *Entre as fronteiras - O manuscrito de Sônia* (Artemis, 2003), *O manuscrito de Sônia - Prostituição, Erotismo e Amor* (Itália Nova, 2005), *O manuscrito de Sônia - "Entre as fronteiras"* (Edizioni Mandala, 2012) e *Borboletas de Aço* (Edizioni Mandala, 2012), de Mariana Brasil; *O doce veneno do escorpião - O diário de uma garota de programa* (Panda Books, 2005), *O que aprendi com Bruna Surfistinha: Lições de uma vida nada fácil* (Panda Books, 2006), *Na cama com Bruna Surfistinha: Receitas de prazer e sedução* (Panda Books, 2007), *100 Dicas de sedução de Bruna Surfistinha* (Panda Books, 2012), de Bruna Surfistinha; *Morri para viver* (Planeta, 2015), de Andressa Urach; *A princesa - Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas* (Nova Fronteira, 1995), de Fernanda Farias de Albuquerque, em coautoria com Maurizio Jannelli; *Diário de Marise* (Matrix, 2006), *100 Segredos de uma Garota de Programa* (Matrix, 2007), em coautoria com Reinaldo Bim Toigo, *Seduzir Clientes* (Matrix, 2008), *Ele te Traiu? Problema Dele!* (Matrix, 2007), *Reunião de Bruxas* (Anubis, 2011), *Psicopatas do coração* (Urbanas, 2012), de Vanessa de Oliveira; *O prazer é todo nosso* (Mosarte, 2014; Guerra e Paz, 2015) e *Porque os homens me procuram?* (Planeta, 2017), de Lola Benvenuti; *Eu, Dommenique* (Leya, 2012), de Dommenique Luxor, *Alugo meu corpo* (Planeta, 2008), de Paula Lee; *Eu, travesti* (Record, 2019) de Luísa Marilac e Nana Queiroz; *E se eu fosse puta* (Hoo, 2016), *E se eu fosse pura* (Hoo, 2018; N-1 Edições, 2023), *Neca + 20 poemas travessos* (O sexo da palavra, 2021), *Neca - romance em bajubá* (Companhia das Letras, 2024) de Amara Moira; *Putafeminista* (Veneta, 2018), de Monique Prada; *Puta autobiografia* (Paka-tatu, 2022; Claraboia, 2023), de Lourdes Barreto; *Atuar ou não como prostituta: programa, etnografia e ativismo* (Ofícios Terrestres, 2023) e *Cabaré* (Urutau, 2023), de Natânia Lopes; e *Putá história* (Ofícios Terrestres, 2024), de Fátima Medeiros; Das edições acima, as três últimas seguem fazendo eco ao putafeminismo, não tendo sido abordadas no conjunto do presente corpus, contudo, devido à sua publicação recente, dado o adiantado da pesquisa. Há, ainda, as obras coletivas, falas em seminários, reportagens, estudos e pesquisas de campo que fornecem relatos autobiográficos de trabalhadoras sexuais no contexto brasileiro, além de duas dissertações de mestrado defendidas por TS: *Escritas putafeministas - um questionamento aos estigmas sobre o trabalho sexual* (Dissertação de Mestrado, UNEB, 2022), de Frida Carla Elisio dos Santos; *Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta* (Dissertação de Mestrado, UFSC, 2019), de Maria Zanela; *Aurora: memórias e delírios de uma mulher da vida* (Veneta, 2022), de Silvana Jeha e Joel Birman; *Prostituta é comunidade* (Arisca, 2023), de Vitória Pilar; *Devir Puta - Políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes* (EdUERJ, 2013), de José Miguel Nieto Olivar; *Contos de Bordel - A prostituição feminina na Boca do Lixo de São Paulo* (Carrenho, 2003), de Renata Bortoleto, Ana Laura Diniz e Michele Izawa; *Guaicurus: a voz das putas* (APROSMIG, 2018) organizado por Carolina Macedo, Maria Aparecida Vieira e Pedro Kalil; *Translado: narrativas trans da Av. Pedro II* (Favela é isso aí, 2018), de Tomás German, Afonso Scliar, José Henrique Pires Azevedo, Bárbara Macedo e Caio Paranhos; *As meninas da Daspu* (Novas ideias, 2007), organizada por Anna Marina Barbará e Otília Silva Leite; *Sou puta, doutor!* (Simplíssimo, 2021), de Yuri Marques; *Mulheres de Batalha: aprendizados e saberes em contextos de prostituição* (Sagga, 2021) e *"Fazer o corre e ter o pão de cada dia": participação política, dinâmicas de socialização e educação em famílias de putas* (Tese de Doutorado, UNEB, 2021), de Fernanda Priscila Alves da Silva; *"Corpos em evidência": pontos em ruas, mundo em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo* (Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 2000) e *Homens da Vila: um Estudo de Relações de Gênero numa Zona de Prostituição Feminina* (UNICAMP, 2005), de Elisiane Pasini; *Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias e enfrentamentos no contexto de belo horizonte* (Dissertação de Mestrado, UFMG, 2008) e *"Somos sujeitas políticas de nossa própria história": Prostituição e feminismos em Belo Horizonte* (Tese de Doutorado, UFSC, 2015), de Letícia Cardoso Barreto; *MULHERES: vigiadas e castigadas* (CLADEM Brasil, 1995), publicação do Seminário Regional "Normatividade penal e mulher na América Latina e Caribe" que conta com os capítulos "Todos calam, nós falamos", de Lourdes Barreto e "Máscaras antigas, nova cidadania", de Gabriela Leite.

³² Iniciada em 2014, no processo de mestrado.

cafetões; sobre os territórios de prostituição – há deslocamentos em função do trabalho sexual, entre pequenas migrações até movimentos de emigrações; sobre violências e programas atípicos, sobre o início na atividade e a forma como a enxergam; sobre suas origens e família – geralmente, em menor escala; alguns deles, ainda, se denominam manuais do sexo respaldados pela atuação das autoras no meio.

Há, em parte deles, desejo e/ou necessidade de, por meio da escrita, externar sentimentos, transcrever sensações e, de certo modo, expurgar emoções experienciadas no meretrício. A publicação autobiográfica, para algumas dessas mulheres, parece se apresentar como elemento de escape, redenção ou, até mesmo, cura. A tônica de tal literatura aparenta estar em sua propriedade de recuperar, exteriorizar e subverter, permitindo às autoras refletirem, reinventarem-se e fazerem-se ouvir através do fazer literário.

Especificamente, nos livros aqui elencados, o mote não é esse desejo de reconciliação consigo mesmas e com o passado. A prostituição é reforçada enquanto escolha e ressignificada por essas mulheres, a partir de seu lugar social e de fala, além de tornar-se, para quase todas, uma causa, levando-as a atuar à frente da militância das TS.

Nesse sentido, observa-se, em primeira análise, que tais escritoras, por meio do combate evidente aos discursos de poder vigentes, intervêm enquanto agentes de seu espaço social. Tendo isso em vista, suas produções, antiautobiográficas³³, enquanto práticas literárias de um grupo social micropolítico, fornecem contribuições a esses propósitos e revelando o viés formador e transformador da literatura, tomando a palavra como arma de combate³⁴.

1.3 DESLOCAMENTOS SOBRE AUTORIA

1.3.1 Tecnologias digitais e a “ressureição do autor”

Como não admirar a imensa coragem dessas mulheres que proferem discursos da verdade que lhes são próprios e que lhes custaram tão caro, não só correndo o risco da perda da própria vida, mas também da de seus filhos?

Margareth Rago

³³ Conceito de Margareth Rago (2013), que discutiremos na próxima seção.

³⁴ Como será aprofundado no decorrer deste estudo.

É inquestionável que a evolução tecnológica e o consequente advento e alcance das redes sociais propiciaram a aproximação da classe e a divulgação das mobilizações dos movimentos de trabalhadoras sexuais. Muitas delas, ainda que não tenham publicações de livros, possuem sites, blogs ou redes sociais, por meio dos quais divulgam textos autorais, entre manifestos, artigos de opinião, crônicas, contos eróticos, poemas, pesquisas, dissertações de mestrado, além de produções audiovisuais, como é o caso dos documentários *Filhos da Puta* (2019), de Lucas Lemos, Luiza Valentin e Santuzza Alves de Souza, TS, mãe, coordenadora do coletivo Rebu³⁵ e vice-presidenta da CUTS; e *Indianara* (2019), sobre a militante e trabalhadora sexual Indianarae³⁶ Alves Siqueira, dirigido por Aude Chevalier-Beaumel e Marcelo Barbosa. Na presente subseção, buscamos apresentar brevemente alguns desses projetos no intuito de enfocar sua possível contribuição e manutenção da proposta putafeminista e, além, fundamentar o desenvolvimento das hipóteses aqui levantadas.

Filhos da Puta apresenta narrativas acerca do trabalho sexual sob a ótica de três filhos cujas mães foram ou são TS, desmistificando estigmas como “mulher de vida fácil”, “desonesta”, “vadia”. ressignificando essas figuras como “mães”, “chefes de família”, “administradoras de seus lares”:

A maternidade ganha outros contornos num processo de ressignificação da interpelação supostamente humilhante que titula o filme. Produzido pelo Coletivo Rebu, ele tenta desestruturar estigmas sustentados por uma das principais dicotomias que engendram a ideia legitimada de “mulher”: a esposa e a puta – esta última tomada como o oposto conformador ou exterior constitutivo da feminilidade almejada. Longe dos cenários soturnos que caracterizam grande parte dos documentários sobre prostituição, *Filhos da Puta* dispõe os entrevistados em ambientes abertos, iluminados e acolhedores, estabelecendo com eles uma cumplicidade mutuamente estratégica. O filme, claramente militante (no melhor dos sentidos do termo), tenta interferir na realidade imediata moldando nossos afetos, para permitir, ainda que timidamente, que certas famílias possam circular mais livremente, sem as censuras estigmatizantes que interferem cotidianamente nas suas vidas. Reivindica-se, assim, pautas fundamentais do movimento organizado de prostitutas que, nunca é demais lembrar, existe no Brasil há quase 40 anos (GUSMAN, 2021, não paginado).

Além do documentário, disponível na plataforma Youtube, Santuzza Souza compôs *Relato de uma trabalhadora sexual brasileira* (2018), texto disponível em um site na internet, que entre outras questões, traz novamente o debate sobre a maternidade das trabalhadoras sexuais, muitas vezes, reponsáveis por famílias monoparentais:

³⁵ Coletivo de Trabalhadoras Sexuais cis, trans e travestis, que atua no combate à violência, na luta contra o estigma e pelo reconhecimento do trabalho sexual; situado em Belo Horizonte - MG.

³⁶ Indianara, hoje, responde por Indianare ou Indianarae.

Quando somos nós a passar dificuldade a gente se vira e até na rua a gente dorme, mas quando são nossos filhos, não aguentamos a dor de vê-los passando por necessidades. Quando eu digo necessidade, não falo de luxo, falo do básico, do mínimo para se ter um pingão de dignidade, e eu prometi para mim mesma que eles nunca mais passariam por esta situação, e a prostituição permitiu que isso não voltasse a acontecer (SOUZA, 2018, não paginado).

Ainda sobre o legado deixado aos filhos de trabalhadoras sexuais, encontramos *O pior palavrão do mundo* (2017), texto de Monique Prada, também disponível na rede mundial de computadores:

O mito da mãe como uma mulher pura, livre de desejos e imune às tentações mundanas, é um dos mitos fundadores de nossa sociedade. A Virgem Maria, dando à luz a Jesus sem que tenha tido contato íntimo algum com José, zela por manter essa aura de pureza materna desde sempre. A prostituta, a mulher sem dono (mas dona e senhora de sua sexualidade), representaria o extremo oposto. A ideia de promiscuidade e degradação, facilmente associada a essa mulher, a mantém afastada do ideal de maternidade cultuado pela sociedade patriarcal contemporânea (PRADA, 2017, não paginado).

“Não somos mais invisíveis. Passamos a ter a possibilidade de interação em tempo real nas redes sociais, nas quais reivindicamos o espaço que sempre nos foi negado, como mulheres, donas de nossas vontades, de nossos destinos, de nossas escolhas, e plenamente capazes de defendê-las” (PRADA, 2018, p. 34). Como reiterado por Prada, a internet se apresenta como o primeiro instrumento de voz acessível a trabalhadoras sexuais, até então, silenciadas, desarticuladas das associações, movimentos e do putafeminismo. Corroboram essa assertiva as propostas da *live Trabalhadoras Sexuais e o enfrentamento das violências* e o texto “Mulher perde a guarda dos filhos por ser prostituta?”, de Santos, discutidos nesse capítulo.

Frida Carla Elisio dos Santos, inclusive, em sua pesquisa de mestrado, *Escritas putafeministas - um questionamento aos estigmas sobre o trabalho sexual* (2022)³⁷, problematizou a projeção e importância dessas narrativas, dando um pioneiro passo para a autorrepresentação das trabalhadoras sexuais e sua causa nos meios acadêmicos; caminho escolhido, também, por Maria Zanela, com a dissertação *Travestis em contextos de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta* (2018)³⁸. Em sua rede social, na plataforma Facebook, Zanela – que atualmente é doutoranda em Educação pela UFSC – faz postagens públicas e, em uma delas, comenta sobre sua trajetória como pesquisadora:

³⁷ Disponível em: <https://ppgel.uneb.br/wp-content/uploads/2023/06/CARLA-ELISIO.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

³⁸ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/206376/PGSS0233-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 nov. 2022.

Falem bem ou mal, mas falem de mim. Eu sou uma travesti, trabalhadora sexual, prestes a me tornar Doutora com 26 anos de idade, fruto da minha luta incansável. Tenho um orgulho enorme de estar construindo minha carreira sem precisar apagar minha História e passado. Construo minha História com gratidão eterna à prostituição que me permitiu aprender sobre a vida e as pessoas que me cercam. Sigo afirmando que sinto pena das pessoas mascaradas, homens e mulheres que recorrem à prostituição no sigilo, seja exercendo ou contratando, inclusive minhas/meus colegas de Universidade, que vivem na hipocrisia e não movem uma palha para mudar realidades como a minha. Aí vão dizer: ah, Maria Zanela é mal-amada, isso e aquilo... Digo que não, porque já fui muito machucada, até sofri violência doméstica de homens que diziam me amar demais, quem me conhece acompanhou os dramas da minha vida. Desse amor que vocês acreditam estou fora! Sou bocuda mesmo e não escolho lugar nem hora para falar sobre as verdades que vocês escondem. Lidem com a insurgência de uma ativista pelos direitos das trabalhadoras sexuais que anda cansada de tanta hipocrisia. Lidem, também, com meu Doutorado, lugar este que vocês fazem de tudo para que eu não conquiste. Pele travesti, máscaras cisgêneras... (ZANELA, 2021, não paginado).

A publicação transcrita traz à baila muitas questões as quais discutimos e ainda discutiremos ao longo dessa tese. Por hora, é importante ressaltar que a estigmatização da prostituição, já discutida, faz com que Zanela possua orgulho de ter coragem para assumir-se TS e, mais, não efetue um apagamento de sua história. Quantas histórias como a dela foram relegadas devido ao medo, ao preconceito e ao estigma? Outra relevante discussão levantada por ela é a omissão da sociedade – no caso, de colegas e cidadãos letrados –, em não se posicionar a partir de seus muitos privilégios prescritos estruturalmente. Há, ainda que breve, menção à violência – no caso doméstica – sofrida. E, por fim, Zanela pontua seu transputafeminismo como uma insubordinação desaprovada por “vocês” – e, aqui, entendemos toda a estrutura patriarcal como interlocutora – e termina com uma analogia ao livro *Pele negra, máscaras brancas*, do psiquiatra e pensador francês Frantz Fanon que alude, mais especificamente, à transfobia³⁹: “Pele travesti, máscaras cisgêneras”.

Quando muitos pesquisadores e repórteres procuram prostitutas, eles encontram apenas aquelas que se encaixam em seus estereótipos, por serem as únicas pessoas que eles conseguem enxergar. Se as profissionais do sexo desafiam esses estereótipos, são tratadas como uma novidade trivial em vez de uma realidade (GRANT, 2021, p. 41).

Por isso é tão importante que essas mulheres tenham a oportunidade de se estabelecerem enquanto autoras das próprias histórias. O autor ressurgue, no caso as autoras, na medida em que contam com suporte para, além de escreverem, serem lidas. Assim sendo, podem dispensar mediações tendenciosas que, ao contrário de contribuírem com sua luta, reforçam estigmas e

³⁹ A prostituição trans e travesti será aprofundada no terceiro capítulo deste trabalho.

estereotípias. Ademais, discutem sobre pautas que lhe são realmente caras, as quais vão muito além dos tabus visados e reforçados pela mídia e, conseqüentemente, mais conhecidos pelo senso comum.

1.3.2 O poder da palavra

As autobiografias de mulheres dão voz a saberes assujeitados porque as perspectivas e experiências femininas até recentemente foram excluídas da história e da literatura.

(...)

A autobiografia pode tanto ser um exercício de sujeição, se produzir a verdade requerida sobre si mesmo, como pode ser um processo de subjetivação, se se examina criticamente como a pessoa chegou a ser o que é, em relação aos discursos normalizadores.

Margaret A. McLaren

Em *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013), Margareth Rago dialoga com as histórias de sete mulheres importantes no cenário do feminismo brasileiro a partir da segunda metade do século XX, dentre as quais está Gabriela Leite. Sobre suas produções bibliográficas, Rago destaca:

Numa perspectiva tradicional, considera-se que a produção de uma autobiografia responde a um desejo de purificação, já que se trata de dizer a verdade sobre si, a partir do exame de consciência: penitência e reconciliação, como desejaram Agostinho e Rousseau. [...]

No entanto, não é este o caso nos dois livros autobiográficos de Gabriela. Longe do mea-culpa e da autopunição em praça pública, nos moldes propalados pelo cristianismo, trata-se de uma afirmação de si e dos caminhos trilhados para chegar ao ponto em que está. Nesse trabalho de cartografia da subjetividade, que está muito longe de implicar uma renúncia a si mesma e uma negação dos próprios desejos, a elaboração dos motivos, das concepções, das ideias e dos valores que definem certas atitudes se explicita, reforçando, portanto, as escolhas realizadas ao longo da vida, e não o contrário (RAGO, 2013, p. 168).

Aqui estaria o pioneirismo de Gabriela Leite na literatura da prostituição: “Antiautobiografia, talvez seja possível dizer, a narrativa de Gabriela contraria radicalmente a imagem da ‘mulher perdida’, literalmente falando inclusive, ao afirmar a ideia de um autocontrole sobre seu corpo, sobre seu próprio tempo de destino” (RAGO, 2013, p. 168). Ela ousa não apenas defender o trabalho sexual, mas além, se colocar como uma prostituta que tem

domínio sobre si e se orgulha de sua história de vida, se antiautobiografando, como teremos oportunidade de discutir no capítulo seguinte.

Contrariando as expectativas socialmente depositadas no trabalho sexual, ela milita em favor da regularização destacando sua importância e colocando-o páreo às demais atividades profissionais.

Não acho que a prostituição é uma violência, isso é um estigma também, nós sempre existimos, em várias épocas, em algumas melhores, outras piores, na história da prostituição, épocas de mais glamour, de menos glamour, como agora que não tem glamour nenhum. Mas é uma atividade, uma história muito séria. O Félix Guattari que dizia que as pessoas deviam subvencionar as prostitutas, dar uma subvenção estatal para elas serem as grandes contadoras da história da sexualidade. Elas conhecem demais, mas acabam se perdendo dentro dessa normatização da vida (LEITE in RAGO, 2013, p. 249).

Leite salienta o conhecimento da prostituta, enfatizando, ancorada por Guattari, sua habilidade como “contadora de histórias”. Autora precursora dos demais nomes que conversarão com ela nesse estudo – a saber, Lola Benvenuti, Amara Moira, Monique Prada e Lourdes Barreto, destas, a última a publicar, mas contemporânea de Leite na militância –, prenuncia a, não devidamente reconhecida e outorgada, capacidade enunciativa detida pelas companheiras de classe.

Prada, em seu *Putafeminista*, volta e meia reitera o poder da palavra: “Foi por conta da palavra, da minha palavra solta e atrevida, que de repente me vi agitadora, escritora sem livros, ativista; uma puta ativista, puta-ativista, putativista” (PRADA, 2018, p. 27)⁴⁰. Benvenuti, em *O prazer é todo nosso*, revela-se como hábil contadora de histórias. Já Moira, em *E se eu fosse puta*, “solta o verbo” sobre a hipocrisia masculina e a realidade da prostituição de trans e travestis. Finalmente, Barreto, em sua *Putas autobiografia*, potencializa a “prostituição de saberes”⁴¹: “Ao enunciar suas experiências e relatar como o movimento social criado por ela se entrelaça com a sua vida, sua escrita ergue a voz de muitas mulheres, especialmente das mulheres prostitutas” (BORTOLANZA; BARRETO in BARRETO, 2022, p. 29).

Rago apreende no relato autobiográfico – publicado como livro, fornecido em entrevistas escritas ou orais – concedido pelas sete feministas por ela estudadas que “desfazem as linhas da continuidade histórica, questionam as identidades construídas e constituem-se relacionalmente como sujeitos múltiplos” (RAGO, 2013, p. 168). Nessa assertiva, dentre as

⁴⁰ Retomaremos essa mesma citação e seu contexto em dois momentos, no capítulo seguinte, devido à sua importância para a discussão acerca das escritas de si.

⁴¹ Em *Putafeminista* (2018) de Monique Prada, Amara Moira assina o prefácio que nomeia “Prostituintes saberes”, aludindo à essa rede que vai se tecendo pela literatura da prostituição e escritas putafeministas, discussão que vai perpassar o presente estudo.

autoras com quem dialogamos, está incluída por Rago apenas Gabriela Leite; contudo, diante do que foi apresentado nessa seção, podemos considerar que as palavras proferidas pelas demais caminham na mesma direção.

Para o momento, cabe, portanto, pontuar que, como autoras de suas próprias histórias – e de uma história coletiva – Leite, Barreto, Prada, Moira, Benvenutti e outras tantas TS brasileiras vêm construindo e consolidando no Brasil e fora dele um putafeminismo pautado no poder da palavra e edificado na literatura e na manutenção de redes – como teremos oportunidade de discutir adiante.

Enfim, o propósito inicial da pesquisa foi contextualizar historicamente performatividades dessa figura prostituta, a fim de resgatar um imaginário traçado ao longo dos tempos que foi estabelecendo a elaboração dessas sujeitas pelo corpo social. As instâncias que confluem para a construção do termo e do movimento putafeminista – prostituição e feminismo – foram abordadas em algumas de suas nuances, caras ao desenvolvimento das análises que proporemos e ao entendimento de conceitos e conjunturas sobre os quais pretendemos elucidar.

Foi intuído, a princípio, alcançar respostas para a origem da aversão à puta nas sociedades. Buscamos pontuar porta-vozes da representação do trabalho sexual – em meios diversos – com o fito de entender como e porquê, contemporaneamente, esta é configurada e ressonada de forma estigmatizada, inclusive em autobiografias de TS. Nesse sentido, a partir de tais produções e de outras, divulgadas em plataformas disponíveis, possíveis – nas quais não foi oportunizado acesso até muito recentemente –, redirecionamos a palavra àquelas que, rompendo ou não pressupostos a respeito do trabalho sexual, representaram-no e representam-no a partir da experiência.

Logo, tendo em vista a proposta desse primeiro capítulo, de estabelecer um panorama acerca de instâncias que alicerçam a pesquisa, como aludido na introdução, para o momento, o contato com o corpus literário foi embrionário. No capítulo que segue, desnudaremos concepções acerca das escritas do eu e apresentaremos análises literárias das produções autobiográficas dessas mulheres, procurando entendê-las como resultado de um processo de subjetivação, por meio do qual ponderam criticamente sobre si mesmas, em relação aos discursos normalizadores aqui pontuados.

2. PERFORMANCES DA ESCRITA: AUTOBIOGRAFIA E PROSTITUIÇÃO

PEÇO PASSAGEM

*Meu amor
Minha linguagem*

*Para adentrar
Até o fundo
De você*

*Não o falo
Mas a fala
Despedaçada*

*Sussurrar
tudo que não pode
Ser dito*

*Inspirar
silencioso grito
Pela pele pelos pelos*

*o Desejo:
fogo que arde (arte) (parte)
em segredo*

*Te tocar
Como instrumento
Não (só) com os dedos*

*Não só com a língua
linda portuguesa
Umedecida*

*Respirar
A música do ar
em seu ouvido*

*fazer você dançar
essa dantesca dança
comigo*

*Arrancar à unha
Te fazer louca
Beijar a boca
da palavra*

*Abri-la
E mergulhar
no profundo*

que se escancara

*usá-la
Ir até o sabe-se lá
e voltar*

*para contar
para dizer
para calar*

*E então
 talvez
 gozar
 e não é isso
 tudo isso
 a epifania?
 e não é essa
 a procura
 da poesia?
 A catarse
 Tapa na cara
 das imagens
 E não é assim
 O verbo
 Da criação
 de fazer chorar
 Nascer
 À vida
 Através da
 Semente - semântica -
 Expelida
 E esse óvulo - ouvir -
 que guarda. Choca.
 Transforma
 E faz
 o novo
 De novo
 Existir
 Insistir
 Persistir?
 Por isso
 peço passagem
 Meu amor
 Minha linguagem
 pra ter coragem
 te tentar
 diahdia noiteahnoite
 ou mesmo se for
 tarde (demais)
 tentar
 te conquistar
 não como quem doma
 mas como quem toma
 e dá
 a mão
 pra te levar
 pra te elevar*

*e
enfim
(mas nunca é fim):
me entregar.*

Igor Alves

O presente capítulo constará de uma análise do nosso corpus literário – e de obras selecionadas que corroboram as propostas deste estudo⁴² – no que diz respeito às relações entre escrita e prostituição e destas com o fazer autobiográfico. Consideramos fundamental dedicar um capítulo ao diálogo entre as questões teóricas sobre autobiografia e seus subgêneros e as narrativas aqui estudadas. Há, diante disso, uma preocupação em discernir as autoras das narradoras-protagonistas, na medida em que, baseamo-nos no conceito de performatividade⁴³; portanto, falaremos, aqui, das narradoras/protagonistas/personagens, quando tratarmos de suas narrativas – performando a escrita –, e das autoras/escritoras/trabalhadoras sexuais, no momento em que fizermos menção a entrevistas, *lives* e perfis nas redes sociais – performando o ser.

2.1. “MULHERES AO ESPELHO”: DEFLORANDO AS MODULAÇÕES DA ESCRITA

Representar todos os outros que estão em mim, me transformar em outro, dar livre curso a todo processo de virar-outro, virar seu próprio ser de ficção ou, mais exatamente, esforçar-se para experimentar no texto o fictício da identidade; tantas tentações fortes, quase a nosso alcance e que saem atualmente do domínio da ficção.

Régine Robin

Acerca das escritas do eu, em seu estudo – o qual fazemos menção no título da presente seção – *Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção e autoficção* (2013), Eurídice Figueiredo disserta a respeito da complexidade dessa análise genérica, uma vez que as linhas que diferem

⁴² Entre elas: *A difícil vida fácil: A prostituta e sua condição* (1984) de Amara Lúcia; *Translado: narrativas trans da av. Pedro II* (2018), organizada por Tomás German [et. al.]; *Guaicurus: a voz das putas* (2018), organizada por Macedo [et. al.]; e *As meninas da Daspu* (2007), organizada por Anna Marina Barbará e Otilia Silva Leite.

⁴³ O corpo, segundo Judith Butler não deve ser visto como “uma superfície pronta à espera de significação, mas como um conjunto de fronteiras, individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (BUTLER, 2012, p. 58).

autora, narradora e personagem são difusas. Ela resgata como prolegômenos as famosas discussões empreendidas no fim da década de sessenta por Barthes e Foucault, com enfoque na questão do autor.

Apesar de ser difícil fazer a separação clara entre personagem/narradora/autora em muitos dos textos analisados, deve ficar claro que mesmo a figura da escritora já é uma ficcionalização, porque não há como escrever sem organizar, selecionar, dar ênfase, ocultar ou velar, criar um certo suspense de maneira a manter o interesse do leitor; em suma, a escrita literária exprime, paradoxalmente, a verdade e a mentira (FIGUEIREDO, 2013, p. 10-11).

Fazemos nossas suas dificuldades e apontamentos ao analisar narrativas de cunho autógrafo, inerentemente paradoxais. Na epígrafe acima, Robin nos fala do fictício da identidade, de se transformar em seu próprio ser da ficção. Com base nessa perspectiva, buscaremos investigar as experimentações e representações das protagonistas ficcionais e reais elencadas.

Em sequência, Figueiredo afirma que desde a década de noventa, têm surgido autobiografias, ficções e autoficções de autoria de mulheres que tratam sobre a temática da sexualidade; menciona, nesse sentido, obras pornográficas e, em sequência, aponta os textos das trabalhadoras sexuais:

Surgiram também relatos de profissionais do sexo. No Brasil, o caso mais notório foi o de Bruna Surfistinha, pseudônimo de Raquel Pacheco (nascida em 1984), que, depois de fazer sucesso escrevendo em blog, lançou em 2005 *O doce veneno do escorpião*. O sucesso se traduziu pela venda de 250 mil exemplares e pela adaptação para o cinema, com Deborah Secco no papel principal. Ela publicou posteriormente *O que aprendi com Bruna Surfistinha* (2005) e *Na cama com Bruna Surfistinha* (2007), que tiveram pouco êxito, se comparados com o primeiro (FIGUEIREDO, 2013, p. 99).

De fato, o filme *Bruna Surfistinha* (2011), como aludido no capítulo um, teve grande repercussão e crítica, voltando o olhar da população brasileira para o trabalho sexual, ainda que seja, como se sabe, uma discussão sobre a qual a sociedade, em geral, não tem formação e informação suficiente para deliberar, para além do tabu e estigma. Em âmbito internacional, a pesquisadora menciona duas escritoras premiadas, Nelly Arcan e Virginie Despentes. Vejamos, portanto, as condições de surgimento das putas escritoras, aqui reunidas, na cena literária.

2.1.1. Guardanapos de papel, chats, diários e blogs: o início de tudo

Tudo o que sou está aí, porém não há nada mais que palavras.

Ricardo Piglia

Ao definir o gênero diário, Eurídice Figueiredo lembra a escrita à mão e, com o advento do computador, os diários digitais, que culminam em um novo formato diarístico, o blog: “A existência de blogs (espécie de diário íntimo ou externo) e de livros que se originaram da troca de e-mails é um fato que não pode ser ignorado [...]” (FIGUEIREDO, 2013, p. 41). Entre as escritoras aqui estudadas, apenas Leite e Barreto não mantiveram blogs, possivelmente, por serem de uma geração menos tecnológica, ou porque, no caso de Leite, seu primeiro livro – *Eu, mulher da vida* – se trata da publicação mais distante no tempo, 1992, momento em que os blogs surgiam e ainda não eram acessíveis e popularizados. Apesar de publicar seu segundo livro – *Filha, mãe, avó e puta* – em 2009, ambas as obras, como já mencionado, possuem conteúdo muito semelhante, como se, de fato, a segunda fosse uma edição ampliada e revista da primeira. Ademais, à altura da segunda publicação, Gabriela Leite já não mais exercia o trabalho sexual e sabemos que instigar e alcançar clientes é uma grande motivação para manutenção de um blog, no caso das trabalhadoras sexuais, mesma razão pela qual supomos que Lourdes Barreto também não tenha mantido um.

Atinente à proposta diarística, Figueiredo faz uma distinção entre diário externo e íntimo, uma vez que o primeiro não desvenda intimidades, é, antes, composto de acontecimentos de outra ordem, como políticos. Ela cita um comentário de Drummond no qual o poeta diz que se escrevem diários a fim de dissipar o tempo que se dispenderia à escrita de algo para se publicar, alheamente à utilidade profissional. No caso de Amara Moira, Lola Benvenutti e Monique Prada – assim como de Bruna Surfistinha e Mariana Brasil –, por exemplo, a escrita diarística se consolida como estrutura primeira de seus livros, logo, o diário, bem como o blog, adquirem funções para além de uma anotação íntima e particular. Em relação à composição de Moira, destacamos a seguinte passagem de *E se eu fosse puta*:

Diário aberto, viajo mais de dez anos no tempo. Uma pena eu ter escrito tão pouco... uma horinha e lá se foram todas as páginas duma história que estava sepultadíssima na memória. **Coisas, quase todas, que eu não me lembrava mais e que sinceramente não consigo nem entender como é que eu esqueci caso as tivesse mesmo vivido! Memória pregando peças ou, talvez, minha propensão pra me entender desde sempre meio personagem, sei que me delíciei flagrando essa**

percepção precoce de que eu estava perdendo tempo e dinheiro deixando de cobrar por algo que eu fazia tão bem. Mantive o tratamento do texto no masculino, porque com dezenove anos nada era muito óbvio a respeito de quem eu era. Li os relatos picantes das minhas primeiras experiências no banheiro, a linguagem dos olhares que negociam, através do espelho, o que vai rolar em seguida (MOIRA, 2018, p. 39, grifo nosso).

Antes dessa passagem, há o que aparenta ser – devido à mudança da letra para o formato em itálico e à datação ao final do trecho – uma transcrição do diário da autora, aos seus dezenove anos⁴⁴:

Orientação sexual variando entre incerta e instável (às vezes, as duas ao mesmo tempo); incapaz de amar alguém (e, por conseguinte, viver junto a este) ao longo de grandes espaços de tempo, acabei sendo obrigado a manter uma alta taxa de rotatividade de parceiros (acho que me daria bem com programas...) [28/11/2004] (MOIRA, 2018, p. 39, grifo da autora).

Quem escreveu o suposto registro de diário foi Omar⁴⁵, um rapaz que, já no fim de sua segunda década de vida, palpita ter habilidade para programas sexuais. Em seguida, na narrativa, a protagonista afirma ter se surpreendido com as páginas escritas por ela mesma anos antes, deliciando-se ao flagrar sua percepção precoce de que tinha aptidão para o trabalho sexual⁴⁶. Dessa forma, é possível depreender que a escrita diarística era um hábito pessoal, ainda que infrequente. A partir da leitura do próprio diário, ela consegue, dez anos depois, concluir que nada era óbvio para si mesma, a respeito de quem era no preâmbulo da fase adulta, constatação corroborada pelo uso da desinência masculina, em “obrigado”, uma vez que, no tempo presente da obra, reporta-se no feminino, devido à transição de gênero, assumindo-se travesti.

Em um outro momento do livro, a narradora fala sobre o acesso a salas de conversas virtuais; em seguida, acerca da criação e manutenção de seu blog, além da motivação para tal:

⁴⁴ Curioso notar que da primeira para a segunda edição, há ajustes – ainda que pontuais – até mesmo nessa que, conforme nos sugere a leitura, é uma passagem do diário que Amara, ainda Omar, mantinha na juventude. A título de exemplificação, transcrevemos a seguir o trecho da primeira edição, destacando em negrito os pontos de alteração, a saber, o acréscimo de uma vírgula, após a locução adverbial “às vezes”, no texto mais recente – claramente, uma questão sintática – e a mudança do verbo “conviver” para “viver” – aqui, uma opção semântica: “*Orientação sexual variando entre incerta e instável (às vezes, as duas ao mesmo tempo); incapaz de amar alguém (e, por conseguinte, **conviver** junto a este) ao longo de grandes espaços de tempo, acabei sendo obrigado a manter uma alta taxa de rotatividade de parceiros (acho que me daria bem com programas...) [28/11/2004]*” (MOIRA, 2016, p. 37, grifos nossos).

⁴⁵ Em muitas entrevistas, Amara Moira é questionada sobre seu nome de registro e o processo de transição de gênero. Em entrevista ao Museu da Pessoa, intitulada *A odisseia de Amara*, ao ser perguntada sobre a mudança de nome, ela conta detalhadamente sua relação com o nome Omar, que foi também o nome de seu avô. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/a-odisseia-de-amara-184332>. Acesso em: 20 abr. 2022.

⁴⁶ Ótica destoante da defendida por Monique Prada em *Putafeminista*, que declara não acreditar em vocação para a prostituição (2018, p. 41). Tal assunto será abordado mais profundamente no próximo capítulo dessa tese.

Dia desses fui pro chat uol divulgar o blog. “Travesti Escritora” de *nick*, a mesma ladainha pra todo mundo que me importunava perguntando escritora de quê: “Adoro um programinha sapeca e depois escrevo relato no blog contando tudinho” (e lá vai trecho escolhido a dedo, mais *link*, o povo doido com a novidade). Era pra ser só divulgação, mas alguns acho que começaram a se empolgar e vieram os primeiros “tem telefone? e foto? quantos cm? Faz o quê?”, a porcariada toda que as profissionais travestis conhecem bem. Alguns queriam que eu comesse ali mesmo o relato, talvez pra se acabarem sozinhos e eu ficar na mão (subestimam a minha inteligência, coitados): pra esses eu dizia que era boa só com memórias mas incapaz de imaginação – só pagando pra saber, tá a fim? Neca. **Experiência nova essa, atrair clientela através da promessa do conto**, já que os que eu costumo atender nem imaginam suas histórias correndo a internet (e o medo agora de elas virando livro, imagina? Vai que um aí me descobre e vem tirar a história a limpo... ideias para um próximo livro, quem sabe!) (MOIRA, 2018, p. 69, grifo nosso).

Nesse extrato percebemos que a narradora, trabalhadora sexual, já possuía uma percepção de si enquanto escritora, do conto enquanto trabalho. Destarte, lança mão de um blog para se auto divulgar e promover sua atividade, bem como das salas de bate-papo para atrair uma possível clientela.

Outra puta escritora que também recorreu às mesmas plataformas – chat e blog – foi Lola Benvenuti. Na segunda parte de seu livro – O reflexo no espelho –, na qual a autora afirma tratar de sua trajetória pessoal, são relatadas tais experiências: “Ainda na adolescência, iniciei minhas aventuras de conquista nas salas de bate-papo na internet. Sempre que eu começava um papo com homens desconhecidos nos chats o assunto predominante era sexo, claro” (BENVENUTTI, 2014, p. 173). É possível depreender, no decorrer da leitura, que as aventuras de Lola nessas plataformas desencadeavam em encontros casuais. Os jogos de sedução realizados por ela prenunciavam sua escolha pelo trabalho sexual, cujo início conflituoso narra no capítulo “Rompendo algumas amarras...”:

Enquanto eu cursava a faculdade tive pouco tempo para me aventurar no universo da prostituição. O curso de letras na Universidade Federal de São Carlos exigia muito do meu tempo. Afinal, tratava-se de uma universidade pública, reconhecida como uma das melhores do estado de São Paulo; e eu realmente queria me dedicar aos estudos. Desde sempre os estudos contribuíram para minha formação como pessoa, permitiram ampliar minha capacidade crítica e a capacidade de me autoafirmar.

Ao longo de três anos conheci várias pessoas da internet, mas a minha preocupação com os estudos e com o trabalho de professora me ocupavam muito. Então, aguardei até o último ano da faculdade, quando já havia cumprido todas as disciplinas mais exigentes de minha grade curricular, para retomar com força total as minhas aventuras sexuais. Passei então a divulgar meu trabalho como acompanhante, assinando como Lola Benvenuti.

Criei um *blog*, com a ajuda de uma amiga, e passei a escrever sobre minhas experiências com os clientes no *blog*. Chegou um ponto em que eu cansei de me esconder e, embora já tivesse escancarado minha verdade nos *sites*, meus pais ainda não sabiam da escolha que eu havia feito. Esse foi o meu maior conflito. Eu queria contar, mas não sabia como, e morria de medo da reação deles (BENVENUTTI, 2014, p. 181).

Há, ao menos, três questões importantes a serem levantadas em relação ao fragmento acima. A primeira é o fato de Lola preocupar-se com sua formação acadêmica e intelectual, uma constante na trajetória das mulheres aqui elencadas⁴⁷; a segunda, a dificuldade em assumir a atividade para a família, fato também recorrentemente abordado em tais obras; e, por fim, a questão da criação do blog para divulgação do trabalho e registro escrito das experiências, atuando como um possível laboratório para a autobiografia.

O itinerário percorrido por Monique Prada, assim como por Amara Moira e Lola Benvenuti, parte do diário e/ou blog ao livro. A “promessa do conto” é sintomática na justificativa de criação de blogs para as três autoras em questão, conforme reitera a passagem a seguir:

Um blog. Eu escrevia muito mal no início, hoje sei. Mas ter um blog me pareceu uma boa ideia: de algum modo, ele ajudaria a me diferenciar de tantas outras garotas anunciantes, ajudaria muito na triagem de clientes e também era material para puxar assunto na minha chegada. Agendava os encontros direto em motéis, encontros às escuras, surpresas interessantes. Algumas acabavam por ser péssimas, fato. Ainda assim, apareciam mais surpresas boas do que más. Um trabalho tranquilo.

Essa era eu, eu e eu mesma, voltando à prostituição, criando novas histórias e reinventando um jeito meigo e cínico de ganhar a vida (PRADA, 2018, p. 27, grifo nosso).

A narradora nos afirma acreditar que a criação e manutenção do blog a diferenciaria das demais profissionais, auxiliando nas negociações dos programas. Ademais, para além do trabalho sexual, as muitas dela mesma buscavam criar e reinventar histórias como meio de ganhar a vida, ação que interpretamos não apenas no que concerne ao viés financeiro, mas também ao pessoal e social. Afinal de contas, na sequência desse relato, Monique conta que o retorno à atividade sexual, nessas novas condições, tomou um rumo inusitado, porque o recomeço aliado à palavra – lançada nas redes – fez com que enveredasse pelos caminhos do putafeminismo:

Só sei que de repente lá estava Monique entre outras feministas putas e não putas, entre políticos e ativistas, textos e entrevistas para todo o lado, correndo este país. E isso não aconteceu graças às minhas nem tão incríveis habilidades sexuais (o que, com alguma sorte, teria me dado muita grana). Ah não. **Foi por conta da palavra, da minha palavra solta e atrevida, que de repente me vi agitadora, escritora sem livros, ativista; uma puta ativista, puta-ativista, putativista, aquilo tudo que você que me lê já sabe.**

⁴⁷ Conteúdo a ser aprofundado no capítulo seguinte desta pesquisa.

E então, quando chegou a hora do livro... ai, ai... mais um livro proibido, contando segredos de puta? (PRADA, 2018, p. 27, grifo nosso).

Nessa esteira, cabe observar que estamos tratando de obras autobiográficas dentre as quais um número considerável origina-se no diário e/ou no blog. Ao encontro dessa observação, encontramos no estudo de Eurídice Figueiredo, ao falar da produção de Annie Ernaux, uma comparação entre o diário íntimo e um texto que tem a forma de narrativa autobiográfica, todavia, tendo sido agenciado pelo escritor, que se apropria das técnicas do romance, condensa e intensifica ambos os gêneros – características de elaboração textual que, em certa medida, aproximam-se das praticadas em blogs: “O diário íntimo tem um caráter frouxo, fragmentário, às vezes tão referencial que o leitor não entende o sentido de algumas frases, enquanto a forma de narrativa autobiográfica, que se apropria das técnicas do romance, condensa e intensifica” (FIGUEIREDO, 2013, p. 38). Tal assertiva, portanto, se associada à escrita em blogs, corrobora a tese de que a produção destes funcionou para tais escritoras como um ensaio para a autobiografia, laboratório de escrita.

A título de contribuir com as questões levantadas nessa seção, trazemos à baila da discussão *A difícil vida fácil: A prostituta e sua condição*⁴⁸ (1984), volume de Amara Lúcia, pela editora Vozes. Trata-se da autobiografia dessa mulher que decide se prostituir para, segundo ela, justamente conhecer e entender esse ambiente tão mistificado, logo, enigmático; lançado em 1984, portanto, a obra brasileira do gênero mais longa que conseguimos catalogar nessa pesquisa⁴⁹, o livro narra sua experiência de trabalho em zonas de prostituição de Recife, Rio de Janeiro e Salvador, durante seis meses do ano de 1981.

Lúcia teve sua publicação incentivada pela escritora Rose Marie Muraro⁵⁰, que a entrevistou sobre a decisão de vivenciar o meretrício para escrever a respeito dele, conteúdo que consta como paratexto – Apresentação – do volume. *A difícil vida fácil* é um livro muito impregnado de estigmas e preconceitos, embora concebido por uma mulher que decidiu experimentar a prostituição para justamente escrever sobre esse universo; Amara Lúcia tende a

⁴⁸ Trata-se de conteúdo singular meritório de estudo que, contudo, não será analisado profundamente na presente tese devido ao recorte temático estipulado.

⁴⁹ Na obra *Aurora: memórias e delírios de uma mulher da vida*, lançada em 2022, Silvana Jeha e Joel Birman discutem as produções artísticas de Aurora Cursino dos Santos, uma figura invisibilizada historicamente, que exerceu o trabalho sexual nas primeiras décadas do século XX, tendo sido, posteriormente, internada em hospitais psiquiátricos onde viveu os últimos anos de sua vida: “Esses modelos trágicos e fatalistas retratados em tantos filmes e o imaginário costumeiro sobre a prostituição ganham novos contornos quando a prostituta trata de narrá-lo [sic]. Antes mesmo da consagrada Gabriela Leite, conhecida como a primeira autora prostituta de um livro de memórias, Aurora é pioneira ao narrar sua condição de mulher e prostituta no Brasil da primeira metade do século” (JEHA; BIRMAN, 2022, p. 41).

⁵⁰ Premiada escritora, intelectual e feminista brasileira (1930-2014).

se posicionar, tanto na entrevista, quanto ao longo da narrativa, com distanciamento em relação às trabalhadoras sexuais, marcado por operações discursivas que salientam, quando não um posicionamento higienista, seu não pertencimento ao ambiente⁵¹. Ademais, ainda que mencione brevemente episódios da vida de algumas profissionais com quem conviveu, prioriza seu “laboratório” em detrimento das histórias dessas mulheres.

No início da obra, precisamente no capítulo três, “Dócil assalto à imaginação”, a narradora descreve seu ímpeto em escrever sobre o deslumbramento que sente ao conhecer uma casa de prostituição peculiar: “Fiquei extasiada diante daquilo tudo e tentei resistir enquanto pude até não aguentar mais e pedir à moça do balcão papel e caneta emprestados” (LÚCIA, 1984, p. 30). É possível observar, nessa passagem, que a protagonista, naquele momento, ensaiava a narrativa de si.

Diferentemente das demais obras brasileiras que abarcam a temática de forma autobiográfica, a intenção de publicação, aqui, já existia antes mesmo da experiência no âmbito do meretrício. Nesse sentido, a protagonista prossegue: “E, satisfazendo a vontade de escrever que, para surpresa minha, ali também me assaltava, ‘nascia’ assim o primeiro guardanapo de papel escrito por mim que, juntamente com outros, dariam origem a este livro” (LÚCIA, 1984, p. 30). A escrita toma corpo a partir das vivências ambientadas nas casas noturnas que impelem o narrar(-se).

Com base nas informações apresentadas, podemos afirmar que é uma característica regular desses livros possuir versões primeiras – ainda que concebidas sem o propósito de futuramente transmutarem-se em narrativas livrescas – produzidas em formatos genéricos como diários, blogs e, até mesmo, anotações esporádicas feitas em guardanapos de papel. Tudo isso também corrobora a tese de uma escrita em perspectiva palimpséstica, versões que se transmutam em formatos diferentes dialogando com suas produções constantes de autorrelatos, gerando reflexões performáticas dos registros de suas vidas na prostituição.

⁵¹ Tais como os seguintes trechos: “Já em relação aos estrangeiros, eu aprendera com eles a cobrar e perante eles eu me conscientizava mais da **minha condição atual de prostituta** e precisava sentir como eles **as** tratavam” (LÚCIA, 1984, p. 43, grifos nossos); “Sei que estou arriscando meu nome, minha posição de mãe, enfim toda a minha reputação, mas faço questão de frisar que não fui convocada por órgão algum para registrar esses acontecimentos. Tenho apenas a certeza de que estou cumprindo um dever para com a arte a que me dedico, e que me renova as forças para ir adiante. **Como escritora, poetisa e artista plástica que sou [...]**” (LÚCIA, 1984, p. 53, grifo nosso); “Às vezes tenho vontade de conseguir um molotov e fazê-lo explodir aqui a fim de **limpar essa área da minha cidade**, porém, lembro-me de que a violência jamais será a solução. **A sujeira está entranhada não só nas ruas, como também nas almas das pessoas que por aqui passam**. Tenho a sensação, às vezes, de estar agindo como uma ladra, roubando de certa forma o lugar de alguém aqui!” (LÚCIA, 1984, p. 75, grifo nosso). No primeiro extrato, a autora é contradizente na medida em que se aproxima e se distancia da prostituta não se incluindo ao usar o pronome “as”; no segundo, elenca suas atividades dentre as quais não inclui o trabalho sexual, reforçando que se dedica a ele pela arte; no terceiro e último, aqui elencado, sugere políticas higienistas para lidar com a prostituição e os envolvidos com a atividade.

2.1.2 Possibilidades autobiográficas: laboratórios da escrita

Desde os tempos em que era entendida como instrumento de afirmação da identidade nacional até agora, quando diferentes grupos sociais procuram se apropriar de seus recursos, a literatura brasileira é um território contestado. Muito além de estilos ou escolhas repertoriais, o que está em jogo é a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele.

Regina Dalcastagnè

Segundo Eurídice Figueiredo, as memórias, para além da vida do autobiografado, são relevantes para se conhecer um ambiente político, intelectual, uma época. Tendo isso em vista, a crítica literária discerne, também, a narrativa autobiográfica da memorialística:

Em termos de definição, é fácil distinguir a autobiografia das memórias: a primeira consiste na reconstituição e narração da vida daquele que escreve, enquanto as memórias são mais abrangentes e recriam todo um mundo social. Entretanto, na prática, muitas vezes é difícil classificar as obras, que misturam a linha linear da autobiografia clássica com memórias sociais e familiares, traçando perfis de amigos e ancestrais, descrevendo o ambiente em que viveram (FIGUEIREDO, 2013, p. 48).

Diante dessa distinção, podemos pensar nos livros de Gabriela Leite e de Lourdes Barreto como essas obras que, na prática, são difíceis de classificar; ora apresentam-se memórias sociais e familiares, ora, memórias particulares. Dessarte, dentro das características acima levantadas, ambos os livros de Leite e, também, o de Barreto parecem se tecer de maneira multifacetada no quesito genérico, uma vez que aliam narrativa autobiográfica e memória social, portanto, um hibridismo genérico, nos termos de Figueiredo (2013, p. 51).

Nesse sentido, também o é o livro de Monique Prada. Figueiredo, em suas análises, comenta sobre uma obra que não é nem totalmente teórica, nem totalmente ficcional, um híbrido; *Putafeminista*, de Prada apresentaria essa interface, contudo, entre teoria e autobiografia, como teremos a oportunidade de observar em mais momentos no decorrer dessa pesquisa.

Em todos esses formatos, há uma discussão muito grande a respeito do antagonismo imaginação/realidade. Figueiredo, cita Autran Dourado, autor de um romance autobiográfico que mistura memórias e ensaio, que reflete a respeito da escrita autógrafa: “Pra mim o

imaginado vira o acontecido, é duro separar um do outro [...] o que eu realmente vivi? O que foi que eu inventei?” (DOURADO, 2000, p. 10 apud FIGUEIREDO, 2013, p. 43). A pesquisadora menciona, ainda, *O amante*, de Marguerite Duras, descrevendo seu objetivo não de dar uma visão clara e completa da história da vida do autor, mas, ao contrário, desvendar a impossibilidade de fazê-lo (FIGUEIREDO, 2013, p. 59). Veremos que as autoras em questão, em alguns momentos de suas narrativas, discutem essa dualidade.

Eurídice Figueiredo retoma, ainda, a autoficção, para tanto, elencando alguns críticos e teóricos do gênero. Entendemos que os livros discutidos no presente estudo flertam com todas essas possibilidades de associação a gêneros literários diversos, contudo, o pacto autobiográfico⁵² que cada autora assina – seja em paratextos ou peritextos⁵³ – nos autoriza a tratá-los como autobiografias, o que não esgota outras abordagens interpretativas.

Assim sendo, pensando nos demais formatos de escritas do eu, pareceu-nos importante mencionar a conceituação cunhada por Philippe Gasparini para o gênero autoficção, uma vez que aproxima-se das características da narrativa de Amara Moira: “Texto autobiográfico e literário que apresenta numerosos traços de oralidade, de inovação formal, de complexidade narrativa, de fragmentação, de alteridade, de disparatado e de autocomentário, os quais tendem a problematizar a relação entre a escrita e a experiência” (GASPARINI, 2008, p. 311 apud FIGUEIREDO, 2013, p. 62). Em muitos momentos, o texto de Moira apresenta os traços elencados por Gasparini, em que pese o fato de a autora, à época da publicação, ser uma doutoranda em Letras⁵⁴.

Dobrovsky, também apontado por Figueiredo na discussão sobre autoficção, evoca a questão da linguagem em relação a esse gênero. O criador do termo, citado por Philippe Vilain, “considera que quem faz autoficção hoje não narra simplesmente o desenrolar de fatos, preferindo, antes, deformá-los, reformá-los, através de artifícios” (VILAIN, 2005, p. 216 apud FIGUEIREDO, 2013, p. 62). É o que parece fazer Amara Moira no seu processo de escrita, conforme confessa sua protagonista homônima, em mais de um momento no decorrer do livro, com destaque para o extrato que selecionamos, a seguir transcrito – que apresenta, ainda, alguns outros traços aludidos por Vilain, dentre os quais, marcas de oralidade – na literatura brasileira, entendidas como marcas de caráter popular –, fragmentação e autocomentário.

⁵² Conceito cunhado pelo estudioso francês, Philippe Lejeune, cuja proposta é a afirmação da identidade coincidente entre autor/narrador/personagem, estabelecida direta ou indiretamente. Ver: LEJEUNE, Philippe. *O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha; tradução: Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

⁵³ Ainda nesse capítulo trataremos à baila a discussão sobre os paratextos editoriais.

⁵⁴ Na segunda edição do livro, essa informação foi atualizada e fornecida já na capa da obra, abaixo do nome da autora: “Travesti e doutora em Letras pela UNICAMP.

Tudo se deu logo que pisei na rua, um motoboy prometendo que já tava quase, que era só começar e pimba, “menos de dez minutinhos”. Aceitei já pensando uma forma gozosa de narrar o caso, um paralelo entre isso e a parábola da esmola do rico e da viúva pobre talvez... dez realzinhos suados, surrados, que ele teria que fingir pro patrão que gastou com a gasosa, não dava pra igualar isso ao ricaço que me dá a mais porque gostou de mim, porque abusou de mim (MOIRA, 2018, p. 131).

O excerto acima foi modificado em relação à primeira edição do livro – pela mesma editora, Hoo, em 2016 –, contudo, como já dito, a história relatada se mantém. Além de mudanças no texto, há acréscimos e cortes em certos momentos, como sinalizado na contracapa: “Edição revista e atualizada”⁵⁵.

A narradora-personagem assume que aceita o programa já elucubrando os procedimentos narrativos para escrever a experiência: narraria fazendo intertextualidade com uma parábola do texto bíblico. Interessante perceber que, ao longo da narrativa do episódio, não é realizado, de fato, esse paralelo. Em seguida, contudo, abre-se um parêntese para que a escritora conte algo extra narrativo para o leitor: “(rebuliço aqui na calcinha agora escrevendo, recordando a cena: ando viciosa, vocês nem imaginam)” (MOIRA, 2018, p. 132). Ou seja, não se trata de um autocomentário, traço apontado há pouco, mas de um comentário que evoca um interlocutor, o que aponta novos traços dessa escrita, que, a nosso ver, diferentemente do diário, relacionam-se com a proposta narrativa do blog, na medida em que pressupõem um leitor.

Ainda que muitos autores, os quais Figueiredo busca elencar, tenham trabalhado sobre o conceito de autoficção, o manancial de interfaces existente nessa escrita é, em maior ou menor escala, apontado por todos. Vincent Collona atribui a ficcionalidade ao imaginário, enquanto Serge Doubrovsky a identifica com narratividade e literariedade. Nos passos de Doubrovsky, Annie Ernaux afirma que, em sua obra, no sentido de construção, agenciamento da forma, existe ficção, contudo, a autora não admite que esta seja classificada como autoficção (FIGUEIREDO, 2013, p. 65); por fim, Régine Robin sustenta que autoficção é ficção, pois, exatamente por ser narrado, o sujeito narrado é fictício, um ser de linguagem (FIGUEIREDO, 2013, p. 67).

Como pudemos observar, uma das características recorrentes das obras aqui em diálogo é a mistura de procedimentos literários, dada, entre outras motivações, às plataformas por meio

⁵⁵ Além de modificações no âmbito da revisão (como o verbo começar, que na primeira edição estava grafado sem cedilha), houve mudanças significativas no texto, ainda que, como apontado, a história relatada se mantenha. A título de exemplificação de tais observações, segue a transcrição do mesmo extrato, na primeira edição: “Tudo se deu logo que pisei na rua, um motoboy prometendo que já tava quase, que era só começar (sic) e pimba, “menos de dez minutinhos”. Aceitei já pensando uma forma gostosa de narrar o caso, um paralelo entre isso e a parábola da esmola do rico e da viúva pobre... dez realzinhos suados, surrados, que ele teria que fingir pro patrão que gastou com a gasosa, não dava pra igualar isso ao ricaço que me dá a mais o que não faz falta alguma (MOIRA, 2016, p. 137).

das quais cada autora escreve sobre si até chegar à publicação literária. Ademais, como nos propõe Robin, desde a epígrafe desse subcapítulo, tais livros fogem ao domínio da ficção, mas antes, experimentam o fictício da identidade.

A tendência hoje, no ponto de vista de Eurídice Figueiredo, é considerar autoficção a narrativa que indiciar ter sido inspirada nos fatos da vida do autor. A verdade é que são tênues as fronteiras dessas escritas. Justificamos, portanto, o tratamento dos textos em estudo por autobiografias – e, veremos mais à frente, antiautobiografias – ancoradas na assinatura do pacto autobiográfico pelas autoras, prática que teremos a oportunidade de aprofundar ainda nesse capítulo.

Oriundo de reflexões sobre *reality shows*, o movimento conceituado como “extimidade” se dá quando o sujeito expõe parte de sua intimidade, que supostamente deveria reservar-se ao âmbito do privado. Para o psicanalista Serge Tisseron, criador do termo, ela sempre existiu, mas, nos últimos tempos, passou-se a reivindicá-la como procedimento que, juntamente com a intimidade, agregariam à autoestima (FIGUEIREDO, 2013, p. 68).

Em momentos diferentes, em maior ou menor escala, as narrativas em estudo – concebidas por intimidades reveladas, portanto, extimidades – apresentam questões em torno da autoestima. Ainda segundo Tisseron, “[...] a relação do sujeito com o mundo se define por quatro dimensões: sua relação com o íntimo, com a intimidade, com o privado e com o público. A noção de extimidade é inseparável da noção de identidades múltiplas, pois cada um decide qual faceta quer tornar visível” (FIGUEIREDO, 2013, p. 68).

Pensando na faceta – que uma espécie de pacto social busca manter no sigilo – visibilizada e enfatizada pelas escritoras em suas autobiografias – o trabalho sexual –, supomos que esse ato de extimidade tenha certa relação com a manutenção de autoestima, além de outras funções importantes que serão aqui debatidas. Afinal, a rejeição perene – em diversos aspectos – sofrida por essas mulheres não é questionada e, em certa medida, é normalizada pelo estigma em torno de sua atividade. Tal perspectiva, corrobora, portanto, a ideia acima elucidada: “O desejo de extimidade, ou seja, o movimento para fora, busca o reconhecimento do outro, a validação da sua maneira de viver; assim, esse movimento seria fator de enriquecimento para o sujeito” (FIGUEIREDO, 2013, p. 69).

Nessa esteira, faz sentido que, como mulheres estigmatizadas socialmente, as trabalhadoras sexuais que narram suas histórias, busquem na escrita autobiográfica essa validação:

São nossos saberes, os saberes que trazemos sobre papéis sociais, gênero, sexualidade e corpo, que finalmente começam a ter lugar. [...]

Mas se essa revolução acontecia – e de fato acontecia, podíamos sentir na pele –, também vinha um questionamento: como seguir escrevendo a história da prostituição a partir desse ponto? A partir do momento em que deixa de ser aquela sombra na esquina e passa, ela mesma, a escrever sua própria história, a contestar o que lê, a complementar relatos e rejeitar outros, tudo isso dispensando intermediários, ruídos e cortes? Ela se desnuda, para além das roupas e clichês, a mulher, a pessoa. Por quais caminhos isso nos levará? (PRADA, 2018, p. 81).

Nesse recorte, Prada aponta os objetos que tomam pauta nas autobiografias de TS: seus saberes relacionados a papéis sociais, gênero, sexualidade e corpo. Escrevem, portanto, como autoras de suas histórias, com autonomia e a respeito de temas que extrapolam a performance na cama; antiautobiografam-se, uma vez que sua escrita diverge radicalmente da proposta pela autobiografia clássica.

Nessa esteira, Béatrice Didier aponta que a escrita de mulheres constitui um ponto de tensão entre o desejo de escrever e uma sociedade hostil, irônica ou depreciativa em relação a esse desejo (DIDIER apud FIGUEIREDO, 2013, p. 72). A professora e crítica literária francesa se refere à escrita feminina em geral; logo, parece claro que a recepção negativa da escrita de prostitutas se dê de forma ainda mais incontornável. À vista disso: “Seria subversivo e preocupante ver a mulher ultrapassar, ainda que em termos imaginários, os limites de seu sexo, determinados pelas convenções sociais. Isso é mais grave por se tratar do uso da linguagem, instrumento que serve para nomear, prerrogativa da ordem patriarcal” (FIGUEIREDO, 2013, p. 72-73). O que afirma Figueiredo, sobre quando as escritoras se insubordinam ao papel que lhes é delegado na literatura, adequa-se à censura e à crítica dispensadas às trabalhadoras do sexo, conforme publicam suas narrativas autobiográficas, afinal, estão ousando ocupar um lugar que lhes é relegado.

É graças à possibilidade de criar um duplo de si que as escritoras podem expor-se, com seu próprio nome, nessas formas de autoficção, desvelando assuntos tabus como incesto e prostituição ou explorando temas como lesbianismo, desdobramento esquizoide ou paranoico, porque a autoficção não tem compromisso com a verdade, ela é uma ficção que se inspira e joga, livremente, com os biografemas. Ao mesmo tempo, deve-se destacar que a escrita feminina sobre a sexualidade, em particular, e sobre o corpo e a identidade feminina, em geral, se propõe a fazer uma releitura do papel arcaico da mulher, que é a [sic] de ser objeto do desejo do homem e, por isso, às vezes faz alusão, por exemplo, aos grandes mitos da feminilidade criados pelos contos de fadas como Cinderela, A Bela Adormecida, Chapeuzinho Vermelho. O que faz a diferença é que numa sociedade permissiva, as escritoras narrativizam suas próprias vidas, exibindo uma sexualidade que, longe de ser bem resolvida e prazerosa, parece ser ainda bastante problemática (FIGUEIREDO, 2013, p. 73).

Para o extrato acima, cabem algumas questões. Não nos parece o caso – em relação às autoras aqui apresentadas – que a criação de um duplo de si seja a motivação maior para a escrita autógrafa do assunto inquestionavelmente tabu que é a prostituição. Afirmamos isso, primeiro, pelo fato dessas escritoras buscarem assinar um pacto de verdade com o leitor; ademais, após as publicações e o consequente ganho de visibilidade, elas se valem da popularidade adquirida para defenderem a causa putafeminista. Por outro lado, um suposto descompromisso com a verdade, seja, talvez, um atenuante para a exposição dos clientes e familiares:

O conto me protege do que ele tão nu é capaz: eu personagem já imaginando as palavras à medida que a cena avança, pensando qual o recorte, o foco, onde botar a vírgula, onde o ponto final. Soubessem disso os clientes, soubessem o que entregavam pra mim, que me vendiam a alma, talvez preferissem me pagar melhor... menos risco de aparecer netas páginas (MOIRA, 2018, p. 184).

Outro aspecto importante a se discutir é que essa escrita, de fato, não só relê o papel da mulher enquanto objeto de desejo do homem, como concede à prostituta apresentar-se como indivíduo pensante e atuante, para além dessa designação totalizante, de modo que não é o caso das narrativas em questão a exibição de uma sexualidade problemática. Ao contrário, é a sociedade que tem dificuldade de aceitar que uma trabalhadora sexual possa estar, até certo ponto, bem resolvida consigo e com sua atividade, sentir prazer ao executá-la e, ainda, escrever publicamente sobre tudo isso. Seria por, justamente, fazerem o oposto ao que se esperaria de uma trabalhadora sexual – sigilo, culpa e vitimização, por exemplo – que essas mulheres são questionadas? Monique Prada tenta encontrar essa resposta:

Voltando a Bruna Surfistinha, penso que ela foi importante como uma personagem que, em certo sentido, humanizou a figura da prostituta, lembrando que podemos estar em todos os lados, inclusive na internet. Mas, se ela é uma referência quase sempre citada quando se fala em prostituição e internet, as putas blogueiras e escritoras de hoje procuram se desvincular de sua imagem. Até porque os tempos são outros: chegou o momento em que a prostituta se despe da personagem e usa seus espaços não apenas para captar novos clientes, mas para conquistar um novo lugar na sociedade. Reivindica tratamento digno, exige respeito, fala de direitos trabalhistas com propriedade, debate política, debate feminismo, se insere nos grupos. Fala por si. Já não é mais possível ignorar o que ela diz. E é neste ponto que sua habilidade na escrita e sua capacidade de comunicação passam a ser citadas pelas ativistas antiprostituição (e antiputas) como algo negativo: não é a prostituta “real”, aquela que o feminismo *maistream* quer ouvir, aquela que a sociedade criou e quer ver. **A prostituta passa a parecer cada vez mais uma mulher como todas as outras, e isso é tudo que não pode ser aceito** (PRADA, 2018, p. 184, grifo nosso).

Prada aponta que é interesse da estrutura social a perpetuação do estigma da prostituta, de modo que a oposição puta/esposa, como discutimos, siga modulando, podendo e limitando

o comportamento e acessos da mulher. Ademais, outro ponto colocado pela autora, já discutido aqui, é a escrita pública da trabalhadora sexual; para além da personagem e da captação de clientes, ela busca, a partir desse lugar, debater pautas que lhe são caras, possibilidade que, durante muito tempo, lhe foi negada.

Entendemos, portanto, que o corpus em questão ora dissona, ora corresponde ao que se esperaria de textos dessa linha genérica, nos moldes do que afirma, por exemplo, Madeleine Ouellette-Michalska, escritora quebequense, quando ressalta que raramente a autoficção feminina é serena e feliz: “A linguagem da autoficção é frequentemente de extrema crueza [...]. O vocabulário e a sintaxe procedem ao despedaçamento do corpo, à sua dilaceração ou até mesmo à sua evisceração. Estamos no limite da literatura *trash* entre erotismo, mutilação e pornografia” (OUELLETTE-MICHALSKA, 2007, p. 98 apud FIGUEIREDO, 2013, p. 74). As obras aqui analisadas possuem, portanto, peculiaridades e, de modo a vislumbrar uma classificação, reiteramos que constituem uma *Literatura Contemporânea Brasileira da Prostituição*, categoria que estamos propondo nesta pesquisa.

Não chegam a ser textos de acentuada crueza, entretanto, também não se apresentam serenos e plenos. A literatura da prostituição possui como ponto comum a ironia e o questionamento. A respeito dos aspectos vocabular e formal, há, sim, em algumas obras, uma fragmentação a qual é possível relacionar à negociação desse corpo dual⁵⁶, todavia há que se lembrar que algumas dessas autoras valem-se de *ghost writers* para a concepção de suas obras, o que demanda uma investigação mais específica da construção formal e literária do texto, que buscaremos realizar.

Para o momento, a contribuição de Eurídice Figueiredo propicia que mergulhemos nas águas profundas das escritas de si, conhecendo, aproximando e distinguindo os livros, aqui estudados, no que concerne à sua formulação narrativa que conflui para formatos autobiográficos. Assim, pontuamos que as obras se desdobram mediante encontros peculiares entre essas possibilidades genéricas.

Alguns romances femininos, escritos nos anos 1970/1980, são autobiográficos, com a particularidade de que em alguns deles o nome próprio da autora é o nome da personagem. [...] Escrever é relembrar a educação alienante, fazer uma viagem no tempo para resgatar os destroços de um “eu” estilhaçado, usar a memória para recuperar um saber ancestral; escrever é se rebelar e dizer “não” a todas as pressões/repressões/opressões sofridas. E, ao cabo desse processo de desnudamento interior, a mulher que escreve acaba descobrindo uma identidade própria – ainda frágil, talvez, mas decidida a lutar em favor de sua realização (FIGUEIREDO, 2013, p. 83).

⁵⁶ Discussão a ser empreendida de forma mais aprofundada no capítulo três desse estudo.

Em algum sentido, o que argumenta Figueiredo contribui para observarmos que as autobiografias de trabalhadoras sexuais elencadas como corpus do presente trabalho parecem propiciar a essas mulheres a possibilidade de rebelarem-se e, além, concretizarem/iniciarem/darem andamento à causa – em medidas e perspectivas diferentes em cada autora – putafeminista.

Ademais, valem-se da possibilidade da extimidade para realizarem um movimento de autoafirmação, desvelando sua puta identidade. Nesse processo de desnudamento interior, lutam em favor não apenas de uma sua realização, mas, de um combate coletivo, como ressaltam nas letras de seus escritos.

2.1.3 *Translado, Guaicurus e As meninas da Daspu: Narrativas Coletivas*

Putas

Sou puta de raiz, uma puta que quer ganhar o mundo, uma puta que veio ao mundo.

Sou uma puta companheira, uma puta de luta, que busca por direitos e cidadania em uma sociedade hipócrita e falso moralista.

Sou uma puta mulher para fazer a diferença, uma puta como sempre, e serei sempre. De todas as horas, de todas as noites, de todos os dias e de todas as manhãs:

uma puta de coragem. Na boate, no cabaré, na rua, na esquina, na noite, no navio, no garimpo e nas barragens.

Uma puta das pepitas, da luz vermelha, da penumbra, do laquê, puta da estrada, de todos os lugares, nos postos de gasolina, nas garagens, no sistema prisional, que vai em qualquer lugar sem medo de ser feliz, de viver as fantasias (nossas e dos outros).

Uma puta bem puta mesmo, uma puta que questiona e que luta, uma puta mãe, uma puta avó, uma puta mulher, uma puta de raiz, uma puta como sempre.

Lourdes Barreto

Nessa mesma linha de abordagem, mas guardando suas especificidades, três coletâneas recentes – duas realizadas em Belo Horizonte, Minas Gerais, no ano de 2018, *Translado: narrativas trans. da Av. Pedro II* e *Guaicurus: a voz das putas*; e uma, na cidade do Rio de

Janeiro, em 2005, *As meninas da Daspu* – são, também, concebidas mediante propostas de auto relato alinhadas ao putafeminismo, como teremos ocasião de demonstrar de modo mais aprofundado no capítulo posterior⁵⁷. Ainda que os projetos das publicações tenham sido realizados e organizados por outrem, são obras que se concretizam fundamentalmente pela contribuição autobiográfica das trabalhadoras sexuais partícipes de cada edição, conforme assegurado na “Apresentação” dos volumes. Assim sendo, na Apresentação de *Translado: narrativas trans. da Av. Pedro II* (2018), lê-se:

Apresentamos, nesta publicação [sic] um conjunto de narrativas que surgiram durante encontros realizados em casas e pensões de mulheres trans e travestis que trabalham com prostituição na Av. Pedro II, em Belo Horizonte. **Nas páginas que se seguem há histórias, relatos, conversas. Elas estão longe de caberem em qualquer tentativa de classificação ou organização. São complexas como as vidas e as experiências de onde surgiram.**

Você vai encontrar neste livro as conversas que se desenrolaram durante três encontros entre a equipe do projeto e as meninas que vivem ou que viveram em duas casas da região da Av. Pedro II. **Elas são as autoras desse livro, que relataram suas histórias e ainda produziram algumas imagens que ilustram esta publicação** (GERMAN et al., 2018, p. 4, grifos nossos).

O livro em questão registra um projeto que buscou, através da arte, resgatar memória, território e identidade de travestis e mulheres trans trabalhadoras sexuais da Av. Pedro II, uma importante via que liga o Centro da cidade de Belo Horizonte à região Noroeste. O intuito principal do trabalho desenvolvido, segundo os autores, foi ouvir e empoderar as profissionais LGBTTIAP+, através de diversas oficinas em que se discutiram os três eixos acima elencados, suscitando narrativas com as histórias e imagens dessas travestis e mulheres transexuais produzidas por elas mesmas.

O conjunto de narrativas trans que compõe a obra toma forma por meio da coordenação do publicitário e pesquisador Tomás German, em parceria com Afonso Scliar, José Henrique Pires Azevedo, Bárbara Macedo e Caio Paranhos. As oficinas supracitadas, realizadas com travestis e mulheres trans que se prostituem em casas e pensões na Avenida Pedro II, alicerçaram os relatos e conversas publicadas. Nesse prisma, as narrativas foram selecionadas em conjunto com as participantes e, sequencialmente, transcritas e adaptadas para a modalidade escrita da língua.

Em um outro formato, ainda que com uma proposta bem semelhante à *Translado*, *Guaicurus: a voz das putas* (2018) resultou do desejo de viabilizar que trabalhadoras sexuais da rua Guaicurus, no Centro da capital mineira, transmitissem as próprias histórias. Sob

⁵⁷ Destinaremos um capítulo da tese especificamente – **Performatividades do Corpo** – para a discussão sobre o Putafeminismo.

coordenação de Maria Aparecida Vieira – presidente da Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), instituição responsável pela realização e concepção do projeto – e organização de Carolina Macedo e Pedro Kalil, o livro, através de um “festim de palavras” – poemas, memórias e relatos –, traz as narrativas de doze mulheres que atuam na prostituição – em um dos endereços mais antigos de Belo Horizonte – contadas por elas mesmas. Cabe ressaltar, também, que, além dessas, Vânia Rezende e Lourdes Barreto – cuja obra é corpus literário dessa pesquisa – participam do volume com textos na seção intitulada “Escritoras convidadas”. A contribuição de Barreto para o livro é o poema “Putas” que epigrafa a presente seção.

Guaicurus – A Voz das Putas é uma obra escrita a várias mãos e, essencialmente, escrita por nossas mãos. Histórias nossas, de muitas vozes e sempre diferentes entre si. Vozes que têm história, que vêm de longe, que costuram os retalhos das experiências, memórias e desejos de futuro. [...] **Este é um livro de escritoras putas. Putas escritoras** (MACEDO et al., 2018, p. 7, grifo nosso).

Entre as várias mãos que escreveram *Guaicurus*, estão as de putas mulheres de diferentes idades e com maior ou menor contato com a escrita, conforme a Nota dos Organizadores – peritexto ao final do livro – onde explica-se, detalhadamente, a dinâmica de elaboração e realização dos encontros que subsidiaram as produções reunidas na publicação. Por meio de oficinas de criação literária operadas de forma não tradicional – “um espaço com o mínimo de poder e o máximo de prazer” (MACEDO et al., 2018, p. 123) –, desenvolvidas, portanto, exclusivamente para este fim, refletiu-se sobre a importância da literatura, discutiu-se textos de autoras como Ana Martins Marques e Carolina Maria de Jesus, a fim de que as participantes apresentassem suas vivências, comentassem experiências com literatura e, finalmente, compartilhassem seus textos entre si.

Os textos aqui apresentados são, em quase a totalidade, oriundos das oficinas em que a escrita foi estimulada como forma de simbolizar a própria vida e o acesso à literatura como um direito de todos. Em *Guaicurus – A Voz das Putas*, facetas literárias se apresentam com um sabor, por vezes, pouco estimulado e conhecido, mas que é, à sua maneira, marcante. Que suas leitoras e leitores compartilhem desse pequeno festim de palavras. E que espaços de leitura, produção e criação literária se espalhem e adentrem cada vez mais nossa sociedade, com a participação das vozes pouco ouvidas, que hão de ser cada vez mais escutadas (MACEDO et al., 2018, p. 123).

Ambos os projetos procuram na arte, essencialmente, na literatura, ressonar a voz de trabalhadoras sexuais, mulheres socialmente marginalizadas, às quais, em sua grande maioria, esses acessos são compulsoriamente relegados. Por conseguinte, confirma-se a hipótese de que

as obras supramencionadas se aliam ao corpus pré-selecionado no sentido de que suas propostas são também orientadas por princípios putafeministas.

Por fim, em *As meninas da Daspu*, a “Apresentação” é assinada pela socióloga e organizadora do exemplar, Anna Marina Barbará, e os capítulos, assim como em *Guaicurus*, são intitulados pelos nomes das trabalhadoras sexuais partícipes do projeto, seguidos de uma minibiografia de cada uma. Aqui, no entanto, o formato de todos eles é o mesmo: a entrevista. Ainda que mencione – como será possível observar nos excertos do paratexto em questão – a elaboração de roteiros para a condução das entrevistas, as perguntas variam bastante de uma entrevistada para outra, possivelmente pelos assuntos que vão surgindo na medida em que dialogam. Ao longo das páginas, estão dispostas várias fotografias das entrevistadas – pregressas e recentes –, a maior parte delas, mulheres negras⁵⁸. As palavras que dão início ao texto de apresentação informam sobre a primeira grande mobilização das profissionais do sexo brasileiras em busca de direitos, no fim da década de setenta; evidentemente, Gabriela Leite é o nome de protagonismo.

Barbará conta sobre como conheceu a líder militante e acerca do posterior convite para integrar uma das mais antigas associações pelo direito das prostitutas, a Davida; daí, a incumbência de realizar um trabalho de reconstrução das histórias de vida das profissionais que trabalhavam na instituição. Calcada na percepção bíblica de pecado, ela designa dois polos de percepção da condição feminina que, de maneira sucinta, seriam o da legitimidade e o da ilegitimidade, sendo que o primeiro compreenderia as esposas e mães de família – representadas na figura da Virgem Maria – e o segundo, as concubinas e prostitutas – representadas na figura de Eva. A socióloga reporta-se, ainda, à Lilith e a outros fatores de estigmatização do trabalho sexual – a capacidade de dissociação entre sexo e amor e a de associação entre sexo e dinheiro:

Embora contemple a questão do estigma da prostituição, esta discussão ainda não dá conta da realidade do que sejam as mulheres prostitutas. É a esta questão que o trabalho que ora publicamos visa, em parte, responder. Adoto a ideia de que tais mulheres, como todos nós, constituem-se de indivíduos com múltiplas inserções na sociedade. Essa realidade é obscurecida pelo pesado estigma relacionado ao ofício de prostituir-se, daí a importância de um projeto voltado para o resgate da história de vida de mulheres prostitutas (BARBARÁ, 2007, p. 13).

Partilhando dessa mesma percepção, é um objetivo do presente trabalho, para além de resgatar, catalogar as várias narrativas e produções dessa classe muitas vezes silenciada e estigmatizada. Barbará prossegue: “quando falo em história de vida não estou concebendo que

⁵⁸ Pretendemos abordar questões interseccionais dentro do movimento Putafeminista no terceiro capítulo desse estudo.

a vida se constitua num conjunto coerente e orientado [...]. Estou, ao contrário, investindo nas múltiplas facetas de cada uma das existências que, com inúmeros limites, busquei desvendar neste trabalho” (BARBARÁ, 2007, p. 13-14).

Sequencialmente, Barbará reforça ainda o que já foi colocado ao longo desse estudo, o fato de que o estigma e o preconceito distorcem a realidade de trabalhadoras e trabalhadores sexuais. A fim de reverter esses processos, uma vez mais, assim como o presente trabalho, o livro *As meninas da Daspu* busca – a partir dos depoimentos e percepções das próprias prostitutas acerca de si e da sociedade que as enreda – visibilizar a sua realidade e os múltiplos papéis sociais que exercem.

Nesta perspectiva, o trabalho que ora publicamos resultou da realização de um conjunto de oficinas de história oral com prostitutas que atuam como **multiplicadoras de informação** da Davida em diversas áreas de prostituição da cidade do Rio de Janeiro, e teve como objetivo geral elevar a autoestima destas mulheres.

O trabalho incluiu ainda desde o registro da percepção de cada uma sobre sua vida como prostituta, passando pela investigação sobre a ideia de trabalho que cada uma tinha, em suas múltiplas dimensões, até o registro da percepção de todas acerca da relação que vêm tecendo com o movimento de prostitutas.

Tratou-se de um estudo de caso que procurou mapear a memória de um grupo de oito prostitutas com diferentes inserções no movimento social organizado da categoria: Roza Antônia de Melo Martins, Maria Aparecida Alves da Silva, Maria Nilce Evaristo dos Santos, Imperialina Piedade da Silva, Marilene Santos de Carvalho, Doroth de Castro Ferreira, Rita Maria Viana e Valquíria Pereira da Costa.

Trabalhei com narrativas individuais (história de vida), tendo, entretanto, recorrido também à consulta de diversos documentos que compõem o Centro de Memória Davida para elaborar os roteiros gerais de entrevista. Como exemplo desta pesquisa paralela posso mencionar a consulta aos números do jornal “O Beijo da Rua” que cobriram os Encontros Fluminenses de Profissionais do Sexo (realizados em 2002 e 2003), bem como ao acervo de fotografias do mesmo centro, ainda em fase de organização e classificação.

Quanto ao grupo pesquisado importa salientar que não constitui uma amostra quantitativa do grupo social em questão (prostitutas que trabalham na cidade do Rio de Janeiro) e que, ao pesquisá-lo pretendi, apenas, obter um perfil de trajetórias que contemplassem temáticas ligadas tanto à prostituição de meados dos anos de 1970 até o presente quanto ao movimento de prostitutas neste mesmo período.

Foram sete sessões de entrevistas. As duas primeiras, com o grupo completo, tiveram o caráter de “oficinas-piloto”, já que eu não havia ainda definido que formato adotaria para as oficinas. A partir da terceira, realizada no dia 12 de maio de 2005, optei pela realização de entrevistas individuais de cerca de 30 minutos. Abordei a infância e os primeiros anos de vida adulta de cada uma começando por onde moraram quando crianças, relação com os pais e com os irmãos (se houvesse), escolaridade (se houvesse), vinda para o Rio, no caso das migrantes, e trabalhos anteriores ao ingresso na prostituição. [...]

Na quarta sessão, realizada no dia 19 de maio de 2005, usei o roteiro de entrevistas preparado para a sessão anterior, desdobrando-o por temas tais como religião, política e movimento social. Sem chegar a formular perguntas, pedi a cada uma delas que falasse um pouco sobre como viam essas questões.

A quinta sessão de entrevistas, realizada no dia 9 de junho de 2005, teve como tema a organização do trabalho sexual nos lugares em que cada uma das entrevistadas atuou (boate, zona, rua etc.). [...]

(BARBARÁ, 2007, p. 15-16).

A socióloga não faz menção à sexta sessão de entrevistas e afirma, por problemas técnicos, ter perdido as gravações realizadas na sétima e última sessão.

Tive, ainda, a oportunidade de incluir, no final do livro, uma longa conversa em que minhas entrevistadas encerram nosso trabalho, assumindo o meu lugar e entrevistando Jane Eloy. Prostituta que chegou à Davida depois que este trabalho já tinha se encerrado, Jane vinha se destacando como modelo da Daspu por sua participação em todos os eventos que envolvessem a grife, até que um dia revelou-se portadora do vírus HIV, tornando-se a primeira prostituta do movimento organizado da categoria no país a assumir publicamente a soropositividade. Creio, assim, que o material que ora publicamos tem caráter mais jornalístico que acadêmico, tratando-se também, de obra mais coletiva que autoral (BARBARÁ, 2007, p. 15-16).

Devido ao apresentado por Barbará, uma vez mais, destaca-se a relevância do ênfase à memória social e aos progressos da classe das trabalhadoras sexuais em obras de viés putafeminista. Finalmente, Barbará tece agradecimentos àqueles e àquelas que colaboraram com a publicação e, em especial, às entrevistadas “que me forneceram acesso a histórias, por vezes dolorosas, de suas vidas íntimas” (BARBARÁ, 2007, p. 17).

Ainda atravessados pelo putafeminismo enquanto conceito, existem textos e artigos de prostitutas divulgados em plataformas virtuais, os quais também se posicionam politicamente em prol de pautas caras ao trabalho sexual. São eles: *Relato de uma trabalhadora sexual brasileira* (2018), de Santuzza Alves de Souza; textos de trabalhadoras sexuais constantes nos exemplares do *Jornal Beijo da Rua*⁵⁹, fundado por Gabriela Leite e editado por Flávio Lenz, seu companheiro em vida; textos de trabalhadoras sexuais divulgados em suas redes sociais, relevantes para a pesquisa em andamento e dois livros, resultados de pesquisas sobre a temática, por nomes notoriamente militantes da causa.

O livro *Devir Puta: Políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes* (2013), tese de doutoramento publicada de José Miguel Nieto Olivar que, entre outras propostas, narra as histórias de quatro TS – Dete, Nilce, Soila e Janete – e suas redes de relações: “quatro das militantes de base e cofundadoras do NEP⁶⁰, prostitutas de rua e de praça, sobreviventes de várias guerras e experientes sedutoras com mais de vinte anos de profissão”

⁵⁹ Disponíveis no Acervo Davida, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e eletronicamente através dos seguintes links: https://issuu.com/prudha/docs/beijo_preview_final3; https://issuu.com/flaviolenzcesar/docs/beijo_30_2018_rgb_final; <https://issuu.com/flaviolenzcesar/docs/prova06>; <https://issuu.com/flaviolenzcesar/docs/prova04>; https://fundobrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/07/revista-agosto2011-davida.pdf?x76621&_ga=2.206365779.1500472887.1628516102-590088684.1626105423.

⁶⁰ Núcleo de Estudos da Prostituição, “transformação nominal, politicamente correta, da Associação Gaúcha de Prostitutas (AGP), é uma organização de prostitutas que trabalha pela ‘saúde, autoestima e cidadania’ das mulheres profissionais de sexo do Rio Grande do Sul, principalmente de Porto Alegre” (OLIVAR, 2013, p. 37, grifos do autor).

(OLIVAR, 2013, p. 38). E a dissertação de mestrado publicada de Fernanda Priscila Alves da Silva, *Mulheres da Batalha: aprendizados e saberes em contextos de prostituição* (2021), que destina o quarto capítulo ao diálogo com narrativas contadas por trabalhadoras sexuais atuantes em Salvador, Bahia, documentadas por meio de entrevistas ou durante a pesquisa de campo: “muito interessam a este estudo as narrativas autobiográficas das mulheres, que parecem construir suas histórias de vida driblando exclusões e preconceitos diversos que as colocam num lugar de mulheres de menor valor” (SILVA, 2021, p. 18)⁶¹.

Tais bibliografias – amparadas por mais vozes, através depoimentos, relatos, produções coletivas, entrevistas e outros formatos autobiográficos – alinham-se no entendimento de trabalho sexual através de uma perspectiva putafeminista, prerrogativa que nos parece indissociável da produção das autoras elencadas para este estudo. Diante disso, entendemos que parece haver um consequente eco/elo desse ativismo nestas e nas demais produções, aqui ressonadas.

2.2 OS PARATEXTOS NAS PUBLICAÇÕES DE TRABALHADORAS SEXUAIS

mulher de vermelho

*o que será que ela quer
essa mulher de vermelho
alguma coisa ela quer
pra ter posto esse vestido
não pode ser apenas
uma escolha casual
podia ser um amarelo
verde ou talvez azul
mas ela escolheu vermelho
ela sabe o que ela quer
e ela escolheu vestido
e ela é uma mulher
então com base nesses fatos
eu já posso afirmar
que conheço o seu desejo
caro watson, elementar:
o que ela quer sou euzinho
sou euzinho o que ela quer
só pode ser euzinho
o que mais podia ser*

Angélica Freitas

⁶¹ Importante assinalar que tanto Olivar, quanto Silva circunscrevem a prostituição enquanto esse espaço de luta intrínseca, cujas dinâmicas sociais próprias são demarcadas por enfrentamentos, batalhas e guerras, perspectiva a ser aprofundada no capítulo três deste estudo.

Em *Paratextos Editoriais* (2009), Gérard Genette traça uma aprofundada pesquisa sobre estas produções – entre verbais e não verbais – que orbitam ao redor do texto reforçando-o e prolongando-o. O teórico destaca sua função de apresentar o texto, mais ainda, de torná-lo presente, garantindo sua recepção: “Assim, para nós o paratexto é aquilo por meio do qual um texto se torna livro e se propõe como tal a seus leitores, e, de maneira mais geral, ao público. Mais do que um limite ou uma fronteira estanque, trata-se aqui de um limiar [...]” (GENETTE, 2009, p. 9).

Nessa esteira, Genette denomina os paratextos existentes em torno do texto – capa, título, prefácio, por exemplo – como peritextos e os mais distantes – entrevistas, correspondências, diários íntimos –, como epitextos (2009, p. 12). Sobre suas funções, entende que “constituem, pois, um objeto muito empírico e muito diversificado, que se deve evidenciar de maneira indutiva, gênero por gênero e, muitas vezes, espécie por espécie” (GENETTE, 2009, p. 18).

Ainda sobre a entrevista – por se tratar de objeto relevante para este estudo, uma vez que dispenderemos de fragmentos de algumas para agregar às análises –, é relevante destacar a concepção da socióloga argentina Leonor Arfuch: “[...] uma forma peculiar parece concentrar as funções, tonalidades e valores – biográficos – reconhecíveis aqui e ali nos diferentes gêneros: a *entrevista*, que poderá se tornar indistintamente biografia, autobiografia, história de vida, confissão, diário íntimo, memória, testemunho” (ARFUCH, 2010, p. 151). Como dito, além das entrevistas concedidas a veículos midiáticos pelas autoras selecionadas, algumas obras que dão voz às TS contam com tal gênero para alicerçar e/ou corroborar sua produção – como é o caso dos já mencionados *As meninas da Daspu* e *Mulheres da Batalha: aprendizados e saberes em contextos de prostituição*.

Já apontava Lejeune, o pacto autobiográfico implícita ou explicitamente estabelecido com o leitor é reforçado, para além da obra, nessas outras esferas de legitimação da mesma – tais como entrevistas, declarações, apresentações públicas – corroborando seu viés autobiográfico. Dessa forma, no decorrer do capítulo, recorreremos a estes paratextos, devido sua importância no que concerne às múltiplas relações que orbitam o campo literário e o transcendem.

2.2.1 Breve análise de capas

Para uma prostituta, é possível “mostrar o rosto” em que condições? Quais seriam as perdas e os ganhos e quando é que os ganhos podem superar as perdas? Noutros termos: é viável, dada a moralidade social em que estamos inseridas e sua margem de manobra cujo alargamento forçamos, fazer conviver rosto e buceta numa imagem pública? Quando? No sentido da ação política, haverá modos outros de falar, de demandar sem usar a boca, quando não se tem rosto?

Natânia Lopes

Pretende-se, neste momento, demonstrar que a assinatura do pacto autobiográfico parece, na literatura putafeminista, se consolidar desde a imagem selecionada para as capas das obras, uma vez que, ainda na primeira edição ou à medida em que vão sendo publicadas as posteriores, uma a uma, as escritoras, em questão, aprovam as próprias fotografias para estampar a capa de suas autobiografias.

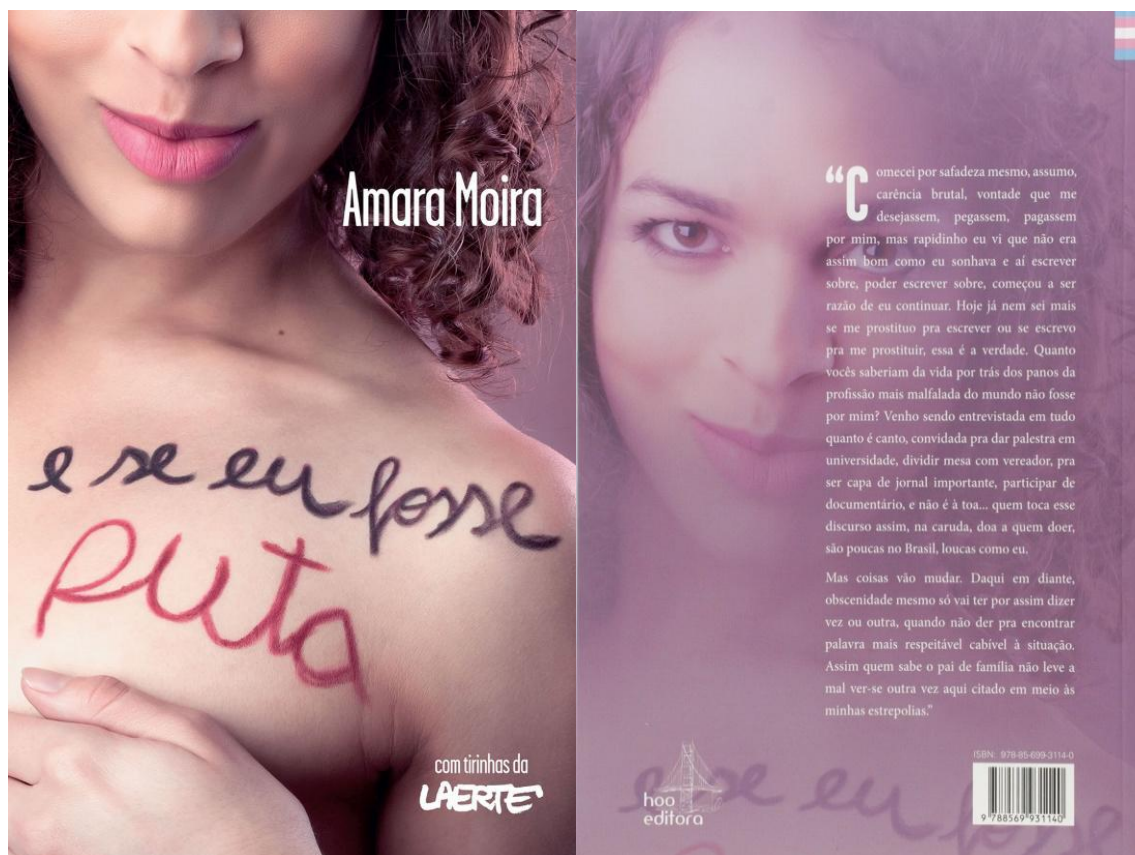
Sobre os títulos, à exceção de *O prazer é todo nosso*, as demais produções evocam a palavra “puta”. Certamente, há interesse em provocar o leitor e instigar a curiosidade pela aquisição do exemplar, já que falar abertamente sobre a existência da atividade ainda é considerado um tabu social. Assim sendo, constroem esse campo semântico passível de fazer visível o indiscreto, aquilo que, em tese, é proibido contar, ou que se contaria apenas em segredo, de modo que operam essa cena de interpelação desde a composição do livro como objeto.

Outra característica constante nas capas das obras é a recorrência do vermelho – ou tons rúbeos – e preto como cores predominantes. Nas capas de publicações de autoras/personagens travestis e transexuais predominam o rosa – ou tons róseos – e o azul, cores que, juntamente com o branco, integram a bandeira da comunidade transgênera. Esse é o caso das capas do livro de Amara Moira e da obra *Translado: narrativas trans. da Av. Pedro II*.

Pela Hoo Editora, *E se eu fosse puta* (2016) possui uma reedição – *E se eu fosse pura* (2018), onde a letra “r” sobrepõe-se ao “t” da palavra “puta”, criando um jogo de sentidos –, contudo, ambas apresentam como imagem de capa uma fotografia com recorte do nariz, boca, colo e parte da mão de Amara Moira cobrindo os seios; o verso da capa apresenta outro ângulo

da mesma imagem: seu rosto inteiro atrás do texto⁶². Os tons predominantes tanto na capa quanto em seu verso são róseos, conquanto a palavra puta/pura seja grafada em vermelho⁶³, dando a impressão de ter sido escrita com batom no colo desnudo da autora.

FIGURA 1: Capa e verso da capa de *E se eu fosse puta* (2016), de Amara Moira – 1ª edição



Fonte: MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo Editora, 2016.

⁶² Na segunda edição, integrando o verso da capa, há um círculo de fundo claro com um pequeno texto do escritor, jornalista e ativista LGBT, João Silvério Trevisan: “Trata-se de uma autoficção surpreendente pela estilística e também pelo desnudamento radical de sua sexualidade avessa aos padrões bem-comportados”. Ainda que Trevisan denomine de autoficção a narrativa de Moira, devido às análises apresentadas, será tratada no âmbito da autobiografia.

⁶³ Com exceção, na segunda edição, da letra “r” que rasura “puta”, grafado em preto.

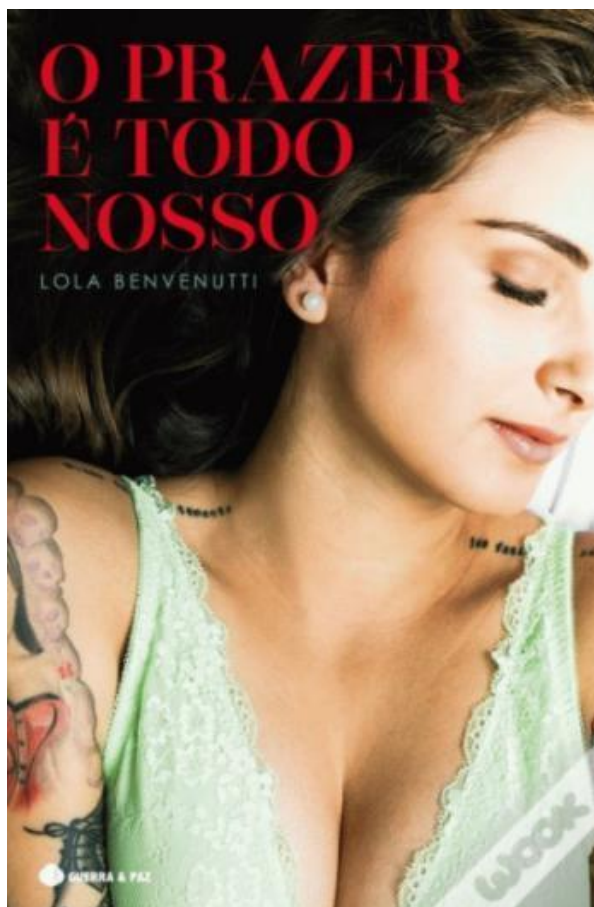
FIGURA 2: Capa e verso da capa de *E se eu fosse pura* (2018), de Amara Moira – 2ª edição

Fonte: MOIRA, Amara. *E se eu fosse pura*. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

Coincidentemente, ou não, a segunda edição de *OPETN*⁶⁴ (2015) – pela editora portuguesa Guerra e Paz – também apresenta uma fotografia do rosto e colo da escritora Lola Benvenuti, vestindo o que parece ser um baby-doll e de olhos fechados. O título do livro está em vermelho, destacando-se do restante da composição.

⁶⁴ Doravante, a obra *O prazer é todo nosso* será referenciada também pela sigla *OPETN*.

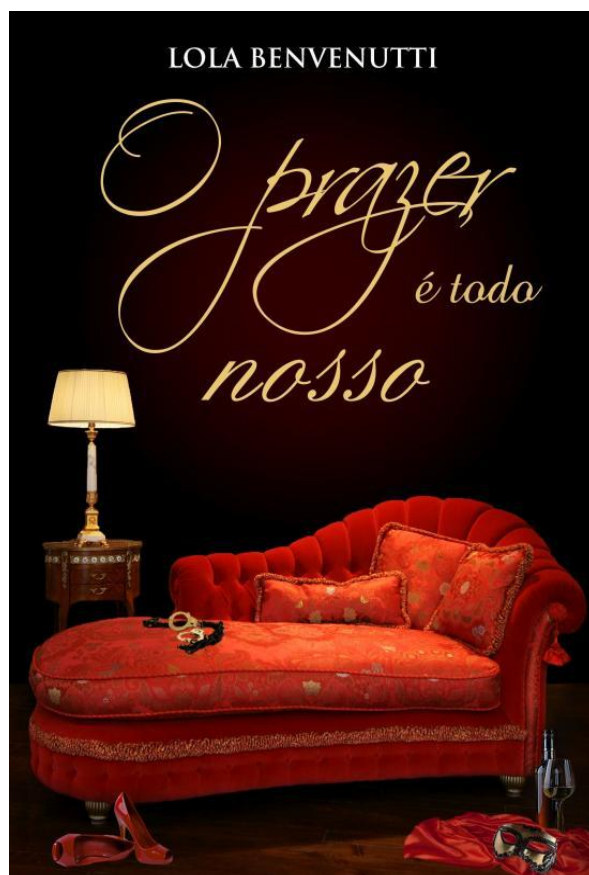
FIGURA 3: Capa de *O prazer é todo nosso* (2015), de Lola Benvenuti – 2ª edição



Fonte: BENVENUTTI, Lola. *O prazer é todo nosso*. 2ª ed. Lisboa: Guerra e Paz, 2015.

Já, em sua primeira edição – pela editora MosArte –, encontram-se dispostos elementos em tons de vermelho, cor atribuída, muitas vezes, à sedução e à paixão; entre eles, um divã, sapatos de salto alto e o que aparenta ser um lençol amarrotado. A imagem do divã é curiosa porque é recorrente em relatos de trabalhadoras sexuais a existência de clientes que procuram seus serviços a fim de encontrarem alguém que os ouça, com quem possam desabafar, conversar e ter um pouco de atenção para si. Além desses, há, ainda, algemas, uma máscara, uma garrafa de bebida ao lado de uma taça e uma pequena mesa com um abajur à meia-luz, tudo isso revelando um ambiente libidinoso.

FIGURA 4. Capa de *O prazer é todo nosso* (2014), de Lola Benvenuti – 1ª edição



Fonte: BENVENUTTI, Lola. *O prazer é todo nosso*. Araraquara: MosArte, 2014.

Gabriela Leite possui dois livros de épocas e títulos distintos. *Eu, mulher da vida* – publicado pela Editora Rosa dos Tempos – data de 1992, enquanto, *Filha, mãe, avó e puta* – publicado pela Objetiva – é lançado mais de vinte e cinco anos depois, em 2009, e tem como subtítulo o seguinte dizer: “A história de uma mulher que *decidiu* ser prostituta” (grifo nosso)⁶⁵.

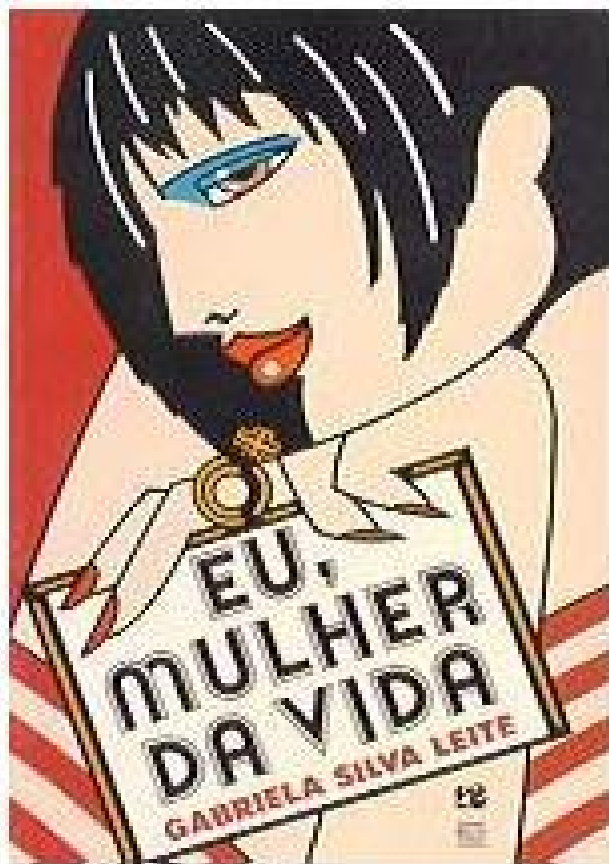
Na capa de *EMDV* ⁶⁶(1992) predomina o vermelho, que colore o fundo, o nome da autora, as unhas e a boca da figura de uma mulher, que é o elemento que compõe a imagem da encadernação. Trata-se de um desenho⁶⁷: uma mulher branca, de cabelos pretos, lisos e curtos usando uma sombra azul e segurando o que seria uma bolsa – ou uma placa – com o título e autoria da obra, abaixo do símbolo de Vênus, usado para representar o feminino.

⁶⁵ Pontua-se que a questão da escolha pelo meretrício será discutida com profundidade ao final desse capítulo, no último tópico da seção subsequente, 2.3 Microcampo putafeminista: literatura, liberdade e escolha.

⁶⁶ Doravante, a obra *Eu, mulher da vida* será referenciada também pela sigla *EMDV*.

⁶⁷ Cujas concepção e arte final é de Cláudia Scatamacchia.

FIGURA 5: Capa de *Eu, mulher da vida* (1992), de Gabriela Leite



Fonte: LEITE, Gabriela. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: 1992.

Filha, mãe, avó e puta (2009), por outro lado, apresenta uma fotografia da autora coetânea à data da publicação, Gabriela Leite, portanto, do alto de seus 58 anos. A imagem de seu rosto entrecortado, com a mão no queixo – usando óculos e o que parece ser um anel ou aliança –, esboça um semblante plácido. O tom predominante do fundo é preto, mas a cor vermelha não deixa de estar presente realçando do título a palavra “puta”.

FIGURA 6: Capa de *Filha, mãe, avó e puta*:

A história de uma mulher que decidiu ser prostituta (2009), de Gabriela Leite



Fonte: LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta*:

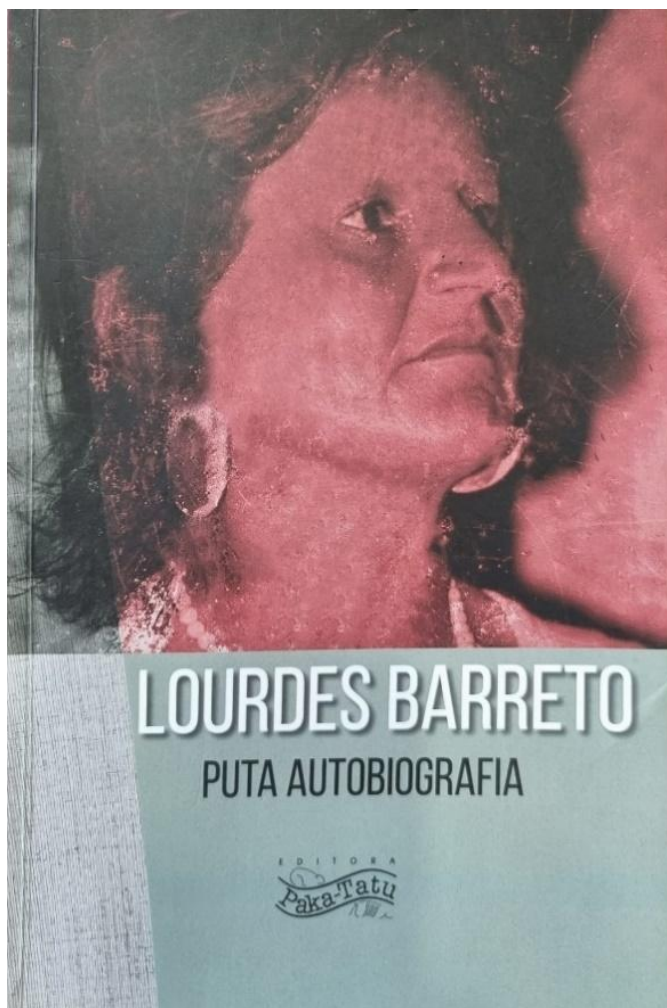
A história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva: 2009.

Lourdes Barreto publicou sua *Puta autobiografia*, primeiramente, pela Editora Paka-Tatu (2022) e, em sequência, pela Claraboia (2023). A tiragem da primeira edição foi pequena e distribuída gratuitamente, haja vista ter sido viabilizada com recursos de emendas parlamentares – da ex-deputada estadual Marinor Brito (PSOL) e do então deputado federal Edmilson Rodrigues (PSOL), por meio da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp).⁶⁸ De todos os livros catalogados aqui, este parece ser o primeiro e único publicado por meio de verba pública e distribuído de forma gratuita.

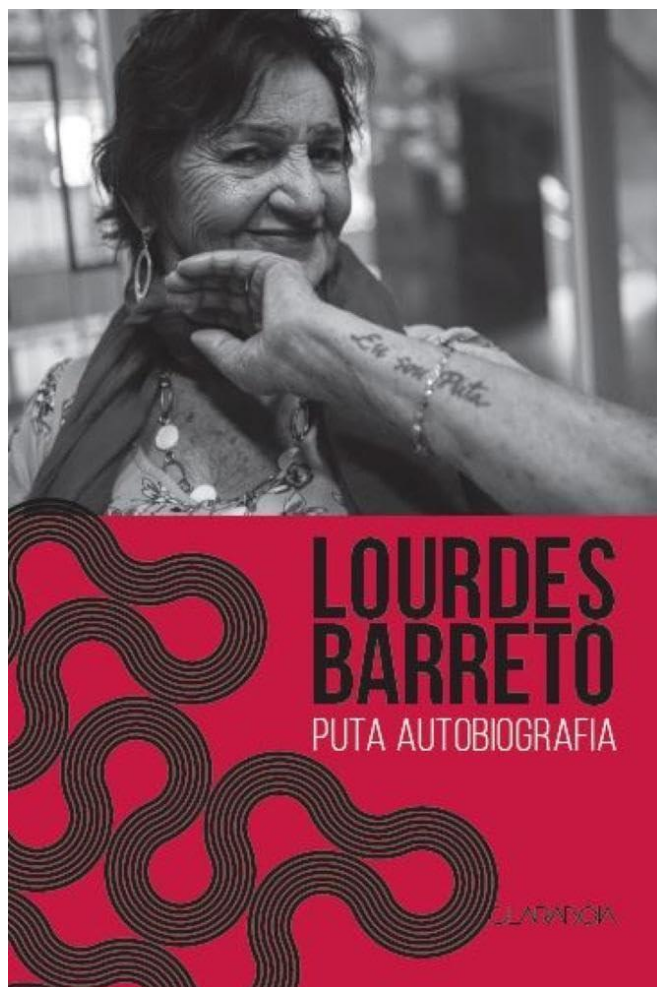
⁶⁸ Segundo o portal de notícias G1, “O projeto teve o apoio cultural da Namazônia sob a coordenação de Fatinha Silva, governo do Estado do Pará - por meio da Secult e FCP - e da Prefeitura de Belém - por meio da Fumbel e Combel -, da deputada estadual Lívia Duarte (PSOL) e da vereadora de Belém, Enfermeira Nazaré Lima (PSOL)”. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/02/23/ativista-e-prostituta-lourdes-barreto-lanca-autobiografia-no-theatro-da-paz.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2024.

Cabe observar que as capas das edições de *Puta autobiografia* são diferentes, ainda que ambas sejam compostas por fotografias de Lourdes Barreto. A primeira apresenta uma foto antiga da TS – de perfil, com recorte do rosto – e a segunda, um close recente, numa pose que já se tornou gesto marcante da putafeminista: com o antebraço em destaque, deixa à mostra a frase tatuada em traços firmes: “Eu sou puta”.

FIGURA 7: Capa de *Puta autobiografia* (2022), de Lourdes Barreto – 1ª edição



Fonte: BARRETO, Lourdes. *Puta autobiografia*. Belém: Paka-Tatu, 2022.

FIGURA 8: Capa de *Puta autobiografia* (2023), de Lourdes Barreto – 2ª edição

Fonte: BARRETO, Lourdes. *Puta autobiografia*. São Paulo: Claraboia, 2023.

Em ambas as edições, as cores predominantes são o vermelho e preto – característica, como apontado, contumaz em obras de TS. Por outro lado, diferente da diagramação das demais publicações elencadas, o nome da autora nas capas de *Puta autobiografia* se sobrepõe ao título do livro, em tamanho, espessura e disposição; além disso, a palavra puta não apresenta nenhum destaque das demais. Tais particularidades nos levam a sopesar que, antes do termo “puta” – instigante por si só – o nome da putativista despertaria o leitor, tamanha a relevância de Lourdes Barreto na militância nacional.

O verso da capa de ambas as edições, impresso em vermelho, tem como plano de fundo – sobreposto um texto, trecho da obra – uma fotografia do acervo do Gempac (Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará), cuja descrição consta na página catalográfica: “Não deixe a luz da esquina se apagar. 25 anos do GEMPAC no Ato Abraço da sede esquina da General Gurjão com a Padre Prudêncio” (BARRETO, 2022, p. 10).

FIGURA 9: Fotografia que ilustra a 4ª capa das edições de *Putafeminista* de Lourdes Barreto



Fonte: GEMPAC. Página do Facebook. Disponível em:
<https://www.facebook.com/gempacpa/photos/pb.100064958741559.-2207520000/1579622958966081/?type=3>
 Acesso em: 02 jan. 2024.

Em *Putafeminista* (2018), acredita-se que, até mesmo pelo fato de ser uma obra que traz um conceito fundamental, para além da questão autobiográfica, não há fotografia da autora. A escala de cores da capa do livro de Monique Prada – alterna entre os tons neutros preto e branco, intercalados ao vermelho: há um fundo texturizado branco, a imagem de uma sandália de salto preta – elemento que faz parte do imaginário fetichista que envolve a atividade – e sobreposta a ela um retângulo em vermelho contendo em letras maiores o título da coleção – Baderna – e, centralizados, em fonte menor, o do livro e os nomes da autora e da editora – Veneta. Tal editora, em suas páginas virtuais⁶⁹, apresenta a seguinte descrição: “Essa editora tem como responsabilidade social desafiar convenções, os consensos manufaturados, as autoridades em geral e, se necessário, seus leitores”.

⁶⁹ Tanto na loja online, quanto no Facebook e Instagram.

FIGURA 10: Capa de *Putafeminista* (2018), de Monique Prada



Fonte: PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.

Com intuito de complementar essa análise comparativa, discutiremos mais três capas de autobiografias, duas de ex-prostitutas brasileiras e a terceira de uma dominadora profissional. *O manuscrito de Sônia* (2005), livro da escritora brasileira Mariana Brasil, se encontra em sua terceira edição em língua portuguesa⁷⁰. A configuração das capas das três obras⁷¹, assim como seus títulos e subtítulos variaram bastante no decorrer das edições. O que cabe, aqui, destacar é o fato de – tal como ocorre com os demais livros do corpus literário em questão – a terceira e última edição esboçar um ângulo do rosto da própria escritora.

Na segunda edição, em relação aos elementos não-verbais, o que se pode visualizar é o desenho de um rosto de mulher, de olhos abertos, em parte, coberto, cuja boca possui tom

⁷⁰ Trata-se de uma obra traduzida na Itália, Espanha, Portugal, Alemanha e Holanda.

⁷¹ Em minha dissertação de mestrado, empreendo uma análise detalhada acerca delas. Cf. PEREIRA, Julia Luiza Bento. *Mariana Brasil: um manuscrito autobiográfico entre fronteiras* (2016). Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3185>. Acesso em: 21 jul. 2018.

vermelho; as palavras em destaque, aqui, são Sônia e Mariana Brasil, também grafadas em vermelho. A primeira edição, assim como as de Benvenuti e de Prada, apresenta o sapato de salto alto, elemento, em certa medida, condizente com a indumentária fetichista comum à prostituição, além de uma boneca de porcelana ruiva de rosto quebrado, deixados, ambos, num asfalto irregular.

Morri para viver (2015), livro de Andressa Urach, em sua única edição, apresenta sobre um plano de fundo branco, uma fotografia do rosto da autora, em um ângulo tal qual de uma foto 3x4; tampando sua boca, como uma mordaca, há uma tarja onde se lê o subtítulo da obra: “Meu submundo de fama, drogas e prostituição”. Urach ficou conhecida como uma das prostitutas mais caras do país, teve uma experiência de quase morte e converteu-se à uma religião cristã protestante, de modo que seu relato é semelhante a um testemunho de cura. Anos depois, deixou a igreja, acusando-a de extorsão, por meio de processo judicial. Atualmente, comercializa vídeos adultos através de plataformas digitais.

Por fim, o livro de Dommenique Luxor, *Eu, Dommenique* (2011) apresenta uma capa em preto e branco, com a fotografia da autora em atitude sensual. Abaixo do título, uma frase que pode ser lida como subtítulo da obra “Entre, feche a porta e deixe-se dominar...”. Em vermelho na capa, apenas um balão com os dizeres: “A história real de uma dominatrix brasileira”. Luxor tem formação universitária e abandona uma carreira estável para dedicar-se às práticas de dominação sexual.

Tudo isso leva a pensar, portanto, que a construção da identidade das autoras, enquanto figuras públicas no mercado editorial, parece perpassar a proposta das capas que – tanto na primeira edição, nos casos de Moira, Barreto, Luxor e Urach, quanto na segunda, em Benvenuti e Leite, como na terceira, tal qual ocorre em Brasil – apresentam as imagens das próprias escritoras, entre rostos e corpos, sugerindo performances – entre abolicionistas e putafeministas – de um ser dual pretendo a, cedo ou tarde, revelar-se.

2.2.2 *Ghost writers: fantasmas existem!*

Li a primeira linha, reli e parei, tive de dar o braço a torcer; eu não saberia introduzir aquele artigo senão com aquelas palavras. Fechei os olhos, achei que poderia adivinhar a frase seguinte, e lá estava ela, tal e qual. Cobri o texto com as mãos e fui removendo os dedos a cada milímetro, fui abrindo as palavras letra a letra como jogador de pôquer filando cartas, e eram precisamente as palavras que eu esperava. Então tentei as palavras mais

inesperadas, neologismos, arcaísmos, um puta que o pariu sem mais nem menos, metáforas geniais que me ocorriam de improviso, e o que mais eu concebesse já se achava ali impresso sob as minhas mãos. Era aflitivo, era como ter um interlocutor que não parasse de tirar palavras da minha boca, era uma agonia. Era ter um plagiário que me antecedesse, ter um espião dentro do crânio, um vazamento na imaginação.

Chico Buarque

Puta autobiografia (2022; 2023), de Lourdes Barreto, teve como curadoras Elaine Bortolanza e Leila Barreto. Ambas são responsáveis pela apresentação do exemplar: “A sua fala é sua escrita – que é sua vida”, onde esmiúçam o processo de criação do livro. Nesse paratexto, algumas marcas narrativas na primeira pessoa do singular sugerem ao leitor interpretar que quem inicialmente pondera sobre a concepção da obra é Leila Barreto, filha da TS:

A filha da puta, em seu dom por escrever, desejou traçar a grafia da própria mãe. Não era necessário, pois o livro já estava oralmente escrito – do prefácio, miolo ao posfácio. Lourdes passou décadas o escrevendo. E deixa muitas ondas para muitas outras escritas. Um texto de vida que ouvi crescer em uma parceria de mãe e filha. Sororidades. Minha mãe se escreve e reescreve nas conjunturas e estruturas da sociedade que ela possuiu nos braços, escutou e se fez ouvir. Segredou segredos e deu prazer (BORTOLANZA; BARRETO in BARRETO, 2022, p. 23).

Traça-se um resgate de eventos e situações que levaram a idealizar a publicação e, adiante, ao que parece, Leila Barreto introduz na cena e no texto, Elaine Bortolanza: “O caminho elaborado pelo universo promoveu o encontro com uma irmã de vida para compor o que chamamos de curadoria – nos colocou paralelas, sem escolhas, a não ser seguir o movimentar da puta. Mergulhamos nuas e de peito aberto” (BORTOLANZA; BARRETO in BARRETO, 2022, p. 27). Agora, na primeira pessoa do plural, reforçam a autoria de Lourdes: “Descobrimos que os capítulos são ondas. Vão e voltam, refletem, quebram, propagam – abrem caminhos. Ela fala de si pensando no outro e em toda uma sociedade. É essa sua onda. Autora de cada linha” (BORTOLANZA; BARRETO in BARRETO, 2022, p. 27). Finalmente, descrevem, em detalhes, o processo de elaboração do livro:

Decupar áudios, conversas, entrevistas, transas e partilhas de momentos distintos da e com a autora. Juntar, separar, não conseguir ir, parar um pouco e seguir o fluxo da narrativa de suas escritas. O espanto ao se deparar com as ondas (capítulos) e a insistência dela nos temas e conceitos sem estar amarrada a eles, atualizando com

destreza e síntese em cada conjuntura, foi a parte bruta e fértil. Ir onda a onda. Passar dias esperando o tempo certo de mergulhar. Delicadezas e paciências de quem respeita a natureza e seus mistérios, o mar da escritora. Trazemos em metáfora, pois foi assim, estar à beira-mar esperando o vento certo para as ondas únicas (BORTOLANZA; BARRETO in BARRETO, 2022, p. 27).

Assim como a apresentação de *Putá autobiografia* (2022), o posfácio de *Eu, mulher da vida* (1992), traz questões que contribuem com as discussões aqui empreendidas, em torno das modulações da autobiografia, conforme teremos a oportunidade de discutir com base na pesquisa de Manuela Cunha Peixinho⁷²: “apesar da homonímia da assinatura da autora, da personagem e da narradora, os textos de Gabriela Leite são escritos por um *ghost writer*, fissurando uma pretensa unidade entre autor, narrador e personagem” (PEIXINHO, 2016, p. 25).

Esse peritexto está dividido em duas partes, sendo a primeira, desta vez, assinada por Gabriela Silva Leite e a segunda pelos *ghost writers* Gustavo Barbosa e Ricardo Costa. Novamente, é importante transcrever o conteúdo para que seja possível uma análise de seus pormenores:

ESCREVER UM LIVRO é uma tarefa extremamente difícil. Principalmente para pessoas que, como eu, não dominam a técnica de escrever. Sempre tive inveja dos contadores de história em prosa. Sempre me perguntei: como eles conseguem?

O projeto de escrever sobre a minha trajetória é antigo. Há anos penso nisso, há anos quero iniciar, mas a falta de hábito, aliada à ansiedade de pensar mais rápido do que estou escrevendo, além de uma pontinha de preguiça, sempre me fizeram desistir logo no início.

Até que, há pouco tempo, fui apresentada aos meus dois *ghost-writers*, e daí meu antigo projeto virou realidade. Interessante essa profissão, que – diga-se de passagem – eu não conhecia muito bem. Alia-se uma pessoa que tem uma história para contar com um técnico da escrita, e o casamento se consuma. Como em todo bom casamento, começa então uma relação difícil e conflituosa. No meu caso, não deu outra: formou-se o famoso triângulo de amor (e de ódio).

Escritor fantasma? Este foi meu principal dilema desde o dia em que fui apresentada ao texto final para as devidas correções. E deve ter sido também, creio, o dilema desses profissionais. O ciúme e o conflito de identidades rolou solto, de ambos os lados. Afinal, a história é minha e a técnica é deles. Mas história e técnica se misturam; não existe isenção. Deixou-me feliz perceber que havia sido apresentada não a dois *ghost-writers*, mas sim a duas pessoas que se envolveram com a minha história e passaram a vivê-la no curto período em que estivemos juntos.

Quem inventou o nome *ghost-writer*, seja quem for, não estava muito inspirado. Fantasmas não são gente, e eu conheci duas pessoas palpáveis e concretamente

⁷² *Mulheres na teia autobiográfica – entrelaçando memórias, tramando identidades: narrativas de prostitutas é uma tese de doutorado, pertencente à área de literatura, defendida em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, no ano de 2016. Nesse trabalho, segundo a autora, destacam-se seis pontos de estudo, a saber: “(1) a concepção de gênero como uma categoria construída socialmente; (2) as múltiplas imagens das profissionais do sexo; (3) o estereótipo redutor da meretriz que perpassa pela escolha; (4) o entrecruzamento de vivência das cinco autoras em análise; (5) as estratégias utilizadas para além do texto narrativo na divulgação das autobiografias; (6) o papel de outros sujeitos nas negociações identitárias da mulher.”* (PEIXINHO, 2016, p. 171). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28844/1/Tese%20Mulheres%20na%20teia%20autobiogr%C3%A1fica%20%E2%80%93%20Manuela%20Cunha%20Peixinho.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.

sensíveis, a ponto de captar, na medida do possível, o meu jeito de pensar e de me expressar (LEITE, 1992, p. 173-174, grifo nosso).

Destacamos o início do posfácio, quando a autora declara que o não domínio da técnica da escrita apresentou-se como impedimento ao registro e à publicação de sua história. Pensando nas demais autoras, aqui contempladas, percebemos que Benvenuti e Moira possuem formação na área de Letras, enquanto Prada dedica-se, desde 2012, à produção de conteúdo para o site Mundo Invisível⁷³, um projeto de mídia livre direcionado às trabalhadoras sexuais. – e também para o Mídia Ninja⁷⁴, que autodefine-se uma rede de divulgação de “narrativas independentes, jornalismo e ação”. Leite considera que ‘fantasma’ não seria o termo mais adequado para nomear aquelas pessoas concretas que se dedicaram a transpor em texto sua história e personalidade.

Debruçando-se sobre tal perspectiva, a partilha de autoria provocada pela contratação de um profissional para exercer uma das funções do autor, Peixinho questiona o que diferenciaria a narrativa biográfica da escrita autobiográfica do *ghost writer* (PEIXINHO, 2016, p. 49). Faz-se mister recordar que narrativa biográfica não é necessariamente realizada com a participação do biografado; diferentemente do texto amparado pelo “escritor fantasma”; no caso dos livros de Leite e Barreto, é importante destacar o empenho em, de fato, constituírem-se autoras do que publicariam, conforme visto nos excertos apresentados.

Por tudo isso, pode-se pensar que, de alguma maneira, o autor que assina apropria-se de um texto escrito por outro, que, por sua vez, apropria-se da história relatada pelo autor. Nesse jogo de apropriação da apropriação, observa-se a iminência de uma expropriação da autoria, em que não tem como definir com exatidão a quem pertence o que foi escrito. Legalmente, o *ghost writer* vende seus serviços, assim como o revisor que também modifica o texto, não tendo direitos autorais sobre o trabalho. Entretanto, no que tange à produção, esta é resultado de um coletivo, apesar de ser categorizada como autobiografia que, por muito tempo, foi entendida a partir de sua construção etimológica: auto-bio-grafia – escrita da vida por quem vivenciou (eu) (PEIXINHO, 2016, p. 50).

Corroborando a ideia de resultado coletivo supracitada, também é passível de considerações, além das passagens da apresentação de Elaine Bortolanza e Leila Barreto a *Putafeminista* discutidas e da primeira parte do posfácio de EMDV, sua segunda parte – transcrita integralmente a seguir –, então assinada pelos *ghost writers* Gustavo Barbosa e Ricardo Costa:

⁷³ Conteúdos de Prada para o site são discutidos ao longo da presente tese.

⁷⁴ Que, inclusive, transmitiu ao vivo o lançamento de *Putafeminista* em Belo Horizonte, no ano de 2018, evento no qual pude estar presente.

COMO A CRIANÇA SEM MEDO que grita “o rei está nu”, Gabriela desnuda hipocrisias onde quer que elas ocorram, seja na direita ou na esquerda, em cima ou embaixo. E é óbvio que essa história de ghost-writer não poderia se manter fantasminha com ela, por mais camaradas que fôssemos.

Não foi tarefa das mais fáceis transcrever em forma de livro o seu estilo de falar, sem prejuízo a nenhuma das linguagens. Os raciocínios ricos e fragmentados, que ela tece em mosaicos instigantes, não teriam boa tradução num texto linear. Nesse conturbado casamento de história e técnica, toda técnica seria estéril se não desaprendêssemos as normas de estilo e retórica antes de mergulhar no universo de Gabriela. Só assim pudemos reinventar com ela a escrita deste livro.

A transa foi fértil, prazerosa e instrutiva. O rebento consumiu 3.500 páginas de papel contínuo, ao longo de cinco meses, com a transcrição fiel de uns trinta encontros (em botequins da Glória, Santa Tereza e Centro) e com as providências que se seguiram: decupar todo o material, ordenar por temas, e finalmente (des)ordenar os textos ao sabor do ritmo que sua pulsação cadenciou para cada fala.

Somos, nesse ofício, como atores de personagens vivos. Fantasmas às vezes impertinentes vêm à tona nesse processo de psicografia, e Gabriela não fez por menos. Soltou seus bichos, abriu seu coração, escancarou sua mente inquieta, exorcizou censuras e destrinchou mitos. O resultado não são verdades absolutas mas sim a procura sincera, o constante questionamento e a opção incondicional pelo amor à vida.

O livro é de Gabriela. E foi muito bom tê-lo escrito (BARBOSA; COSTA, 1992 in LEITE, 1992, p. 174-175, grifo nosso).

Barbosa e Costa falam sobre “transcrever em forma de livro” a oralidade de Leite sem prejuízo a nenhuma das linguagens – oral e escrita. Assim, atribuem a não-linearidade do texto à fragmentação da própria fala da autora; justificam que rearranjaram técnicas e normas ao formato da história que lhes foi contada em encontros de botequim. Os próprios *ghost writers* realçam que o texto resulta do trabalho literário e autobiográfico, pulsação de vida, em detrimento de verdades absolutas.

Sobre a relação com Marcia Zanelatto, a “escritora fantasma” que a auxilia na elaboração de *Filha, mãe, avó e puta* (2008), contudo, não há paratextos na obra que tratem a respeito. Apenas a ficha catalográfica – na última página da publicação – alude sua colaboração: “Gabriela Leite; em depoimento a Marcia Zanelatto”. Embora não mencione a profissional, Leite afirma em entrevista que fora um trabalho meticuloso, que durou três anos para se concretizar⁷⁵. Nesses casos, portanto, a autoria é ressignificada, conforme desenvolve Manuela Peixinho:

Não mais como autoridade detentora dos sentidos de seu texto, o autor aparece como uma figura mais fluida, tensionada por processos diversos de escrita. Uma delas é a produção do *ghost writer*, como nos livros de Gabriela Leite que, a despeito da assinatura da capa, o texto foi redigido por outrem aguçando questionamentos sobre uma autobiografia escrita por outro (PEIXINHO, 2016, p. 170).

⁷⁵ Ver LEITE, 2009, 75’26’’-75’41’’, em entrevista concedida ao programa Roda Viva na TV Cultura em 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1JB0lyArBTU>. Acesso em: 16 jul. 2021.

As demais autobiografias elencadas como corpus do presente estudo não contaram com a colaboração desse “escritor fantasma” que, como tivemos a oportunidade de observar – ao explorar a apresentação da autobiografia de Barreto, o posfácio do primeiro livro de Leite e os apontamentos realizados na seção “Deslocamentos sobre autoria”⁷⁶, da tese aqui discutida – não é tão espectral quanto parece.

2.2.3 Pseudônimo literário ou nome de guerra?

Nunca gostei do meu nome de registro, acho ele feio. Não é um nome que dava tesão para quem ligava atrás de serviço de uma puta. Muitas vezes na casa de massagem eu percebia que minhas colegas tinham nomes mais apropriados, fantasiosos. Elas costumavam chamar de “nomes de guerra”. A trabalhadora sexual dificilmente fala o verdadeiro nome.

Fal Medeiros

No âmbito da prostituição, é comum que se assuma uma nova identidade para o efetivo exercício da atividade, no intuito de preservar e distanciar a vida privada da vida profissional. A trajetória das escritoras aqui analisadas, não foi diferente; por motivos diversos, todas assumiram novos nomes – geralmente carregados por alguns simbolismos que, em dado momento, são por elas esclarecidos – para a jornada que haviam de empreender. Nessa esteira, os peritextos são, também, selecionados para a revelação de tal escolha. A respeito dos nomes das autoras, é sintomático o fato de todas elas, à exceção de Lourdes Barreto⁷⁷, se valerem desses pseudônimos para assinarem as obras.

O prefácio de *Eu, mulher da vida* (1992), integralmente transcrito a seguir, ainda que não assinado, explicita, através de suas breves linhas, a autoria de Gabriela Leite:

Fui aos porões e voltei ao convívio da hipócrita classe onde eu nasci. Encontrei Gabriela escondida na pele de Otília. Gabriela que volta a ser Otília nesses tempos de reencontro entre dois mundos. Não a Gabriela da Boca do Lixo, do Mangue, dos hotéis da Lapa. Apenas a Otília anterior a Gabriela. A Otília que ainda se envergonha, que tem medo de falar de sua sexualidade e de seus homens malandros, a mesma Otília

⁷⁶ No primeiro capítulo deste trabalho.

⁷⁷ Dentre as putafeministas com quem dialogamos, Lourdes Barreto – cujo nome completo é Maria de Lourdes P. A. Barreto, é a única de quem não encontramos menções a utilização de outros nomes no exercício do trabalho sexual, de forma que utilizou como nome de guerra, o segundo nome de registro.

que teve medo de deixar acesas as luzes em sua primeira e desastrosa noite com um homem.

No relato desses porões, percebo que meus dedos, dançando pelo teclado da máquina de escrever, ora obedecem Otília, ora escutam Gabriela. Otília descreve dias de loucura, inquietude. Gabriela conta dias de amor, esperança e luta. Embora rodeada quase sempre pelos amigos de Otília, Gabriela está mais desperta do que nunca, em sua realidade sonhadora e crua.

A prostituição é o sonho mais real que já vivi. Depois de muito tempo fui à zona aquele sábado, mas fui por imposição de Gabriela. Chorei muito, de amor, de saudade.

Envolvida na estranha magia da vila em que mimou tantos desejos, Gabriela quis voltar. No dia seguinte, eu Otília, senti que não queria mais viver no meio da sujeira e da violência que enxergava na zona. Otília venceu por mais uns tempos. Mas eu, Gabriela lutadora, ainda pulsando forte, vivo com todas as energias a minha sexualidade remexida.

Este livro é um presente amoroso de Gabriela para Otília. Um duelo de vida entre as duas. **Uma ponte incoerente, um teimoso passaporte que atravessa as alfândegas de meu pensamento.** Uma autobiografia não-autorizada de mins mesmas (LEITE, 1992, p. 7-8, grifos nossos).

De posse desse prefácio, podemos elencar algumas discussões por ele suscitadas: o trabalho literário, estético e imagético que se buscou realizar na obra – como nota-se nos extratos em destaque; a dualidade realidade/ficção explicitada pela proposta da autora – o que não impede que estabeleça um pacto autobiográfico com o leitor – e, ainda, a oposição das personas Otília e Gabriela – corpo-afeto e corpo-mercadoria, respectivamente, como proposto pela pesquisadora e estudiosa do tema, Elisiane Pasini⁷⁸. Ainda que através de uma “ponte incoerente, um teimoso passaporte” com destino impreciso, o rito da entrega do “presente amoroso” que a segunda dedica à primeira parece simbolizar a reconciliação dessas duas dimensões da subjetividade da narradora: Otília, menina de classe média, e Gabriela, puta da zona.

O capítulo um da obra, “Assim conheci Gabriela”, é escrito em primeira pessoa. Ao longo das páginas que o engendram, essa narradora conta como conheceu Gabriela de forma que conduz o/a leitor/a a imaginar que a esta era seguida por aquela.

Eu andava e andava pela avenida pensando o quanto era igual a todas essas pessoas e o quanto me era difícil ser assim. Na minha vida não cabiam mais cartões de ponto, nem amores do tipo: “bom dia, meu bem”. Não cabiam mais escritórios insípidos, com seus horários e chefes hipócritas, almoços rápidos na lanchonete da esquina, ônibus lotados e, para fechar o dia com chave de ouro, um sexozinho frágil com um homem preocupado com o futebol de domingo e com a bunda das mulheres que passam pelas ruas ante seus olhos lambões. Andando sem rumo consciente eu estava de saco cheio e desempregada, sem nenhuma motivação para procurar outro emprego (LEITE, 1992, p. 9-10).

⁷⁸ Conteúdo a ser abordado no capítulo seguinte da presente pesquisa, no subcapítulo 3.1 “Será que eu existo?” Prostituta, corpo político.

Na sequência narrativa, a impressão causada no leitor é de que a narradora se depara com uma prostituta – Gabriela – e abandona seu destino para acompanhar os passos da figura misteriosa que a inebria de maneira instantânea. Logo, há um interessante jogo literário na construção do fragmento.

Uma parte minha me dizia que ali não era meu lugar – eu era uma mulher direita e ali não era propriamente um espaço onde uma mulher direita pudesse entrar. A confusão de sentimentos era enorme. Eu não queria perdê-la e se demorasse mais a entrar nunca mais iria ver aquela mulher. Coloquei todo o meu bom senso no bolso do casaco e entrei (LEITE, 1992, p. 11).

A narradora prossegue:

Minha sensação era de estar sendo tragada e engolida por aquele bloco de cimento armado escuro. Não enxergava nada e fui dominada por um imenso sentimento de repulsa: repulsa da escuridão, repulsa daqueles homens na fila, repulsa de mim mesma por estar ali (LEITE, 1992, p. 11).

Quando, finalmente, chega-se ao desfecho dessa suposta escolta, por meio de uma narrativa contenciosa – diante da proposta temática da obra –, não fica evidente para o leitor que a mulher aparentemente seguida pela narradora e ela própria eram a mesma pessoa; a autora lança mão de um procedimento narrativo para produzir esse efeito no/a leitor/a e, ao mesmo tempo, narrar a cena de iniciação na prostituição:

De repente, ao som desse nome não vi mais nada nem ninguém. Sumiram as mulheres, os homens, a velha gorda pendurada em ouro. Só ficamos eu e ela, frente a frente. E o prédio não era mais escuro, nem as pessoas eram feias. Tudo era bonito. Na minha frente estava aquela mulher saída das páginas do livro da minha adolescência, uma mulher que eu admirava e tinha medo: ela personificava a minha liberdade e eu já tinha tido o primeiro choque com sua fortaleza na solidão dos meus treze anos, nas letras mágicas de um livro de páginas amarelecidas. Então eu chorei de felicidade por tê-la encontrado, e vomitei de nojo do lugar onde a encontrei. Assim conheci Gabriela, numa manhã escura e chuvosa de São Paulo (LEITE, 1992, p. 13).

Ainda que fornecendo indícios para que o/a leitor/a desconfie da identidade da mulher seguida, a narradora permanece descrevendo tal figura como um outro. Contudo, na sequência da obra, é possível confirmar que ambas eram, de fato, a mesma pessoa. Gabriela estava no enalço de si mesma: “Então eu digo ‘Gabriela.’ E o chão foge aos meus pés. O romance baiano saiu do fundo das minhas lembranças e desejos de adolescente, para me batizar quando caí na vida” (LEITE, 1992, p. 48). Assim, é revelado que a seleção do nome Gabriela se deu pela afinidade com a sensual personagem amadiana, Gabriela, Cravo e Canela.

Em *Filha, mãe, avó e puta*, Gabriela Leite, através de sua protagonista, não retoma a questão da eleição de um pseudônimo para o trabalho sexual. Neste segundo livro da autora não há sumário ou apresentação, nem prefácio ou posfácio, como, aqui demonstrado, existe no primeiro.

De posse das demais autobiografias selecionadas como corpus deste estudo, observa-se que as justificativas para a escolha de um nome a ser usado na profissão são apresentadas de maneira mais objetiva, diferentemente da pequena história supracitada, que conta com o suspense de uma narrativa em que, apenas no desfecho, é possível perceber que a narradora perseguia a si mesma. Já no primeiro capítulo de *E se eu fosse puta*, “Quem sabe um dia”, deparamo-nos com a assinatura por Amara Moira do pacto autobiográfico:

“Destino Amargo”, Amara Moira: eis o que és, eis o que significa. Um nome, o meu nome, mas ninguém o diz. Sonoro, alegre talvez, como a cara que faço ao receber proposta de um oral por dez, completo vinte. Atender na rua é o que dá, coisa que aprendi de cara. Travesti rondando os inta, mas se dizendo vinte, militante LGBT, feminista, escritora, doutoranda em teoria literária pela Unicamp nas horas vagas: e puta [sic] (MOIRA, 2018, p. 32).

Amara explica a escolha do nome que denota “destino amargo”. No seu caso não só o que usou na “rua”, mas nome social que assumiu desde então. Em entrevista⁷⁹ conta que se inspirou na leitura da obra *Odisseia* de Homero, quando, em determinada passagem, narra-se que Ulisses sofre a “moira amara” de ver-se longe de Ítaca. Segundo ela, um nome bonito e ao mesmo tempo que diz o que é ser travesti no Brasil. Diferentemente das autoras das demais obras, Moira não faz menção ao nome de registro; acreditamos que esse posicionamento se dê pelo fato de a autora ser uma travesti e esse ser também o nome escolhido para assumir sua identidade de gênero, portanto, seu nome social.

A seleção do nome na prostituição tem muito a dizer sobre a performance dessa identidade. Tal como Moira, em *O prazer é todo nosso*, no capítulo “Lola Benvenutti, uma personalidade inteira”, a narradora do livro em questão disserta sobre a escolha daquele que também é conhecido por “nome de guerra”:

Meu nome é Gabriela. **Lola Benvenutti** foi o apelido que escolhi para me aventurar no universo que paga pelo desfrute das práticas sexuais. **Lola** se tornou uma extensão de mim, ela evoca o fetiche de **Lolita**, embora eu, Gabriela, me veja tão mulher e sedutora quanto aquela **cravo e canela** de Jorge Amado que vivia em meio a uma sociedade patriarcal, arcaica e autoritária em vias de se transformar cultural, econômica e politicamente, e encantava homens de todas as espécies, dos tipos populares aos poderosos coronéis (BENVENUTTI, 2014, p. 178, grifos da autora).

⁷⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zM4_g8GbtKM. Acesso em 22 jul. 2018.

A escolha do nome Lola, segundo a própria, tem relação com o fetiche de “Lolita”. Na cultura popular, o nome “Lolita” tem sido usado para sugerir que uma menina é sexualmente precoce⁸⁰, característica que Lola Benvenuti atribui a si em seu texto, reiterando a declaração em blog e entrevistas, em uma das quais afirma que o sobrenome, também escolhido, “Benvenuti”, de origem italiana, seria uma brincadeirinha, uma vez que significa “bem-vindos”. Ambos os nomes pelos quais atende, seja Lola ou Gabriela, têm, para ela, assim como “Amara Moira” tem para esta, associações com personagens ou passagens de obras da literatura universal.

Putafeminista (2018), de Monique Prada, foi estabelecido como corpus teórico basilar do presente estudo. Sem embargo, na obra, Prada intercala às análises teóricas que empreende sobre a atividade, vivências pessoais que endossam as discussões, além de legitimarem o putafeminismo enquanto posicionamento político. Ainda no primeiro capítulo, “Putá, ofensa mãe”, explica a eleição do, como ela mesma denomina, “nome artístico, nome de guerra, nome de batalha. *Mi nombre de clandestinidad* [...]” (PRADA, 2018, p. 26):

Meu nome de registro não é Monique, mas é assim que você me chamará, Monique Prada. Isso conta um pouco sobre a atividade que exerço e que exerci por um período considerável da minha vida: nós escondemos nossos próprios nomes, nossa identidade, somos clandestinas, precisamos viver às sombras. E isso apesar de a atividade existir há séculos. E isso apesar de estarmos em todos os espaços. No começo dessa história que vou contar agora, escolhi esse nome. Hoje quase todas as pessoas que conheço me chamam assim. É um nome chique, dizem. Imponente até. Preciso confessar que o escolhi mesmo porque me soava brega, muito brega, brega o suficiente para constar numa lista qualquer de acompanhantes de luxo. Monique como um tipo tosco de homenagem à Evans, uma das musas da minha adolescência. Prada, marca cara... Cá pra nós: existe algo mais brega que uma Prada falsa? Estava escolhido meu nome artístico, meu nome de guerra, meu nome de batalha. *Mi nombre de clandestinidad*, expressão que aprendi anos depois num hostel em Montevidéu, onde participava do Facción, encontro de midialivristas, em 2015: o motorista encarregado de me levar ao aero chegou para me buscar e procurava por “Monique y Luísa”. Eu precisava explicar que éramos uma só. O recepcionista entendeu e disse: “Ah, es tu nombre de clandestinidad” (PRADA, 2018, p. 26).

Monique Prada não ser o nome de registro da autora, para ela, é também uma maneira de contar um pouco sobre sua atividade; logo, a clandestinidade é uma prática – até por uma questão de preservarem-se, protegerem as famílias, bem como seus sobrenomes – à qual as

⁸⁰ Tal assimilação vem do romance homônimo, de 1955, de Vladimir Nabokov, notável por sua controversa temática: o protagonista e narrador não confiável, um professor universitário de Literatura de meia-idade, está obcecado por uma menina de apenas 12 anos, Dolores Haze, com quem se envolve sexualmente, após se tornar seu padrasto. “Lolita” – que em castelhano reforça o sentido de jovem ou, ainda, expressa carinho – é o apelido privado que dá a Dolores.

prostitutas se veem compelidas a recorrer, no âmbito da prostituição. Deste modo, o pseudônimo, ou, como é chamado no universo da prostituição, o nome de guerra, aparece como mais um traço comum em tais produções. Consoante Genette: “O efeito de um pseudônimo não é, em si, diferente do que qualquer nome, a não ser que, no caso, o nome possa ter sido escolhido para produzir esse efeito” (GENETTE, 2009, p. 49).

No tocante à literatura estudada, o efeito causado pelos pseudônimos se relaciona diretamente com o fato de terem sido, a priori, escolhidos enquanto uma prescrição para o exercício do trabalho sexual e mantidos como nome artístico das, então, escritoras⁸¹, de modo que “Elas constroem uma nova personagem através das modificações corporais: troca de nomes, eliminação do sobrenome da família, assumindo outras identificações aproximadas de modelos que parecem estar em voga nos variados contextos que se inserem” (SOUSA, 2009, p. 296).

Tendo em vista a discussão empreendida em torno dos elementos paratextuais, aqui selecionados, constata-se, conforme Genette, que estes podem comunicar mera informação, uma verdadeira decisão (escolha de títulos ou pseudônimos); conselho ou injunção, permissões – indicando direta ou indiretamente sua capacidade coercitiva. Por fim, foi possível notar, como explica o autor que “certos elementos comportam até a potência que os lógicos chamam performativa” (GENETTE, 2009, p. 17). Nesse sentido, a prática literária aqui delineada, na análise de suas formas paratextuais, como demonstrado, características, promove configurações outras do movimento putafeminista por meio da autorrepresentação e performance através da escrita.

2.3 ATRAVÉS DE “JANELAS INDISCRETAS”

Talvez outra pessoa, olhando aquilo, perceba um rastro do que foi vivido durante o acontecimento do

⁸¹ Mariana Brasil traça um caminho que poderíamos tomar como inverso ao das escritoras acima elencadas. A escritora percorre o caminho das letras posteriormente a vivenciar as experiências no âmbito da prostituição. Hoje, é representante na Itália da Rede de Escritoras Brasileiras; presidente da Academia de Letras do Brasil - Seccional Itália; sócia correspondente da Academia Brasileira de Letras Camarajibense; biógrafa; diretora executiva da editora italiana, Edizioni Mandala; e produtora cultural da A.C.I.M.A., Associação Cultural Internacional Mandala “*O manuscrito de Sônia* por Mariana Brasil” já apresenta a contradição de nomes desde a capa. No paratexto, “Nota da autora à segunda edição”, que assina como Mariana Brasil, explica: “Concluo este convite à leitura, assinando com o pseudônimo que um dia escolhi e que usei como escritora; sem esquecer que Mariana, a protagonista desta viagem, e eu, Sônia, sempre fomos afinal, a mesma pessoa” (BRASIL, 2005, p. 16). Acerca da procedência do nome escolhido, esclarece⁸¹: “‘Mariana’ foi um dos nomes que usei na noite, e ‘Brasil’ porque sou orgulhosamente uma filha do Brasil” (BRASIL, 2011, p. 182). Análise feita em minha dissertação de mestrado. Cf. PEREIRA, Julia Luiza Bento. *Mariana Brasil: um manuscrito autobiográfico entre fronteiras* (2016). Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3185>. Acesso em: 21 jul. 2018.

desenho. Um rastro, um vestígio. E só. O vivido ficando para trás, mas reaparecendo, como tinta que reaparece quando outra é posta por cima, sempre e sempre. Mas aparecendo como vestígio. Se faço bem, isso acontece independente do tempo, e de quantas vezes, embora a cada vez seja diferente, diferente para cada pessoa que olha. Porque começo desenhando os homens e no início obedeço os homens, aqui uma curva, aqui o peso de uma sombra. Depois o lápis se solta e o cinza tão lindo do 6B se solta e segue. E faz cinzas mais fortes que somem na névoa do papel rough e o lápis vai e vai e vai. E os homens olham aquilo e entendem que é isso, eles, eu. Uma falta de controle. Um não controle. E outra vez as palavras que não servem. Porque não se trata de definir o que não tem controle, através da palavra controle, como uma ausência. Não, é outra coisa. É uma ausência que existe. Um silêncio que existe.

Elvira Vigna

Constam, em todas as obras estudadas na presente tese, episódios referentes à formação pessoal, infância, adolescência e experiências das narradoras anteriores ao trabalho sexual. Nessa seção, buscamos através de *Janelas Indiscretas* (2011) – de Eneida Maria de Souza –, observar algumas dessas passagens e paisagens da vida das autoras-personagens, a fim de traçar aproximações e distanciamentos entre as cinco histórias de vida narradas.

“Estar ao mesmo tempo no interior da linguagem e fora dela consiste na operação paradoxal da presença/ausência do sujeito na complexa cena enunciativa” (SOUZA, 2011, p. 23). Conforme Eneida Maria de Souza, em seus ensaios de crítica biográfica, é preciso cautela na distinção e condensação dos pólos da arte e da vida na análise autobiográfica. É necessário, segundo ela, que se preserve a liberdade poética da obra, ainda que uma cena recriada remeta a uma vivência do autor (SOUZA, 2011, p. 42).

Outra importante contribuição da pesquisadora diz respeito à discussão acerca da reestruturação no que concerne ao objetivo da escrita autógrafa: “As diversas modalidades de atualização das narrativas autobiográficas, longe de se constituírem como exacerbação de individualidades ou narcisismo excessivo, exercitam o direito à expressão de vozes anteriormente excluídas dos discursos hegemônicos” (SOUZA, 2011, p. 31). Com efeito, tal especificidade abarca o propósito e publicação de todos os exemplares analisados.

Nesse sentido, transcrevemos os objetivos de Souza para com seus ensaios, entendendo a semelhança de seus argumentos com os assumidos para a elaboração do presente estudo, no que concerne ao trabalho com a linha de pesquisa biográfica/autobiográfica:

Articular temas construídos nas obras com eventos pessoais e tentar, principalmente, enlaçar as múltiplas paixões que regem tanto a vida como a literatura. O nascimento, a morte, o destino literário, a família, a nação, a identidade e a memória persistem ainda como os grandes temas que movem e compõem a escrita de todos os tempos (SOUZA, 2011, p. 13).

Buscamos fazê-lo, enfim, aliando as temáticas à questão do trabalho sexual tão cara à pesquisa, aqui, empreendida.

2.3.1 As relações afetivas das prostitutas: “o que restou de nossos amores”

Quando vejo as pessoas destilando seus preconceitos e ódio contra nós, prostitutas, sem sequer saber das nossas histórias, eu me pergunto: será que essas pessoas imaginam que além de prostitutas nós somos mães, avós, filhas?

Santuzza Souza

Em *Eu, mulher da vida* (1992), tanto quanto em *Filha, mãe, avó e puta* (2009), a crítica da protagonista/narradora/autora à classe social em que nasceu perpassa os textos de uma e outra obra. Em ambas as narrativas, constantemente, são denunciadas por Leite os preconceitos de classe, raça, gênero, além de hipocrisias sociais no concernente aos grupos políticos brasileiros.

Rua Domingos de Moraes, 2206. O estranho casarão da Vila Mariana, com seus habitantes isolados na solidão de seus quartos, moldou muito minha vida. Sempre me lembro daquele tempo de criança e daqueles imensos corredores. As pessoas escondidas dentro de seus silêncios, os diálogos monossilábicos, o sentimento aristocrático envolto em preconceitos de classe social (LEITE, 2009, p. 19).

A protagonista, em *FMAP*, afirma que a solidão, o silêncio e individualismo de seus familiares moldaram sua vida. Sobre os prejulgamentos, durante a obra, ela escancara não só os de outrem, como os próprios, os quais assume que possuía. Em certa passagem do livro, expõe essa debilidade: “Ela me contou que o namorado era do samba e iríamos a um legítimo reduto do ritmo em São Paulo. Aquele era um ambiente desconhecido para mim e eu tinha

preconceitos que vinham da minha formação de aristocrata decadente” (LEITE, 2009, p. 37). Em *Eu, mulher da vida*, remete à mesma história, de forma que evidencia seu pensamento, à época, racista:

Havia homens bonitos naquela mesa, mas eu me incomodava com uma coisa: eram todos negros. [...]
Na segunda-feira ele me telefonou e eu aceitei marcar um encontro, mas não fui. Eu tinha medo, aquela coisa de ele ser negro, e eu nunca havia namorado um negro antes, era preconceito mesmo.
Eu pensava que não tinha preconceito. Teoricamente não tinha, mas na prática... ficava me perguntando: “Como vou andar com um homem desses na rua?” (LEITE, 1992, p. 39).

No decorrer das narrativas, é possível notar uma evolução nas atitudes, ora racistas, da protagonista conforme ela vai adentrando universos antes desconhecidos, como o meio do samba, a universidade, a prostituição. É interessante pontuar – diante da discussão sobre o autorrelato possuir um recorte, portanto, uma seleção das coisas que se quer contar sobre si mesmo – que Gabriela expõe não somente suas qualidades e realizações, como, também, seu lado inóspito.

Acerca de suas origens, no capítulo três do primeiro livro, “Tudo faz parte da vida”, a autora resgata memórias sobre os avós, o casamento arranjado e separação dos pais e um pouco de sua adolescência: “Eu tinha 15 anos quando eles se separaram definitivamente” (LEITE, 1992, p. 25). Seu pai era crupiê – profissional de cassino que administra as apostas – e sua mãe não aceitava essa atividade e a forma de vida que ele mantinha decorrente da função.

No segundo livro, a narrativa perpassa as descobertas adolescentes de forma tardia, humanizando essa personagem para além de um estereótipo comum de *femme fatale*⁸²:

Nos bailes de sábado, ao som de Bee Gees, os rebeldes chegavam com LPs de rock pesado. Sem pedir licença, tiravam nossos compactos da vitrola e colocavam seus discos. Eles dançavam levantando poeira do chão de terra e obrigando todos os certinhos a sair de perto. Passei a gostar de rock pauleira. Eu adorava aqueles meninos, e um deles se interessou por mim. [...] Todos os dias o Márcio ia me buscar. Sozinho comigo ele não se mostrava um rebelde, pelo contrário, era um menino cheio de sonhos. Queria ser aviador e lia muito. Ele me ensinou a beijar de língua. Eu achava que os beijos eram de boca fechada. Às vezes eu matava aula apara ficar beijando o Márcio por horas e horas. Tirei todo o atraso da adolescência. Muito amasso no muro do colégio, carinhos nos seios, passadas tímidas de mão pelo pau dele e só isso! Entre momentos de intimidade durante a semana e vida de rebelde sábado e domingo, namoramos um tempão, mas nunca transamos. Eu morria de medo de perder a virgindade e de ficar grávida (LEITE, 2009, p. 25).

⁸² A oposição vítima/femme fatale, comumente atribuída à condição de ser puta, foi discutida no capítulo um do presente estudo.

Nessa passagem, é possível se deparar com uma Gabriela ingênua, que descobre a transgressão através dos costumes de uma turma de roqueiros e que aprende a beijar de língua, sente medo da primeira relação sexual e de engravidar, ou seja, uma jovem comum, com sua inexperiência e inseguranças. No tocante a relações amorosas, apenas Leite e Barreto dedicam capítulos para narrá-las, contudo, nos ateremos, aqui, devido à necessidade de recorte, a relações parentais.

Em duas das autoras aqui estudadas – Gabriela Leite e Lola Benvenutti –, uma figura crucial no concernente à temática da relação familiar é a mãe; seja na elaboração das narrativas da juventude, ou nos relatos a respeito do fatídico evento de assumirem publicamente a profissão. Na obra de Leite, esta aparece como personagem representativa de repressão, autoridade, controle. E, em contramão, desde muito nova, Gabriela apresenta um forte ímpeto à liberdade. Em um fragmento, em que relata não tomar o ônibus de volta da escola junto à irmã, optando por chegar em casa fora de horário – seu primeiro ato arquitetado de rebeldia –, é possível observar que o sentimento de medo, em relação à genitora, regeu os anos de infância e adolescência da personagem até que, aos quatorze anos, decide enfrentá-la:

Cheguei em casa tarde com muito medo da reação de minha mãe. Ela não me bateu, somente falou e gritou, extravasando todas as suas angústias pela responsabilidade de criar três meninas: “Esta casa não é uma pensão, que espera seus hóspedes a qualquer hora para comer. Esta é a *minha* casa e aqui se come nas horas que eu determino!” Assim ela justificou o castigo de me deixar sem almoçar. Foi minha primeira grande desobediência, e a partir daí não tinha nenhum dia em que eu não fizesse alguma coisa para afrontar minha mãe. Perdi uma parte de meu medo e resolvi que seria feliz. Estava com 14 anos, tinha muitos sonhos de conhecer a vida (LEITE, 2009, p. 20-21).

Em Leite, há um embate evidente entre mãe e filha, uma vez que dissonam em suas personalidades: a primeira, introvertida e austera; a segunda, extrovertida e desapegada. Posteriormente, a insubmissão de Gabriela custaria a ela o direito de visitar e conviver com sua primeira filha, deixada aos cuidados de sua mãe, justamente pelo confronto existente entre a protagonista e a matriarca⁸³.

O prazer é todo nosso é dividido em duas partes, por sua vez, subdivididas em capítulos. A parte I, intitulada “Entre toques e suspiros” narra as mais diversas experiências sexuais que Lola Benvenutti vivenciou enquanto prostituta e abrange cento e sessenta das cento e oitenta e

⁸³ Entendendo o cunho biográfico da obra, Leite reitera esse preconceito social que a leva a perder a guarda das filhas (Ver LEITE, 2009, 12’03’’-14’35’’) e, ainda, a relação controversa com a mãe (Ver LEITE, 2009, 75’26’’-76’34’’) em entrevista concedida ao programa Roda Viva na TV Cultura em 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1JBOlyArBTU>. Acesso em: 16 jul. 2021.

nove páginas que totalizam a obra. Finalmente, a parte II, “O reflexo no espelho”, como o próprio título sugere, traz um relato da autora sobre sua vida pessoal.

[...] busco apresentar na primeira parte deste livro algumas das infinitas possibilidades de se obter prazer nas relações afetivas e sexuais, baseando-me nas andanças, experiências e danças que dancei em diversas ocasiões: a dança dos desejos, da sedução e do sexo. Tento, aqui, desmistificar alguns mitos sexuais dos mais simples aos mais diferentes, por assim dizer.

Na segunda parte, falo um pouco sobre minha trajetória pessoal, desvelando as situações que vivi e os caminhos que tomei quando, mesmo formada em uma das universidades mais reconhecidas do país, escolhi a **profissão mais antiga do mundo**⁸⁴: a prostituição (BENVENUTTI, 2014, p. 13, grifo nosso).

Tal distribuição leva a supor que há, na obra, um intuito maior em abordar a prostituição no âmbito da demanda profissional, para além das questões de ordem particular. A narradora dialoga sempre com o/a leitor/a, chamando-o/a pelo pronome de tratamento você, convidando-o/a a participar de suas aventuras e a pensar a respeito de suas experiências sexuais e da visão que tem sobre elas e a sociedade. Há uma preocupação de Benvenutti, esboçada já na intitulada “Apresentação” da obra – assinada por ela, portanto, autoral –, com a normalização da dificuldade em lidar com a sexualidade.

No capítulo “Rompendo algumas amarras...”, localizado na segunda parte da obra, há uma passagem em que é descrita a revelação à mãe pela filha de sua escolha, narrada como um momento contundente:

Era melhor eu contar antes que alguém o fizesse.

Antes de começar a falar, o choro me tomou e comecei a soluçar. Minha mãe ficou preocupada e querendo saber o que havia acontecido. contei a história como pude e as lágrimas escorreram do meu rosto. Ela não estava surpresa, mas muito decepcionada, triste e dilacerada. Aquilo me doeu, mas eu sabia que era melhor assim. Depois de dizer tudo a ela, minha mãe me perguntou se eu contaria ao meu pai e eu disse que sim, mas que precisaria me preparar antes (BENVENUTTI, 2014, p. 13).

Nesse mesmo capítulo, Lola narra que primeiro contou ao irmão sobre a profissão e, em seguida à mãe, que se adiantou e contou também a seu pai, com quem, diante disso, passa meses sem se comunicar. Ao, enfim, conversarem pessoalmente, ela relata: “Eu via a tristeza nos olhos

⁸⁴ Margareth Rago, historiadora, com uma extensa pesquisa sobre a prostituição no Brasil, atenta para o risco de, ao se reproduzir o eufemismo, “a profissão mais antiga do mundo”, acabar por favorecer a naturalização de um fenômeno que é cultural e histórico e não necessário e insolúvel. Em contrapartida, ignorar sua existência e silenciar a seu respeito, segundo Rago – o que ocorre nos meios acadêmicos e políticos –, é desconsiderar problemas que assolam a nossa vida social. Portanto, a teórica sugere que possíveis formas de lidar com essa realidade é encará-la a fim de que se encontrem novos meios para tratá-la com mais eficácia e construtivamente, historicizando-a e problematizando-a, por mais complexo e árduo que esse processo possa ser (RAGO, 2008, p. 14). In: RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

do meu pai, inconformado por ouvir sua filhinha dizendo que gostava de transar com outras pessoas cobrando tributos e que achava isso uma coisa muito natural” (BENVENUTTI, 2014, p. 182). Nessas, que estamos categorizando como *Literaturas da Prostituição*, é basicamente unânime que o exercício do trabalho sexual seja condenado pelas famílias das protagonistas e, muitas vezes, motivo para o rompimento de laços afetivos e de convivência.

Com muito pesar, ele me disse que nunca pactuaria com aquilo e que preferia que eu nunca tocasse no assunto com ele. Para mim, essa foi a atitude mais nobre do meu pai. Embora as pessoas ao seu redor dissessem para ele me bater, me obrigar a andar na linha e me deixar de castigo, meu pai sabia que eu já era um pássaro livre e que nada disso adiantaria. O meu destino só a mim dizia respeito (BENVENUTTI, 2014, p. 182).

Mesmo sendo uma mulher adulta, diante da notícia de que se prostituía, a reação dos enredados era de incentivo a que o pai a punisse até mesmo com uso da violência⁸⁵. Lola prossegue: “Enquanto isso, minha mãe se distanciava cada vez mais de mim. E quando eu me oferecia para pagar alguma coisa ou ajudar nas despesas da casa, ela insinuava que meu dinheiro era sujo e que não queria ajuda” (BENVENUTTI, 2014, p. 183).

Em Amara Moira e Monique Prada as relações familiares são deixadas em segundo plano. Como já aludido, *Putafeminista* aborda teoricamente a temática: dos nove capítulos que englobam a obra, apenas o oitavo (“Do começo”) é dedicado a autorrelatos de experiências sexuais na prostituição. Nos demais, ainda que contem com passagens de vivências pessoais, todas essas trabalham em prol da formulação do pensamento putafeminista. Assim, na seguinte passagem desse capítulo predominantemente autobiográfico, é possível apreender como a atividade de Monique foi, a contragosto, publicamente revelada:

Ainda lembro da primeira vez que fui exposta como prostituta. Foi uma amiga, uma grande amiga, minha melhor amiga, que conhecia todos os meus segredos, frequentava os mesmos homens que eu, compartilhava comigo as mesmas fantasias. Foi ela a primeira a contar ao mundo que eu estava me prostituindo aos meus 20 anos. Procurou minha família e contou do pager que eu tinha alugado e da agência que eu estava frequentando (PRADA, 2018, p. 95).

Apesar de narrar a ‘traição’ da melhor amiga – que conta para os familiares de Monique sobre a prostituição –, não relata a reação deles ao tomar conhecimento do que ocorria. A protagonista Amara, em contrapartida, sequer chega a mencionar a família ao longo da narrativa.

⁸⁵ Trataremos acerca da questão do corpo – quais corpos merecem ser violentados e abusados, quais corpos importam – no capítulo seguinte deste trabalho.

Logo, parece claro que a não aceitação das famílias em relação ao trabalho escolhido pelas autoras é uma constante nas publicações, ainda que exista uma distância de décadas entre a primeira e a última, como já mencionado.

Lourdes, por sua vez, publica aos setenta e nove anos de idade. Na “Onda 4” de seu livro, intitulada “Meu maior patrimônio”, narra sobre a família que constituiu. Na contramão das demais autobiografias estudadas, o capítulo tem início com relatos de terceiros: Leila Barreto – sua filha e curadora da obra – e outra pessoa não reconhecível apenas pela narrativa não assinada, mas, notavelmente, íntima da família. Na edição lançada pela editora Paka-Tatu, a formatação – semelhante entre trechos de autoria de Lourdes e de outrem –, prejudica o discernimento de vozes narrativas. A leitura do exemplar publicado pela Claraboia permite diferenciar melhor essas intermitências, ainda que, em ambas, não haja assinaturas que possibilitem reconhecer a autoria de certas passagens.

O foco, nessa parte de *Putas autobiografia*, não está nos ancestrais de Lourdes, mas em seus descendentes, de modo que, como aludido, sua primogênita tem vez e voz: “Cedo eu experimentei o estigma, não na dimensão que ela enfrentava cotidianamente, mas enfrentei o estigma nesses detalhes, nesse dia-a-dia, esse cotidiano que separa, que determina o lugar que você vai ocupar, o dia que você vai estar bem, [...] o que você é, o que você não é” (BARRETO in BARRETO, 2022, p. 173-174).

Nos trechos autorais, a protagonista problematiza sua maternidade e o que esta representa para si: “O meu instinto é de cuidar – cuidar dos filhos, dos netos e dos bisnetos, e cuidar da sociedade. [...] Esse papel de cuidar, de zelar pelo amor do ser humano eu tenho. Então, deixei isso bem claro pra minha família, desde sempre, nunca neguei minha profissão” (BARRETO, 2022, p. 177). O papel de matriarca é enfocado nessa “Onda”, momento em que a autora reforça a postura de, perante familiares e sociedade, assumir explicitamente o trabalho sexual, posicionamento reiterado ao longo do capítulo, nas declarações e no decorrer de todo o livro.

Posteriormente, deparamo-nos, com novos fragmentos sem assinatura: depoimentos de outros familiares da matriarca, como o de Juliana, sua neta. Inversamente à abordagem estabelecida nas demais obras, aqui é a prole que, de certa forma, vai inteirar-se do ofício da protagonista:

Não teve um momento específico de perceber que isso era uma questão, que tinha essa coisa com as prostitutas, que a sua avó era uma prostituta e que a sociedade tinha uma coisa com as putas. Eu acho que nunca foi diretamente. Assim, acho que a gente também não teve uma conversa: “Olha, gente! Vamos sentar aqui porque vocês precisam saber que a avó de vocês é puta”. Nunca teve isso. Foi a gente entendendo que era a profissão

da vovó. Acho que como entende que alguém é, sei lá, um professor. Tu não para e explica. O pai não vai chegar, sentar e falar. “Olha, gente, seu pai é professor”. Então não rolou isso na nossa família. Foi natural a gente acompanhar. Acho que nas outras famílias têm de você acompanhar o seu pai no trabalho” [sic] (JULIANA in BARRETO, 2022, p. 183).

Nesse sentido, a autobiografia de Barreto, contrasta e destaca-se das demais, uma vez que o trabalho sexual é normalizado por seus sucessores, se apresentando, ademais, como razão de orgulho e pertencimento para os membros familiares. Além disso, apresenta esses relatos como uma espécie de suplemento dentro do gênero.

O que podemos depreender da discussão aventada, aqui, é que a hierarquia familiar parece condicionar a aceitação/rejeição do trabalho sexual exercido por uma sua membra. Nessa perspectiva, pais e mães apresentam resistência ao serem colocados a par da atividade exercida pelas filhas, enquanto que filhos e netos apresentam maior receptividade para apreender o ofício de uma matriarca putafeminista.

2.3.2 De rascunhos e experiências: motivações para a escrita

Garota de programa, messalina, meretriz, mulher da vida, mulher perdida, quenga, rodada, devassa, profissional do sexo, mulher de vida fácil, prima, rapariga, vadia, rameira, biscate, trabalhadora sexual, prostituta, puta.

Personagem de literatura, teatro, cinema, pintura, canções, performance, novela, bloco de carnaval, do imaginário, do imaginável, da presença e da plurivivência.

Sob olhares de desejo, curiosidade, repulsa, admiração, amor, desdém, preconceito, inveja, respeito e querência. Quem olha nos vê?

*Carolina Macedo, Maria Aparecida Vieira e
Pedro Kalil*

Como justificado na introdução deste estudo, a fim de estabelecer uma organização metodológica de trabalho, ainda que as segundas edições de *O prazer é todo nosso* (2015) e *E se eu fosse puta* (2019) possuam mudanças – em maior ou menor escala – em relação às anteriores, buscamos trabalhar com a primeira edição de *OPETN* e a segunda de *ESEFP*. Serão mencionados, contudo, excertos de ambas as edições quando esses se fizerem necessários para a complementaridade das análises aqui propostas.

O título da obra de Moira sofre – como discutido – uma alteração; entretanto, intitulado o primeiro capítulo, na página 21, “E se eu fosse puta”, permanece inalterado. Esse capítulo tem início com uma narrativa a respeito da fonte de inspiração para a concepção da presente publicação:

Sentada no ônibus a caminho de casa, quase madrugada, noite vazia e fria, celular em mãos, é assim que ganham corpo meus relatos, é assim que ganham cor, ganham vida. O que acabei de viver, tudo ainda fresco na memória, a maquiagem borrada, gosto de camisinha na boca, o cheiro do cliente em meu rosto não importa o que eu faça, o seu cheiro de homem já tão diferente do meu – serão os hormônios? Palavras-chave marcantes vindo à tona assim que me ponho a escrever, dentes, línguas, dedos, lábios, uma puxando a outra meio que naturalmente, o texto saindo do encontro delas mas também desde antes, desde eu já na rua tramando amores, namorando olhares: travesti que se descobre escritora ao tentar ser puta e puta ao bancar a escritora (MOIRA, 2016, p. 19).

No caso de Amara, é sintomática a estreita relação anunciada entre experiência pessoal e escrita. Logo no verso da capa da obra, inclusive, a narradora chega a afirmar que não sabe mais se se prostitui para escrever ou se escreve pra se prostituir.

Todas as autoras, em algum momento, irão narrar algo sobre a decisão de escrever um livro autobiográfico. No tocante a tal questão, discutiremos os extratos das autobiografias onde são tematizadas as cenas da escrita, do presente da enunciação das putas escritoras rememorando essas cenas de iniciação.

Em *Eu, mulher da vida*, primeiro livro de Gabriela Leite, essa revelação ocorre quando a protagonista percebe que, ao emendar uma participação mais efetiva politicamente em prol das prostitutas, aliava-se a grupos e pessoas que, de certa forma, tolhiam sua essência e convicções:

Muito entusiasmada por esse mundo do lado de fora, eu ficava orgulhosíssima quando aquela gente famosa me chamava para botequim. Mas chegou um momento em que eu não era mais nem de lá do Mangue nem da Zona Sul. Não era nada. Minha vida ficou um saco: eu não tinha mais namorado, não me divertia, não ia para o samba. A prostituta arrependida parecia uma monja, presa à Teologia da Libertação (LEITE, 1992, p. 93).

Diante dessas vivências, Gabriela acena para a escritura das primeiras laudas que comporiam *EMDV*: “Reavaliei, comecei a me rebelar, eles começaram a me chamar de “reacionária”, e neste período escrevi o primeiro capítulo deste livro, num momento que eu voltei às minhas origens” (LEITE, 1992, p. 95). A autora faz menção ao capítulo “Assim conheci Gabriela”, já abordado, na subseção “Pseudônimo literário ou nome de guerra?”.

Lola Benvenuti, acerca de *O prazer é todo nosso* esclarece, já na apresentação da obra, a motivação para a escrita: “Perceber a dificuldade de muitos frente a um tema que deveria ser tratado de maneira natural, sem os tabus habituais, motivou-me a escrever este livro” (BENVENUTTI, 2014, p. 11). O enfoque dado por Benvenuti em sua narrativa parece ser mais da ordem da sexualidade do que da prostituição em si, o que, no entanto, não deixa de ser significativo para a categoria, na medida em que trata a atividade com muita naturalidade e, até mesmo, certo enaltecimento. Em muitos de seus relatos, ela fica em segundo plano, cedendo o palco para a reivindicada liberdade sexual.

Logo nos agradecimentos de seu livro, Lourdes Barreto aponta para o momento que instaura a ideia de publicar sua autobiografia: “Mesmo gestada há muitos anos, o marco inicial que visibilizou estas falas aconteceu no ano de 2017 no Boteco da Diversidade em São Paulo. Agradeço o Sesc Pompéia por este encontro e todos que estavam ali presentes naquele 6 de maio e que transaram com as putas” [sic] (BARRETO, 2022, p. 9). É possível notar, portanto, que, desde a concepção, ele é composto por “falas”.

A autora acena para a oralidade, de modo que as curadoras de *Putas autobiografia* assinam a apresentação do livro, que intitulam “A sua fala é sua escrita – que é sua vida”, evidenciando, neste paratexto, o processo de concepção da obra: “[...] ouvimos sua sonora escrita que reescreve rotas. [...] Uma luta cuja força é a oralidade e a voz ancoradas no movimento social e político” (BORTOLANZA; BARRETO in BARRETO, 2022, p. 31). Em outro momento, sua filha Leila reforça essa habilidade pessoal com as palavras: “O oral é uma marca da minha mãe, a escrita talvez seja a minha. A força da fala – a língua é muito poderosa. Escrever, a emoção fica contida na letra, às vezes, a gente consegue passar isso para a letra. Mas falando não tem como esconder, não tem como não passar” (BARRETO in BARRETO, 2022, p. 174-175).

Finalmente, Monique Prada, no primeiro capítulo de sua obra, “Putas, ofensa mãe” – em uma das escassas passagens em que narra memórias autobiográficas fora do capítulo “Do começo”, já mencionado –, também registra acerca de como nasce a escritora de *Putas feministas*. Na esteira de Amara, Monique via na prostituição material para a escrita:

O que eu não poderia prever quando (re)comecei na função de puta, de ser Monique, é que as coisas tomariam um rumo tão inusitado. Só sei que de repente lá estava Monique entre outras feministas, putas e não putas, entre políticos e ativistas, textos e entrevistas para todo o lado, correndo este país. E isso não aconteceu graças às minhas nem tão incríveis habilidades sexuais (o que, com alguma sorte, teria me dado muita grana). Ah não. **Foi por conta da palavra, da minha palavra solta e atrevida, que de repente me vi agitadora, escritora sem livros, ativista; uma puta ativista, puta-ativista, putativista, aquilo tudo que você que me lê já sabe.**

E então, quando chegou a hora do livro... ai, ai... mais um livro proibido, contando segredos de puta?

Algo sobre mim, talvez importante, talvez não, julguem vocês: sempre adorei escrever, sempre me expressei muito melhor por escrito do que pela palavra falada, dita assim, de improviso. Mesmo assim, nunca havia levado muito a sério a ideia de escrever um livro. E se alguma vez na vida quase cheguei a ter vontade, vontade mesmo, de escrever um livro, a ideia de me aventurar pelos caminhos da ficção sempre me pareceu mais segura e confortável. Mas um tipo de ficção que nem de longe incluísse falar sobre a minha (ao menos a meu ver) desinteressante vida de puta.

Sempre tive a impressão de que existe, em relação à puta que se destaca em qualquer sentido, aquela expectativa de que, em algum momento, ela escreverá um livro *O seu livro*; é algo quase que obrigatório, que talvez possa garantir uma “aposentadoria” tranquila. Não todas as putas: muita gente não acredita que seja possível ser puta e, ao mesmo tempo, saber escrever (a falsa oposição bumbum gostoso versus cabeça pensante; você precisa parecer “séria” para ser lida). Mas se a puta, a meretriz, a acompanhante, aquela que parece tão diferente das outras mulheres, aquela que parece dominar as artes do sexo e da sedução, escreve um livro, deve servir para ensinar às outras mulheres os seus truques, por exemplo, ou, quem sabe, apimentar a imaginação ou abalar a reputação de homens ditos respeitáveis (PRADA, 2018, p. 27-28, grifo nosso).

Destarte, como ratifica, no trecho em destaque, a passagem do corpo prostituído ao corpo da escrita se dá pela palavra⁸⁶. Adiante, ela revela que os caminhos da produção ficcional – sobre uma temática alheia à prostituição – lhe pareciam mais confortáveis quando a ideia de escrever um livro a assaltava, declaração que reafirma o teor autobiográfico de sua publicação.

Ainda nesse extrato, Monique menciona que acredita haver uma expectativa em torno das prostitutas que adquirem popularidade de que escreverão uma autobiografia, descrevendo o ideário que se tem em relação às autobiografias de prostitutas: um livro proibido que fornece seus segredos, um manual do sexo, enfim, um conteúdo que, aparentemente, enxerga como limitado e superficial. Destarte, ela segue desenvolvendo a crítica de que tal consenso se justifica no potencial mercadológico sustentado pela curiosidade sobre vidas alheias e sexo, ainda no século XXI:

Então, não porque possua algum talento especial, mas porque acredita-se que venda bem, nesse livro, a puta (seja com suas palavras ou com ajuda de um *ghostwriter*) contará histórias: estapafúrdias, glamorosas, tristes ou bizarras. Suas histórias exclusivíssimas sobre a vida na prostituição, a mais antiga das profissões, revisitada com suas palavras. Finalmente ela revelará seus incríveis segredos de sedução, quem sabe até algumas obscenidades sobre seus clientes supostamente famosos, que estarão ali escondidos atrás de pseudônimos como BMW Prata ou Executivo Doce. Mais um daqueles livros que a gente lê e fica imaginando quem seriam esses homens na “vida real” [...] (PRADA, 2018, p. 28-29).

⁸⁶ Assim também ocorre com as demais escritoras aqui apresentadas, bem como ocorreu com Mariana Brasil, conforme defendo em minha dissertação de Mestrado. Cf. PEREIRA, Julia Luiza Bento. Do corpo prostituído ao corpo da escrita. In: _____. *Mariana Brasil: um manuscrito autobiográfico entre fronteiras* (2016). Disponível em: <https://repositorio.ufrj.br/jspui/handle/ufjf/3185>. Acesso em: 21 jul. 2018.

Esse excerto, de certa forma, apresenta uma crítica a algumas autobiografias de prostitutas publicadas, tendo em vista o posicionamento das autoras que atribui à trabalhadora sexual a condição de vítima da sociedade. Em seguida, a protagonista desagrega desse rol o livro *E se eu fosse puta*: “E então, no meu caminho, surge a Moira, Amara” (PRADA, 2018, p. 29):

Viajando em Amara, no meio do livro me vi viajando em Monique: algumas tantas portinhas se abrindo, alguns tantos passados me trazendo à realidade: mesmo que não tenha desejado, percebo que também tenho comigo pedaços daquelas almas. Fecho minhas portinhas: esses retalhos de almas que tomei sem intenção não pretendo dividir. Ao menos não neste momento.

Amara toca e me toca. Um texto pulsante, pleno de realidade, sem glamour e sem arrependimentos. Quem sabe um dia também eu me atreva, então, a trilhar esse caminho tão esperado pelo público, mas de um jeito muito, muito *amaramoíístico*? Mas não ainda, não dessa vez (PRADA, 2018, p. 29).

Acima, Monique destaca a escrita de Moira do que, até então, tem sido feito por trabalhadoras sexuais que arriscam se autobiografar. Diferente de livros vendáveis, repletos de amplificações de sentimentos de dor ou prazer, glamour ou devastação, ela vê a narrativa de Moira como algo verdadeiro, sem excessos. Ambas, assim como Benvenuti, em suas obras, reverenciam e referenciam Leite pelo pioneirismo.

É possível depreender das leituras putafeministas que, em certa medida, se apoiam – as autoras, muitas vezes, citam umas às outras, se prefaciam, organizam discussões, lançamentos de livros e aparições públicas em conjunto. Percebemos, enfim, que não apenas as vivências na prostituição, mas também uma certa tradição em publicar essas histórias – e, além, nas narrativas putafeministas, a criação de uma rede de apoio entre trabalhadoras sexuais⁸⁷ – são mote para as escritas autobiográficas da prostituição. Para além da exposição do quarto, esses livros têm dimensões políticas e subjetivas.

2.3.3 Microcampo putafeminista: literatura, liberdade e escolha

Pôr em questão um regime de verdade, quando é o regime que governa a subjetivação, é pôr em questão a verdade de mim mesma e, com efeito, minha capacidade de dizer a verdade sobre mim mesma, de fazer um relato de mim mesma.

Judith Butler

⁸⁷ Tema a ser trabalhado com mais profundidade no capítulo seguinte desse estudo.

Como anteriormente mencionado, o livro *Filha, mãe, avó e puta* tem como subtítulo o seguinte dizer: A história de uma mulher que *decidiu* ser prostituta⁸⁸. De acordo com Genette, de maneira geral, “o subtítulo serve hoje para indicar de modo mais literal o tema evocado simbólica ou cripticamente pelo título” (GENETTE, 2009, p. 80). Grifamos aqui, o emprego de “decidir” e sobre ele debruçamo-nos.

Na contracapa, lê-se a seguinte passagem:

Ela **decidiu** se tornar prostituta quando era uma estudante de filosofia na USP, com um emprego de secretária e morando com a família. Foi motivada por uma forte curiosidade e pela vontade de fazer sua revolução pessoal, assumindo na prática e sem constrangimento o que discutia e sonhava com os amigos intelectuais, na faculdade e em mesas de bar (LEITE, 2009, contracapa, grifo nosso).

O peritexto supracitado reforça a decisão pela prostituição. Como ela, sua companheira de luta, Barreto e suas sucessoras, Benvenuti, Moira e Prada, manifestam, em suas obras uma escolha – ainda que atrelada ao sistema econômico capitalista e à estrutura falocêntrica – pelo exercício do sexo pago, reclamando em seus discursos, primordialmente, o direito à liberdade sexual e a desmistificação da atividade. E isso também ocorre – em relação a Benvenuti e Moira – na apresentação e na contracapa das obras, respectivamente: “Eu faço o que faço porque gosto, porque sou mulher, porque sou humana e tenho direito de traçar meu próprio caminho. A liberdade está em se fazer as próprias escolhas, de forma autônoma. É preciso, pois, pulverizar diariamente preconceitos e mitos que incorporamos cotidianamente” (BENVENUTTI, 2014, p. 12); “Comecei por safadeza mesmo, assumo, carência brutal, vontade que me desejassem, pegassem, pagassem por mim [...]” (MOIRA, 2016, contracapa); “E eu decidi para mim mesma que, dali em diante, seria sempre assim: sexo pago parecido com o sexo casual, aquele que não envolvia dinheiro. Eu não estaria ali para cumprir roteiros, tabelas ou dar aos outros nada além daquilo que me desse prazer” (PRADA, 2018, p. 92); “Eu resolvi ser prostituta porque queria viver os dois lados da moeda dentro da concepção de valores de uma sociedade. Eu não fui pra prostituição por causa da fome, apesar de ser nordestina. Eu queria ser Puta, viver o outro lado da moeda” (BARRETO, 2022, p. 35).

Todas essas mulheres, em determinados momentos de suas narrativas, afirmam uma opção pelo trabalho sexual, como é possível observar através dos termos que utilizam para falar sobre a escolha: “direito”, “liberdade”, “autônoma”, “vontade”, “decidi”, “resolvi”. Numa

⁸⁸ Pontua-se que as demais obras do corpus em estudo não possuem subtítulo.

sociedade patriarcal que oprime e exerce controle social sobre a mulher nos mais diversos âmbitos ao longo da história, o discurso putafeminista se constrói na narrativa dessas trabalhadoras que ousam decidir⁸⁹, reivindicar o direito sobre seus corpos e suas sexualidades e, além, exercer assumidamente a prostituição, contrariando o senso comum da garota sofrida e vitimizada, ou, ainda, da chamada *femme fatale*: “a *escolha*, assim considero, em tornar-se meretriz não apaga os outros lugares sociais que a mulher assume nas diversas instâncias de sua vida. Esse é um ponto polêmico quando se discute a prostituição. O limiar entre a vitimização e a representação de mulher fatal é a questão da escolha” (PEIXINHO, 2016, p. 22, grifo da autora).

Logo nas primeiras páginas de *Putas autobiografia*, Lourdes Barreto afirma ter saído de casa aos quatorze anos, após ter sofrido violência familiar. Adiante, relata ser nascida em um lar de classe média, com relativo status, de modo que a prostituição foi um desejo na busca pela compreensão do que denomina “dois lados da moeda”. A ela não foi permitido estudar, porém, dedicou-se a oportunizar a educação para sua prole, conforme afirma sua neta, em depoimento constante em seu livro:

E para mim, a grande questão, que marca a história dela, é o fato de ela ter sido proibida de estudar. Ela conta isso para a gente. Porque ela era mulher e o pai dela não queria que ela aprendesse a escrever para namorado, foi a justificativa que ele deu.

Ela passou por esse processo de ele tentar silenciar ela – o que para mim é uma violência muito grande não ter acesso à educação, à linguagem, à leitura, à escrita. Por outro lado, ela foi uma pessoa que sempre disse que a gente tinha que estudar. Sempre! Sempre!

E hoje nós somos totalmente da linguagem, ela é tipo uma doutora em literatura, ela é uma pessoa da língua, é o ativismo dela falar. Mas tentaram calar ela (JULIANA in BARRETO, 2022, p. 184).

Em *Filha, mãe, avó e puta*, Gabriela Leite relata, entre muitos outros assuntos, sua experiência no meio acadêmico. Já no curso pré-vestibular, acena para como interessa-se e envereda pela literatura: “Estava fanática por literatura brasileira, que eu tinha descoberto no cursinho. Foi quando li toda a obra de José Lins do Rêgo, Machado de Assis e Jorge Amado, e nunca mais parei. Os livros eram meus amigos, minha única válvula de escape” (LEITE, 2009, p. 46).

Ela conta que, em 1970, iniciou a graduação em Filosofia na USP, tendo sido aprovada em segundo lugar no vestibular, notícia que sua mãe não recebe com efusão: “Achava que mulher não precisava estudar tanto e a universidade, com a sua permissividade comunista,

⁸⁹ Retomaremos a discussão a respeito da opção pelo trabalho sexual no próximo capítulo da tese.

tirava as boas meninas do bom caminho e as fazia descrentes dos ensinamentos de Deus” (LEITE, 2009, p. 29). Segundo Leite, o sonho de dona Mathilde era que as filhas tivessem o destino que o patriarcalismo delegava às mulheres: serem boas esposas e mães. Em contramão, o pai, idealizado por Gabriela, conforme assume no início da obra – “Meus amigos já me falaram que eu idealizo meu pai. Pode ser.” (LEITE, 2009, p. 12) –, orgulha-se da filha universitária:

Já seu Oswaldo, quando soube, ficou muito feliz e começou a me apresentar a todos os seus amigos como “minha filha universitária da USP”. Com essas duas opiniões diametralmente opostas, passei as férias escolares ansiosa, à espera do início das aulas. Continuava a trabalhar em uma grande empresa, agora como secretária júnior de um diretor. Quando terminou meu período de trabalho temporário, fui convidada a continuar na empresa. Aceitei porque era perto da faculdade e o salário era bom. Eu precisava agora de uma vida profissional mais calma para poder me dedicar aos estudos de filosofia (LEITE, 2009, p. 29).

Passado um ano, transfere-se para o curso de Sociologia, o qual, após uma gravidez não planejada, não conclui. Contudo, a narradora não deixa de registrar nomes importantes que conhecera em disciplinas de departamentos outros: “Tive o privilégio de ser aluna do Antonio Candido, em teoria literária; do Lúcio Kowarick, em introdução à sociologia; e do grande professor Moraes, com seus ternos antigos, modos bruscos, mas uma tremenda honestidade intelectual” (LEITE, 2009, p. 30). Era dedicada aos estudos e, como menciona, passam por seu caminho personalidades importantes do cenário acadêmico, além de artístico e político nacional.

A busca da liberdade perpassa a obra. No subtítulo “Em busca da liberdade desconhecida”, a narradora descreve como segue a vida após sair da casa da mãe, deixando a filha aos seus cuidados: “Passei a frequentar os jogos de futebol de salão dos funcionários, saía todas as sextas-feiras para o happy hour e no final de semana ficava no meu quartinho lendo meus livros cada vez mais apaixonada por Machado de Assis e Jorge Amado” (LEITE, 2009, p. 48). Em sequência, a jovem Gabriela narra a retomada de sua graduação: “encontrei meus antigos colegas de curso e comecei a estudar muito para recuperar o tempo perdido. Mantive as saídas das sextas-feiras e a torcida do futebol de salão nas tardes de sábado, mas não alçava outros voos. Apesar de ser muito paquerada, tinha medo de me envolver com alguém” (LEITE, 2009, p. 48). Nesse extrato, uma vez mais, é possível perceber a humanização dessa mulher que um dia se tornaria trabalhadora sexual: era mãe, era filha, estudante e levava uma vida com os anseios inerentes à trajetória humana.

Plínio Marcos ia passando com seus livros mimiografados e parou para me cumprimentar. Convidei-o para uma cerveja e contei a ele toda a minha trajetória até então. Atento, interessado no ser humano, o grande dramaturgo me ouviu por horas. Foi muito bom, pela primeira vez poder falar sem medos e culpas sobre tudo. Melhor ainda foi ouvir do Plínio que eu não era uma mulher sem futuro (LEITE, 2009, p. 49).

Desse extrato destacamos o fato de, no Brasil do final do século XX, uma mulher considerar-se sem futuro com base nos julgamentos padrões que a reprimem ao ser mãe, solteira e desejar seguir investindo na carreira acadêmica e profissional, além de almejar desfrutar de uma vida social.

Assim como Leite, Benvenutti e Moira, em suas narrativas, destacam sua formação acadêmica – ambas têm formação em Letras, esta é doutora na área pela Unicamp e aquela, mestra em Educação pela Unesp – e encaram a experiência do trabalho sexual como um desejo por uma revolução pessoal. Em *Putafeminista* (2018), Prada é apresentada ao leitor por Amara Moira⁹⁰ no prefácio nomeado “Prostituindo saberes”, o qual, em termos conceituais, se trata de um prefácio alógrafo autêntico – escrito por uma pessoa real, que não o autor. Antes do texto prefacial, propriamente dito, há uma minibiografia da prefaciadora⁹¹. Uma das funções desse peritexto,volvendo a Genette, é recomendar o prefaciado, no que, portanto, a presença da biografia de Moira corrobora, uma vez que apresenta brevemente seu trajeto condizente com a temática do livro que indica “[...] a função de recomendação, na maioria das vezes, está implícita, porque a presença desse tipo de prefácio já é, por si só, uma recomendação. Essa caução é dada geralmente, em um prefácio original, por um escritor mais consagrado” (GENETTE, 2009, p. 236).

No prefácio, Moira faz uma relação de obras literárias de prostitutas brasileiras até chegar à autora prefaciada:

A literatura traz personagens prostitutas desde os primórdios. A medicina também vem dedicando muita atenção à atividade, assim como a antropologia, o feminismo e outros tantos ramos do saber. Mas ainda são poucas as obras escritas por nós. Ainda são poucas, pelo menos no Brasil, as prostitutas que se arriscaram **a pensar palavras para a própria existência** e que conseguiram vê-las publicadas.

Gabriela Leite, pioneira com *Eu, mulher da vida* (Rosa dos ventos, 1992) e *Filha, mãe, avó e puta* (Objetiva, 2009), contou com um *ghostwriter* em ambos os livros, mesmo procedimento de que se valeram Bruna Surfistinha no best-seller *O doce veneno do escorpião* – O diário de uma garota de programa (Panda Books, 2005) e em outros dois livros, e Andressa Urach, com o também recordista de vendas *Morri para viver* (Planeta, 2015). Fernanda Farias de Albuquerque, por sua vez, escreveu

⁹⁰ Importante pontuar que, em *E se eu fosse puta* (2016), é Monique Prada quem assina o posfácio do livro. O prefácio é de Indianare Siqueira, já citada neste estudo. Juntas constituem o trio que denominam “Putíssima Trindade”, estabelecendo redes e um microcampo dentro do fazer literário.

⁹¹ “Amara Moira é travesti, trabalhadora sexual, putafeminista, autora do livro autobiográfico *E se eu fosse puta* (Hoo, 2016) e doutora em teoria literária pela Unicamp” (in PRADA, 2018, p.11).

em coautoria com Maurizio Jannelli sua autobiografia *A princesa – Depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas* (Nova Fronteira, 1995).

O fato de serem obras escritas por *ghostwriters* ou em coautoria não diminui seu mérito, **mas é interessante perceber que aos poucos vai se fazendo mais forte a vontade de inventarmos nós mesmas palavras, caminhos, perspectivas que falem sobre aquilo que vivemos ou deixamos de viver.** Essa vontade de escrever as próprias histórias e reflexões e de inscrevê-las na história das produções sobre gênero e trabalho sexual tem uma relação direta com a intimidade que vamos construindo com as redes.

Cresce a cada dia o número de trabalhadoras sexuais que, brincando ou não de anonimato, atrás ou não de conquistar clientes, inventam de escrever sobre si mesmas e sobre o que vivem em blogs e outros formatos digitais. É dessa experiência que surgiram os seis livros de Vanessa de Oliveira, sobretudo o interessantíssimo *Diário de Marise* (Matrix, 2006); *O prazer é todo nosso* (Mosarte, 2014), de Lola Benvenuti; e meu próprio livro, *E se eu fosse puta* (Hoo, 2016). *Eu, Dommenique* (Leya, 2012), de Dommenique Luxor, obra que explora o universo dos fetiches e das sessões de dominação, também merece lugar nessa lista.

Monique Prada vem desse universo das redes, no qual foi se aprimorando no debate das ideias. Ao mesmo tempo, tendo vivido múltiplas modalidades do trabalho sexual, é diferente disso tudo que até então existiu (MOIRA in PRADA, 2018, p. 13-14, grifos nossos).

Parece claro que, ao elencar as obras de prostitutas supracitadas, a prefaciadora destaca a ascensão dessa prática literária no país desde o fim do século XX, com Gabriela Leite. Ela comenta uma certa escassez do gênero, no que corrobora o fato de conseguir elencar parte considerável desses livros no excerto acima. É importante destacar que, certamente, na lista feita por Moira não estão contempladas todas as obras com essas características, às quais – até o ano de publicação da obra – se poderia acrescentar, por exemplo, *Alugo meu corpo* (2008), de Paula Lee e *O manuscrito de Sônia* (2005) e *Borboletas de aço* (2011) de Mariana Brasil. Enfatizamos que é muito provável que haja outras mais.

Em se tratando das narrativas de Mariana Brasil e Paula Lee, encaixam-se naquelas que Moira descreve como as trabalhadoras sexuais que, por motivos diversos, “inventam de escrever sobre si mesmas”, através, inclusive, de recursos digitais, como blogs.

Finalmente, elencando-a entre as profissionais que demonstram interesse em autorrepresentar-se, integrando suas narrativas a produções sobre gênero e trabalho sexual que relacionam-se, em alguma medida, com o que constroem nas redes digitais, Moira apresenta Prada e seu *Putafeminista*. Ainda que assegure uma prática múltipla no âmbito do trabalho sexual por parte da prefaciada, assevera que seu texto difere de todos os supracitados, inclusive do seu próprio: “Primeira obra putafeminista em nosso idioma, obra de autora puta e puta pensante, obra em que as palavras não se dão ao respeito e fazem tudo menos se comportar: eis o que precisávamos para levar a um novo nível essa prostituição de saberes” (MOIRA in PRADA, 2018, p. 15). Prada é, portanto, anunciada como puta pensante e sua obra como inaugural do putafeminismo no campo da literatura brasileira.

Ela faz autobiografia, como todas têm feito, mas não dá o que se esperaria de nós. Os clássicos relatos sobre o que clientes famosos e importantes buscam em nossa cama, taras, confidências, as coisas que nos imaginam capazes de escrever, não têm vez em sua obra, e ela já diz isso logo nas primeiras páginas. Pouco fala dos homens. Prefere focar sua atenção em uma série de outros debates que nos ajudam a compreender por outra perspectiva o trabalho que exerce e seu lugar na sociedade (MOIRA in PRADA, 2018, p. 14-15).

E é diante da proposta textual de Prada, explicitada no excerto, que Moira atribui ao livro a capacidade de levar a um novo patamar toda essa produção literária que nomina “prostituição de saberes”; assim também o consideramos no presente estudo, como obra fundamental de movimento putafeminista que veio se consolidando no país através, inclusive, do fazer literário.

Gabriela Leite é referência para as outras escritoras aqui analisadas: “A beleza com a qual ela fala, a delicadeza, é exatamente o que eu penso, e encontrar uma pessoa que pensa como eu e que não escreve um livro se colocando como vítima foi muito legal” (BENVENUTTI, 2014b, não paginado). Na dedicatória de *O prazer é todo nosso*, Lola Benvenutti escreve “A Gabriela Leite, uma puta mulher forte” (2014, p. 7). Genette pondera, sobre esta, que denomina dedicatória *in memoriam*: “a dedicatória a título póstumo também permite mostrar uma filiação intelectual sem consultar o antecessor de cujo patrocínio se vale desse modo o dedicador.” (GENETTE, 2009, p. 121). No prefácio – há pouco discutido – de Moira, ela se refere a Leite como pioneira. Prada, em diversos momentos de seu texto, evoca a importância da antecessora e de suas movimentações para a luta das trabalhadoras sexuais. Dentre os capítulos que compõem seu livro, inclusive, intitula o sexto com os seguintes dizeres: “De Gabriela Leite à Putíssima Trindade: feminismo em chamás”. Nesse capítulo, ao relatar sobre as lutas das trabalhadoras sexuais adquirirem relevo – desde Gabriela Leite – ao ponto de terem os saberes que carregam sobre “papéis sociais, gênero, sexualidades e corpos” disputando espaços entre as representações e práticas dominantes, Prada aponta que, em sua formação, tais construções são produto das relações com Indianare Siqueira e Amara Moira. Revelando a forte influência de Siqueira em sua atuação enquanto ativista e de Moira na sua forma de ver o mundo e a si mesma “puta velha que se redescobre dia após dia em suas palavras”, a autora sustenta que juntas combinaram “uma revolução” que começava a produzir questionamentos acerca de como escrever a história da prostituição agora que “a puta deixa de ser aquela sombra na esquina e passa, ela mesma, a escrever sua própria história, a contestar o que lê, a complementar relatos e rejeitar outros, tudo isso dispensando intermediários, ruídos e recortes” (PRADA, 2018, p. 79-81).

Como aludido, Monique Prada, Indianare Siqueira e Amara Moira convencionaram que formariam a Putíssima Trindade, uma nítida referência à “Santíssima Trindade” da crença cristã. As três ativistas concretizam sua atuação conjunta ao debater trabalho sexual e feminismo em uma série homônima ao trio, veiculada pela rede de comunicação Mídia Ninja⁹², da qual, também, participam como colunistas.

Mediante o exposto, percebe-se que, gradativamente, vai se consolidando entre essas mulheres, portanto, uma construção de redes de relações afetivas e eletivas que vão tecendo um microcampo dentro – e fora – do campo literário. E é esse microcampo que desenrolar-se-á como fio condutor das investigações empenhadas no capítulo que segue.

⁹² Disponível em: <https://midianinja.org/colunistaninja/putissima-trindade-1/>. Acesso em: 25 maio 2020.

3. PERFORMATIVIDADES DO CORPO: MICROCAMPO PUTAFEMINISTA

*E aí temos as perguntas que raramente são trazidas para o debate, as perguntas que a profissional deve fazer sozinha: Como definimos “prostituição”? Como as pessoas que vendem sexo a descrevem? Quais são os fatores que levam as mulheres a **não** vender sexo? Quais são os fatores que levam as mulheres a se opor à prostituição? Como podemos ajudar mulheres (e qualquer outra pessoa) a entender melhor a realidade da venda de sexo? Como podemos assegurar que profissionais do sexo estejam liderando debates públicos sobre “esse assunto” – ou seja, sobre suas próprias vidas?*

Melissa Gira Grant

Ao traçar recortes dos livros de Leite para dialogar com este estudo, enfrentou-se grande dificuldade em seccionar as temáticas de acordo com os capítulos. O enfoque do capítulo anterior tratava de escritas de si e enxergar nos relatos de Leite sobreposta uma história pessoal foi quase que inviável, porque sua vida é intrinsecamente política e putafeminista, sua história é coletiva. O mesmo ocorreu com a leitura de Barreto que, devido à publicação recente, foi realizada ainda em 2023. No verso da capa de *Putas autobiografia*, a própria Lourdes Barreto confirma essa não dissociação entre as esferas profissional e pessoal:

Foi dentro da prostituição que aprendi a ser mulher, que identifiquei a minha sexualidade e lutei pra exercer o trabalho sexual como uma profissão. Eu sei o que é ser mulher, o que é a desigualdade, vivo nessa sociedade como mulher, sei o que é isso de dentro da comunidade. Só que eu sempre peitei a sociedade com essa palavra Puta.

Tem toda uma história que as pessoas acreditam, mas a gente só pode falar do que a gente vive. Eu me vi fazendo isso, não me vi fazendo outra coisa.

Dei prazer pra toda uma sociedade, não tenho como negar isso. Uma sociedade que por vezes não tem memória. Muita luta construir tudo isso, não é uma coisa de hoje. Nada foi de graça. **Minha história de vida e história de luta é um corpo só.** Muita onda! (BARRETO, 2022, contracapa, grifo nosso).

Diante desse relato, questionamos: Quem melhor que a trabalhadora sexual para liderar debates públicos e movimentos políticos em prol de suas pautas? Sabemos que, a nível nacional – com exceção de Leite, Barreto, Prada e um pequeno grupo de mulheres trabalhadoras sexuais –, as discussões sobre a temática são presididas por pessoas que têm pouca ou nenhuma afinidade pessoal, profissional e/ou acadêmica com o tema. Como lembra Grant: “Longe de abordarem as vidas das pessoas que trabalham com sexo, os debates são uma oportunidade para

os oponentes da prostituição apresentarem suas próprias contribuições intelectuais, políticas e morais para ‘resolver esse problema’” (GRANT, 2021, p. 62). À face do exposto, defendemos que a autobiografia contribui, portanto, nesse sentido; trata-se de um grande avanço para o movimento de TS e de uma nova prática na literatura brasileira contemporânea, ainda que considerada uma manifestação literária, menor⁹³.

3.1 “SERÁ QUE EU EXISTO?” PROSTITUTA, CORPO POLÍTICO

Ser feminista é ser dona do seu corpo, e se você decide vendê-lo isso não te torna um objeto, a mulher só se objetifica se ela se sente como tal. Se você não se sente, qual é o problema?

Lola Benvenuti

O corpo na prostituição tem, para além das funções instrumentalizadas exigidas por qualquer outro trabalho, demandas sexuais. Nesse sentido, todo o imaginário já estabelecido em torno da relação sexual perpassa o desenvolvimento e manutenção da atividade. Assim, propiciar um ambiente sedutor e insinuante, desde vestuário, gestos e conversas faz parte do cotidiano das trabalhadoras sexuais ao longo do tempo: “E tinha a meia que modelava as pernas. A primeira coisa que a gente tirava no quarto era o sapato, depois a meia, o vestido, o corpete, a cinta-liga e, por último, a calcinha. Por isso que eu digo: Eu tenho uma prática” (BARRETO, 2022, contracapa). Hodiernamente, indumentárias e instrumentos eróticos, por exemplo, são comercializados em grande escala e, certamente, adotados no mercado do sexo; relações entre mais de duas pessoas também são uma demanda crescente nesse universo. À vista disso, ao programa sexual, associaram-se novos elementos.

Segundo Margaret A. McLaren, centra-se no corpo o desenvolvimento da sexualidade e esta se desdobra por meio de uma infinidade de discursos, dentre os quais, médico e psiquiátrico – apontando padrões e nomeando perversões; jurídico – criminalizando determinados atos sexuais; social – atribuindo a discussão sobre sexo à família e dando aos pais/responsáveis licença para vigiar os filhos; religioso – determinando algumas práticas e desejos como pecaminosos e designando alguém para examinar pensamentos e ações alheias (MCLAREN, 2016, 120-121).

⁹³ Como visto no capítulo um, conforme Pascale Casanova (2002).

No tocante à prostituição, é possível identificar que os discursos que incidem sobre a sexualidade, todos, a seu modo, tendem a tipificar a atividade remunerada como algo desviante, uma vez que a sexualidade por si só já é controlada e, ainda, tratada como um tabu nas mais diversas instâncias.

Como sujeitos sexuais, nossa corporificação é fundamental. É no e através do corpo que o discurso da sexualidade se desenvolve. O discurso da sexualidade atua tanto no nível do corpo individual quanto no corpo político. No nível do corpo político, a forma de poder que Foucault chama de biopoder atua através do controle populacional, saúde pública e genética. No nível do corpo individual, o poder atua através da inscrição de normas socioculturais no corpo, resultando em uma politização do corpo. O corpo político e as políticas do corpo refletem um o outro, produzindo, ambos, populações e indivíduos dóceis e úteis. Como podemos ver, as análises feministas demonstram como as normas culturais de feminilidade são inscritas no corpo individual feminino. Essas normas são inscritas também no corpo político validando alguns corpos como úteis para serviços pesados e manuais e alguns corpos como úteis ao serviço da indústria e como equipe de apoio (MCLAREN, 2016, p. 121-122).

Quando o discurso da sexualidade atua no nível do corpo político, por meio de uma figura feminina e desviante da norma, “a puta”, ele precisa e deve ser silenciado. Contudo, as normas culturais que se inscrevem no corpo feminino, mencionadas por McLaren, são as mesmas que validam a apropriação de tal corpo para a execução da prostituição. Sabemos, claro, que existe uma prostituição masculina cada vez mais ascendente – a qual, sintomaticamente, em maior porcentagem, também serve ao público masculino –, logo, entende-se que ambas estão prontas a satisfazer as necessidades dos homens supostamente cis, do status quo que, como reforçado pelo excerto acima, invalida esses corpos para serviços outros.

Em *Putafeminista*, no subtítulo “Vocação para puta”, localizado no primeiro capítulo do livro, Monique Prada disserta sobre esses mitos, habilidades supostamente inerentes a certos corpos:

Nenhuma mulher nasce, de fato, com esse talento ou vocação. Algumas passarão a vida toda sem sentir grande afinidade com o sexo, e não há problema algum nisso. Vivemos numa sociedade em que sexo, sedução e sensualidade são supervalorizados, embora talvez o prazer não goze do mesmo status – e em especial o prazer feminino. Afirmar que todas as mulheres nascem com vocação para ser prostitutas é negar a existência de pessoas assexuais. Além disso, nos faz esquecer que a prostituição segue sendo um trabalho precário. E há o machismo implícito: teriam todas as mulheres, então, o dom de agradar aos homens? Sim, porque, embora não se resuma a isso, a prostituição passa por isso. E o nosso prazer? Quando estaremos de fato livres para buscá-lo, e não vê-lo como algo que necessariamente gira em torno de agradar aos homens? (PRADA, 2018, p. 42).

Prada advoga que afirmar que as mulheres nascem com vocação para a prostituição reforça o machismo estrutural que pressupõe que à mulher cabe a função de agradar ao homem, independentemente de sua satisfação e prazer próprios. Contudo, fato é que “Mulheres não são simplesmente objetos passivos aderindo a demandas patriarcais, nem são enganadas pela cultura. Há todo um sistema de recompensas (e punições) sociais que reforçam o comportamento adequado de gênero” (MCLAREN, 2016, 129). Assim sendo, é reforçada socialmente a oposição mulher da vida/mulher do lar; prostituta/esposa, como já tivemos oportunidade de discutir.

Consoante McLaren, “Recentemente, feministas têm convergido para o corpo – como uma fonte de saber, como um local de resistência e como o lócus da subjetividade” (MCLAREN, 2016, 109). Segundo ela, para Foucault e para as feministas, “a subjetividade é sempre corporificada” (MCLAREN, 2016, 110). Pensando desta forma é como se, para os que creem que a mulher tem o dom de dar prazer, o corpo se sobrepusesse, ou mais, ofuscasse sua subjetividade.

Ademais, essa crença disseminada estruturalmente reforça a categoria do sujeito universal: “O foco de Foucault no corpo é consistente com sua rejeição do sujeito universal. Noções de subjetividade que começam com o corpo devem levar em conta a diferença cultural e a especificidade histórica; sujeitos não podem ser separados dos contextos nos quais se desenvolvem e operam” (MCLAREN, 2016, 113). Nesse sentido, histórica e culturalmente, a dualidade corpo/mente em que corpo está para o feminino e mente para o masculino impedem que se perceba o corpo da mulher como detentor de resistência e subjetividade, tanto mais o da mulher prostituta.

Tendo em vista, conforme McLaren, que “Corpos estão sempre já investidos de significados culturais e os significados culturais gravados no corpo têm efeitos físicos e políticos reais” (MCLAREN, 2016, 143), contrariando as máximas da sociedade patriarcal e os significados impetrados ao trabalho sexual, as putafeministas ousam não apenas resistir, mas lançarem seus corpos aos mais diversos territórios e movimentos que lhes foram e são negados, como o próprio feminismo, espaços públicos e privados, a literatura, centros acadêmicos e culturais.

Tal fator corrobora a ideia de que a resistência corporal nasce da luta ou contestação dos regimes que constituem o corpo, sugerida pela estudiosa. A mesma defende que a discussão de Foucault sobre o corpo é multivalente, contrapondo-se a alguns críticos que a definem como paradoxal: “Sua concepção de corpo nos permite pensar no corpo como normalizado e, ao mesmo tempo, resistente” (MCLAREN, 2016, 115). Seguindo esta linha de raciocínio,

podemos perceber no putafeminismo essa multivalência, uma vez que, ainda que submetido a estruturas maiores, esse corpo encontra formas de reexistir/resistir.

O quinto capítulo de *Putafeminista* é intitulado “Meu corpo, minhas regras”. Nele, Monique Prada confronta essa máxima⁹⁴ do feminismo relativamente ao trabalho sexual. Esse intertítulo, por si só, no livro de uma TS que se afirma putafeminista, desafia toda uma lógica reforçada pelo feminismo abolicionista de que as prostitutas são mulheres oprimidas, violentadas ou como citado pela própria autora no capítulo anterior de seu livro, “estupradas”⁹⁵. Por conseguinte, a discussão empreendida pela escritora corrobora o princípio da simultaneidade entre normalização e resistência do corpo, proposta por Foucault e endossada por McLaren.

Assim como defende Prada, as demais autoras, protagonistas dessa pesquisa, compartilham da percepção do corpo como propriedade apenas daquele que o carrega, instrumentalizado nas mais diversas profissões e atividades sociais: “Falar sobre corpo é, em essência, falar sobre ele no mundo, o qual é alimentado por antigos e novos mitos a todo o momento. Para mim, o mais prazeroso de tudo é o aprendizado contínuo e as percepções sobre nós mesmos e sobre nosso corpo, que é sempre peculiar e único” (BENVENUTTI, 2014, p. 189).

Benvenutti entende que, ao contrário do que se acredita numa perspectiva do senso comum e, até mesmo, de algumas vertentes feministas, a prostituição enquanto trabalho fornece autoconhecimento e autonomia sobre o próprio corpo e, por conseguinte, sobre o prazer sexual. Ainda em diálogo com esse posicionamento, temos, na apresentação “Todos calam, nós falamos” realizada por Lourdes Barreto, já em 1992⁹⁶, um argumento crítico sobre a ideia de vender o corpo: “Não é que só a prostituta se vende; eu penso que todos nós nos vendemos; vendemos nossas cabeças, nossas mãos, nossos pés. Só que nós vendemos nossas vaginas. Vendemos não, alugamos por alguns minutos. Não as vendemos, nós a alugamos [sic]” (BARRETO in CLADEM, 1995, p. 457).

Diante da passagem, percebemos que a TS, assim como Benvenutti e Prada – e, podemos afirmar, também Leite e Moira –, defende que em qualquer ofício há uma espécie de

⁹⁴ Um lema dos movimentos feministas que reivindica a autonomia das mulheres. E aqui fica o questionamento: De quais?

⁹⁵ “Precisei de muitas leituras até perceber, por exemplo, que todo o sexo pago era apresentado como estupro. Uma ideia terrivelmente ofensiva: enquanto mulher, eu sabia muito bem diferenciar sexo consensual e estupro. A ideia de que podíamos estabelecer limites nas relações pagas era ignorada; a possibilidade de sabermos o que estávamos fazendo era tratada como inexistente” (PRADA, 2018, p. 69).

⁹⁶ No Seminário Regional “Normatividade penal e mulher na América Latina e Caribe”, evento do Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. Cf. BARRETO, Lourdes. *Todos calam, nós falamos*. In: *MULHERES: vigiadas e castigadas*. São Paulo: CLADEM Brasil, 1995. p. 447-461.

aluguel do corpo para a realização das tarefas exigidas pela função. A prostituta, advogada e mestra em Estudos de Linguagem pela UNEB, Frida Carla Elisio dos Santos aponta que o incômodo estabelecido e alimentado em relação ao corpo da puta está atrelado à disponibilização dos órgãos sexuais para a realização do trabalho: “A subordinação ao capitalismo torna todo trabalho degradante, principalmente os trabalhos precários, mas a prostituição não é mais degradante do que os outros, o único ponto que difere em sentido macro é que envolve sexo e os valores morais da sociedade” (SANTOS, 2022, p. 79). Segundo a pesquisadora, “O que incomoda de verdade são as partes do corpo humano, sobretudo, do corpo da mulher, que são utilizadas nesse trabalho” (SANTOS, 2022, p. 79).

O artigo⁹⁷ da antropóloga Elisiane Pasini fornece depoimentos que corroboram essa visão de não unidade entre corpo e comércio sexual, como é possível notar na declaração de uma TS entrevistada: “*Eu alugo umas sacanagens por uma boa grana. Isso de vender o corpo é bobagem, Lis. Não vendo nada, não. É tudo meu!*” (PASINI, 2005, p. 4, grifo da autora). Tal relato vai, pois, ao encontro das concepções das autoras aqui elencadas. O extenso currículo de análises e pesquisas antropológicas em ambientes brasileiros de prostituição feminina da pesquisadora, permitem-na afirmar que: “Tanto as prostitutas como os frequentadores de zonas de prostituição agenciam a possibilidade de ter laços distintos: um corpo-afeto e um corpo-mercadoria. É possível observar que o corpo é o terreno dessas interpretações e de uma possível inscrição social” (PASINI, 2005, p. 4). Essas acepções corroboram, uma vez mais, a multivalência corporal proposta por Foucault e reiterada por McLaren: “Amor é amor. Freguês é freguês. Não há mistura” (LEITE, 1992, p. 14).

Por conseguinte, o corpo, diante desses agenciamentos entre “corpo-afeto” e “corpo-mercadoria” pode ser entendido, de fato, como passível de interpretações diante de inscrições sociais: “Sim, meu corpo é minha mercadoria, mas é antes de tudo o *meu* corpo, regido pelas minhas regras e vontades” (BENVENUTTI, 2014, p. 99, grifo da autora). As autoras aqui apresentadas parecem ter nítida para si essa dissociação quando afirmam alugar seu tempo e determinar seus próprios limites, presidindo o próprio corpo. Ainda assim, sabemos que estamos submetidos a normas e regimentos que condicionam nossas ações enquanto sujeitos sociais.

Nessa esteira, é preciso levar em conta o fato: “O poder opera através de disciplinas para normalizar o comportamento. [...] esse processo de normalização não está restrito a instituições

⁹⁷ PASINI, Elisiane. *Limites simbólicos corporais na prostituição feminina*. Campinas: Cadernos Pagu, 2000. p. 181-200. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635351/3145>. Acesso em: 02 mai. 2023.

cuja meta explícita é a de ‘corrigir’ comportamentos – como prisões –, é uma característica muito difundida em todas as instituições da sociedade moderna” (MCLAREN, 2016, 120). Ou seja, entendendo, a partir do estigma e dos discursos de autoridade – medicina, direito –, a prostituição como uma atividade desviante, é possível afirmar que neles se sustentam ações como a violência policial e estatal⁹⁸; a exclusão social; a deslegitimação da voz dessas mulheres pela sociedade e, até mesmo, por certas vertentes feministas e, como apontado, a pretensa correção das TS relegando-as à marginalização, negligência, coerção, detenção, apreensão, abuso e agressão.

“Para Foucault, o corpo é inscrito com relações de poder e as mudanças históricas desse poder podem ser vistas nas diferentes formas, e no caso da punição, as formas têm variado historicamente, da tortura e execução no meio do século XVIII, ao encarceramento na atualidade” (MCLAREN, 2016, 116). Essa menção de McLaren a Foucault nos recorda de como a mudança no status da prostituta – de deusa soberana, respeitada e venerada à degenerada, inescrupulosa e desonesta – concedeu às instituições o poder de puni-la, seja através de prisões, abusos, extorsões ou simbolicamente, por silenciamento e exclusão, como colocamos há pouco.

Foucault dá muitos detalhes a respeito da forma pela qual a disciplina opera. Ele menciona quatro categorias gerais: a arte da distribuição, que tem relação com espaço; o controle de atividade, que tem relação com tempo; a organização da gênese, relacionada à eficiência; e a composição de forças, relacionada à organização de indivíduos como parte de um todo maior. Cada uma dessas categorias é ainda mais dividida (MCLAREN, 2016, p. 117).

Do extrato acima, podemos identificar, a partir das categorias gerais às quais Foucault faz menção – (1) espaço, (2) tempo, (3) eficiência e (4) composição de forças –, modos de disciplinar que atuam sobre o trabalho sexual: (1) Pensando no espaço, é possível afirmar que, ao longo da consolidação da prostituição no Brasil, os locais designados à atividade foram sendo marginalizados e descentralizados, numa proposta higienista de segregar tais ambientes de áreas de maior convívio social; (2) no que concerne ao tempo, sabemos que a noite é, inclusive, sinônimo de prostituição, ou seja, a atividade assenta-se, compulsoriamente, no período noturno – comumente mais ermo e desassistido; (3) falando de eficiência estamos tratando também sobre necessidade, demanda, e aí, a velha expressão – já rebatida por Rago,

⁹⁸ Discutidas com mais profundidade no capítulo um desta tese (Na subseção 1.1.2 Autobiografias e projetos de cunho (auto)biográfico).

Prada e outras feministas regulamentaristas⁹⁹ – “profissão mais antiga do mundo” explica a gênese nesse caso, é um trabalho substancial, ainda não superado na sociedade patriarcal; (4) a composição de forças, por fim, ou chamando de outro modo, a hierarquia – uma vez que relaciona-se à organização de indivíduos como parte de um todo maior – justifica o trabalho sexual ser exercido em maior porcentagem por mulheres, travestis e transexuais, ser precário e precarizado e, por fim, o direcionamento de toda essa responsabilização às trabalhadoras sexuais, quando em sua grande maioria estão submetidas, em primeira instância, à cafetinagem, e em última, ao sistema. Enfim, é possível perceber o quanto essas categorias possuem ainda mais subdivisões.

“Como diz Foucault: ‘as disciplinas criam espaços complexos que são, de uma só vez, arquiteturais, funcionais e hierárquicos’” (MCLAREN, 2016, 118). Desta forma, pensando no corpo prostituído como um corpo que se quer – por e pelas instâncias de poder – disciplinado por uma combinação de forças, Leite, Barreto, Prada, Moira e Benvenuti – por meio, principalmente, do ativismo e da literatura – ousam fazer e convocar resistência a essa coação e, insubmissas, lançam seus corpos à luta, mais que isso, fazem deles mesmos instrumentos de luta: “As feministas veem o corpo como um importante local de luta política. Questões reprodutivas, questões de violência contra a mulher, estupro, sexualidade, normas de gênero e ideais de beleza intensificam a importância do corpo para as lutas feministas práticas e políticas” (MCLAREN, 2016, 122). É o corpo das mulheres território em que suas lutas se inscrevem:

Cai a penumbra e uma literatura em movimento, uma oralidade que rompe paradigmas e silenciamentos, se organiza. Inova.

Um corpo que se escreve com humor, sabedoria e imensa capacidade de pôr em palavras as memórias de vida e luta. Movimenta as estruturas de poder ao afirmar sua identidade e luta incansável por uma outra sociedade, por sua família e pelo que acredita (BARRETO; BORTOLANZA in BARRETO, 2022, p. 30).

Nessa passagem, as curadoras de *Putas autobiografia*, demarcam a faculdade do corpo de movimentar estruturas de poder por meio da afirmação da identidade e da ação; ademais, reforçam a importância do acesso ao universo literário no rompimento da omissão e do estigma a que as TS foram e são compelidas. Ainda assim, essas mulheres movimentam a literatura,

⁹⁹ Como já abordado, Magareth Rago comenta sobre como normalizar a expressão e considerar, de fato, a prostituição como “a profissão mais antiga do mundo” prejudica sua problematização. Cf. RAGO, Magareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

maneja-a conforme suas possibilidades, de modo que se destacam oralidade, ruptura, resistência e, por conseguinte, inovação.

“Quer saber? Não, nada disso, nem Madalenas arrependidas, nem Nossas Senhoras disfarçadas: trabalhadoras apenas trabalhadoras tirando o sustento do próprio suor, fazendo do sexo (atividade humana das mais incontornáveis, ainda que tão insultada, maldita) o seu ganha-pão” (MOIRA, 2018, p. 125)¹⁰⁰. Nesse excerto nos deparamos com a protagonista Amara ressignificando o corpo da prostituta como um corpo a priori trabalhador. É preciso entender, contudo, que, por mais que, de fato, o sexo seja uma atividade humana das mais incontornáveis, é, também, como ressalta, maldito, insultado e, além, muitas vezes, não dito, velado, afinal, discorrer sobre sexo ainda é uma questão controversa na sociedade hodierna. Nessa esteira, justamente por tornar o sexo, algo já polêmico, mercadoria é que a prostituição é tão confrontada.

“Dada a centralidade do corpo para a análise de Foucault e seu foco em sexualidade, é estranho que ele não discuta as práticas disciplinares específicas de gêneros. Essa desatenção ao gênero tem levado as feministas a acusá-lo de androcentrismo” (MCLAREN, 2016, 123). McLaren lembra um ponto de discussão relevante, uma lacuna dos estudos de Foucault que é não tratar os gêneros especificamente, entendendo as diferenças culturais, biológicas e sociais existentes entre eles. “Uma resposta feminista à negligência de Foucault com relação às questões de sexo e gênero tem sido ampliar suas ideias para discutir essas questões” (MCLAREN, 2016, 123). Acreditamos que ler e referenciar trabalhos como o de McLaren – que soma perspectivas e teorizações imprescindíveis à temática tratada – auxilia justamente a atualizar pontos postulados por teóricos importantes, aproximando-os das realidades observadas.

Tendo isso em vista, reiterando a proposta de observar especificidades de gênero ampliando a análise foucaultiana, McLaren traz à baila da discussão o artigo *Foucault, Feminismo e a Modernização do Poder Patriarcal* de Sandra Lee Bartky, que “explora as práticas disciplinares específicas para mulheres, dividindo-as em três grupos: (1) práticas que objetivam produzir um corpo de uma certa forma e tamanho; (2) práticas que provocam um certo repertório de gestos; e (3) práticas que encorajam a ornamentação” (MCLAREN, 2016, 124).

Pensando tais grupos de práticas no âmbito do trabalho sexual, é possível tratar sobre comportamento e indumentária associados à atividade. Entre alguns exemplos, o artigo evoca

¹⁰⁰ O excerto citado foi um acréscimo na segunda edição de *ESEFP*. Na primeira versão do livro, não constava essa passagem.

o uso da maquiagem, até muito recentemente, direcionado apenas ao público feminino: há certa imposição social e midiática pelo uso – “Essa mídia reflete as normas culturais que são mais prescritivas do que descritivas” (MCLAREN, 2016, p. 124) –, contudo, ainda assim, as mulheres são rotuladas, seja respondendo positiva ou negativamente a esse apelo. “De fato, **sanções sociais são aplicadas a mulheres que usam muita ou nenhuma maquiagem**. Bartky demonstra com sucesso como as práticas disciplinares de Foucault constroem o corpo feminino” (MCLAREN, 2016, 126, grifo nosso). Aqui, entendemos – quando nos voltamos ao senso comum – que a sanção aplicada à mulher notadamente maquiada é a associação à prostituta.

Assim, temos que “o controle do corpo através de práticas disciplinares não mais funciona simplesmente no corpo como um todo, mas atua em partes específicas” (MCLAREN, 2016, p. 125). Destarte, sobretudo às mulheres, impõe-se a disciplina por meio do juízo social – midiático, médico, científico, público –, tolhendo ou estimulando dado comportamento, aparência, intervenção, ação, reação de forma que “normas culturais suportam as práticas disciplinares e vice-versa” (MCLAREN, 2016, p. 124).

Na direção dessa perspectiva, mais de uma vez em *ESEFP*, caminham questionamentos de Amara acerca da sanção imposta aos corpos – aqui, ainda mais que os prostituídos, dissidentes, preteridos, desviantes dos padrões patriarcais – por estas instâncias normativas e/ou de poder:

Quem dentre vocês que me leem se permitiria viver essa gama de transas, beijos, se permitiria sentir, tentar sentir, fingir ao menos, tesão por esses corpos todos que abundam nos meus braços, corpos (assim como o meu, mas de forma toda outra) rejeitados pela norma, dissidentes, resistentes, preteridos, corpos brutos, gordos, negros, peludos, com deficiência, fora do padrão de beleza, de macheza, autoestima lá embaixo, tímidos, oprimidos, travados, corpos que só se sentem à vontade conosco, que se entregam apenas em nossas camas, que precisam de nós pra não pirar nessa vida de exclusões... decorrência direta dos padrões normativos de beleza é algumas pessoas só terem acesso à experiência do sexo por conta das prostitutas. Até que ponto a prostituição não existe também em função disso? (MOIRA, 2018, p. 125).

Se direcionando ao leitor, a narradora lança perguntas que levam a ponderar sobre a propriedade do trabalho sexual de ser lócus de acolhimento de corpos rejeitados pela norma. Levando em conta, como referenciado há pouco, segundo McLaren, o suporte mútuo de normas culturais e práticas disciplinares, entendemos que a marginalização e a opressão de determinados corpos impingem-lhes a procura pelo sexo pago, tendo em vista, para além do ato sexual, sua função – constantemente reiterada pelas autoras com quem dialogamos – social e psicossocial.

Coisa incrível o que a prostituição tem feito por mim, tem feito comigo: corpos que eu jamais me permitiria conhecer em outras situações, de repente lá estão eles à minha frente nus, atritando-se no meu e eu sentindo o maior prazer. Não é preciso esforço algum da minha parte, só me jogar e o prazer vem surgindo, um baita ataque ao adestramento que recebi para me interessar somente por corpos dentro do padrão de beleza (lógico que é preciso colaboração dos clientes, me tratem bem, e por aí vai) (MOIRA, 2018, p. 79).

“A ideia de que o poder atua através de normas culturais e sociais, através de discursos e a partir de baixo, bem como de cima, permite a identificação do poder normalizador da mídia e de imagens visuais e dos discursos de ciência e medicina” (MCLAREN, 2016, p. 128). Pensando nessa premissa, outra questão incontornável no que tange à prestação do serviço sexual é a idade; se essa é intransigente com as mulheres, de modo geral, que dirá com um corpo que é ele próprio instrumento de trabalho, quando não ostenta o mesmo vigor e viço de outrora.

Acerca desse ponto, temos em Leite: “O limite de idade para uma prostituta depende muito do lugar onde ela trabalha. Em Copacabana, por exemplo, com 30 anos já não dá mais para trabalhar, enquanto no Mangue você encontra mulheres de 60 anos” (LEITE, 1992, p. 76). Como é o caso de Lourdes Barreto, inclusive, que trabalhou até a terceira idade: “Hoje estou com 79 anos e tenho mais de 60 anos como Puta. Sou uma Puta da velha guarda. Como qualquer outro trabalhador ou trabalhadora, o mercado já não favorece mais. Apesar de sempre poder fazer uma boa consulta” (BARRETO, 2022, p. 71)¹⁰¹.

O corpo ideal, tanto na mídia e suas imagens visuais, quanto na ciência e na medicina é sobremaneira associado a um padrão que reflete um corpo jovem, saudável, harmônico, perfeito, ou seja, inatingível, como discutiu Naomi Wolf: “Estamos em meio a uma violenta reação contra o feminismo que emprega imagens da beleza feminina como uma arma política contra a evolução da mulher: o mito da beleza” (WOLF, 1992, p. 8). Wolf defende que, diante dos passos que as mulheres deram rumo a sua liberdade profissional e até sexual, criou-se um novo meio de censurá-las: a ideologia da beleza.

Desse modo, os apelos do mercado, como bem resumiu Barreto, induzem o público feminino à busca dos parâmetros de beleza impostos pelo capitalismo – por meio das indústrias das dietas, dos cosméticos, cirurgias plásticas de caráter estético –, fortalecendo-os para

¹⁰¹ Em outra passagem da mesma obra, Lourdes relata: “Estou com quase 52 anos de militância política e passei 56 anos exercendo o meu trabalho sexual. Dei muito prazer pra sociedade, fui campeã em gozar com cliente. E consegui lidar com os dois lados da moeda da melhor forma possível” (BARRETO, 2022, p. 73). Essas incongruências reiteram uma memória fragmentada, inventada, dados inconclusos, traços característicos do fazer autobiográfico.

atuarem como novos censores culturais de sua intelectualidade, já que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não mais sustentam a função de coerção social dantes desempenhada. Assim sendo, as benesses materiais e públicas alcançadas pelo movimento feminista são minadas às ocultas por tais instâncias condicionadas à manutenção do poder institucional dos homens.

“Mas suponho que a velhice seja mais complicada para a mulher do que para o homem, e esse é um outro lado da história. Por mais artimanhas que tenha uma mulher, ela introjeta uma série de mitos, e nessa hora irreversível há questões sérias que ninguém discute publicamente [...]” (LEITE, 1992, p. 77). Nesse extrato, Gabriela está falando exatamente da manipulação velada do mito da beleza que condena o envelhecimento e sujeita as mulheres, irreversivelmente, à aprovação social, introjetando nelas a busca incessante por um corpo padrão e por juventude, aliada a uma rivalidade obstinada de umas para com as outras, minando, com isso, possibilidades de alianças contra quaisquer formas de opressões nos mais diversos espaços.

A rua estimula um clima terrível de competição entre as que lá estão, todas achando que o cliente não parou porque a outra tem mais corpo, cabelo, é bunduda, tem peitão, prato cheio pra se sentirem necessitadas de entrar na faca, aí retoques urgentes no silicone industrial, apressarem a colocação da prótese, mil gastos em salão e clínicas de beleza, roupas, maquiagens (MOIRA, 2018, p. 97-98).

Em Moira, nota-se que a disputa entre as TS travestis e transexuais está atrelada à necessidade de aproximação a contornos associados ao estereótipo do corpo feminino perfeito, bem como ao investimento em indumentárias sistematicamente comercializadas para a mulher. Voltando às considerações de Margaret McLaren no tangente a tais questões, podemos entender que esse mito é premeditada e sistematicamente retroalimentado como um mecanismo de vigilância:

Vigilância é uma forma significativa de poder disciplinar, mesmo a menor ameaça dela causa a alteração de comportamento e a ‘transformação de si’ de indivíduos. Vigilância impacta ações, comportamento, corpos. Embora ela comece a partir de “fora” através do olhar disciplinar do guarda, professor ou chefe, parte de sua eficácia se deve à sua interiorização através dos automonitoramentos do indivíduo sob vigilância. O modelo de internalização apreende esse processo muito melhor do que o modelo de inscrição (MCLAREN, 2016, p. 142-143).

O impacto da vigilância sobre os corpos, no caso das trabalhadoras sexuais, é incontestável, pois – como tivemos a oportunidade de desenvolver no capítulo um –, para além da vigilância disciplinar do guarda ou cafetão, essas mulheres sofrem o peso das próprias ações

disciplinares. Ainda assim, como proposto acima, mais do que a inscrição dessas normas, a internalização delas efetiva monitoramentos e, além, automonitoramentos do sujeito – no caso, as TS – de forma que cerceia uma insubmissão ou reação que se conjecture ou até se tenha direito de praticar.

Com tudo isso, o movimento de prostitutas – no Brasil, encabeçado pioneiramente por Leite e Barreto – buscou superar as barreiras da coerção e enjeitar a disciplina impetrada pelas instâncias de autoridade, afinal, sumamente, “O poder atua dentro e através do corpo como disciplina e resistência” (MCLAREN, 2016, 131).

[...] tão logo o poder produz esse efeito, emergem, inevitavelmente, as respostas reivindicatórias e afirmativas, aquelas de um corpo contra o poder, da saúde contra o sistema econômico, do prazer contra as normas morais de sexualidade, casamento e decência. Subitamente, o que tornou o poder forte acaba usado para atacá-lo. O poder, depois de investir-se no corpo, encontra-se exposto a um contra-ataque no mesmo corpo (FOUCAULT apud MCLAREN, 2016, 130-131).

O mesmo corpo bombardeado por normas e censuras é o que irá insubordinar-se e resistir. O contra-ataque no qual investem os corpos das TS em cena é a luta por um seu feminismo, uma vez que os movimentos tradicionais não contemplam suas pautas. Impor seus corpos, rostos e subjetividades, ousar sair das margens, da noite, do silenciamento para superar o estigma e a segregação que lhes são impostos, escrever, publicar, denunciar, são as resistências que opõem ao sistema.

No código penal é onde somos criminalizadas, não é? E a maioria das mulheres que está na prostituição pensa que é criminalizada, porque está no ideário popular que prostituição é crime. Então, quando a Polícia as detém não pode prender nenhuma mulher pelo exercício da prostituição; elas não sabem como se defender, porque pensam que estão equivocadas, não? E a gente pensa que todos os artigos referentes a lenocínio no código penal brasileiro são bastante hipócritas, não? Porque a justificativa de nos defender nos agride (LEITE in CLADEM, 1995, p. 466).

Como uma pioneira na luta putafeminista, Gabriela Leite recusa a alcunha de criminosa, contraventora e delata a legislação, que não ampara a trabalhadora sexual, ao contrário oportuniza o abuso de autoridade, e mais, se fortalece no estigma que coage, vulnerabiliza e marginaliza essa mulher, muitas vezes, inconsciente ou furtada de seus direitos por agentes cuja função é proteger.

Nessa medida, “Para ambas as feministas [Anne Koedt e Marilyn Frye], bem como para Foucault, o corpo é central para o pensamento sobre subjetividade, para o entendimento dos efeitos das normas sociais e culturais e para o desenvolvimento da resistência a práticas

normativas” (MCLAREN, 2016, 150). E é sob essa égide que passaremos a discutir a inscrição da subjetividade no corpo prostituído e a(s) identidade(s) da(s) TS a partir de sua autorrepresentação na militância e na cena literária, não sem antes direcionarmos nosso olhar especificamente ao corpo travesti e transexual.

3.1.1 “Corpo que se faz à revelia das regras”

Era uma vez

*era uma vez a mulher
que não nasceu de buceta:
mandaram ela ser homem,
mas ela pôs na cabeça
que um pedacinho de carne
a mais no meio das pernas
não é motivo o bastante
pra não ser o que ela era.
aquele pedaço, aliás,
a tornava ainda mais bela,
jamais se envergonharia
por não ser conforme à regra.
e se queriam-na morta,
pra se livrar da beleza
que todos que a viam viam,
então viessem pra guerra.*

Amara Moira

O corpo é a peça de arte da travesti. É nosso pedaço de pedra-sabão, nossa tela em branco. É nele que expressamos nossa visão de beleza, de transgressão às normas, nossa leitura do feminino.

Luísa Marilac e Nana Queiroz

Luísa Marilac é uma travesti brasileira que se prostituiu fora do país nos anos noventa para “ganhar a vida” e relata em *Eu, travesti: memórias de Luísa Marilac*, livro autobiográfico, essa entre outras experiências marcantes de sua trajetória. Mais do que autobiografar-se, ao longo da narrativa, a autora tece análises dos meios sociais que frequenta e das pessoas com quem convive: “Eu, particularmente, acho que as pessoas se incomodam com os corpos de travestis porque ficam frustradas de não entendê-los. Ficam confusas sobre que pronome usar, como nos tratar e em que caixinha de suas cabeças nos colocar” (MARILAC; QUEIROZ, 2020, p. 71). Aqui, acrescentamos também, a confusão de sentimentos suscitados em indivíduos

formados e sujeitados aos padrões heteropatriarcais em relação a esse corpo: Poderia compreendê-lo? Poderia validá-lo? Poderia amá-lo? Poderia desejá-lo? Poderia sentir atração por ele?

Caminhando numa mesma direção, Amara Moira traz à baila essa discussão do corpo travesti como um corpo que, fora das normas, choca, confunde e é, portanto, compelido às penumbras da sociedade.

Corpo que não tem lugar, corpo que se fazia à revelia das regras, das normas, corpo que se prestava pras sombras, essa era eu e eu não fazia sentido, sequer sabia aonde eu queria chegar. Quem me entendia? Esse livro é sobre a escolha que não faz sentido, esse livro é sobre buscar porquês. E se eu fosse puta? E se fosse você? (MOIRA, 2018, orelha).

Ainda que Amara não visse sentido na sua escolha, é importante pontuar a recorrência com que as travestis e transexuais são lançadas à prostituição, em virtude da falta de alternativas, sobretudo, atrelada à cultura misógina, cis-heteropatriarcal e transfóbica que rege os corpos até os dias de hoje: “A questão da prostituição não é analisada sob um prisma moral, pois é entendida como um emprego legítimo que deveria ser salvaguardado pelas leis trabalhistas. A grande questão é que, para muitas, essa é a única opção de trabalho [...]” (NASCIMENTO, 2021, p. 178).

Destacamos, no excerto acima, a pergunta deixada à suposta leitora: Se fosse ela puta? Sem dúvidas, devido à atividade, identificaria algumas ou muitas mesmas questões vivenciadas pela protagonista – como discutiremos a seguir, na seção sobre identidade –, contudo, se lida como uma mulher padrão, as inscrições em relação ao corpo seriam discrepantes: “Ou seja, a vulnerabilização de classe é um componente importante que empurra travestis e transexuais para um aniquilamento social anterior ao extermínio físico” (NASCIMENTO, 2021, p. 178-179).

O livro da advogada e pesquisadora Olívia Paixão, *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho* (2018), consiste em uma imersão etnográfica durante a qual a autora investiga a sociabilidade em contextos de prostituição travesti e transexual na cidade de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais. Acerca de tais indivíduos, Paixão, pontua:

É bastante comum que o processo de transformação corporal das travestis, bem como o ingresso na prostituição, inicie-se a partir da saída de casa: seja pela não aceitação dos familiares da sua identidade de gênero; seja pela necessidade de fazer dinheiro e, assim, investir em dispendiosas técnicas e procedimentos para a transformação

corporal; seja pela vontade de garantir melhores condições de vida a elas mesmas e às suas mães (PAIXÃO, 2018, p. 65).

Deixar precocemente a casa em que foram criadas é uma constante na trajetória das travestis, sobretudo porque são expulsas, violentadas, incompreendidas. Entre os muitos relatos que ratificam esses fatos, de *Translado*, destacamos: “Minha mãe ficou louca! Minha mãe fez boletim de ocorrência. Aí eu tive que sair de casa” (PALLOMA in GERMAN et al, 2018, p. 23). Por outro lado, na mesma obra há relatos de aceitação familiar: “Eu contei pra minha mãe que eu era e já tinha o cabelo grande, aí foi. Minha mãe me aceitou numa boa. Me deu uma sandália de presente” (KAMILLY in GERMAN et al, 2018, p. 19). Letícia Nascimento dirá¹⁰² que não é o tipo de história que a sociedade cis-heteronormativa deseja ler e ouvir sobre esses corpos dissidentes.

Corroborando a proposta de Paixão sobre os corpos travestidos e transexuais, Nascimento alega que estes, no que denomina “CIStema sexo-gênero-desejo”, desafiam limites não apenas de uma inteligibilidade de gênero, como do reconhecimento dos indivíduos enquanto seres humanos: “É a partir do nosso lugar como *outsiders* que conseguimos perceber o quanto o determinismo entre sexo e gênero é falho e o quanto a suposta natureza essencial masculina embutida no pênis é insuficiente para que alguém se defina como homem” (NASCIMENTO, 2021, p. 53). Amara Moira desestabiliza os contornos dessa mesma lógica, em diversos momentos de *ESEFP* – e em seus poemets publicados na segunda edição do livro e, posteriormente, em *Neca* (2021) –, ao ironizar a dubiedade dos discursos dos homens supostamente heterossexuais que buscavam programas:

Memória curta

Mal deita e já vem que vem
Doido arreganhando o cós,
Agora não engrossa a voz
Nem mostra o bíceps, nem
Lembra que é homem de bem:
Na cama com a travesti
Diz que é primeira vez,
Primeira do mês talvez,
Pois mal precisou-se ali
De gel, só encostar no edi (MOIRA, 2018, p. 109).

Em “Memória curta” nos deparamos com uma cena de envolvimento sexual combinado nos termos de um programa. Na relação com uma travesti, um homem supostamente

¹⁰² Em entrevista ao Podcast Eu leio LGBT, de Felipe Cabral. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SOMop2grFuE>. Acesso em 23 maio 2023.

heterossexual experimenta arranjos eróticos dissidentes, justificando-se, contudo, a fim de reforçar uma sua cisgeneridade, falsa moral que o contrato estabelecido de comum acordo, em si, contradiz.

Nascimento defende que um corpo entendido como feminino – ainda que dentro de uma diversidade de performances e experiências do que chama de mulheridades e feminilidades – é passível de todas as sujeições impostas à categoria de gênero “mulher”, a qual o transfeminismo busca desnaturalizar. Em sua narrativa, Amara expõe esse paradigma: “Sou tratada igual puta bem antes de me assumir puta, quase uma tatuagem na testa: bastou me verem travesti e já começa o assédio, assédio de que nunca tive notícia enquanto posava de homem” (MOIRA, 2018, p. 35-36). Nesse relato, a protagonista se descobre duplamente assediada: enquanto figura feminina e figura feminina travesti. A opressão ao corpo identificado como feminino é amplificada quando esse é um corpo dissidente: “Entendemos que tudo isso fazia parte de um circuito de práticas, relacionamentos e regras responsáveis por tecer as vivências na travestilidade, as quais se entrelaçam, de modo inequívoco, com a prostituição” (PAIXÃO, 2018, p. 65).

O corpo travesti, portanto, é um corpo carregado de sentidos equivocados e exposto às mais enviesadas interpretações, devido à manutenção de preconceitos em relação ao entendimento sociocultural das chamadas outreridades: “as experiências de ser *outra*, ao mesmo tempo que podem positivamente nos possibilitar um ponto de vista particular em relação ao feminismo, também impõem negativamente uma precarização de nossas existências. Por isso é importante unir nossas *outreridades* dentro do feminismo” (NASCIMENTO, 2021, p. 53).

Diante disso, entendemos que há especificidades em relação ao trabalho sexual oferecido por travestis e transexuais: uma vez que esses corpos são lidos como arranjos transgressores à concepção homogênea universal de mulher, o desamparo e a precarização no exercício da atividade são ainda mais patentes.

Indianare Alves Siqueira, prefaciando Moira, relata sua experiência ao assumir-se travesti:

Eu sempre falava: ser travesti tudo bem, puta jamais. E quando saí de casa, justamente com todas as minhas qualificações profissionais como chef de cozinha, cozinheira, pizzaiola, etc., ninguém me dava trabalho. Eu teria que sobreviver de alguma maneira, né? Sim, e eu dormi na rua, tudo, tudo, até ir enfim pra prostituição. Encontrei nas prostitutas justamente uma acolhida, nas travestis prostitutas uma grande acolhida. Mas a minha primeira vez, como não poderia deixar de ser, foi super complicada, muito difícil, algo de que sempre falo. Era como se eu estivesse me violentando, entende? Me violentando porque eu falava “tudo menos puta, isso eu nunca vou ser”.

Tanta coisa que falavam de ruim, que falavam das putas... eu nunca ia querer ser vista dessa forma. Daí, bom, enfim, a primeira vez antes de acontecer de fato como prostituta foi muito traumática, mas depois de receber o primeiro cachê pensei: era esse todo o problema? Eu tinha uma visão da prostituição que me foi imposta, foi o que eu percebi, mas não era a visão do que eu vivi na prática, daquelas pessoas que me abriram as portas (SIQUEIRA in MOIRA, 2018, p. 13).

Em seu depoimento, Siqueira pontua a rejeição reproduzida por ela ao trabalho sexual, uma rejeição que é alimentada pelo imaginário patriarcal, por meio de instituições como família, igreja e estado. Trata-se de uma declaração que reafirma a compulsoriedade com que travestis são projetadas ao mercado sexual. Ainda que capacitada a exercer ofícios diversos do ramo gastronômico, foi preterida por ser uma travesti. Mesmo relutando, a prostituição foi o corpo que a acolheu.

Retardei ao máximo a transição até sentir que eu tinha condições de peitar a sociedade. Meu pavor era ter que me prostituir por migalhas pra sobreviver, depender disso, assim do nada, noite pro dia, virgem há tanto tempo, já pensou? Mas tendo já um nome a zelar e o respeito na universidade onde estudo, aí junto a isso a minha independência financeira, foi muito mais fácil negociar os termos dessa transição (MOIRA, 2018, p. 116).

Na mesma direção do relato de Indianare, Moira atribui a protelação de sua transição ao medo da precariedade do trabalho sexual. Ela destaca que o reconhecimento acadêmico e a independência financeira foram importantes para assumir a travestilidade e, mesmo resistindo, também encontra suporte no trabalho sexual.

Reiterando a práxis acima apontada, Larissa Pelúcio¹⁰³ apresenta três proposições de como travestis entendem a prostituição, lembrando que não se tratam de pontos de vista definitivos: “(1) uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade” (PELÚCIO, 2005, p. 223).

São percepções pertinentes, diante da realidade que enleia o trabalho sexual. Inclusive, podemos afirmar – com base nas autobiografias estudadas – que essas perspectivas correspondem, ou corresponderam em algum momento, às das TS cisgêneras. No entanto, o exercício da prostituição por corpos cis e por corpos trans e travestis, ainda que em ambos os casos, estigmatizado, é discrepante no que tange ao reconhecimento financeiro, amparo social,

¹⁰³ No artigo “Na noite nem todos os gatos são pardos - Notas sobre a prostituição travesti”.

tratamento moral, acessibilidade territorial, entre outras questões, relegando as TS dissidentes a uma marginalização ainda mais contundente.

É preciso destacar, portanto, que a ideia universal de mulher, inclusive numa relação essencialista com o sexo anatômico, é insuficiente para nomear as possibilidades de experiências femininas em diferentes marcadores interseccionais de performatividade de gênero. Daí a importância de um conceito de gênero que não seja nem universal nem essencial e que possa permitir a afirmação de mulheridades, um termo que pluraliza a noção de mulher e de feminilidades, no intuito de reconhecer que existem performances de gênero femininas experimentadas por corpos que não necessariamente se entendem como mulheres (NASCIMENTO, 2021, p. 55).

Isto posto, entendemos as performances de gênero femininas, aqui apresentadas – experimentadas por Amara Moira, Luísa Marilac e, também, em *Translado* –, a partir da concepção de mulheridades, pluralizando, assim, o conceito de feminino. Passamos, diante disso, às questões de identidade no que concerne ao trabalho sexual e às trabalhadoras nele envolvidas – cis, travestis, transexuais.

3.2 IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES “DO CABARÉ AO LER”

O ato de narrar o vivido carrega a essencialidade do poder de as pessoas se reconhecerem como sujeitos de suas próprias histórias, atribuindo sentido aos diferentes itinerários percorridos. Ao comporem narrativas sobre a vida vivida, colocam-se em posição de escuta, olham para múltiplas direções, dentro e fora de si, reportando-se ao que foram, ao que são, ao que desejam ser; ao que fizeram, ao que fazem, ao que projetam fazer. Caminhos a percorrer podem ser evidenciados no processo. Pelo trabalho da reflexão, no tramado de relações percebidas, a construção de significados em torno de novas rotas que se anunciam é potencializada.

*Luciana Esmeralda Ostetto e
Rosvita Kolb-Bernardes*

A concepção de identidade tem sido amplamente discutida no âmbito dos estudos feministas. Enquanto, por um lado, acredita-se que a identidade é importante para pontuar reivindicações em nome de um grupo, por outro, critica-se, nessa perspectiva, uma possível negligência das diferenças em prol da tentativa de unificação e generalização. No tocante a esse impasse, críticos de políticas de identidade, conforme Margaret McLaren, “afirmam que a

demanda por uma categoria unificada, como a das mulheres, pressupõe, implicitamente, uma norma – geralmente branca, classe média, heterossexual – e que esse pressuposto de uma norma exclui algumas categorias e obstrui a diversidade dentro da própria categoria” (MCLAREN, 2016, p. 155).

Nesse sentido, o conceito de interseccionalidade, já discutido aqui¹⁰⁴, pode ser um caminho do meio para, apesar das categorizações, agrupar mulheres com pretensões políticas afins, uma vez que, “parte da intratabilidade do debate das políticas de identidade resulta de sua interpretação equivocada, como essencialismo versus construcionismo social” (MCLAREN, 2016, p. 156). É preciso levar em conta, contudo, que a naturalização e materialização das categorias de identidade acaba por corroborar operações de poder e sujeição na medida em que sua contingência social e histórica produzida é ocultada, afinal, tais categorias são efeitos desse mesmo poder; “então usá-las como a base para uma política, consolida esse poder” (MCLAREN, 2016, p. 156).

Ainda assim, é nas políticas de identidade que se baseiam movimentos sociais como os feministas e LGBTQIAP+.

Ao seguir modelos de identidade étnica, modelos de identidade sexual, as seguintes alegações se formam: a identidade individual está significativamente relacionada à associação grupal; a associação a um grupo se baseia em uma característica particular compartilhada; as tradições, histórias e comunidades compartilhadas são importantes para a manutenção da identidade individual; e a associação a um grupo resulta em uma experiência compartilhada (MCLAREN, 2016, 157).

A identidade, tal qual o senso comum entende, está associada à constância, à homogeneidade e imutabilidade; sob essa ótica, a profissão alicerça, muitas vezes, uma compreensão de como somos definidos e nos definimos enquanto sujeitos. Destarte, a sociedade encara a prostituta com todo o estigma que seu trabalho carrega, ignorando suas identidades outras, como mãe, filha, escritora, militante, cidadã. Logo, é compreensível, não, aceitável, obviamente, que tal associação identitária coadune para a manutenção do estigma e a marginalização de tais profissionais: “O maior problema dentro da prostituição é o da identidade, assumir que é Puta. Poucas pessoas falam pra família, pra sociedade, como eu e Gabriela. [...] as prostitutas têm muita dificuldade em assumir sua identidade” (BARRETO, 2022, p. 66).

¹⁰⁴ No capítulo um, subseção 1.1.2 Feminismo, Marxismo e problemas de gênero.

“Um dos inconvenientes mais significativos do modelo de políticas de identidade é a tendência à homogeneidade do grupo; por focar em um aspecto particular da identidade” (MCLAREN, 2016, p. 158). No caso das trabalhadoras sexuais, sua associação a predicados depreciadores faz com que essa homogeneização impeça seu avanço em outras áreas de atuação social, seja nos âmbitos público ou privado.

As políticas de identidade têm sido bastante efetivas na mobilização de grupos oprimidos na cobrança por igualdade política e de oportunidades. Entretanto, há problemas significativos nesta abordagem. Ironicamente, apesar do fato de o feminismo se apoiar em um modelo de políticas de identidade, a mesma política é criticada por feministas com abordagens diferentes. Primeiro, como mencionado acima, o foco em um aspecto de identidade como proeminente negligencia outros aspectos de identidade; assim, alguns membros de um grupo oprimido podem se sentir não representados ou excluídos. [...] Segundo, as próprias categorias podem ser excludentes, funcionando como categorias normativas. [...] Terceiro, apesar da “opressão compartilhada”, não há ligação necessária entre a associação ao grupo e identidade individual na medida em que identidade signifique uma política compartilhada. [...] E quarto, fiar-se em identidade para fundamentar uma política reifica a própria categoria para a qual se apelou (MCLAREN, 2016, 159).

Em relação às trabalhadoras sexuais putafeministas, essas quatro prerrogativas parecem não se adequar tão bem, afinal, se trata de um grupo oprimido, todavia, reunido pela profissão que, de certa forma, acaba por representar outros agrupamentos, como classe social; e, mais, pela luta política por direitos. Vejamos: (1) o foco nesse aspecto da sua identidade – sua atividade, o trabalho sexual – é imprescindível para as reivindicações da classe, que não deixa de reiterar-se heterogênea, diversa (inclusive a luta pela desestigmatização, pelo tratamento deste como um trabalho como qualquer outro passa por essa conscientização e iniciativa pela normalização de termos e serviços); (2) ainda que ocorra certa exclusão – principalmente devido ao acesso e ao estigma –, busca-se uma heterogeneidade do movimento no sentido de agregar a prostituição travesti e transexual, por exemplo; (3) sendo a política de identidade em questão, um ofício, a ligação entre a associação ao grupo e a identidade individual é mais evidente, ainda que, no caso da prostituição, a estigmatização impeça muitas profissionais de assumirem-na, os benefícios alçados pelo grupo, certamente, se estenderão a todas; (4) reificar a categoria prostituta é afirmar sua existência, muitas vezes oculta, suprimida pelas estruturas de poder.

Ancorando-nos nos pontos acima discutidos, parece claro que o putafeminismo, enquanto movimento, pretende-se plural – ainda que muitas profissionais não tenham tido oportunidade de acessá-lo e outras conheçam-no, mas não se posicionem devido à antevista resposta social negativa pautada no estigma e/ou outras questões. Nessa seara, em

Putafeminista, Monique Prada demonstra compreender a multiplicidade existente no âmbito do trabalho sexual:

O universo da prostituição é muito amplo. As trabalhadoras sexuais existem em múltiplas realidades e nem todas temos histórias de vida parecidas. Portanto, tenho consciência de que nem toda puta é como eu, e não disfarço que falo, aqui, a partir da minha vivência pessoal. Mas, por outro lado, também falo como alguém que está atenta às realidades diversas, que tem tido a oportunidade de conhecer muitas dessas realidades bem de perto. E sei que muitas das questões que se colocam são comuns a todas nós, não importando o modo, o local e o tipo de atuação de cada uma, ou mesmo seu papel na tensa cumplicidade das engrenagens da prostituição (PRADA, 2018, 39-40).

No excerto, confessa a existência de uma dissonância entre as pretensões do movimento e os problemas das políticas de identidade há pouco apresentados. Como autora da obra que apresenta o putafeminismo brasileiro, estruturado enquanto conceito, Monique Prada intenta falar pelo coletivo sem esquecer o indivíduo:

Não estou aqui para falar por todas as putas. Minhas colegas são mulheres fortes e de uma sabedoria incrível. Realmente não precisam que eu, e nem ninguém, fale por elas. O mundo não é sobre mim. Aprender a perceber e respeitar a outra pessoa e suas vivências se mostrou essencial para ampliar meus horizontes sobre a prostituição, sobre feminismos, sobre o ativismo e sobre a vida em geral. (PRADA, 2018, 40, grifo nosso).

Conforme o trecho supracitado, sua pretensão com a publicação não está em liderar ou determinar como as trabalhadoras sexuais devem militar. Ela reforça o sentimento de pertencimento a uma classe, contudo, sem imposição de regras ou de afinidades identitárias. Dando seguimento à discussão, escreve sobre si:

Falo a partir da minha experiência de mulher, filha, mãe, avó. Já sou considerada velha para os padrões patriarcais de mulheres que podem gostar de sexo (e, alheia a isso, minha sexualidade segue cada vez mais pulsante e exigente). Branca de ascendência, e com traços quase indígenas (“bugra”, se dizia de minha avó materna, que pariu minha mãe aos 14 anos), filha de pai bancário e mãe dona de casa, não fui exatamente, na maior parte da minha vida, uma mulher de classe média. Experimentei não só a prostituição, mas também a pobreza. De certa forma, por escolha própria: saí da casa de meus pais para o mundo ainda bem jovem, arcando com todas as consequências de ser alguém que, sem formação, estrutura e apoio adequados, se joga na vida levando uma criança pequena pela mão. É a partir desse lugar que eu falo. Falo como uma mulher que também provou a aspereza do matrimônio numa sociedade patriarcal – que, paradoxalmente, louva o amor romântico, a devoção e a fidelidade femininas, e a infidelidade e o aparente pragmatismo masculinos. Pragmatismo que, em geral, se esvai ao primeiro par de chifres recebido – ou descoberto. Falo também, e talvez principalmente em muitos momentos a partir do lugar de mãe. Uma mãe que lutou para livrar suas crias da mochila pesada do estigma, não apenas

por serem filhos de uma prostituta, mas também de ter uma mãe solo, separada, “mãe solteira”, “mãe de filhos de pais diferentes”. Estigmas que nos atingem exatamente do mesmo modo violento que o de puta, como pude experimentar nos momentos em que exerci a prostituição.

Falo como alguém que segue lutando para criar mundos melhores para receber as crias que o futuro nos trará.

Se hoje a noite se mostra incerta e assustadora, sigamos acalentando mansamente a utopia de um amanhecer sereno. E feminista. (PRADA, 2018, 40-41).

Pensando nas políticas de identidade a partir desse depoimento, cujo lugar social e de fala é o fio condutor, é possível depreender que, por mais que Monique possuísse/possua identidades outras, como ela própria lista – adulta, mulher, branca, esposa, pobre, mãe, mãe solo, feminista –, o putafeminismo, foco dessa análise, é capaz de uni-la a outras tantas TS, com listas várias – de afinidades e disparidades passadas e presentes –, unificando-as nesse grupo de trabalhadoras específico com o qual ela e as demais se identificam e do qual participam em prol de interesses comuns.

“Essa reificação e naturalização de identidade têm resultado em acusações de essencialismo, levantadas contra quem defende as políticas de identidade” (MCLAREN, 2016, p. 159-160). Sabemos que a identidade é plural, mas entendemos, aqui, a importância da política de identidade para a organização da classe trabalhadora em questão, com fins não de homogeneizar, mas visibilizar o trabalho sexual. As TS aqui reunidas, em passagens de seus livros e entrevistas, também reforçam uma percepção da formação diversificada do coletivo e da inconstância e pluralidade da identidade individual.

Para exemplificar essa percepção, tomaremos como exemplo a trajetória de Gabriela Leite, apresentada em *FMAP*. A mãe de Gabriela queria que ela se casasse e não ficou feliz com a aprovação no vestibular, enquanto o pai apresentava com orgulho a filha universitária da USP para os amigos. Leite viu-se universitária, mas queria alçar outros rumos, buscar novas vivências, experimentar, portanto, identidades outras. No próprio título do livro contamos com quatro funções sociais ocupadas e performadas por ela: filha, mãe, avó e puta; tal qual a de putafeminista, que é, também, um dos tantos papéis assumidos por Monique Prada, como vimos.

No final de sua segunda obra, Gabriela Leite busca resumir-se um pouco e a seus anseios:

Por personalidade, eu nunca cultivei o sentimento de culpa. Não sei por que sou assim. [...]. Eu adoro chegar à minha idade com essa minha história de vida, sabendo precisamente o que me dá prazer. [...] Na maior parte da minha vida me senti sexualmente livre. [...] Resolvi sobreviver com que eu sou. [...] Hoje em dia me sinto uma mulher presa por ser diretora de uma ONG. [...] Hoje eu quero montar um restaurante na Serrinha, em Penedo. [...] Se der, quero continuar com o Flávio até o

fim da vida. Quero viver no Rio para sempre, e isso vai acontecer porque só depende de mim. Quero ganhar um pouco mais de dinheiro para fazer as mesmas coisas que eu faço, mas comprar tranquilamente meu Channel 19, pois é muito duro viver sem ele.

Em relação à minha família, tem uma coisa que eu fiz e me arrependi e outra que eu não fiz e me arrependi.

Eu não devia ter tido filhos. [...] Fico triste por ter me imposto como mãe para minhas filhas. [...] Por outro lado, me arrependo de não ter compreendido antes quem é minha mãe (LEITE, 2009, p. 187-189).

Nesses recortes, de um extrato do fim de *FMAP*, Leite resgata a mulher que foi, que é e que pretende ser, apontando, nessa cronologia, uma percepção do movimento da identidade ao longo da vida, ou seja, descrevendo-a como composto fluido, cambiante no decorrer dos processos existenciais.

Nessa perspectiva, suas considerações sobre si mesma vão ao encontro do conceito de identidade proposto por Stuart Hall: “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’” (HALL, 2000, p. 38). O teórico pontua que não deveríamos entendê-la como algo acabado, mas, em andamento: “A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma *falta* de inteireza que é ‘preenchida’ a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*” (HALL, 2000, p. 39).

Levando em conta, segundo Hall, que identificamo-nos por aquilo que imaginamos que classifica-nos o olhar do outro, algumas passagens de Leite são ainda mais compreensíveis, como as declarações sobre maternidade – em nosso país, há dados que apontam que um pai, pior do que impor-se como tal para os filhos (como Leite lamenta tê-lo feito às filhas), não os assume, muitas vezes, e não é julgado socialmente como ocorre com mães ausentes, essas existentes em escala infinitamente menor –; a defesa de seu direito à liberdade sexual e a rejeição à culpa – mecanismo cristão de controle dos sujeitos. Com tudo isso, ainda que tomemos consciência de sua incompletude, “Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude” (HALL, 2000, p. 39).

Tal como Leite e Prada, Benvenuti registra sua percepção da formação multivalente da identidade:

Todos nós nos constituímos como sujeitos fragmentados. Cada situação, cada vivência, cada contexto exige que lancemos mão de diferentes “eus”: somos de um jeito no ambiente profissional, agimos de outra forma no ambiente familiar e mudamos novamente quando o assunto é relacionamento. Em se tratando do aspecto sexual, nem sempre somos honestos para assumir o que uma parte de nós realmente quer e deseja.

Muitas vezes deixamos que nossa identidade seja formada, passivamente, pela superficialidade com que a sociedade nos julga e passamos a agir de acordo com o que esperam de nós, mas há também a possibilidade deliciosa e arriscada de autodeterminar-se, de ter autonomia sobre nosso próprio ser. Não que seja uma tarefa fácil ir contra ou simplesmente não “ir a favor” das expectativas dos outros em relação a nós, mas cada um sabe a dor e a delícia de ser o que se é e quanto vale a pena lutar para se afirmar no mundo recheado de hipocrisia. Assumir essa profissão representava, para mim, na prática, assumir esses desejos que são meus, fazem parte de mim (BENVENUTTI, 2014, p. 179).

Lola, nesse extrato, aponta a percepção de não inteireza do ser, da fluidez e incompletude da identidade. Ela entende que somos podados por protocolos sociais, para os quais a prostituição não é um trabalho, mas uma atividade desonrosa e degradante; contudo, para ela, assumir este ofício foi sinônimo de liberdade e autonomia. Justificar sua autoafirmação – que, aliás, é marca de um caminho de se pensar –, uma vez mais, ratifica a proposta de Hall discutida, de que o olhar do outro preenche-nos a partir de nosso exterior, do que imaginamos ser identificados.

Ao encontro dessa perspectiva, Rago pontua o agenciamento das identidades como característica intrínseca ao desempenho da trabalhadora sexual: “Como a artista, a prostituta é aquela que aprendeu a encenar múltiplos papéis, dissociando aparência e essência, interioridade e exterioridade, perdendo-se definitivamente no labirinto das sensações” (RAGO, 2008, p. 218).

Há uma passagem autobiográfica em *Putafeminista* na qual Monique narra uma de suas primeiras experiências como TS e nos leva a refletir sobre essa expectativa criada em torno da aparência e performance de uma profissional do sexo: “Para o primeiro, lembro, menti que era escultora – olha isso! Não achei caminho melhor para encaixar na história minhas unhas roídas e mãos maltratadas” (PRADA, 2018, p. 91-92). O olhar do outro – no caso, o cliente – é de suma importância para a elaboração da fantasia, dos jogos de sedução e excitação esperados na negociação do prazer. Portanto, a encenação, o agenciamento da identidade são intrínsecos ao êxito do programa, que será realizado conforme o acordo estabelecido entre TS e cliente. Na própria práxis, a protagonista decodifica e soluciona as peculiaridades e atribuições relativas ao trabalho sexual.

Já Lola, ao longo de *OPETN*, reforça uma outra expectativa em relação à atividade desempenhada: a sua busca pela autorrealização parece sobrepor-se ao compromisso com a

satisfação dos contratantes de seus serviços. Não que não se comprometa em dar prazer, mas, antes, assegura-se de que com os compromissos firmados, garantirá seu prazer e realização pessoal.

Em mim, há o ímpeto de buscar o novo, os prazeres que ainda não senti ou fiz sentir, e não tenho preconceito nenhum em relação às oportunidades que me aparecem, assim como não receio o erro ou o arrependimento ao fim dessa travessia. Importam-me mais as experiências e as impressões durante essa navegação, quando me encontro suspensa em uma terceira margem que está além do senso comum. Nas veredas do Grande sertão, que é nossa existência, “viver é muito perigoso”. Viver, assumindo algumas obscenidades, dá ao perigo novas cores, novas sensações, novos tesões e novos gozos (BENVENUTTI, 2014, p. 179).

Desse extrato, podemos interpretar o quanto a busca da mulher por prazer sexual possui uma carga social moralizante. Citando Rosa, lembra que viver é muito perigoso e, aqui, não se refere aos perigos aos quais o trabalho sexual está sujeito – vejam-se os casos mencionados no início e ao longo desse estudo –, mas ao perigo de assumir-se prostituta em uma sociedade preconceituosa e (falso) moralista. Entre a primeira e a segunda margens – que podemos associar à mulher recatada e do lar e à prostituta, pública –, prefere a terceira – a mulher livre para assumir os papéis sociais que lhe convierem, dona de sua(s) identidade(s), sexualidade e desejos.

Tal qual tivemos a oportunidade de discutir, as instituições de poder delimitam essas duas margens que segregam o gênero feminino. “Como mulheres, somos educadas a olhar para nossas diferenças como algo que nos separa. [...] Usar as ferramentas do opressor de hierarquizar diferenças ratifica a sociedade normativa” (NASCIMENTO, 2021, p. 63). Veja-se que Nascimento não nega a existência de diferenças, mas critica uma sua hierarquização. Porquanto, as singularidades não devem ser tratadas verticalmente, de forma colonialista, como culturalmente nos é (pro)posto, mas horizontalmente consideradas, em uma abordagem decolonial.

Essa hierarquização das diferenças, que é uma perspectiva colonizadora, limita as possibilidades de compreensão da necessidade do movimento putafeminista. Em face desse pressuposto, é preciso entendermos melhor o trabalho sexual a partir da perspectiva decolonial e, para tanto, o que seria tal perspectiva no que tange a construção do(s) feminismo(s), mais especificamente, dos movimentos feministas latino-americanos, aqui em pauta: “é notável a influência exercida pelo feminismo eurocêntrico, universalista, liberal, o qual se concentrava mais em direitos legislativos do que em práticas histórico-sociais que se apresentavam

estruturais e fundamentais para a manutenção da ordem hierárquica dos papéis de gênero” (FERRARA; CARRIZO, 2021, p. 9).

Segundo Ferrara e Carrizo, essa preocupação com as regulamentações legais das quais eram privadas as mulheres condizia com a necessidade de um feminismo conveniente a um grupo restrito, apontando, por conseguinte, “o caráter colonial de um feminismo que se pressupõe universal, mas que parte de uma perspectiva limitada que não se atenta às experiências díspares das mulheres” (FERRARA; CARRIZO, 2021, p. 9). Nessa esteira, conforme as autoras, na extensão do que vão os “a priori”, os estigmas, os preconceitos, as cristalizações do outro, a homogeneização dos grupos em identidades políticas que unificam raça, gênero e classe suprime histórias outras. Assim sendo, o feminismo negro, o transfeminismo, o feminismo lésbico, o putafeminismo são alguns dos movimentos de mulheres que insurgiram por não se verem representados por um feminismo que estava longe de contemplar suas pautas específicas.

“Sabe-se, portanto, que o feminismo quando toma formas hegemônicas, reproduz e retroalimenta um sistema de dupla violência contra as mulheres observado na construção de nossos discursos históricos [...] que impõe formas de ver, compreender e contar nossas histórias” (FERRARA; CARRIZO, 2021, p. 11). E aqui podemos nos arriscar a dizer que chegamos ao cerne da questão maior levantada por este estudo – E se estivéssemos em palimpsesto de putas? – e, mais, que é possível assegurar-lhe algumas respostas: a literatura autobiográfica propicia às trabalhadoras sexuais reescrever formas de ver, compreender e contar as próprias experiências – e não mais vê-las contadas apenas por outrem; suas narrativas visibilizam o discurso histórico da puta e pela puta, por séculos, vedado a esta categoria; a literatura da prostituição viabiliza uma prática decolonizante de suas histórias, até então, furtadas pelo discurso hegemônico.

Conscientizar-nos desse silenciamento histórico acerca da contribuição das mulheres não representadas pelo feminismo universal para as formações nacionais latino-americanas desperta-nos, sobretudo, consoante Ferrara e Carrizo, para a necessidade de desestruturação do discurso que ampara a consolidação da sociedade moderna colonial e capitalista, a saber, racista, sexista e, acrescentamos, ainda, classista. “No contexto da colonialidade do poder, tornar invisível as experiências múltiplas das mulheres que se constroem em e habitam espaços como a América Latina a partir de uma universalidade criada e consagrada pela episteme europeia enfatiza a continuidade do processo de colonização” (FERRARA; CARRIZO, 2021, p. 8).

As autoras se valem dos quatro eixos cuja matriz colonial de poder articula – propostos por Walter Dignolo (2008) – para discutir as consequências da homogeneização do movimento feminista que se pressupõe universal: controle da economia; da autoridade; dos papéis de gênero e do exercício da sexualidade; e do conhecimento e das constituições das subjetividades. Tomaremos os dois últimos modos de controle impostos pela colonialidade para pensarmos o trabalho sexual. De forma análoga à proposta por Ferrara e Carrizo, mas de maneira mais específica, os papéis de gênero e exercício da sexualidade, bem como o conhecimento e constituição da subjetividade no âmbito da prostituição – entre saberes e práticas –, são, se não apagados, silenciados e segregados pelo movimento homogeneizante que define padrões sexuais, corporais e subjetivos dentro dos espaços.

Ao apontarem tais eixos de controle, as autoras evidenciam o fato de as “demandas das mulheres que encontram, dentro desse padrão, privilégios epistêmicos serem fundamentalmente diversas das mulheres atingidas de maneira direta pela racialização imposta pela colonialidade” (FERRARA; CARRIZO, 2021, p. 7). Outrossim, alegam que “os corpos e a constituição das subjetividades das mulheres latino-americanas não podem ser apagados por um movimento homogeneizante” (FERRARA; CARRIZO, 2021, p. 7), sugerindo a necessidade investigar de que modo, desde o século XVI, ele, na medida em que institui padrões, invisibiliza corpos e subjetividades.

Para a presente discussão, procuramos observar nas obras elencadas, mais do que a investigação – realizada em *Putafeminista*, de Prada, mais evidentemente –, a oposição narrativa que a literatura da prostituição, nas letras das TS em diálogo, tem empenhado contra a matriz colonial de poder, nos termos de Dignolo, e a hierarquização das diferenças apontada por Letícia Nascimento. Para além da escrita, é o que, sintomaticamente, as putafeministas têm feito por si mesmas desde os anos 50 – com destaque para as figuras predecessoras de Lourdes Barreto e Gabriela Leite –, também na práxis.

Possivelmente, por esse pioneirismo desempenhado no movimento, que, dessarte, podemos entender como insurgente e decolonial, Leite e Barreto autobiografam-se aparentemente mais seguras em abraçar sua puta identidade: Lourdes tem tatuada no braço, em letras grandes, a frase: “Eu sou puta”¹⁰⁵. Gabriela faz questão de ser apresentada como puta ou prostituta, como discutiremos adiante, na última seção.

Ao que nos parece, o fato de publicarem suas autobiografias já mais maduras, aliado à escolha de assumirem a profissão socialmente desde sempre contribui para lidarem com as

¹⁰⁵ A fotografia de Lourdes mostrando a tatuagem no braço é uma das mais divulgadas da putafeminista. Em seu livro, ela estampa a página 216.

alcunhas – reiteradamente pejorativas – e as reações dos mais diversos núcleos sociais acessados por elas. Ademais, para conduzirem como lideranças um movimento, até então, inédito a nível nacional, era preciso que elas fossem figuras representativas a fim de que as demais TS se identificassem e aderissem ao putafeminismo. Portanto, se revelarem como prostitutas era mais do que um desejo, uma necessidade política. Ainda assim, nota-se que a idade, a maturidade e, sobretudo, a identificação com o trabalho sexual como propósito de vida e luta desde as primeiras experiências concorreram para ambas priorizarem a autopercepção e auto aceitação acima dos julgamentos morais.

Monique, em trecho autobiográfico já discutido nesse estudo, relata a primeira vez em que foi exposta como prostituta. “Foi uma amiga, uma grande amiga, minha melhor amiga, que conhecia todos os meus segredos, frequentava os mesmos homens que eu, compartilhava comigo as mesmas fantasias. Foi ela a primeira a contar ao mundo que eu estava me prostituindo aos 20 anos” (PRADA, 2018, p. 95). Como nos oportuniza compreender, através de seu relato, a protagonista não havia assumido publicamente seu trabalho, quando foi, antes, precocemente delatada pela amiga. Em sequência, narra que, quase vinte anos depois, saindo e retornando ao trabalho sexual, ainda sem assumi-lo, foi, uma vez mais, denunciada por uma amiga muito próxima: “Eu não era mais uma pessoa confiável para ela: eu passara a cobrar por sexo. Cansada de viver com medo, e tendo ainda nesse meio-tempo que lidar com ameaças e chantagem, decidi que não esconderia mais nada de ninguém” (PRADA, 2018, p. 95).

Lola também relata a dificuldade em assumir-se trabalhadora sexual, em principal para a família: “Chegou um ponto em que cansei de me esconder e, embora já tivesse escancarado minha verdade nos sites, meus pais ainda não sabiam da escolha que eu havia feito. Esse foi meu maior conflito. Eu queria contar, mas não sabia como, e morria de medo da reação deles” (BENVENUTTI, 2014, p. 181). Ela conta que, após ter se assumido para seu irmão e seus pais, não viu problema em dar uma entrevista. Contudo, se espantou com a repercussão, em suas palavras, “explosão sobre Lola Benvenuti” (BENVENUTTI, 2014, p. 185), que, como prognosticou, só agravou a recepção negativa de seus familiares, confirmando o medo que sentira.

Por fim, Amara aponta seus motivos e dificuldades em iniciar e assumir o trabalho sexual:

Tantos anos retardando a transição, no armário toda, temendo até mesmo pôr pra fora a pontinha dos pés. Medo de quê? De tudo. Mas, sobretudo, de ter que do nada me prostituir, ter que ir da noite pro dia buscar cada centavo do meu sustento na prostituição. E não eram os corpos sem nome, vários, variados, via de regra fora do padrão, em diversos graus de higiene e beleza, o que me assustava. Com esses me dou

bem, e até prefiro, anônimos, fora do padrão (como eu própria me sentia sempre, ainda mais agora). Sexo nunca foi foda, mesmo as modalidades mais excêntricas. Difícil era transar por amor, amar com prazer. Meu medo era, antes, a violência da exclusão, me ver pária da noite pro dia, tratada feito lixo, perder família, amigos, círculo social, não ter um teto pra chamar de meu, o direito de continuar estudando, de poder buscar emprego que não fosse esse que não consideram emprego: puta (MOIRA, 2018, p. 32-33).

Atribuímos as oscilações em relação a assumirem-se TS – como vimos nos casos de Prada, Benvenuti e, agora, Moira –, a não se identificarem putas ou putafeministas de imediato, logo ao adentrarem o meio da prostituição, a uma incerteza de que essa seria, de fato, sua profissão. O que, ao contrário, parecia elementar para Leite e Barreto: “eu já era uma Puta feminista. Não com essa linguagem, mas já era porque, quando eu dizia pra dona da casa: ‘Eu quero lutar pelos direitos, eu quero ter condições de trabalho’. O que é isso? Isso é feminismo, isso é que é feminismo, é empoderamento, isso na década de 50, gente!” (BARRETO, 2022, p. 122).

A relação paradoxal existente na defesa desse “empoderamento” da prostituta por meio do putafeminismo não deixa de ser uma questão sobre a qual é preciso refletir, inclusive segundo as próprias putafeministas. Prada apresenta essa controvérsia: “A cultura da masculinidade venera e exige a fidelidade feminina. A cultura da masculinidade ainda é a cultura da monogamia unilateral. Nenhuma novidade nisso, mas escrevo para não esquecer. Sou marginalizada pela mesma cultura que permite que eu exista” (PRADA, 2018, p. 93). Como apontamos, mais de uma vez nessa tese, a publicação de Monique Prada é, ao passo que fundamental para inaugurar as discussões putafeministas em âmbito teórico, crucial para contrabalanceá-las, enquanto autobiográfico – não apenas porque parte dessa experiência, mas pelos modos por meio dos quais sua escrita a reflete e rememora, a delinea para si e para o leitor.

Na medida em que a própria autora vivencia o trabalho sexual, possui lugar social, operação cujo tropos é teórico e crítico. Assim, ressonando feministas negras, Djamila Ribeiro ressalta a necessidade de entender a importância de nomear uma realidade, pois uma vez nomeada, haverá possibilidade de que sejam pensados e mobilizados avanços acerca dela: “A insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto” (RIBEIRO, 2017, p. 41). O que aponta Ribeiro é que a homogeneização impossibilita amparar aqueles que estão apartados das políticas sociais.

Segundo a filósofa, partir da teoria do ponto de vista feminista negro, possibilita marcar lugar de fala: “percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades

que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (RIBEIRO, 2017, p. 59). Dessa forma, o lócus social permite experiências distintas e determinadas perspectivas, o que, não necessariamente, propicia consciência acerca desse lugar. Já o lugar de fala demarca um “rompimento com o silêncio instituído para quem foi subalternizado” (RIBEIRO, 2017, p. 59).

Em suma, uma feminista combate o machismo estrutural, uma putafeminista combate-o, ao passo que exerce sua atividade em função de sua existência. Essa é mais uma grande questão identitária que recai sobre a trabalhadora sexual comprometida politicamente com sua categoria. Ponto de conflito no qual feministas abolicionistas se ancoram para justificarem seu posicionamento.

[...] refletir sobre os processos de formação, parar para pensar nas experiências vividas permite um movimento singular de investigação sobre os percursos pessoais; investigação que pode iluminar saberes e fazeres que constituem a pessoa e, assim, ajudam a dar visibilidade aos fios de histórias particulares que se entrelaçam em trajetórias reveladas no presente. Por meio do exercício da memória, a história é revisitada pelo olhar que mira o passado nas marcas do presente, oferecendo elementos para a compreensão do percurso e, dessa forma, para o desenho de novas tramas (OSTETTO; BERNARDES, 2015, p. 164-65).

Por fim, a respeito das identidades e subjetividades pertencentes àquelas que exercem o trabalho sexual, podemos afirmar que compreendem uma gama de performatividades necessárias ao cumprimento dos protocolos laborais, bem como à convivência em sociedade. Voltando ao título e à epígrafe dessa seção, do cabaré ao ler, ao falar, ao escrever, as TS que conosco dialogam, ainda que percorrendo itinerários distintos e apresentando identidades e subjetividades diversas, por meio da narração do vivido, proporcionam ao outro e a si mesmas reconhecerem as prostitutas como sujeitas de suas próprias histórias. Ao narrá-las, escutam-nas. Reportam-se para dentro e fora de si pelo trabalho da reflexão proporcionado pelo fazer autobiográfico, que, sobretudo, é reproduzido, gerando ação em diálogo com aqueles que as leem.

Dessa forma, como propõem Ostetto e Bernardes – desde a epígrafe dessa seção, bem como no extrato acima –, a construção de significados em torno de novas rotas que se anunciam é potencializada pelo olhar do presente que mira no passado. Dizendo com outras palavras, nos termos da literatura de Lourdes Barreto, esse mar de “lutas escritas” se (de)compõe e se (re)compõe em ondas. “É muita onda!” (BARRETO, 2022, p. 106).

3.2.1 Identidades e subjetividades travestis e transexuais: transputafeminismo?

Quanto mais lemos, ouvimos e compartilhamos nossas histórias, mais proporcionamos um cruzamento potente de vozes, que nos permite uma autoidentificação potente e rompe com o nosso silenciamento, perpassando por um conhecimento coletivo de nossas experiências.

Letícia Nascimento

Olívia Paixão, a partir de recortes de uma entrevista de Jaqueline Gomes de Jesus¹⁰⁶ a Indianarae¹⁰⁷ Siqueira, empreende uma discussão a respeito dessa não representatividade às demais intersecções de trabalhadoras sexuais – negras, travestis e transexuais – por prostitutas cis brancas – na figura de Gabriela Leite –, sobretudo, no que concerne ao texto do Projeto de Lei que leva seu nome¹⁰⁸. Após elencar importantes representantes do movimento de prostitutas, travestis e transexuais, Paixão recorda: “Nenhuma delas é Gabriela Leite, nenhuma delas consegue representar a totalidade de identidades, sentimentos e histórias de vida das travestis que, por vontade própria ou por contingência da necessidade, estão inseridas na prostituição” (PAIXÃO, 2018, p. 121). Se, por um lado, as autoras estudadas buscam reconhecer a multiplicidade existente nas identidades putas, a lei que busca auxílio para essas profissionais tem suas lacunas, conforme invoca a pesquisadora:

[...] uma lei que pretenda regulamentar esse complexo universo deve ter ciência e ser capaz de contemplar *minimamente* cada uma das sujeitas e peculiaridades envolvidas. [...] Falamos também da marginalização e exclusão de pessoas por sua condição de prostituta e, principalmente, por sua identidade de gênero. Estamos falando sobre travestis e transexuais que se prostituem no país mais *transfóbico* do mundo (PAIXÃO, 2018, p. 113, grifos da autora).

Ainda que questione e interpele – no intuito de agregar pautas no que diz respeito a prostituição travesti e transexual, a pesquisa apoia o PL e defende a regulamentação do trabalho sexual: “Olívia faz uma torção na visão legal que merece ser lida nas entrelinhas: reconhece que a lei é sempre injusta, mesmo quando quer ser justa, e o é porque ela representa um certo

¹⁰⁶ Professora do IFRJ, importante pesquisadora brasileira no âmbito das temáticas travestis e transexuais.

¹⁰⁷ Em diferentes momentos, nos deparamos com outras duas assinaturas da militante, a saber: Indianara e Indianare.

¹⁰⁸ Projeto de Lei n. 4.211/2012, já aludido no capítulo um.

universalismo que nada mais é do que um conjunto de experiências particulares com caráter hegemônico” (PRADO in PAIXÃO, 2018, p. 13)¹⁰⁹.

Autora do livro *Transfeminismo*¹¹⁰, Letícia Nascimento nos lembra que “Ainda precisamos aprender muito sobre a luta coletiva como mulheres” (NASCIMENTO, 2021, p. 62). Segundo ela evoca, faz parte desse aprendizado conhecer singularidades e demandas próprias de cada grupo: “As várias perspectivas feministas, com exceção do feminismo radical, formam uma rede articulada de produção de saberes e resistências, resultado da tentativa de pulverização da concepção de mulher como sujeita universal do feminismo” (NASCIMENTO, 2021, p. 63).

Não há como esgotar nessa tese as discussões sobre o que aqui já podemos chamar de putafeminismos, no plural – putafeminismo, transputafeminismo –, no entanto, não poderíamos deixar de pontuar, ainda que de forma sucinta, as questões de corpo e identidade na prostituição travesti e transexual e suas peculiaridades, uma vez que *E se eu fosse puta/pura*, enquanto corpus desse estudo, é de autoria de uma travesti, Amara Moira, e evidencia, como vimos, os abismos existentes entre o trabalho sexual de mulheres cis e o desempenhado por essas identidades dissidentes.

É preciso entender que a diversidade não precisa nos dividir, nem criar hierarquias. Na verdade, esse modo de pensar constitui uma astuta estratégia usada desde a colonização, a de dividir, classificar, hierarquizar e governar. O homem colonizador cis, ocidental, branco, cristão e heterossexual se estendeu como universal, transformou suas singularidades em padrões universais e subjugou as demais identidades (NASCIMENTO, 2021, p. 63).

Logo, apreendemos que a diversidade pode não segregar, conforme Nascimento. Por conseguinte, ainda que haja diversidade dentro do movimento putafeminista, pode existir identidade e unidade no sentido de defender uma causa comum ou compartilhar demandas e pensamentos.

Há uma série de atravessamentos próprios de cada uma dessas categorias segregadas, dentro da prostituição de mulheres cis, trans e travestis. Um ponto a se destacar – observado não apenas nas obras elencadas, mas nas histórias da grande maioria das TS de que tomamos conhecimento – consiste nas diferentes motivações que levam à escolha de um novo nome. De maneira sumária, o nome de guerra amplia a identidade da prostituta cis, permitindo-a agenciar diferentes papéis assumidos em sociedade, enquanto o nome social possibilita às trabalhadoras

¹⁰⁹ Prefácio do livro, pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado, orientador da pesquisa de Paixão, na UFMG.

¹¹⁰ Da coleção *Feminismos Plurais*, coordenada por Djamila Ribeiro.

gênero-dissidentes estabelecerem-se socialmente como indivíduos. Tomemos o exemplo de Moira cuja percepção/necessidade de uma iminente transição na busca pela identidade de gênero, demarcada pela decisão de atender por Amara, coincide com o reconhecimento e revelação da sexualidade.

Sob esse olhar, segundo afirmam Guaranha e Lomando¹¹¹ – amparados em experiências empíricas de pesquisas e trabalhos de campo acerca de gênero e sexualidade –, a relação que se estabelece entre nome social e sua aceitação por parte da população e instituições é entendida por pessoas que destoam das normas de gênero, travestis, homens e mulheres transexuais como respeito à sua construção identitária, favorecendo a desopressão de suas constituições de gênero: “o nome social é um elemento central na construção das suas novas identidades. Esse novo nome, que podemos inicialmente compreender como ‘nome social’, é cuidadosamente escolhido e passa a ser utilizado para se relacionar com outras pessoas e se apresentar socialmente” (GUARANHA; LOMANDO, 2013, p. 54)¹¹².

Ao contrário da questão do nome – que possui finalidades dissonantes na prostituição cis e trans –, a condição de fragilidade concorre para aproximar o trabalho sexual de travestis e transexuais da prostituição exercida por mulheres cisgêneras na medida em que o fato de apresentarem-se como figuras lidas como performativas do gênero feminino faz com que sofram violências das mais diversas, substancialmente pela condição de ser mulher, como nos oportuniza observar Amara Moira:

Vinte e nove anos vivendo como homem, mais especificamente o homenzinho padrão, branco, nada afeminado, lido como hétero mesmo sendo bi, classe média, e foi só transicionar e passar a ser lida como travesti para viver minha primeira experiência de violência sexual. Eu, que me achava poderosona, em condições de peitar quem quer que fosse por conta da criação que tive, não dei conta de evitar que o cliente me forcesse a seguir com o programa mesmo depois de ele ter me machucado, eu sentindo as dores não só físicas, mas também as de não conseguir dizer não. Sinalizar sofrimento não foi o bastante para evitar que ele continuasse e hoje, na verdade, me parece até que ele se excitou mais em imaginar que, com seu pau, conseguia machucar uma profissional do sexo (MOIRA, 2018, p. 57, grifo nosso).

A ideia do homem colonizador pode ser revisitada nesse relato de *ESEFP*, quando a protagonista descreve o sujeito universal, padrão e reforça que essa identidade – assumida por

¹¹¹ No artigo “‘Senhora, essa identidade não é sua!’: reflexões sobre a transnomeação”.

¹¹² Segundo Éder da Silva e Fernando da Silva, no Brasil, o uso do nome social fundamentou-se pela Lei n. 6.015/73. Esta “obteve uma nova redação em 1998, por meio da Lei n. 9.708/1998 [...]. Em 2016, foi publicado o Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (SILVA; SILVA, 2022, p. 9).

ela durante anos e, depois, após a transição, sua algoz – subjuga as demais¹¹³. Nessa passagem é nítido o uso do falo como instrumento de poder e controle, que subjuga a figura feminina e, além, a figura feminina prostituta. “A corporalidade torna-se consciência não somente para si, mas também para a Outra, pois a performatividade está na estilização de tudo que as travestis consideram necessário para existir, construindo seu corpo segundo sua identidade de gênero” (ZANELA, 2019, p. 66)¹¹⁴.

Ao passo que a constroem sua identidade, as travestis e transexuais são cada vez mais visadas por essa iniciativa insubmissa às regras da estrutura colonial e heteropatriarcal, como consta em *O Parque das irmãs magníficas*¹¹⁵, da autora argentina Camila Sosa Villada: “um ano nosso equivale a sete anos humanos” (VILLADA, 2021, p. 98). Nesse pequeno extrato, é possível apreender o movimento investido contra essas indivíduos: o silenciamento, a anulação, a invisibilização, a aniquilação, a violência física contra sua integridade e suas vidas, a violência simbólica contra suas existências não ortodoxas, na medida em que interpreta-se que não se veem consideradas pertencentes à humanidade, à categoria humana.

Não bastasse a gravidade desse dado, procede que exercer o trabalho sexual intensifica a precariedade, a segregação e o perigo a que já estão suscetíveis. Atentemo-nos ao relato abaixo de *ESEFP*:

Ser travesti já nos torna tabu, daí a maioria ainda encontra na prostituição a única forma de subsistência (e sabemos que seremos consideradas putas mesmo as poucas de nós que escaparem o trabalho sexual)... não é fácil querer encarar esse combo ao nosso lado e, mesmo quando se queira, não é fácil ter estrutura emocional pra lidar com tanta pressão. O olhar público, a família, o círculo social, às vezes até o trabalho pode estar em jogo, e só por estarem com a gente! **A transfobia nos exclui, a prostituição nos abraça e a putafobia amplia a exclusão a que já estamos sujeitas só por meramente existir** (MOIRA, 2018, p. 176, grifo nosso).

Como esclarece Amara, as travestis são lidas socialmente como prostitutas independentemente de atuarem ou não no trabalho sexual, de forma que a transfobia está intimamente atrelada à putafobia. A prostituição, conforme destacamos, segundo ela, abraça esses corpos gênero-dissidentes, o que também faz o putafeminismo. Ainda que haja pautas

¹¹³ Tal proposta perpassa a discussão sobre a colonialidade do poder, conceito de Anibal Quijano. Cf. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

¹¹⁴ Filha da puta, em sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais, a pesquisadora, trabalhadora sexual e travesti, hoje, doutora em Educação, Maria Zanela aborda a travestilidade em contextos de prostituição.

¹¹⁵ Livro, segundo a autora, ficcional, mas concebido a partir de experiências autobiográficas, como é possível depreender a partir de peritextos e paratextos, como o prefácio de Juan Forn.

distintas em relação ao trabalho sexual cis e trans, ao fim e ao cabo, estas concorrem para objetivos afins.

A identidade passa pela aprovação social, pelo retorno, pelo crivo do olhar do outro mediante pré-requisitos socialmente estipulados; no caso da pessoa transexual e travesti, de modo incontornável; se prostituta, essa legitimação é ainda mais criteriosa, “não perpassa somente o/pelo desejo de pertencer ao gênero feminino, mas à necessidade de ser reconhecida numa identidade de gênero [...] também pelo padrão estético e normativo daquilo que os clientes exigem e reconhecem como sendo características de uma travesti profissional do sexo” (ZANELA, 2019, p. 66).

Tão relevante quanto a necessidade de pertencimento, é o rigor com os padrões exigidos no meio da prostituição travesti e transexual. Dessa forma, o tratamento hormonal e as cirurgias de transgenitalização – hoje, oferecidos gratuitamente no Brasil – são, sobremaneira, buscados, devido à pressão exercida sobre essas sujeitas para serem lidas conforme o gênero com o qual se identificam. O implante de silicone nos seios, por exemplo, é quase que um pré-requisito para essas profissionais, como nos é relatado tanto em *Eu, travesti*, quanto em *Translado*: “‘Ai eu preciso de ir pra colocar meu silicone, pra eu virar uma travesti de verdade’. Porque na sua cabeça você só é uma travesti depois que você coloca o silicone” (LÍVIA in GERMAN et al., 2018, p. 52).

A minha escultura de eu começou a ser feita por volta dos 17 anos, com poucos recursos e muita urgência. Eu me tornei travesti a pulso. [...] Tomei hormônios sozinha, [...]. Resposta: os seios incharam e o pau murchou. Imediato. Justo o pênis que já era atrofiado e começava a ser uma dificuldade na profissão, já que mais e mais clientes passaram a querer ser penetrados.

Naquela época, entendia-se que, para considerar-se mulher ou feminina, uma travesti precisava alterar o próprio corpo. Com o tempo, fui percebendo que eu mesma era preconceituosa em pensar assim. Ser travesti não é doença pra demandar cirurgia!

Tinha que me desconstruir pro novo. Hoje entendo que ser mulher é algo que está na cabeça e não é preciso mutilar-se para se enquadrar nas expectativas sociais sobre como uma mulher deveria ser. Quem dera tivesse concluído isso antes de injetar 22 litros de silicone industrial de material desconhecido.

Não que eu me arrependa de ter criado o corpo que tenho hoje. De jeito nenhum, acho-o belíssimo – e sei que quanto mais me aproximo da figura feminina, mais me afasto da repulsa social por pertencer a esse gênero tão incompreendido (MARILAC; QUEIROZ, 2020, p. 71-72).

Essa passagem de Marilac oportuniza um leque de reflexões no que compete ao processo identitário percorrido por essas sujeitas gênero-dissidentes, portanto, iremos elencá-las em consonância com a sequência do relato. A princípio, cabe destacar a precocidade com que estas indivíduos iniciam sua transição. Em *Translado*, há relatos que apontam a realização dos primeiros procedimentos a partir da adolescência, como é o caso de Evellyn, que, ao ser

indagada, afirma ter colocado a primeira prótese aos dezesseis anos de idade: “Tinha 16, minha mãe que autorizou pra eu fazer. Eu virei trans com 13” (VELLYN in GERMAN et al., 2018, p. 53)

Voltando à Luísa Marilac, em segundo lugar, observamos a complexa relação com o pênis: para ela, um membro em obliteração, porém, importante instrumento de trabalho: “Se eu não aprendesse a endurecer minha neca, ia morrer de fome” (MARILAC, 2020, p. 77). Muitas dessas profissionais renunciam ao desejo de fazer cirurgias de redesignação sexual – ainda que, devido a isso, algumas se vejam como “coisas”¹¹⁶ – pelo fato de a penetração ser fundamental para grande parte dos clientes que buscam essas profissionais, segundo confirma a própria Marilac: “Até sei descrever seu ritual de libertação. Começam pegando nos seios, mas de olho já na neca. No próximo encontro, já chegam dizendo ‘nunca fiz isso’, como quem pede desculpa, e metem a boca. Daí, migram para o sexo passivo com naturalidade” (MARILAC; QUEIROZ, 2020, p. 76).

Dando sequência às elaborações do extrato transcrito, é posta em cheque a alteração ou mutilação do corpo, como nomeia Marilac, para se considerar mulher ou feminina, uma vez que são procedimentos que obedecem a uma expectativa – imposição – social. A protagonista reconhece o próprio preconceito – introjetado justamente para a regulamentação dos corpos e identidades, como já tivemos oportunidade de discutir, quando tratamos do mito da beleza e a colonialidade – e a necessidade de desconstrução despertada pela maturidade, conhecimento e – por que não dizer – pela frequente elaboração da identidade a que estamos submetidos enquanto sujeitos.

Por fim, reflete que a aproximação da figura feminina a afasta da repulsa social por pertencer a esse gênero incompreendido, e, podemos acrescentar, que, por esse motivo, rejeitado. Assim como em *Eu, travesti*, em *ESEFP*, a escrita apresenta-se como lócus de

¹¹⁶ Em minha dissertação de mestrado comentei brevemente sobre a personagem Jéssica de *O manuscrito de Sônia*, atribuindo ao corpo travesti – e, aqui, estendo à identidade e existencialidade – o que Judith Butler (2012) chama de “falta significante”: “No prédio cinza trabalhavam vários travestis, quase todos brasileiros. Um deles me chamava a atenção. Jéssica, alta e magra, tinha cabelos castanhos, longos e encaracolados. Pele clara, olhos verdes e corpo de sereia. Era uma pessoa meiga e educada. Quando tinha crises existenciais, Jéssica bebia e gritava pelos corredores: – Por que é que não nasci mulher? Elas não sabem a sorte que têm. Até mesmo a negrinha mais feia da favela pode um dia ser mãe. **Olhem para mim, que corpinho! Olha que glamour. Mas de nada adianta, porque eu não sou nem homem nem mulher, sou uma “coisa” – dizia, entre lágrimas.** – Mesmo que eu corte, jogue fora, pise em cima. Que homem vai querer casar comigo? Eles só querem minha beleza e meu rabo... Por que não sou mulher? Por quê, Deus? – gritava e chorava. Eu tentava consolar Jéssica, mas era pior. Era melhor deixá-la desabafar até o cansaço. – Eu tenho vinte e dois anos, sou bonita e gostosa, mas um dia meus silicone vão cair, os bofes vão me trocar por outra. **As mariconas que vêm aqui, viciados, eles não querem comer, querem é ser comidos!** Vem maricona, vem que tua mona tá aqui, louca pra te dar e te comer! Vem penosa! – e gritava (BRASIL, 2005, p. 163, grifos nossos). Cf: PEREIRA, Julia Luiza Bento. *Mariana Brasil: um manuscrito autobiográfico entre fronteiras* (2016). Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/3185>. Acesso em: 21 jul. 2018.

reflexão e reelaboração das questões identitárias a que estão acometidas travestis e trans trabalhadoras sexuais.

No meio de tudo isso, como ficamos nós, nossos sentimentos? Criadas numa sociedade que prega a monogamia, a conciliação entre amor e sexo, mas, ao mesmo tempo, compulsoriamente lançadas à prostituição mais precária, a do vintão, vários clientes por dia, programas de dez minutos, tempo suficiente pra ouvir declaração de amor e, em seguida, pós-gozo, ainda ver a cara de nojo do até então cliente apaixonado, apaixonante (MOIRA, 2018, p. 177).

Se os sentimentos da puta não são dignos consideração, de acordo com a sociedade heteropatriarcal, quem dirá os sentimentos da puta travesti ou transexual. A precariedade do trabalho sexual gênero-dissidente é ainda mais profunda que a da prostituição de mulheres cis. Como denuncia Amara, é exigido um tato muito maior durante o programa, uma resiliência para lidar com condições conflituosas e, por vezes, desumanas.

No tocante à compulsoriedade de travestis e mulheres trans recorrerem ao trabalho sexual, temos em *Pedagogias das Travestilidades* (2022), de Maria Clara Araújo dos Passos¹¹⁷, um relato pessoal, paratextual, que ela intitula de “Meu manifesto pela igualdade: sobre ser travesti e ter sido aprovada em uma universidade federal” do qual destacamos, para fins de endossar as questões aqui problematizadas, partindo da propriedade de um lugar social e de fala, o seguinte extrato:

Eu existo! Nós existimos! As violências por conta de minha identidade sempre trouxeram retaliações em salas, corredores e banheiros durante toda minha permanência na escola. [...]

Vi, de pouco em pouco, outras possíveis travestis e transexuais desaparecendo daquele ambiente, porque ele nunca simbolizou um espaço de acolhimento, educação e aprendizagem. Mas sim de opressão, dor e rejeição. Uma vez encontrei na rua com uma das que estudou comigo.

Eu voltava do curso, ela ia se prostituir. “Mulher, o que tu ainda faz em lugares desses?”, ela me perguntou. Indignada, aliás. Ela me questionava com a testa franzida porque eu insistia em permanecer em um lugar que, cada vez mais, apontava que eu não era bem-vinda.

Quando fui? Os banheiros femininos estão com as portas fechadas, o nome nas cadernetas não pode ser alterado e os olhares de escárnio estão por todas as partes. De corredor a sala, de banheiro a secretaria. **“O que ela faz aqui?”, se perguntam diariamente ao me ver andando na luz do dia. Afinal, eu, enquanto travesti, devo ser uma figura noturna.**

Assim, sedimentando a posição que a sociedade me atribuiu: de sub-humana. E quando falo isso, meus queridos, estou sendo o mais honesta que posso. Olhe ao seu redor! Quantas travestis e mulheres trans você se depara no seu dia a dia? [sic] Quantas estão na sua sala de aula? Quantas te atendem no supermercado? Quantas são suas médicas? Espere até as 23 hrs. [sic]. Procure a avenida mais próxima. As encontrará. Porque lá, embaixo do poste clareando a rua escura, é onde nós fomos

¹¹⁷ Travesti, pedagoga graduada pela UFPE, especialista em Estudos Afrolatinoamericanos e Caribenhos e mestranda em Educação pela USP.

condicionadas a estar por uma sociedade internalizadamente transfóbica (PASSOS, 2022, p. 22, grifo nosso).

O trecho do manifesto de Passos é de suma relevância para, aqui, entendermos questões sintomáticas atreladas à travestilidade. Primeiro, quase que unanimemente, o ambiente educacional não instrui para o respeito à diversidade, de forma que não acolhe membros gênero-dissidentes – entre funcionários e estudantes. Consequentemente, sem representatividade e instrução acerca da edificação de suas subjetividades, tais sujeitas não encontram motivação para seguir adiante com sua educação escolar, o que é agravado pela manutenção social do preconceito e desinformação, fatalmente, essa evasão irá refletir também na sua formação acadêmica.

Lembramos, aqui, de Amara quando diz do abraço oferecido a essas mulheres pela prostituição. Família e Igreja são outras instituições que, majoritariamente, rejeitam e estigmatizam performatividades de gênero desviantes compelindo-as à segregação e à informalidade do trabalho, lesando sua cidadania. Todos esses entraves encontrados ao longo de seu desenvolvimento enquanto indivíduos prejudicam sua construção identitária e negociação de subjetividades, fragmentando sua condição humana, como reiteram ao autodenominarem-se “sub-humanas”, “inumanas”, ou, ainda, “coisas”.

Difícil lidar com essa montanha-russa de sensações, medos, angústias, com essa irresponsabilidade toda para com nosso emocional. Por conta do estigma, nos sujeitamos, jogamos as regras do jogo, fazemos romance pra ganhar um extra, até dormimos de conchinha pagando bem, mas sempre o gosto amargo no final da noite, porque, no meio dessa leva de corpos que conhecemos dia após dia, a expectativa ainda é a de encontrar o príncipe encantado que nos aceite, nos assumo e, **se possível**, nos ame (MOIRA, 2018, p. 177, grifo nosso).

À luz do dia, o príncipe encantado vira sapo e às princesas resta a clausura. À noite, “a travesti e o amor que existe pra nós” é a forma menos arriscada encontrada para a manutenção de suas identidades. O nível de sujeição à qual são relegadas as priva de direitos e recursos, a rejeição e a indiferença as privam de relações de afeto que resistam, para além da calada da noite, ao alvorecer.

Pôr em palavras, palavras escritas, livros, tantas inquietações e afetações foi, de certa forma, dar voz às tantas travestis e trans trabalhadoras sexuais. Foi proporcioná-las reconhecerem-se e apoderarem-se de suas histórias, de suas lutas, de suas causas através da literatura. A troca crescente entre trabalhadoras sexuais – cis e trans – proporcionada pelo poder da palavra – escrita, lida, pronunciada, bradada, ecoada – promove sua rede, esse “cruzamento potente de vozes”, do qual fala Nascimento, na epígrafe que abre a presente seção e, como

tivemos oportunidade de explorar, seu pertencimento, sua condição política, sua(s) identidade(s), seus acessos:

Dessas leituras e traduções, surge meu fascínio pela função essencial do estigma na manutenção do status quo e as milhares de pequenas questões envolvidas em algo que, a um primeiro (e desatento) olhar, parece tão simples. Surgiu daí, também, o desejo de sair do armário e olhar o mundo a partir do lugar de prostituta que ocupo nessa sociedade, e não de qualquer um dos outros lugares que também ocupo e poderia usar como ponto de vista: de esposa, de dona de casa, de intelectual. **Ser puta e escolher não esconder isso mais das pessoas à minha volta foi uma experiência dura, mas essencial para meu crescimento como feminista** (PRADA, 2018, p. 87, grifo nosso).

A manutenção do status quo e a função do estigma de que fala Prada se dão pela mesma colonialidade do poder, pela heteronormatividade e pelo patriarcalismo, que perpassam sua história e as histórias de Benvenutti, Moira, Barreto, Leite e outras tantas: mulheres, travestis, mães, filhas, trabalhadoras sexuais, letradas ou não, conscientes ou não das sujeições a que são submetidas. O putafeminismo, nesse sentido, permite um pertencimento, ainda que, como tenhamos visto, cada uma dessas mulheres parta de um ponto diferente, possua individualidades e necessidades singulares.

Assumir o trabalho sexual publicamente é, também, tomar posse da(s) própria(s) identidade(s), pertencer e ter a chance de lutar pelas causas inerentes à categoria. E como foi possível delinear, a literatura possui seu papel nesse processo. Entre Gabriela e Lola, Omar e Amara, Luísa e Monique, Otília e Gabriela, Maria de Lourdes e Lourdes¹¹⁸, há muitas e há uma. Em/entre todas elas há a palavra por meio da qual e na qual está representado, teorizado e autobiografado o putafeminismo.

3.3 PUTAFEMINISMO: DIZ PUTA NO CAMPO LITERÁRIO

A prostituta está além da fronteira, lá onde as mulheres ditas decentes não podem estar. É ela, somente ela, que a sociedade escolhe condenar e apedrejar. E eu escolhi ser, ou fui escolhida para ser, essa mulher a quem se apedreja. Hoje, estou jogando essas pedras de volta para vocês. Recebam-nas com carinho.

Monique Prada

¹¹⁸ Lourdes Barreto utilizou, como nome de guerra, o segundo nome de registro, conforme discutido no capítulo dois deste trabalho, na seção “Pseudônimo literário ou nome de guerra?”.

Essa discussão empreendida até aqui, nas vozes de cientistas sociais, teóricos e estudiosos da prostituição, é realizada por Monique Prada, em *Putafeminista*. Prada discute sobre os embates legislativos em torno do trabalho sexual, além de refletir sobre estudos realizados a respeito. A proposta putafeminista, desde os paratextos, já é muito evidente. Na epígrafe do livro, Prada evoca Dolores Juliano, sem deixar de disponibilizar uma minibiografia da epigrafada¹¹⁹ seguida ao texto:

A divisão das mulheres entre boas e más beneficia a estabilidade do sistema. O estigma da prostituição nada tem a ver com o que as trabalhadoras sexuais são ou fazem. Ele representa um potente elemento de controle para as mulheres que não atuam na indústria do sexo. O modelo de esposa e mãe abnegada exige muito sacrifício. Ainda que se diga que a mulher é a rainha do lar, sabemos que não é, que é uma pessoa a serviço de todo mundo. É um modelo tão pouco atraente e com tão pouca recompensa e reconhecimento que a única forma de conseguir que as mulheres se adéquem a ele é assegurar a elas que a outra possibilidade é pior (JULIANO in PRADA, 2018, p. 9).

Por meio do pensamento feminista liberal de Juliano, é evidenciado o conceito de estigma, já apontado ao longo desse estudo, imprescindível para entender os estereótipos que envolvem a atividade em questão. Erving Goffman¹²⁰ afirma que o estigma se refere a uma propriedade depreciativa, cuja legitimação se estabelece através de relações. Nesse viés: “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é em si mesmo, nem honroso nem desonroso” (GOFFMAN, 1963, p. 13). Ancorada nesse conceito, Juliano contrapõe a rainha do lar (esposa e mãe) à prostituta – identidades cujo antagonismo foi posto à prova neste estudo em outros momentos –, demonstrando como funciona a estigmatização no sentido de que, ao relacionar uma função à outra, ainda que as desvantagens da primeira pareçam óbvias, o estigma faz com que a segunda permaneça em descrédito.

Como já elucidado, no capítulo dois, o nome do autor selecionado para uma epígrafe tem grande importância paratextual. Ademais, é uma função do texto epigráfico ser um comentário do livro, cujo significado precisa ou ressalta indiretamente (GENETTE, 2009, p. 142). Tal aspecto é percebido na obra em análise, uma vez que seu posicionamento putafeminista é reiterado nas palavras de Juliano.

¹¹⁹ “Dolores Juliano é uma antropóloga argentina, professora aposentada da Universidade de Barcelona e estudiosa das questões étnicas e de gênero. É autora, entre outros livros, de *La prostitución: el espejo oscuro* (Icaria Editorail, 2002). Militante feminista, participou dos trabalhos da comissão sobre prostituição do Congresso Argentino, em 2002” (PRADA, 2018, p. 9).

¹²⁰ Em *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada* (1963).

Além da epígrafe e do prefácio, há, também, uma apresentação, antes do texto, propriamente dito, assinada por Adriana Piscitelli, antropóloga, doutora em Ciências Sociais pela Unicamp e professora do departamento de Antropologia Social e do Doutorado em Ciências Sociais da mesma universidade. Sua formação acadêmica é disponibilizada ao leitor, abaixo de seu nome, em forma de um currículo resumido¹²¹. Sobre a apresentação, Genette a define como um parassinônimo do prefácio. Contudo, o teórico sustenta que, em situação de copresença, várias nuances distinguem esses termos, que assumem diferentes funções, dentre as quais, umas mais estreitamente ligadas ao sentido do texto e outras mais protocolares e circunstanciais (GENETTE, 2009, p. 145).

Em dado momento da obra, Prada enfoca a discussão a respeito das investidas de deputados brasileiros contra as pautas levadas a pleito nacionalmente¹²², como já foi mencionado em capítulo anterior desse estudo¹²³. Antes, discorre sobre a interferência das feministas radicais na luta das trabalhadoras sexuais. É quando, contrapondo tais agentes, a autora questiona: “Mas o que seria representativo da maioria? Quem? Seriam as mulheres que não exercem, nunca exerceram e nunca precisarão exercer a prostituição as únicas vozes que devem ser consideradas como representativas da maioria das mulheres que exercem a prostituição?” (PRADA, 2018, p. 36).

Prada cita Melissa Gira Grant, jornalista e escritora, que exerceu o serviço sexual e cunhou o conceito “puta imaginada” – que, entre outras adjetivações, é ‘a oprimida’ – para se referir à imagem estigmatizada da prostituta, tratada acima. Ancorada na perspectiva de Grant – cujos questionamentos acerca dessa opressão abrem esse capítulo, em epígrafe –, a autora assegura a eficácia da manutenção do estigma para, inclusive, “deslegitimar a palavra das putas que não se parecem com a ‘puta imaginada’”. Não devemos ser ouvidas porque não seríamos representativas da maioria das prostitutas” (PRADA, 2018, p. 35). Destarte, após pontuar a inconsistência desta controvérsia, indaga o porquê de ela não poder falar pela classe e outras mulheres seguirem fazendo-o. Suas indagações, no livro, nunca ficam sem resposta. Ainda que

¹²¹ Em soma aos dados já mencionados, informa-se ainda: “É pesquisadora do Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp e pós-doutora pelas universidades de Barcelona, Rovira e Virgili, Universitat Autònoma de Barcelona e de Madrid” (in PRADA, 2018, p. 17).

¹²² “Em julho de 2016, o deputado Flavinho, do PSB de São Paulo, apresentou a indicação 2371-16, que sugere e demanda a retirada da ocupação de profissional do sexo da CBO. A proposta e o PL 377/11, de autoria do deputado João Campos, são hoje as duas maiores ameaças aos direitos da categoria que tramitam no Congresso Nacional. Ambas têm chances consideráveis de aprovação” (PRADA, 2018, p. 56). É possível acompanhar ambas as ações legislativas por meio de consulta ao site da câmara dos deputados (<https://www.camara.leg.br/>). Até a presente data, a situação da primeira consta como “arquivada” e a segunda aguarda “designação de Relator(a) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)”.

¹²³ Em nota de rodapé, na seção “1.2.1 Ficções”, do capítulo um.

para algumas não aponte solução, busca desenvolver reflexões e críticas sobre todas as contendas que levanta.

Seguidamente, é importante reiterar o pioneirismo de Leite nesse embate. Tal como as outras escritoras aqui analisadas, Prada resgata sua importância para a formação do movimento no país. Deste modo, lembra que, desde sua militância, o conflito já se havia instituído com certas instâncias feministas e instituições de poder: “Quando outras feministas lhe diziam que não podia ser feminista porque era puta, Gabriela Leite respondia que podia e que era, portanto, uma puta feminista. Putafeministas. Somos” (PRADA, 2018, p. 72). No próprio *Filha, mãe, avó e puta*, pode-se fazer esse resgate: “O objetivo deles era que eu assumisse o discurso da vitimização da puta. E isso não aconteceria nunca” (LEITE, 2009, p. 143). Para Gabriela Leite, considerar-se uma vítima significaria sujeitar-se às relações de dominação que lhe eram impetradas.

Para entendermos a proposta de *Putafeminista* é preciso considerar algo mais que as linhas desse texto inaugural. Como apresentei aqui, nos paratextos e, além, nas entrelinhas, Prada se vale – então, já desde a epígrafe, seguida do prefácio, da apresentação e da bibliografia – dos mecanismos que defende: representatividade da classe. Assim, não raro, dialoga com outras prostitutas, não apenas brasileiras, e suas produções e discursos, ainda que, para contrapor ou problematizar alguns: desde Grant, Moira, Siqueira e Leite, já mencionadas, a Virginie Despentes, Morgane Merteuil, Georgina Orellano, Carol Quenn, Célia Gomes, Bruna Surfistinha, Aline T. – sobre quem disponibiliza apenas o aposto, prostituta e advogada paulistana.

Dentre as TS escaladas por Monique Prada, nos ateremos à contribuição da argentina Georgina Orellano. Também escritora e ativista, assim como a brasileira, Orellano soma à discussão com a obra que leva o título *Putas Feministas* – na sua versão, as palavras são grafadas separadamente – e cujo subtítulo *Historias de uma trabajadora sexual*¹²⁴ dá pistas de que, diferentemente de Prada, pretende, para além de levantar a bandeira putafeminista, relatar suas histórias no trabalho sexual.

Já no primeiro capítulo do livro – “Um trabajo como el tuyo”¹²⁵ –, nos deparamos com relatos de rememoração da adolescência da autora/protagonista. Ela conta que integrava um grupo de cinco amigas e que eram chamadas de putas na escola por serem rebeldes e provocativas. E, no último ano escolar, tiveram que escolher uma problemática social para

¹²⁴ “Histórias de uma trabalhadora sexual”. Daqui em diante todas as citações do livro de Georgina Orellano terão tradução nossa.

¹²⁵ “Um trabalho como o seu”.

realizar um trabalho prático, de forma que não pensaram duas vezes: abordariam a prostituição. E, esse foi seu primeiro contato mais profundo com a atividade. Tiveram muita dificuldade em realizar o trabalho e descobririam, posteriormente, que isso se deu pelo fato de as TS terem vergonha de apresentarem-se como tais:

Vergüenza. Por eso en los anuncios no mostraban la cara, solo eran cuerpos sin cabezas.

Vergüenza. Por eso en los avisos del rubro 59 usaban apodos o nombres cortos, como Sofia y Gaby, identidades de fantasía para ocultar la verdadera.

Vergüenza. Por eso las caras de espanto de nuestros familiares cuando se enteraron del tema del trabajo práctico que estábamos realizando.

Vergüenza. Por eso jamás daríamos con una prostituta para hacerle una entrevista. Si se les deseaba lo peor, hasta la violación, por lo que hacían, y eso que hacían no se llamaba por su nombre, no se podía poner en palabras. Era eso.

Hicimos el trabajo práctico centrándonos en el estigma y aprobamos¹²⁶ (ORELLANO, 2022, p. 9-10).

Georgina e as amigas, ainda adolescentes, observaram criticamente que, através da vergonha alimentada pelo estigma, exercia-se um controle sobre as trabalhadoras sexuais, traçavam-se regras de isolamento social destas. Uma reflexão sensível e acurada contando com o fato de que são maioria os que não refletem sobre esses mecanismos que marginalizam a prostituta, mas tão somente, reproduzem-nos.

Dando sequência à narrativa, a autora rememora a finalização do colégio e a confecção de currículos na busca da primeira experiência profissional. Começou trabalhando com a mãe, como auxiliar de limpeza e iniciou a faculdade de psicologia, que precisou abandonar. Mais ao fim do capítulo, menciona que, após oferecer algumas aulas particulares, recebeu o convite para trabalhar como babá de quatro irmãos. Adiante, a mãe das crianças de quem cuidava – que dizia trabalhar em um hotel – confessou-lhe ser trabalhadora sexual e, em dado momento, a convidou a acompanhar um cliente como uma espécie de noiva. De início, ela recusa veementemente, contudo, assume que a ideia não lhe sai da cabeça. Assim, Georgina passa a exercer a prostituição, descobrindo que, mais que o serviço sexual, esta demanda práxis como ouvir, falar e acompanhar:

Yo solo pensaba que había pasado la prueba de fuego y que estaba íntegra. Ni sucia, ni indigna: me sentía poderosa. Y hasta un poco valorada.

¹²⁶ “Vergonha. Por isso os anúncios não mostravam seus rostos, eram apenas corpos sem cabeça. Vergonha. Por isso nos anúncios da categoria 59 usaram apelidos ou nomes curtos, como Sofia e Gaby, identidades fantasiosas para esconder a verdadeira. Vergonha. Por isso as caras chocadas dos nossos familiares quando souberam do trabalho prático que estávamos fazendo. Vergonha. É por isso que nunca encontraríamos uma prostituta para entrevistar. Se se lhes desejava o pior, até mesmo estupro, pelo que faziam, e o que faziam não se chamava pelo nome, não poderia ser expresso em palavras. Era isso. Fizemos o trabalho prático centrando-nos no estigma e fomos aprovadas.”

Me habían pagado por hablar y escuchar. Yo, como muchxs, pensaba que a las prostitutas les pedían y les hacían de todo. Ese día me habían pagado por compartir mi tiempo.

Silvana contó el dinero.

– Le gustaste, te dio más de lo que yo le dije que cobrabas. Cuando lo conté yo, me di cuenta de que en dos horas había ganado lo que ella me pagaba como niñera en una semana.

Es una opción tentadora, aunque ser puta no es para todas. Como ser niñera, docente, empleada de casas particulares o cajera de supermercado tampoco lo es. Eran mis opciones, tenía claro que no estaba eligiendo libremente pero también que esa no es una situación que atraviesan solo las prostitutas, sino que es el problema de ser pobre. De la falta de oportunidades, de la desigualdad, de nacer mujer o en un cuerpo femenino. De esta sociedad tan machista en la que ser mujer y pobre te condena a trabajos feminizados, mal pagos, de cuidados y precarios.

Decidí frente a las opciones que tenía y tengo por ser mujer de clase obrera. Me decidí por el trabajo sexual por la autonomía y la remuneración que podía darme. Esas fueron las razones principales¹²⁷ (ORELLANO, 2022, p. 17, grifo nosso).

Bem como as demais trabalhadoras sexuais afeitas ao putafeminismo, Georgina Orellano, em sua obra, reitera a escolha pelo trabalho sexual, renunciando o discurso vitimista esperado e corroborado pelas estruturas sociais de poder. Ao contrário, equipara-o a outras profissões que poderia eleger dentro do campo de possibilidades que se lhe apresentava. Outrossim, destaca a autonomia e a remuneração propiciadas pela atividade, características ressaltadas também por Prada, Benvenuti, Barreto e Leite – não por Moira, uma vez que sobre a prostituição travesti e transexual pesam, para além do estigma, as cargas da homofobia e da transfobia, que reforçam a marginalização de tal grupo, precarizando ainda mais o ofício, como, há pouco, explicitamos.

“Depois de passar meses muito dura, com uma grana que não dava para nada, comecei a ganhar mais numa semana do que ganhava em um mês como secretária. E me entusiasmei no negócio. Perdi o medo e logo já estava puxando homem” (LEITE, 1992, p. 51). Nessa passagem, é perceptível como a valorização financeira da atividade em relação a outras é um incentivo para a opção por essa, no caso da prostituição de mulheres cis; já em relação a travestis

¹²⁷ “Apenas pensei que tinha passado no teste de fogo e que estava intacta. Nem suja nem indigna: me senti poderosa. E até um pouco valorizada. Fui paga para falar e ouvir. Eu, como muitxs, pensei que eles pediam tudo às prostitutas e faziam tudo com elas. Naquele dia, fui paga para compartilhar meu tempo. Silvana contou o dinheiro. — Ele gostou de você, te deu mais do que eu falei que você estava cobrando. Ao contar, percebi que em duas horas eu havia ganhado o que ela me pagava como babá em uma semana. É uma opção tentadora, embora ser prostituta não seja para todos. Nem ser babá, professora, empregada doméstica ou caixa de supermercado. Eram as minhas opções, tive certeza de que não estava escolhendo livremente, mas também que essa não é uma situação que só as prostitutas passam, mas é o problema de ser pobre. Da falta de oportunidades, da desigualdade, de nascer mulher ou em corpo feminino. Desta sociedade tão machista em que ser mulher e pobre te condena a empregos feminizados, mal remunerados, de cuidados e precários. **Decidi frente às opções que tinha e tenho como mulher da classe trabalhadora. Decidi pelo trabalho sexual pela autonomia e remuneração que isso poderia me proporcionar. Esses foram os principais motivos.**”

e transexuais, a falta de oportunidade de trabalho no mercado formal, devido à transfobia, se apresenta como recorrente impulsionador da ‘escolha’, ou, nesses casos, do ofício, sustento possível e acessível.

Porém contudo todavia travesti tá aí, puta também e a gente tá um tanto cansada de ser jogada pra debaixo do tapete: vão querer continuar fingindo que a gente não existe, que isso aí não é a vida que existe pra nós? Sinto, lamento e choro, não deu, não vai dar. O pai de família respeitável que atendo na zona acha um barato papar a mim por dindim poquim, o fim da picada eu contar a historinha pra meio mundo (MOIRA, 2018, p. 107).

Como reforçado pela protagonista de *ESEFP*, essa é a vida que existe para tais mulheres. Em contraste com o relato de Gabriela – que, da má remuneração no trabalho formal, passa a ganhar bem com a prostituição –, nesse excerto, delata que o mesmo não ocorre no trabalho sexual de mulheres trans e travestis. Contudo, uma percepção comum nas obras de TS, em geral, é a volatilidade do dinheiro recebido na atividade: “E lá vem a nova oncinha pra coleção. Ele me leva pro hotel e foi só chegar, aliviada, que já corri com as amigas pro *putz-putz* pra soltar a onça. O que vem fácil, vai fácil igualzinho” (MOIRA, 2018, p. 44). Nessa passagem, além de apontar o uso premente do dinheiro angariado, Amara não escapa ao senso comum para o qual ganhar a vida na prostituição é ter “vida fácil”.

Voltando às paridades e disparidades entre o *Putafeminista* brasileiro, de 2018, e o *Putafeminista* argentino, de 2022, outro traço importante que demarca a proposta de cada publicação pode ser notado tão somente com os livros fechados em mãos. Como desenvolvido no capítulo precedente, a capa de um livro é, em suma, sua vitrine. Diferentemente de Prada, e em consonância com as demais autoras interlocutoras deste estudo, nos deparamos com uma fotografia de Orellano – em preto e branco, numa proposta bem semelhante a uma foto 3x4 – na capa do exemplar, integralmente em tons de cinza, à exceção do título *Putafeminista* em letras vermelhas e maiúsculas.



Fontes: PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.
 ORELLANO, Georgina. *Putafeminista: historias de una trabajadora sexual*. Grupo Editorial Penguin Random House: Argentina, 2022. Edição Kindle.

Dessa forma, entendemos que, ainda que as obras de ambas delimitem premissas importantes acerca do putafeminismo, a obra de Monique Prada tem um foco maior e predominância na discussão teórica, enquanto a de Georgina Orellano transita entre o relato autobiográfico e crítica social. Com tudo isso, as obras se aproximam no sentido de se colocarem como marcos teóricos do putafeminismo no Brasil e na Argentina, países de origem e atuação das autoras, respectivamente, além do mais, ambas encontraram no ciberespaço o impulso que as oportunizou ouvirem e serem ouvidas, disputarem o campo literário, afinal, elas buscam reivindicar um feminismo todo seu.

3.3.1 “Fala, mulher, da vida!”¹²⁸

A puta

*Quero conhecer a puta.
 A puta da cidade. A única.
 A fornecedora.
 Na Rua de Baixo*

¹²⁸ O título dessa seção faz menção ao filme homônimo produzido no 1º Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987.

*onde é proibido passar.
Onde o ar é vidro ardendo
e labaredas torram a língua
de quem disser: Eu quero
a puta
quero a puta quero a puta.*

*Ela arreganha dentes largos
de longe. Na mata do cabelo
se abre toda, chupante
boca de mina amanteigada
quente. A puta quente.*

*É preciso crescer
esta noite a noite inteira sem parar
de crescer e querer
a puta que não sabe
o gosto do desejo do menino
o gosto menino
que nem o menino
sabe, e quer saber, querendo a puta.*

Carlos Drummond de Andrade

O advento da internet e sua popularização, para Prada, se consolida como ferramenta que auxilia a visibilizar as trabalhadoras sexuais: “Não somos mais invisíveis. Passamos a ter a possibilidade de interação em tempo real nas redes sociais, nas quais reivindicamos o espaço que sempre nos foi negado, como mulheres, donas de nossas vontades, de nossos destinos, de nossas escolhas, e plenamente capazes de defendê-las” (PRADA, 2018, p. 34). O acesso online, nesse sentido, surge como instrumento elementar de ampliação da voz de muitas dessas mulheres, até então, abafada nos limites dos guetos e casas de prostituição, consoante a escritora.

Em relação às travestis e transexuais, não foi diferente, como nos apresenta, a já mencionada, Maria Clara Araújo dos Passos: “A internet serviu como o espaço de construção e difusão de saberes construídos por uma nova geração de travestis e mulheres trans brasileiras. As discussões online representaram um passo importante para a afirmação dessa população como produtoras de conhecimento” (PASSOS, 2022, p. 88). A pesquisadora complementa que, na medida em que o conhecimento desenvolvido nos meios acadêmicos vem sendo difundido por intermédio do espaço virtual, o transfeminismo passa a emergir via online como teoria e prática, dando como exemplos o site transfeminismo.com e o Seminário Internacional Desfazendo Gênero.

Em sequência a tais observações, voltando a Prada, há uma provocação da reflexão do leitor, suscitando algumas perguntas, às quais, seguidamente, são respondidas. O trecho, inclusive, como elemento paratextual, foi selecionado para estampar a quarta capa, ou contracapa do livro:

Então, surge o estranhamento: que Putas são essas, que ousam falar e contrariar tudo o que se pensa sobre elas? Que Putas são essas que ousam falar e, ainda por cima, ousam se expor sem tarjas e disfarces não apenas nas redes sociais, mas em pessoa, em debates públicos? Que dizem o que se sabe que não pode ser dito, que vivem nos lugares tidos como perigosos, que não são lugares para mulheres: as esquinas, as noites, os prostíbulos, as camas de motéis, com parceiros diversos e muitas vezes desconhecidos – o encontro às escuras. Que putas são essas?

Eu não sei que putas são essas, que putas temos sido nós, que ousamos tanto. Mas uma coisa eu sei: essas não são as putas que a sociedade quer ouvir. Ou ler, no caso. São putas que não combinam com o que o imaginário popular criou: mulheres miseráveis que fazem qualquer coisa por um prato de comida e que não tiveram nenhuma outra oportunidade na vida a não ser realizar os desejos sexuais bizarros de homens maus e pervertidos. A sociedade quer que fiquemos no lugar que ela nos reservou, o único espaço possível para mulheres como nós: o espaço da precariedade, da exclusão, da marginalidade, da clandestinidade, da violência (PRADA, 2018, p. 35).

A autora, nessas linhas, defende a ideia de que existe um incômodo social sustentado pelo fato de as prostitutas ousarem ser, estar, falar e existir para além do estigma a que pretendeu-se confiná-las. Sobre o excerto, primeiramente, vale destacar a palavra “Putas” grafada com inicial maiúscula em mais de um momento; uma leitura possível para essa opção da autora seria sugerir uma passagem de substantivo comum a próprio, nomeando, agrupando a classe.

Parece claro que o uso reiterado da alcunha “putas” tem o intuito de provocar o leitor, justamente instigando sua curiosidade pelas vias do imaginário popular – quando se trata da contracapa – e reforçando a ideia de ousadia e transgressão aos espaços a que foram compelidas, discutida, até então – ao longo da obra. O capítulo em que consta esse extrato, o primeiro do livro, inclusive, intitula-se “Putas, ofensa mãe” e tem início com a discussão traçada por Prada em torno das diversas designações utilizadas para se referir à trabalhadora sexual: “Putas, prostituta, meretriz, garota de programa, marafona, mulher da vida, messalina, mulher-dama, cortesã, rapariga... Putas. Independentemente do termo escolhido, ele pode tanto se referir a uma profissão quanto indicar a pior das ofensas às mulheres” (PRADA, 2018, p. 25). A escritora ressalta que palavras podem ser ressignificadas (realçando que a expressão “puta atriz” não teria o significado de “atriz prostituta”), demonstrando sua atenção às peculiaridades da linguagem. Em sequência, termina: “Pois bem, então é isso o que eu sou, eu mesma me apresento assim: eu sou uma puta” (PRADA, 2018, p. 26).

Em *Filha, mãe, avó e puta*, há um intertítulo “A palavra proibida”. Nele, Gabriela Leite denuncia o repúdio social à classe, refletido, em primeira instância, nos termos usados para designar as profissionais, veja-se, a título de exemplificação, os sem número de xingamentos e expressões da língua que assentam a palavra “puta”. Leite narra um episódio que vivenciou em uma mesa da qual participou, presidida por um bispo, composta por freiras, Leonardo Boff, três prostitutas e ela (LEITE, 2009, p. 142). As colegas de profissão se apresentaram como “meninas” a pedido da pastoral, que achava “muito forte” o nome prostituta. Leite não cedeu, se apresentou como prostituta e, durante o debate, ela usava esse termo, enquanto falavam “menina”: “Aí começa minha grande questão com as denominações politicamente corretas, um dos maiores temas do meu trabalho até hoje. Eu respondia à plateia: “‘Eu acho que é porque as pessoas têm vergonha da palavra *prostituta*.’ Aquilo foi um rebu na pastoral” (LEITE, 2009, p. 142-143).

“A volta da polêmica do nome”, um intertítulo posterior ao supracitado, traz, novamente, à baila a discussão. Nele, a precursora dos movimentos de prostitutas no Brasil, relata a participação em mais de um congresso onde debateram a respeito dessa controversa questão, a qual, segundo ela, rende opiniões. Contudo, deixa bem explícito seu posicionamento sobre: “As colegas da América Latina consideram nosso movimento atrasado em relação ao delas, porque elas usam ‘trabalhadoras do sexo’, e nós ainda não vencemos o preconceito e nos chamamos ‘prostitutas’. Eu penso o contrário, parece que mudar o nome é um pedido de desculpas” (LEITE, 2009, p. 158). Conforme demonstrado por Prada e reiterado por Leite, devido ao desconforto social que essas alcunhas despertam, utilizá-las e, mais, não se envergonhar delas, é uma maneira de ressignificá-las, atacando concepções e tabus enraizados:

Num congresso latino-americano sobre aids em Buenos Aires, foi distribuído um livreto com instruções para os voluntários. No capítulo “palavras que não podem ser usadas nesse congresso de forma alguma”, estava a palavra prostituta. [...] A coordenadora da mesa, líder de uma associação de prostitutas do Equador, me perguntou: “Como eu te apresento, Gabriela?” Eu disse: Diga que eu sou da “Coordenação Nacional da Rede Brasileira de Prostitutas.” Mas eu já sabia no que ia dar. Eu fui a terceira a falar. Ela me apresentou em espanhol: “Tenho a grande honra de apresentar a vocês Gabriela Leite, nossa liderança mais antiga, que é da Coordenação da Rede Brasileira de Trabalhadoras do Sexo”. Eu tomei a palavra: “Eu estou muito feliz de estar aqui, mas queria fazer uma correção à minha colega equatoriana. Queria dizer que o nome da nossa rede é Rede Brasileira de Prostitutas e que nós gostamos que nossa rede seja chamada dessa maneira, portanto, toda vez que for falar da Rede Brasileira de Prostitutas, tem que falar Rede Brasileira de Prostitutas. Porque nós gostamos muito de ser chamadas de prostitutas”, eu fiquei repetindo, repetindo, repetindo... fiquei puta (LEITE, 2009, p. 158-159).

Esse mesmo subtítulo de sua narrativa tem início com a história de uma prostituta que se revolta ao se deparar com o poema “A puta”, de Carlos Drummond de Andrade – que abre essa seção, em epígrafe –, no número inaugural do jornal *Beijo da Rua*¹²⁹ – lançado em Recife, no Primeiro Encontro de Prostitutas do Nordeste, em 1988. Ela empunhava uma faca e dizia que não era puta e que queria saber quem a estava chamando assim, ameaçando Gabriela que conclui: “Essa mulher deve ter sofrido muito por causa do nome ‘puta’, como todas nós, é claro. Mas para ela era um trauma fora do comum” (LEITE, 2009, p. 157-158).

O segundo capítulo do livro de Monique Prada possui o título “Uma rosa é uma rosa, não importa como você a chame”; tópico em que, de fato, a autora vai se deter sobre esse tema: “A quantidade, variedade e origem dos termos usados para designar as pessoas que exercem o trabalho sexual é impressionante” (PRADA, 2018, p. 53). Nesse prisma, ela assegura que, no Brasil, essa é uma pauta ainda em disputa, como se pode perceber, desde os nomes que designam as organizações nacionais – Rede Brasileira de Prostitutas; Central Única de Trabalhadoras e Trabalhadores Sexuais e Articulação Nacional de Profissionais do Sexo. À vista disso, os espaços políticos organizados na busca por direitos não possuem uma definição consensual sobre qual termo seria mais apropriado.

Indianare Siqueira, no prefácio de *E se eu fosse puta*, também problematiza o estigma: “Cada vez que eu me recusava a dizer que era prostituta e, no lugar, dizia profissional liberal ou autônoma, aí sim eu me sentia uma farsa: eu não estava sendo honesta com pessoas que me acolheram tão bem e com um local que eu já não via da maneira que me impuseram” (SIQUEIRA in MOIRA, 2018, p. 13-14). Destarte, tece sua crítica aos ‘valores sociais’ que são introjetados no inconsciente popular, incontornáveis, como bem lembra Leite: “É difícil fugir da nossa cultura o tempo todo” (LEITE, 2009, p. 85).

Ainda no tocante ao julgamento social, Amara lembra que a oposição socialmente estabelecida, mulher honesta versus mulher da vida, obriga as próprias TS a conciliarem suas contradições, uma vez que “são obrigadas a lidar, pelo menos lidar, [...] com seus próprios preconceitos e limitações ali na prestação do serviço sexual. Me leva a pensar também no que é e no que deixa de ser preconceito, e em como desconstruí-lo caso a pessoa tome ciência dele” (MOIRA, 2018, p. 123).

Muito além dos tabus pessoais – cuja manutenção é reforçada diária e socialmente –, estamos falando aqui de termos que são utilizados como os maiores palavrões da língua portuguesa. *O pior palavrão do mundo*, texto de Monique Prada, publicado em 2017, no site

¹²⁹ BEIJO DA RUA. 1988. Rio de Janeiro: Iser, dezembro, p.7.

Mídia Ninja, problematiza tal xingamento: “‘Mãe! Mãe! Eu sou o pior palavrão do mundo!’”, diz Leila a Lourdes Barreto, em meio a nossa performance no Boteco da Diversidade. Filha de uma prostituta, Leila sabe bem do que fala: para ela e para milhões de crianças ao redor do mundo, através dos séculos, o estigma tem sido um velho conhecido” (PRADA, 2017, não paginado). Nessa publicação, Prada toma como exemplo a descoberta da criança Leila perante a mãe Lourdes – que, como já apontado, nunca ocultou da família o trabalho que exercia – e reflete sobre como o estigma da prostituta recai violentamente sobre sua prole, através de expressões culturalmente consideradas as mais ofensivas entre os palavrões. A autora aponta, ainda, a discrepante percepção da maternidade na sociedade quando a mãe atua no trabalho sexual: “Se a maternidade compulsória é o destino quase que natural de toda a mulher, algo a ser questionado e combatido, para a mulher que vive de cobrar por sexo, o peso da maternidade é outro” (PRADA, 2017, não paginado)¹³⁰. O mesmo episódio é lembrado, ao que nos parece, por Leila Barreto na autobiografia da mãe, da qual é curadora¹³¹.

Após traçar algumas considerações e contextualizações sobre as polêmicas que envolvem esse processo de nomeação – com sua infinidade de sinônimos, eufemismos e termos considerados ofensivos –, Prada apresenta sua posição, enquanto ativista pelos direitos da classe:

Eu, embora não tenha nenhum problema moral em me identificar como prostituta – e, assim como Gabriela Leite, goste muito da palavra puta –, prefiro hoje usar a expressão trabalhadora sexual para definir a atividade que exercemos. Considero seu uso importante politicamente, para deixar bem marcada a afirmação de que trabalho sexual é trabalho. Também levo em conta o fato de essa definição poder englobar uma gama enorme de atividades: a prostituta, a stripper, a *cam girl*, a dominadora profissional, a atriz pornô, a assistente sexual (PRADA, 2018, p. 55).

Partindo desse pressuposto, Prada entende que a denominação trabalho sexual possui amplitude para abarcar várias atividades, dentre as quais, a prostituição, a qual exerce e é o objeto principal de discussão de seu livro. Portanto, interpretamos que, como porta-voz do movimento putafeminista, legítima – dentre todas as apresentadas ao longo deste estudo, por ela e por outrem – o uso da expressão “trabalho sexual” pelo fato de, a priori, reforçar a ideia deste como ofício, profissão. Além disso, por trabalho sexual podem ser entendidas várias atividades que orbitam a chamada “indústria do sexo”.

¹³⁰ Devido ao recorte estabelecido neste trabalho, não nos debruçaremos sobre a temática, mas entendemos a importância de apontá-la e reforçamos a premência dessa discussão.

¹³¹ Ver: BARRETO, 2022, p. 173.

Observamos, diante dos diálogos desenvolvidos, que, em sua escrita e voz, bem como nas de Leite, Barreto, Moira, Benvenuti e, também, nas de instituições presididas por colegas de profissão, a autorrepresentação vai se tornando uma realidade cada vez mais efetiva e ativa para as trabalhadoras sexuais brasileiras¹³². Logo, no tocante ao meio literário nacional, conforme evoca Margareth Rago, concordamos que: “Apenas na literatura feminina, a prostituta traduz um ideal de libertação social e sexual da mulher, escapando assim às duas imagens dicotômicas que, às vezes, podem alternar em uma mesma personagem” (RAGO, 2008, p. 227). Nesse sentido, podemos arriscar afirmar que as obras autobiográficas com propostas putafeministas presidem o hall das publicações que apresentam as TS – protagonistas, personagens, autoras – em suas mais profundas complexidades.

Além das questões sobre maternidade, a relação conjugal e a constituição e manutenção de um núcleo familiar também são passíveis de problematização. Nesse ínterim, Lourdes Barreto discute, ainda, sobre o estigma que entrava instituir matrimônio: “Por algumas consequências não tenho um marido trabalhando devido ao trabalho que eu faço, porém, eu me sinto honrada e decente porque eu sou prostituta, gosto do que faço” (BARRETO in CLADEM, 1995, p. 452).

Em sequência, denuncia a visão estigmatizada da profissão aos olhos da sociedade, que não atribui o mesmo julgamento de valor a outras profissões que, a seu ver, são tão ou mais precarizadas: “No início eu não gostava, porque eu fui obrigada a isso, mas quando eu decidi que era a opção de vida, passei a lutar e em um momento escutei as pessoas falarem: e você, por que não deixa essa vida e busca um emprego de doméstica?” (BARRETO in CLADEM, 1995, p. 452). Em sua perspectiva, tais ocupações apenas diferem pelo estigma que assombra uma em detrimento da outra. Não somente ela, mas as demais putafeministas elencadas, em algum momento, irão argumentar em prol do trabalho sexual quando comparado a outros trabalhos desprestigiados e marginalizados, alegando que, nestes, as condições laborais podem se apresentar semelhantes ou piores do que naquele.

No tocante a tal conflito, cabe acompanhar o raciocínio da antropóloga Dolores Juliano, evocada no início dessa seção, “A estigmatização do trabalho sexual é uma medida de controle social dirigida não tanto às prostitutas, mas sim ao resto das mulheres” (JULIANO in PRZYBYSZ, 2016, p. 160). A fim de comprovar essa assertiva, Juliano propõe as seguintes realidades: manter relações sexuais sem a preocupação em preservar a virgindade é, na época

¹³² Elas divergem, no entanto, na questão de autodenominarem-se ‘ex-prostitutas’, devido a deixarem de exercer o trabalho sexual por quaisquer que sejam os motivos: para Gabriela Leite não existe, Monique assim se intitulou após o lançamento de seu livro, bem como Lola Benvenuti.

atual, em teoria, algo comum; a economia capitalista pressupõe que praticamente tudo pode ser negociado através do capital, inclusive serviços, agregando valor ao trabalho. A partir dessas premissas, questiona por que – e podemos acrescentar, a quem – incomoda que pessoas cobrem por relações sexuais. E responde com a metáfora de que unir sexualidade e capitalismo é manusear um explosivo. Segundo ela, “A conclusão a que se pode chegar é que o que está em jogo é precisamente o modelo de gênero tradicional. A estigmatização das prostitutas é uma mensagem social para as mulheres não prostitutas e fundamentalmente para as mulheres jovens” (JULIANO in PRZYBYSZ, 2016, p. 160).

No silogismo desenvolvido, Dolores Juliano está falando sobre o quanto as mulheres – e, é possível acrescer, principalmente de classes baixas e menos privilegiadas – exercem papéis sociais imprescindíveis e extenuantes que exigem renúncias e mão-de-obra, por vezes, não remuneradas e pouco reconhecidas. “Mas a sociedade quer assegurar que se a mulher não atender a isso vai ser muito pior para ela. Se não é uma boa menina, te tomarão por uma má menina e uma má menina é sinônimo de uma prostituta e que terá estigmatização mais absoluta” (JULIANO in PRZYBYSZ, 2016, p. 160). Por conseguinte, os modelos de gênero são fundamentais para a manutenção do sistema capitalista e sua reprodução e, nesse intuito, exploram a mulher por trás de expectativas produzidas em torno da figura da mãe, da esposa, da secretária, da trabalhadora doméstica, da babá, da cuidadora, entre outras.

“Curiosamente, o mais difícil de trabalhar este tema é com determinados setores do feminismo. O feminismo que tem uma tradição muito puritana, fundamentalmente o feminismo mais institucional, de tradição ocidental” (JULIANO in PRZYBYSZ, 2016, p. 160). As vertentes predominantes do feminismo, que reivindicaram os direitos como o voto, são, consoante a antropóloga, as mesmas que oferecem resistência para incorporar pautas de minorias e mulheres marginalizadas – delinquentes, transgressoras, prostitutas, lésbicas e transexuais.

Amara Moira levanta essa discussão em seu livro:

Do ponto de vista do moralismo radical é absurdo alguém defender que mulheres possam vender prazer a um homem, negociar esse prazer, pôr a ele um preço. Dar lucro a um patrão, ok; submeter-se a péssimas condições de trabalho, ok; mas, vender prazer e ainda ousar saciar esse prazer, isso nunca! E não importam os valores da negociação, cinquenta, cem ou quinhentos reais a hora, pois, para esse povo, a prostituta será sempre vítima, sempre “explorada” pelo homem perverso vulgo seu cliente. **Para esses setores radicais o sexo não poderá jamais ser considerado serviço, receber um valor, ainda que seja uma das experiências humanas mais essenciais, mais incontornáveis** (MOIRA, 2018, p. 135, grifo nosso).

As autoras debatem de que forma as diferentes correntes do feminismo interferem no reconhecimento de suas pautas, ressaltando o feminismo radical como fator complicador, uma vez que seu ponto de vista não leva em consideração a autonomia da TS, enxergando-a apenas como vítima das circunstâncias, a “puta imaginada”. A discussão empreendida pelas autoras, ao conceber o sexo como um serviço e, conseqüentemente, passível de um valor, como apontam Juliano e Moira, estabelece um embate com o pensamento feminista radical no que diz respeito ao modelo de luta que essa corrente reivindica.

Ao passo que Amara parte de uma experiência empírica atrelada às questões relacionadas à classe trabalhadora, as feministas radicais pensam as discussões sobre classe em termos de gênero e não em termos econômicos, ignorando, assim, as demandas decorrentes do sistema capitalista que estabelecem as normas sociais e culturais da sociedade. Sendo incontornável então essa questão, a putativista aponta que, uma vez que não seja possível vislumbrar o fim do trabalho sexual, é pungente buscar formas de amparo político-social para as mulheres que encontram nele sua renda e subsistência: “Ninguém aqui acredita, em sua consciência, que viverá para ver o fim da prostituição. O mais urgente, portanto, é lutar por melhores condições para que essas que estão na atividade possam exercê-la em segurança, melhor remuneradas, sem o peso do estigma” (MOIRA, 2018, p. 136).

“Nós sabemos também que há muitas mulheres casadas que são prostitutas de seus próprios maridos e o pior disso é que elas não têm consciência, sabemos disso. No momento em que a mulher vai para a cama sem vontade, sem querer, porque ele ofereceu muitas coisas a ela, talvez um carro, talvez quando era muito pobre e ela vai para a cama e ela também é prostituta tanto como a outra. Isto é, que eu sou prostituta consciente, sei o que faço [sic]” (BARRETO in CLADEM, 1995, p. 453).

De forma mais contundente, o que Barreto parece destacar é que há trocas simbólicas dentro da instituição casamento que são aceitas ainda que representem, em certa medida, também serviço sexual. A autora provoca a reflexão de que essas mulheres não possuem consciência do processo do qual participam, não tendo, dessarte, autonomia, diferentemente de uma TS. Para tanto, ela recorta determinado aspecto do trabalho sexual e correlaciona ao matrimônio, talvez com o intuito de desvelar as complexas camadas de uma sociedade que ignora a luta pela profissionalização e descriminalização da prostituição por ser, nas palavras de Leite, marcada por uma “cultura religiosa” de origem judaico-cristã que faz os indivíduos viverem uma dupla sexualidade, uma sociedade que utopicamente acredita que pode abolir essa atividade e opera em diferentes níveis impossibilitando que se discuta de forma efetiva a sexualidade das pessoas.

Então, a gente tem que desmascarar toda essa coisa. Nós lutamos sempre, sabemos que é difícil às vezes, para a sociedade, mas nós lutamos por nossa profissionalização e lutamos pela descriminalização da prostituição. Pensamos que a abolição da prostituição é uma utopia muito grande em uma sociedade como a nossa, católica – e não só católica –, mas judaico-cristã, e temos introjetado toda uma série de questões e de cultura a respeito disso, que não nos deixa falar seriamente sobre nossa sexualidade. Enquanto a gente vive essa **dupla sexualidade**; enquanto a mulher for uma “santa pura”; “mãe de meus filhos”; e a outra for dividida, dessa forma; enquanto as pessoas insistirem em uma cultura religiosa na qual somos **monogâmicos**, – e na verdade não somos monogâmicos, aliás, a mulher só é um pouco mais monogâmica porque há uma imposição cultural ao, porque nós não o somos –, enquanto a gente insistir neste tipo de discussão religiosa, que eu considero de **cultura religiosa**, nós não vamos terminar com a prostituição [sic] (LEITE in CLADEM, 1995, p. 469).

Nesse sentido, as putafeministas denunciam os mecanismos dos quais se apropria o sistema capitalista – logo, fatalmente, as instituições nele inseridas, como a, Igreja – para sustentar e perpetuar seu *modus operandi*, tendo a mulher papel fundamental na manutenção dessas engrenagens. Esses apontamentos corroboram o ceticismo manifestado por Moira e Leite em relação à erradicação do trabalho sexual.

Nos parece coerente que, uma vez que a figura da puta é manipulada para ser um parâmetro daquilo que a mulher não deve representar, a contramão do caminho que a mulher deve tomar, a “puta imaginada” é imprescindível, portanto, como exemplo de desonra, insucesso, depravação, indecência, desvio, de modo que, extirpar a prostituição desfavoreceria a manutenção do controle heteropatriarcal sobre a mulher, que se submete (é submetida) a certas imposições no intuito preservar a imagem de honrada, bem-sucedida, pudica, decente, reta, “bela, recatada e do lar”.

Assim sendo, putativistas conclamam a disfuncionalidade da posição radicalmente contrária ao trabalho sexual de certas correntes do feminismo. Se, para o CISTema, são importantes a prostituição e o espectro da puta atemorizando a mulher, por que ele haveria de buscar a erradicação dessa prática?

“Outra questão que também me surge foi o aprender a ligar o foda-se, coisa que veio das aulas práticas de Indianare Alves Siqueira e Monique Prada, duas das putafeministas mais importantes que já conheci, não à toa as responsáveis pelo prefácio e posfácio do livro” (MOIRA, 2018, p. 116). Para todos esses entraves que, como dito, assombram as mulheridades e a constituição de suas subjetividades e identidades é preciso “ligar o foda-se”, como propõe Amara, e, mais do que isso, é preciso ir além do que superficialmente a expressão comunica e refletir o que ela, mais profundamente, parece interpelar: uma busca por agenciar as próprias

necessidades, inscrevendo-se na história, para além de assumir-se puta publicamente, tecer nos fios da (re)escrita uma rede de ativismo, de putafeminismo.

Reconhecer-se trabalhadora sexual e não esconder isso da sociedade, não tomando para si o discurso que objetifica, vitimiza, incrimina, julga, atribuído pelo cis-heteropatriarcado, suas instituições e economias de mercado, é um ato de insubordinação, um ato político. Lourdes, Gabriela, Amara, Lola e Monique, ao reescreverem de dentro a prostituição – até então, conceituada, patologizada, precificada, narrada, muitas vezes por homens, sempre por quem não exerceu a atividade –, ousam um palimpsesto de putas. Reinscreverem-se, atreverem-se a ter participação pública, se graduarem e pós graduarem é foder com o CISTema e, enfim, gozar dos acessos que lhes foram subtraídos historicamente.

Cuando pienso en todas las situaciones que enfrentamos las mujeres a diario en la vía pública, el transporte, el trabajo, los bares, los boliches, en nuestros propios hogares, vuelve la pregunta: – ¿No tenés miedo?

Aquellas voces que fomentan el temor y nos arrojan al interior de nuestros hogares, como si ahí estuviéramos a salvo, son luego las que afirman: “Hay que abolir la prostitución porque implica violencia hacia las mujeres, porque los clientes las violentan”. Pienso: ¿A qué feminista se le ocurriría cerrar los bares, prohibir la libre circulación de las mujeres a altas horas de la noche y el sexo casual para impedir la violencia de género? Parece que, para algunas, solo nuestro trabajo implica violencia. Como si nunca se hubieran cogido a un machirulo. ¿O acaso suponen que solo las putas nos cogemos al patriarcado? Al menos, nosotras le cobramos. Mientras reflexiono, guardo el gas pimienta en la cartera y no voy precisamente a trabajar, me voy a bailar. Comprendí que TODAS estamos expuestas a sufrir violencia de género por el solo hecho de ser percibidas como “mujer” y disputar el libre uso y la circulación en el espacio público, cuyo monopolio parecen detentar los varones. Me preguntan: – ¿No tenés miedo? Y yo contesto:

– No. No tengo miedo. Déjenme correr mis propios riesgos¹³³ (ORELLANO, 2022, p. 40-41, grifo da autora).

O que Orellano comunica, na reflexão acima, é crucial para pontuarmos, sumamente, o que foi discutido nessa seção. As tantas ocorrências de abuso, violência e perigo que as mulheridades enfrentam no dia-a-dia independem do fato de exercerem o trabalho sexual, de estarem no ambiente público ou privado; as circunstâncias a que são/somos todas acometidas

¹³³ “Quando penso em todas as situações que as mulheres enfrentam todos os dias na via pública, no transporte, no trabalho, nos bares, nas discotecas, nas nossas próprias casas, a pergunta volta: – Você não tem medo? Essas vozes que promovem o medo e nos jogam dentro de nossas casas, como se ali estivéssemos seguros, são então as que afirmam: “A prostituição deve ser abolida porque envolve violência contra as mulheres, porque os clientes as violam”. Eu penso: Que feminista pensaria em fechar bares, proibir a livre circulação de mulheres tarde da noite e sexo casual para prevenir a violência de gênero? Parece que, para alguns, só o nosso trabalho envolve violência. Como se nunca tivessem fodido com um machista. Ou supõem que apenas nós, prostitutas, fodemos com o patriarcado? Pelo menos nós lhes cobramos. Enquanto reflito, coloco o spray de pimenta na bolsa e não vou exatamente trabalhar, vou dançar. Entendi que TODAS estamos expostas à violência de gênero pelo simples fato de sermos percebidas como “mulher” e de disputarmos o livre uso e circulação nos espaços públicos, cujo monopólio os homens parecem deter. Eles me perguntam: – Você não tem medo? E eu respondo: – Não. Não tenho medo. Deixe-me correr meus próprios riscos.”

atrelam-se, sobretudo, ao fato de serem/sermos identificadas como pertencentes ao gênero feminino.

Nesse sentido, é patente o quanto as economias de mercado estão por trás do posicionamento da vertente feminista abolicionista no que concerne ao trabalho sexual, de modo que, o empenho na erradicação da prostituição sugere que apenas ali há violência de gênero, quando, como visto, isso pode se dar no exercício de diferentes funções e atividades laborais. Ao fim e ao cabo, no tocante aos feminismos, é substancial a interseccionalidade¹³⁴, uma vez que poucas pautas das minorias serão contempladas em um movimento de mulheres de classe, raça e gênero dominantes.

A respeito dos acessos historicamente negados às mulheres, um deles foi reivindicado pioneiramente por Gabriela Leite, enquanto trabalhadora sexual. A putafeminista foi candidata à deputada federal, recebendo 1229 votos, no ano de 2010, mesma eleição em que Tiririca, nome artístico de Francisco Everardo Oliveira Silva, tornou-se o deputado federal mais votado do Brasil com mais de um milhão de votos. Há época, especialistas afirmaram que tal fenômeno poderia ser explicado por voto de protesto. Ainda assim, a TS lamentou nas redes sociais a falta de consciência política da população, afinal suas pautas, enquanto dilemas sociais legítimos, carentes de medidas resolutivas, não tiveram atenção como os sarcasmos e ausência de propostas do humorista, que, desde então, tem sido reeleito ao cargo a cada quatro anos, ininterruptamente, até a presente data.

No campo político-social, a estigmatização da prostituta é tamanha que não há espaço para representatividade, mas um “palhaço” consegue visibilidade, ainda que em forma de protesto. Ser mulher na política não é fácil, já sabemos, ser mulher e puta deveria ser impensável, mas o gesto político da candidatura de Leite confronta e desmascara as incoerências da sociedade. O que podemos depreender desse episódio é que, se mulheres, em geral, são minoria nos plenários, o ingresso na carreira política é ainda mais distante para uma TS¹³⁵. E o mesmo ocorre nas mídias, nas artes, na educação, na saúde, em ambientes públicos e privados.

Outra experiência de Leite reforça esse abismo formado entre a TS e os lugares que supostamente não deve/pode/está qualificada a acessar.

¹³⁴ Nos termos de Carla Akotirene, conforme abordamos no primeiro capítulo dessa tese, na seção “1.1.2 Feminismo, marxismo e problemas de gênero”.

¹³⁵ Lourdes Barreto também se candidatou a um cargo político – o de vereadora pela cidade de Belém do Pará, nas eleições de 2000 –, não sendo eleita.

Quando cheguei no Brasil é que a rebordosa me esperava. Tinha chegado antes de mim uma carta de outra brasileira que estivera presente no Encontro, uma pessoa que sempre esqueço o nome. Dizia ela na carta: até entendia que eu fosse prostituta no Brasil, por sobrevivência, mas não entendia que eu continuasse prostituta durante o Encontro de Mulheres na Tanzânia. E que eu não tinha formação acadêmica e nem era capaz de relatar as experiências do Encontro (LEITE, 1992, p. 100-101).

Voltando de um evento a nível internacional, Leite recebe a crítica de uma brasileira, também participante do encontro. Incomodada com a postura adotada pela TS, de identificar-se como prostituta – que, vimos, aqui, é uma reivindicação do putativismo de Leite – a mulher desaprova sua conduta e ancora-se no fato da TS não ser diplomada para questionar sua capacidade de reproduzir, devolver à sociedade o conhecimento e experiência auferidos na ocasião.

Há muitos outros territórios em que a presença das putas gera estranhamento e entre eles estão os livros. Como trabalhamos ao longo desse estudo, as TS parecem ter encontrado no fazer literário o espaço necessário para narrarem-se, (re)inventarem-se e serem ouvidas, afinal, não por acaso, é a literatura espaço também de libertação e legado histórico-cultural das lutas sociais.

Em algum momento de nossa vida, o trabalho sexual – com todas as suas questões e a opressão que lhe é inerente – nos surgiu como uma boa opção, como a melhor possível entre as poucas disponíveis. Cada uma de nós o exerce por motivos diferentes, e a maioria deles está sim ligado a questões financeiras. Estamos juntas contra as opressões, contra a violência, contra a brutalidade, do sistema em que vivemos; somos aliadas das lutas por direitos de todos os trabalhadores (PRADA, 2018, p. 102-103).

Ao, no fim de seu livro, lançar ao leitor assertiva “Eu sou como você”, Monique Prada convida ao entendimento de que, apesar de marginalizadas, invisibilizadas, silenciadas, agredidas, as putas são, diferentemente do que se tenta estabelecer, cidadãs, indivíduos, mulheres, mães, filhas, avós. Responde à pergunta feita por Lourdes – Transcrita ao início deste capítulo: Será que eu existo? “Nós existimos”. Existem, e, em rede, escrevem, resistem à opressão.

Nós existimos, nos alimentamos, cuidamos das pessoas queridas, trocamos suas fraldas; alimentamos as crianças e as encaminhamos para a escola; amparamos e cuidamos de nossos velhos. Sonhamos. Gostamos do cheiro da grama molhada e do barulho das ondas. O sorriso de nossas crianças quando vamos buscá-las no fim do dia são exatamente iguais ao sorriso das crianças de vocês [...], das pessoas que não exercem o trabalho sexual. Compartilhamos as mesmas angústias: a violência urbana, a desigualdade crescente, os icebergs gigantes que desprendem dos polos, os atentados terroristas, a fúria dos neonazistas. Pouca coisa nos separa umas das outras. Somos humanas. Eu sou como você (PRADA, 2018, p. 102-103).

Nesse sentido, buscando expressar sua versão da própria história, a putafeminista encontra na escrita um lugar de legitimação. Diante de uma “diz puta” de narrativas sobre os significados do que é ser uma prostituta na sociedade, sobre quem está autorizado a dizer e quem não deve dizer, poder narrar e ser ouvida através da escrita constitui estratégia basilar para atravessar discursos e reivindicar espaços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, mais do que apenas indagar, ousamos buscar resposta para a seguinte pergunta: E se estivéssemos em palimpsesto de putas?

Buscamos, para tanto, delinear a construção das narrativas autobiográficas nas obras de Monique Prada, Amara Moira, Lola Benvenuti, Gabriela Leite e Lourdes Barreto. Quais inquietações, intenções, reivindicações, denúncias, histórias, incômodos suscitam suas publicações? Pensando nessas questões, tivemos a pretensão, aqui, de abordar as performatividades elaboradas por essas mulheres, através das quais se instituem enquanto sujeitas, demarcando o que nomeamos de *Literatura Contemporânea Brasileira da Prostituição*, enquanto contribuição terminológica e conceitual para esse campo de escrita.

Performando o ser, posicionam-se, historicamente, enquanto trabalhadoras sexuais, perante a sociedade. Sociedade essa que possui um imaginário, (re)formulado ao longo dos séculos: De deusas a putas, muitas mudanças culturais, religiosas, ideológicas, econômicas. Desse modo, buscamos discutir gênero, feminismo, marxismo, legislação e violência no âmbito do trabalho sexual. A nível nacional, traçamos um resgate de como a prostituta é representada na ficção, no cancioneiro, no audiovisual: tantas abordagens, tanto silenciamento, tanto estigma e estereotipação!

Até à autobiografia, muitos ecos, poucas vozes. No resgate da autoria, na antiautobiografia, a pretensa reformulação de saberes, a conquista da palavra, pela via dos livros.

Performando a escrita, às margens das letras, as trabalhadoras sexuais vão encontrando meios de adentrar o campo literário e potencializar as próprias práticas, deflorando modulações narrativas. Partindo dessa premissa, nos propusemos a discutir a construção das obras, desde contratos de autoria, aos paratextos, capas e pseudônimos. Também analisamos três projetos de livros coletivos, cujos relatos autobiográficos são o escopo para as publicações, e confirmamos seu caráter putafeminista.

A essa altura, pensar relações afetivas, literatura, liberdade e escolha permite delinear as motivações para a escrita antiautobiográfica e o surgimento/manutenção/formação de um microcampo.

Performando o corpo, configura-se uma mobilização política das TS, mote para compreensão de corporalidades, subjetividades e identidades no trabalho sexual. Desse modo, o putafeminismo é entendido como uma necessidade individual e coletiva, fruto de resistência

e lutas, representadas pioneiramente – dentre as trabalhadoras em diálogo – nas figuras de Gabriela Leite e Lourdes Barreto. Levadas a diante pelas sucessoras, na contranarrativa de Benvenutti e no ativismo de Moira e Prada.

Enfim, assentimos que as publicações com as quais dialogamos mostraram-se em rede, formando o que, aqui, nomeamos por microcampo putafeminista. Da primeira publicação antiautobiográfica – corajosa, para os anos 1992 –, à última, de 2022, fecha-se, abre-se um ciclo. De Leite a Barreto, de Lourdes a Gabriela, no entre, Lola, Amara, Monique... Tantas vozes e letras e corpos e identidades.

A prostituta na história nos mostrou que contexto, estrutura e cultura balizam olhares para este ofício, de deusas, de bruxas e de putas. O imaginário arraigado reproduz nos livros, nas artes, nas telas e nas músicas essa figura, destituindo seu protagonismo e resumindo-a à vítima da sociedade. Vítimas somos todas nós, mulheres. Do patriarcalismo, do machismo, do colonialismo, do capitalismo. Desse modo, o trabalho sexual é apenas mais um, dentre tantos, em que a mulher é subjugada, explorada e assediada, moral, psicológica, física e financeiramente.

Ao espelho, as mulheres permitem-se olhar para si. Seus traços, seus laços, seu rosto, sua assinatura. O fazer antiautobiográfico permite esse reflexo, essa reflexão: de guardanapos de papel a eventos públicos, escrevem sua história e se inscrevem na História. O palimpsesto vai se rasurando e as redes se tecendo. O microcampo já possui representação. E, entre fantasmas e simpatizantes, estão todes convidades! O orgasmo é garantido! Contudo, até então, muitas as que narram a prostituição, poucas as que a problematizam!

Por fim, feminismo e subjetividade são invocados para pensar corpo, identidade, putafeminismo. Entre afetos e mercadorias, limites corporais se desenham e se apagam nesse parque magnífico da noite e das ruas. A rua, se apresenta como lócus político onde a identidade puta vai se (im)por e se (re)compor. As mulheridades se abraçam em aliança putafeminista, transputafeminista. O movimento, através do fazer literário, eterniza e repercute uma nova máxima: o pessoal é coletivo e a putaria é política.

Entendemos, por conseguinte, que a escrita palimpséstica faz parte do processo de publicação e reprodução das narrativas de si dessas mulheres que rasuram o imaginário acerca da personagem. De passageira da ficção e da realidade à limítrofe condutora de uma literatura pulsante.

As páginas escritas por uma trabalhadora sexual revelam da individualidade para o coletivo, uma voz, um rosto, um corpo, dantes, compulsoriamente cobertos pelo manto da invisibilização e relegados à marginalização. O trabalho sexual, patologizado pela medicina,

dogmatizado pela igreja, legislado pelo estado, precificado pelo patriarcado, se vê, nessas escrituras, problematizado de dentro, em suas necessidades reais e em seus pormenores mais genuínos.

Quem pode falar sobre a docência? Quem pode falar sobre a dança? Quem pode falar sobre ciência? Quem pode ler motores? Quem pode realizar uma cirurgia? Quem pode dissecar as nuances da prostituição?

Um microcampo dentro da literatura insurge como reivindicação de um lugar que não foi oportunizado à puta, mas que é dela. E ela, multifacetada como exige o ofício, joga o jogo. Jogo da sedução, jogo literário, jogo arbitrário da existência. “Será que eu existo?” Respondemos: existe e transa com as letras! Uma puta foda!

A vergonha transformada em luta, a margem transformada em pauta, página, encadernada e folheada. Potentes pontes na ação do diálogo com leitoras e leitores. Cruzamento de saberes putriaricais. Putos poderes. Poder ao povo! Poder às putas! Foder o CISTema! A palavra: arma de combate!

Em 1992, *Eu, mulher da vida* ensaia.

Em 2009, *Filha, mãe, avó e puta*, engata.

O prazer é todo nosso, em 2014, encena.

E se eu fosse puta, em 2016, encara.

Putafeminista, em 2018, ensina.

Puta autobiografia, em 2022, encerra?

Após esse importante lançamento no âmbito da literatura da prostituição, mais três representativas figuras dos movimentos brasileiros de trabalhadoras sexuais tiveram suas trajetórias publicadas: Célia Gomes, presidenta da Aprospi – Associação das Prostitutas do Piauí; Fátima Medeiros, fundadora da Aprosba – Associação das Profissionais do Sexo da Bahia; e Natânia Lopes, antropóloga, putativista no Coletivo Puta Davida e na Rede brasileira de Prostitutas.

A obra *Prostituta é Comunidade: a história de uma mulher que fez do sexo ganha-pão e luta* (2023) é assinada pela pesquisadora Vitória Pilar, “Com Célia como voz principal” (SOUSA in PILAR, 2023, p. 17). Em *Puta história* (2024), Fátima Medeiros conta com a revisão e organização de Maria Fernanda Moreira e da filha, Carol Medeiros. *Cabaré* (2022), de Natânia Lopes, é uma ficção que retrata a vivência acadêmica de Giovana. Em sequência, *Atuar ou não como prostituta: programa, etnografia, putativismo* (2023) se trata de uma coletânea de trabalhos da mesma autora, os quais aponta como dos mais importantes de sua autoria, contando com ensaios, artigos e um conto.

Enfim, sabemos que a pesquisa não se esgota em si mesma, tampouco os livros de trabalhadoras sexuais cessarão de (in)surgir, para incômodo e estupor de alguns e deleite e gozo de outros. Contudo, o doutoramento, um dia, precisa encerrar-se e as obras devem perpetuar-se em palimpsesto. Logo, esse trabalho de anos a fio teve seu corpus delimitado, permitiu-se ampliá-lo, mas chega um momento em que apenas o limite permite o aprofundamento. As novas autoras, portanto, nos propiciam brindar possibilidades futuras de desdobramentos do putafeminismo nessa estranha instituição chamada literatura.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. *Trabalhadoras Sexuais e o enfrentamento das violências*. Youtube, 15 fev. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GT8_SkNfRYI. Acesso em: 13 out. 2022.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALBUQUERQUE, Rossana Maria Marinho. *Para além da tensão entre moral e economia – reflexões sobre a regulamentação da prostituição no Brasil*. (2008). Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/977>. Acesso em: 20 set. 2022.

ALBANO, Jorgelina. *Sapatos vermelhos são de puta* – desafiando as crenças do patriarcado. Trad. Marcia Blasques. Bauru: Astral Cultural, 2020.

BARBARÁ, Anna Marina; LEITE, Otília Silva. *As meninas da Daspu*. Teresópolis: Novas Ideias, 2007.

BARBOSA, Gustavo; COSTA, Ricardo. Posfácio In: LEITE, Gabriela. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: 1992. p. 174-175.

BARRETO, Lourdes. *Puta autobiografia*. Curadoria: Elaine Bortolanza; Leila Barreto. Belém: Paka-Tatu, 2022.

BARRETO, Lourdes. *Puta autobiografia*. Curadoria: Elaine Bortolanza; Leila Barreto. 2ª ed. São Paulo: Claraboia, 2023.

BARRETO, Lourdes. Todos calam, nós falamos. In: *MULHERES: vigiadas e castigadas*. São Paulo: CLADEM Brasil, 1995. p. 447-461.

BENVENUTTI, Lola. *O prazer é todo nosso*. Araraquara: MosArte, 2014.

BENVENUTTI, Lola. *O prazer é todo nosso*. 2ª ed. Lisboa: Guerra e Paz, 2015.

BENVENUTTI, Lola. Ser feminista é ser dona do seu corpo. In: *Revista Fórum*. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lola-benvenutti-ser-feminista-e-ser-dona-seu-corpo/> Acesso em 10 nov. 2023.

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory; SILVA, Ana Paula da; CAMARGO, Gustavo. Idealismo Alemão e o corpo alienável: repensando a “objetificação” no contexto do trabalho sexual. In: SIMÕES, Soraya Silveira; SILVA, Hélio R. S.; MORAES, Aparecida Fonseca. Orgs. *Prostituição e outras formas de amor*. Niterói, Editora da UFF, 2014.

BORTOLANZA, Elaine; BARRETO, Leila. *A sua fala é sua escrita – que é sua vida*. In: BARRETO, Lourdes. *Put a autobiografia*. Curadoria: Elaine Bortolanza; Leila Barreto. Belém: Paka-Tatu, 2022. p. 23-31.

BUTLER, Judith. *Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*. Chão da Feira, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018. Disponível em: http://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em: 4 jan. 2023.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. Crítica da violência ética. Trad. Rogério Bettoni. Posfácio Vladimir Safatle. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CASANOVA, Pascale. *A República Mundial das Letras*. Trad. Marina Appenzeller. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. Trad. Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FEDERICI, Silvia. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Lilian. *Jovens roubam e agridem doméstica e afirmam que a confundiram com prostituta*. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/jovens-roubam-agridem-domestica-afirmam-que-confundiram-com-prostituta-682356.html>. Acesso em: 13 set. 2022.

FERRARA, Jéssica; CARRIZO, Silvina. Caminhos para um feminismo decolonial. In: *Cadernos Pagu*. n. 62, 2021. ISSN 1809-4449. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449202100620029>. Acesso em 5 dez. 2023.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Mulheres ao espelho: autobiografia, ficção e autoficção*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Tradução: Álvaro Faleiros. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GERMAN, Tomás. *Translado: narrativas trans da Av. Pedro II*. Disponível em: <https://www.awesomefoundation.org/pt/projects/102339-translado-narrativas-trans-da-av-pedro-ii>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GOFFMAN, Erving. Estigma e identidade social. In: _____. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução: Mathias Lambert. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GRANT, Melissa Gira. *Dando uma de puta: a luta de classes das profissionais do sexo*. Trad. Lisa Santana. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

GUARANHA, Camila; LOMANDO, Eduardo. “Senhora, essa identidade não é sua!”: reflexões sobre a transnomeação. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine Orgs. *Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas*. Porto Alegre: Sulina, 2013. p. 49-61.

GUSMAN, Juliana. “Faça Seu Próprio Pornô” e “Filhos da Puta” brilham na Mostra de Cinema Feminista. 2021. Disponível em: <https://farofafa.com.br/2021/08/18/faca-seu-proprio-porno-e-filhos-da-puta-brilham-na-mostra-de-cinema-feminista/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JEHA, Silvana; BIRMAN, Joel. *Aurora: memórias e delírios de uma mulher da vida*. São Paulo: Veneta, 2022.

JULIANO, Dolores. Epígrafe. In: PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018. p. 9.

LEITE, Gabriela. *Eu, mulher da vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: 1992.

LEITE, Gabriela. *Filha, mãe, avó e puta: A história de uma mulher que decidiu ser prostituta*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2009.

LEITE, Gabriela. *Entrevista concedida ao Programa Roda Viva*. São Paulo: TV Cultura, 01/06/2009. Programa de televisão. Disponível em: <http://www.youtube.com>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LEITE, Gabriela. Prostituição: Máscaras antigas, nova cidadania. In: *MULHERES: vigiadas e castigadas*. São Paulo: CLADEM Brasil, 1995. p. 463-470.

LEJEUNE, Philippe. *O Pacto Autobiográfico: De Rousseau à Internet*. Org. Jovita Maria Gerheim Noronha; Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha; Maria Inês Coimbra Guedes. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LÚCIA, Amara. *A difícil vida fácil: A prostituta e sua condição*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

MACEDO, Carolina; VIEIRA, Maria Aparecida. KALIL, Pedro. Orgs. *Guaicurus: a voz das putas*. Belo Horizonte: APROSMIG, 2018.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. *Eu, travesti: memórias de Luísa Marilac*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

MCLAREN, Margaret A. *Foucault, Feminismo e Subjetividade*. Trad. Newton Milanez. São Paulo: Intermeios, 2016.

MOIRA, Amara. *A odisseia de Amara. Entrevista concedida ao Museu da Pessoa*. Disponível em: <https://acervo.museudapessoa.org/pt/conteudo/historia/a-odisseia-de-amara-184332>. Acesso em: 20 abr. 2022.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta*. São Paulo: Hoo Editora, 2016.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse pura*. 2ª ed. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

MOIRA, Amara. Prostituinto Saberes. In: PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018. p. 11-15.

NASCIMENTO, Letícia. Entrevista. In: CABRAL, Felipe. Eu leio LGBT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SOMop2grFuE>. Acesso em 23 maio 2023.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paula: Jandaíra, 2021.

OLIVAR, José Miguel Nieto. *Devir Puta: Políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

ORELLANO, Georgina. *Putas feministas: historias de una trabajadora sexual*. Grupo Editorial Penguin Random House: Argentina, 2022. Edição Kindle.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; KOLB-BERNARDES, Rosvita. Modos de falar de si: a dimensão estética nas narrativas autobiográficas. In *Pro-Posições*, v.26, n.1, p.161-178, jan./abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-730720150001&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 10 out. 2018.

PAIXÃO, Olívia. *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018.

PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. Campinas: *Cadernos Pagu*, 2000. p. 181-200. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635351/3145>. Acesso em: 02 mai. 2023.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. *Pedagogias das Travestilidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PEIXINHO, Manuela Cunha. *Mulheres na teia autobiográfica – entrelaçando memórias, tramando identidades: narrativas de prostitutas*. 2016. 195 f. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4867112#. Acesso em: 06 jun. 2018.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, n. 25, p. 217–248, jul. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/5QYynt9X5b35dCjrMcN7npc/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2023.

PRADA, Monique. *O pior palavrão do mundo*. 2017. Disponível em: <https://midianinja.org/moniqueprada/o-pior-palavrao-do-mundo/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Prefácio. In: PAIXÃO, Olívia. *Entre a batalha e o direito: prostituição, travestilidade e trabalho*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018. p. 11-13.

PRZYBYSZ, Juliana. Mulheres Especialmente Marginalizadas: Uma Entrevista com Dolores Juliano. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 155 - 165, jan. / jul. 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/8043/Artigo>. Acesso em: 02 jan. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. Org. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 20 set. 2023

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROBERTS, Nickie. *As prostitutas na história*. Trad. Magda Lopes. Rio de Janeiro: Rosa do Tempo, 1998.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. Prostituição, neoconservadorismo e pandemia – o Movimento de Prostitutas e os desafios da Covid-19. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, N. 48, v. 19., 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1-lu_dGJp0EaTxXFvskPG40PBnRZeNW6/view?usp=drivesdk. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, Frida Carla Elisio. *Escritas Putafeministas: Um questionamento aos estigmas sobre o trabalho sexual*. 110 f. Dissertação de mestrado em Estudos de Linguagens. UNEB: Salvador: 2022. Disponível em: <https://ppgel.uneb.br/wp-content/uploads/2023/06/CARLA-ELISIO.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2023.

SANTOS, Gabriel.; OLIVEIRA, Adriana Vida de. Regulamentação da prostituição no Brasil: analisando o problema da prostituição como forma de dominação masculina e a necessidade de garantir direitos às prostitutas. In: *XXIV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da PUC-Rio*. Rio de Janeiro, set. 2016. Disponível em: https://www.puc-rio.br/ensinopesq/ccpg/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Gabriel_Santos.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

SILVA, Ana Paula da. Prefácio à edição brasileira. In: GRANT, Melissa Gira. *Dando uma de puta: a luta de classes das profissionais do sexo*. Trad. Lisa Santana. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 7-15.

SILVA, Éder Junio da; SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. Nome social como direito fundamental de mulheres trans nas redes estaduais de ensino de Mato Grosso do Sul e de São Paulo. *Revista Educação, Ciência e Cultura*. Canoas, v. 27, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/8203>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SIQUEIRA, Indianare Alves. Prefácio. In: MOIRA, Amara. *E se eu fosse pura*. 2ª ed. São Paulo: Hoo Editora, 2018. p. 13-14.

SOUSA, Sandra Maria Nascimento. Desejos proibidos: práticas da prostituição feminina. In: DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo. Orgs. *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 289-305.

SOUSA, Thamyres. Apresentação. In: PILAR, Vitória. *Prostituta é comunidade: A história de uma mulher que fez do sexo ganha-pão e luta*. Teresina: Arisca, 2023. p. 16-19.

SOUZA, Eneida Maria de. *Janelas indiscretas: ensaios de crítica biográfica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

SOUZA, Santuzza Alves de. *Relato de uma trabalhadora sexual brasileira*. 2018. Disponível: <https://www.vice.com/pt/article/qvnazw/relato-de-uma-trabalhadora-sexual-brasileira>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SOUZA, Santuzza Alves de; LEMOS, Lucas; VALENTIM, Luiza. *Filhos da puta*. 2022. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=FXoo9P8-34k>. Acesso em: 23 nov. 2022.

VALADARES, Loreta. A ‘controvérsia’ feminismo x marxismo. *Princípios*. São Paulo, n. 18, p. 44-49, 1990. Disponível em: <http://revistaprincipios.com.br/artigos/18/cat/2013/a-controv%C3%A9rsia-feminismo-x-marxismo.html>. Acesso em: 02 mar. 2021.

VILLADA, Camila Sosa. *O parque das irmãs magníficas*. Trad. Joca Reiners Terron. São Paulo: Planeta, 2021.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza*: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Trad. Waldéa Barcellos. Rocco: Rio de Janeiro, 1992.

ZANELA, Maria. *Travestis em contexto de prostituição de rua: sexualidade como trabalho, dimensões estéticas e códigos de conduta*. 102 f. Dissertação de mestrado em Serviço Social. UFSC: Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/05/PGSS0233-D.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.